



TURISMO, LAZER E PATRIMÔNIO NA PAN-AMAZÔNIA

**Mirleide Chaar Bahia
Maria Goretti da Costa Tavares
Silvio Lima Figueiredo**

ORGANIZADORES

 **NAEA**
EDITORA

**TURISMO,
LAZER E
PATRIMÔNIO
NA
PAN-AMAZÔNIA**

MIRLEIDE CHAAR BAHIA
MARIA GORETTI DA COSTA TAVARES
SILVIO LIMA FIGUEIREDO

ORGANIZADORES



Universidade Federal do Pará – UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA

Diretor Geral: Armin Mathis

Diretora Adjunta: Mirleide Chaar Bahia

Editora

Editor-Chefe: Sílvio José de Lima Figueiredo

Divisão de Editoração: Aurilene Ferreira Martins

Conselho Científico

Presidente - Prof. Dr. Armin Mathis – Universidade Federal do Pará

Vice-Presidente - Profa. Dra. Mirleide Chaar Bahia – Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodríguez – Universidad de La Habana, Cuba

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia, Letícia

Prof. Dr. Julien Meyer – Université Grenoble Alpes, CNRS, GIPSA-lab, France

Prof. Dr. Josep Pont Vidal – Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro, Portugal

Prof. Dr. Miguel Piñedo-Vasquez – Columbia University – New York, EUA

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Armin Mathis

**TURISMO,
LAZER E
PATRIMÔNIO
NA
PAN-AMAZÔNIA**

MIRLEIDE CHAAR BAHIA
MARIA GORETTI DA COSTA TAVARES
SILVIO LIMA FIGUEIREDO

ORGANIZADORES

BELÉM | NAEA
2022

Diagramação e Capa

Osimar R. Araújo

Revisão de texto e ABNT

Lairson Costa

Imagem da capa

Marcos André Costa

Impressão e Acabamento

Gráfica GCOM

Apoio financeiro

O presente livro foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES/PROEX) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PPGDSTU

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA**

T938 Turismo, Lazer e Patrimônio na Pan-Amazônia [recurso eletrônico] / Organizadores: Mirleide Char Bahia, Maria Goretti da Costa Tavares, Silvio José de Lima Figueiredo. — Belém: NAEA, 2022. 1 recurso eletrônico (376 p.)

Textos apresentados no 1º Congresso Pan-Amazônico de Turismo, Lazer e Patrimônio, 2021.

Inclui bibliografias

Modo de acesso: <http://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicacoes>

ISBN 978-85-7143-210-9

1. Patrimônio Cultural - Amazônia. 2. Lazer - Amazônia. 3. Turismo - Amazônia. I. Bahia, Mirleide Char, org. II. Tavares, Maria Goretti da Costa, org. III. Figueiredo, Silvio José de Lima, org. IV. Congresso Pan-Amazônico de Turismo, Lazer e Patrimônio (1. : 2021).

CDD 22. ed. – 363.6909811

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

1. Pan-Amazônia : Turismo e patrimônio cultural 338.4791

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

© Direitos Reservados à Editora NAEA

Av. Perimetral, nº 1 - Campus Universitário do Guamá - Belém - PA - CEP 66.075-750 - (91) 3201-7231 - naeaeditora@gmail.com, editora_naea@ufpa.br

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| REDE DE PESQUISAS EM TURISMO, LAZER E PATRIMÔNIO NA PAN-AMAZÔNIA Mirleide Char Bahia, Maria Goretti da Costa Tavares e Silvio Lima Figueiredo..... | 9 |
| LA AMAZONÍA ES MÁS QUE UNA INMENSA MANCHA VERDE Fabiola Velasco Pérez | 19 |
| UNA PROPUESTA DE DISEÑO DE POLÍTICA PÚBLICA PARA EL SECTOR DE TURISMO EN EL DISTRITO ESPECIAL DE SANTIAGO DE CALI, COLOMBIA Alexander Zúñiga-Collazos, Lina Marcela Padilla-Delgado e Raúl Andrés Tabarquino Muñoz | 31 |
| TURISMO E POLÍTICA CULTURAL BRASILEIRA: O PATRIMÔNIO AMAZÔNICO ARRAIAL DO PAVULAGEM Maria Augusta Freitas Costa Canal | 49 |
| ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL: ATOS, USOS E APROPRIAÇÕES Amarildo Ferreira Júnior | 63 |

| | |
|--|-----|
| O PATRIMÔNIO CULTURAL NO ESTADO DO TOCANTINS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL | |
| Rosane Balsan | 77 |
| PATRIMONIO CULTURAL DE LA AMAZONÍA DEL ECUADOR DESDE UNA PERSPECTIVA DE LA RESPONSABILIDAD SOCIAL EMPRESARIAL | |
| Jessica Ivonne Lalangui Ramírez, María Isabel Bastidas Andrade e Paula Estefanía Niebla Procel | 93 |
| TURISMO E PATRIMÔNIO: AS VIAGENS DE HELOÍSA ALBERTO TORRES NO MARAJÓ E OS POSSÍVEIS ELEMENTOS DO TURISMO EM SUA NARRATIVA | |
| Diana Priscila Sá Alberto e Agenor Sarraf Pacheco..... | 105 |
| ROTEIRO GEO-TURÍSTICO EM PEDRO AFONSO-TO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA | |
| Núbia Nogueira do Nascimento..... | 117 |
| PATRIMÔNIO GEOLÓGICO E POLÍTICA DE GEOCONSERVAÇÃO PARA O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS: UMA REALIDADE POSSÍVEL? | |
| Fernando Campelo Pãozinho e Silvio Lima Figueiredo..... | 131 |
| PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE A FESTA DE SÃO BENEDITO DE BRAGANÇA NO ESTADO DO PARÁ | |
| Alessandra da Silva Lobato | 147 |
| TURISMO VERSUS VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA CIDADE DE MAPUTO | |
| Palmira Isaura de Castro Morgado e Dario Manuel Isidoro Chundo | 161 |
| MARCOS TEMPORAIS/ESPACIAIS DE MEMÓRIA DO BAIRRO DA TERRA FIRME, BELÉM-PA | |
| Ana Claudia dos Santos da Silva | 175 |

| | |
|---|-----|
| PATRIMONIALIZAÇÃO E SINGULARIDADES CULTURAIS NA ÁREA CENTRAL DE BELÉM-PARÁ | |
| Sabrina Forte e Silva Gonçalves..... | 191 |
| POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL/ TOCANTINS - 2014-2020 | |
| Jardeane Reis de Araújo e Rosane Balsan..... | 203 |
| POLÍTICA CULTURAL E PATRIMÔNIO IMATERIAL NO CARNAVAL AMAZÔNICO BELENENSE | |
| Milene de Cássia Santos de Castro, Maria Augusta Freitas Costa Canal e Jéssika Paiva França | 221 |
| ESTRATÉGIAS DE APROPRIAÇÃO DISCURSIVA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE BELÉM: ESTUDO SOBRE O PROJETO CIRCULAR CAMPINA-CIDADE VELHA | |
| Magaly Caldas Barros e Maria Goretti da Costa Tavares..... | 235 |
| RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO PARA O TURISMO PELAS ELITES AGRÁRIAS EM SOURE, MARAJÓ, PARÁ | |
| Thiliane Regina Barbosa Meguis e Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues..... | 251 |
| IMPACTOS DA COVID-19 NO NÚMERO DE EMPREGOS E DESEMPREGOS: UMA ANÁLISE DAS REGIÕES TURÍSTICAS DE BELÉM E CAMPOS DO MARAJÓ | |
| Kassia Suelen da Silva Farias, Milene de Cássia Santos de Castro e Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues..... | 265 |
| PLANO NACIONAL DE TURISMO BRASIL (2018-2022) E OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO PLANEJAMENTO | |
| Stephanni Gabriella Silva Sudré, Fernando Campelo Pãozinho, Meiriane da Trindade Lopes e Silvio Lima Figueiredo..... | 279 |

| | |
|---|-----|
| “A GENTE SÓ TEM LAZER QUANDO TEM PROVA”: DO COTIDIANO AO ANTICOTIDIANO DE CONCURSEIROS VIAJANTES NO BRASIL | |
| Flávio Henrique Lobato, Juliana Azevedo Hamoy e Mirleide Chaar Bahia | 293 |
| POLÍTICAS PÚBLICAS EM TURISMO NA AMAZÔNIA LEGAL: METODOLOGIA PARA ANÁLISE DA ATIVIDADE POLÍTICA DOS DEPUTADOS FEDERAIS | |
| Filipe Guimarães, Alex Pizzio e Jadson Luís Rebelo Porto | 305 |
| UM OLHAR SOBRE A FOTOGRAFIA DO VERANEIO EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA | |
| Ester Brito Parente..... | 315 |
| A COMPREENSÃO DAS MULHERES AMAZÔNIDAS QUANTO AO TURISMO E AO LAZER | |
| Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana e Ligia Terezinha Lopes Simonian | 323 |
| ESPAÇO DO PATRIMÔNIO NATURAL: TURISMO E LAZER NO COMPLEXO MANGAL DAS GARÇAS, BELÉM-PA | |
| Francisco Perpetuo Santos Diniz | 337 |
| CHIQUITA, CÍRIO E COVID: LAZER, DEVOÇÃO E ECONOMIA POPULAR | |
| Bartos Batista Bernardes..... | 351 |
| ARQUITETURA DOS ALOJAMENTOS FLORESTA E A RELAÇÃO COM IDENTIDADE AMAZÔNICA | |
| Arnaldo Ribeiro Vieira Neto, Maria Adriana Sena Bezerra Teixeira e Anny Gabrielly Peixoto de Oliveira..... | 365 |

REDE DE PESQUISAS EM TURISMO, LAZER E PATRIMÔNIO NA PAN-AMAZÔNIA

Mirleide Chara Bahia¹

Maria Goretti da Costa Tavares²

Silvio Lima Figueiredo³

A Rede de Pesquisadores de Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas da Pan-Amazônia (TPP Pan-Amazônia)⁴ é composta por pesquisadores da Pan-Amazônia e tem por finalidade atuar em prol da integração do saber, promovendo o diálogo entre diferentes universidades e instituições da região, tendo em vista uma reflexão crítica e interdisciplinar sobre os processos relacionados ao turismo e patrimônio. A Rede surge dos debates realizados no 3º Seminário Internacional da Rede TP3 – Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas e 9ª Conferência Internacional da AsTRES, realizado em Belém do Pará de 3 a 6 de novembro de 2019, com a finalidade de fortalecer a rede Pan-Amazônica.

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA). Coordenadora do I Congresso Pan-Amazônico de Turismo, Lazer e Patrimônio.

² Professora da Faculdade e Programa de Pós-Graduação em Geografia/IFCH/UFPA. Coordenadora da Rede de Pesquisadores de Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas da Pan-Amazônia e Coordenadora do I Congresso Pan-Amazônico de Turismo, Lazer e Patrimônio.

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA). Coordenador da Rede de Pesquisadores de Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas da Pan-Amazônia e Coordenador do I Congresso-Pan Amazônico de Turismo, Lazer e Patrimônio.

⁴ O grupo de pesquisa encontra-se cadastrado no Diretório de Grupo de Pesquisa do CNPq, com o nome de Rede de Pesquisadores de Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas da Pan-Amazônia (TPP PAN-AMAZÔNIA), com o seguinte endereço para acessar este espelho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1739208428045913

O avanço dos estudos e pesquisas sobre o patrimônio no Brasil e na América Latina tem provocado a criação de diversos projetos de pesquisa com essas temáticas como objetos de investigação. Dessa forma, as principais questões sobre o patrimônio ganham espaço cada vez mais e necessitam ser discutidas na formação de um campo interdisciplinar, com o debate de temas como institucionalização de referências culturais, patrimônio imaterial, ameaças ao patrimônio material e imaterial, salvaguarda e estratégias de conservação.

Nessa perspectiva, o turismo e o lazer se conectam com a discussão do patrimônio pela sua possibilidade de representar oportunidades de conservação e preservação. No que diz respeito à relação turismo/lazer-patrimônio, é importante destacar que muitos desses bens materiais e imateriais são escolhidos pelas suas próprias comunidades para serem representativos, ou mesmo por processos institucionalizados de patrimonialização e, por isso mesmo, se constituem como potenciais atrações turísticas.

A Rede está alicerçada na realização de atividades ligadas à pesquisa e à difusão científica, viabilizando a execução de projetos conjuntos de formação, investigação, inovação e difusão de conhecimentos na área e promoção da presença da Rede em eventos, *fóruns* e congressos de prestígio acadêmico-científico e sua participação em redes que potencializam a sua projeção e articulação internacional e realização de eventos congregando os membros da Rede com o objetivo de divulgar o conhecimento produzido nos países da Pan-Amazônia.

Entre os objetivos da rede, encontram-se: ampliar e fortalecer o intercâmbio entre acadêmicos, profissionais e instituições interessadas em aprofundar conhecimentos sobre Turismo, Lazer e Patrimônio da Pan-Amazônia; contribuir com o debate sobre Turismo, Lazer e Patrimônio no âmbito da formação e da atuação profissional na área; refletir sobre Turismo, Lazer e Patrimônio, a partir da contribuição de diferentes áreas do conhecimento; qualificar a produção acadêmico-científica no âmbito dos estudos sobre Turismo, Lazer e Patrimônio; e realizar e promover, *online*, um espaço de reflexão sobre debates e problemáticas contemporâneas nessa área de conhecimento.

Os textos aqui compilados foram apresentados no *I Congresso Pan-Amazônico de Turismo, Lazer e Patrimônio*, realizado de forma virtual nos dias 11 e 12 de novembro de 2021. Com a propagação da pandemia de Covid-19 e a necessidade de se manter medidas de isolamento social para conter os seus avanços, as instituições organizadoras realizaram o evento de maneira totalmente *online*.

O evento teve a participação de mais de 400 inscritos de instituições brasileiras e estrangeiras, com a seguinte estrutura: uma conferência de abertura sobre Turismo e Patrimônio na Pan-Amazônia, ministrada pela profa. Fabiola Velasques Peres, Coordenadora da Red de Patrimonio de Venezuela – REDpatrimonio.VE e uma conferência de encerramento sobre *Innovación abierta y desarrollo sostenible a partir de los procesos de gobernanza participativa en los Territorios Turísticos*, ministrada pela pesquisadora peruana Rocio Rojas, Directora fundadora en Turistech - Living Lab - Destinos Emergentes, Miembro de la Red de Impacto LATAM; dois Grupos de trabalhos em que foram apresentadas as comunicações: Grupo de trabalho 1 - Políticas de Patrimônio na Pan-Amazônia e Grupo de Trabalho 2 - Políticas de Turismo e Lazer na Pan-Amazônia Patrimônio na Pan-Amazônia; e duas mesas-redondas com os títulos: Políticas de Turismo e Lazer na Pan-Amazônia, e Políticas de Patrimônio na Pan-Amazônia.

A proposição do evento é importante pela necessidade de debater e aprofundar questões referentes ao Turismo, Lazer e Patrimônio na atualidade, uma vez que é crescente a demanda de estudantes, pesquisadores e profissionais de diferentes áreas de conhecimento pelo desenvolvimento de projetos e ações voltados para o lazer em nossa realidade.

É um fato social e político da atualidade mundial a necessidade de atenção e preocupação da academia e da ciência em provocar e propor o debate sobre as escolhas e modos de organização do Turismo, Lazer e Patrimônio de pessoas e comunidades e suas relações com a cultura (local e global), o mercado capitalista globalizado, a geração de renda e lucro, a indústria cultural, os processos formativos e educacionais que se estabelecem por meio de práticas hegemônicas e contra-hegemônicas na contemporaneidade. Na complexidade destas relações, evidenciam-se as

desigualdades sociais e econômicas, a diversidade e a pluralidade cultural que demarcam as exclusões, a marginalização, mas também as práticas de resistências e empoderamentos que podem ser produtivas e inspiradoras.

Assim, este evento se propôs a conhecer, estudar e valorizar essas práticas de Turismo e Patrimônio relacionadas e dar-lhes visibilidade e análise crítica perante a ótica acadêmico-científica comprometida com a construção de um mundo melhor e mais viável para todos. Esses princípios permitem a inclusão de temas que atravessam as vivências de lazer, ócio e recreação, como os marcadores sociais de classe, gênero, raça, religião, entre outros.

Além disso, a realização de eventos dessa natureza é fundamental para a construção e difusão do conhecimento entre os países da Pan-Amazônia, contribuindo para afirmar o Turismo, Lazer, Patrimônio e Políticas Públicas relacionadas como um campo de estudos profícuo para a compreensão da dinâmica de diferentes sociedades.

O que encontramos aqui é resultado de um esforço de pesquisadores/as e instituições e dá continuidade à proposta de publicização do conhecimento e da produção científica, após a realização do referido evento anual da Rede.

A consolidação dos estudos sobre patrimônio, turismo e lazer indica a necessidade de aprofundamento das questões e debates suscitados por essas temáticas, todas tão representativas da sociedade moderna e pós-moderna, com características que se adaptam às novas formas das sociedades interagirem e se reproduzirem. Os campos do patrimônio, do lazer e do turismo dizem respeito, portanto a novas sociabilidades, territorialidades e formas de produção e consumo, e estratégias identitárias, congregando assim aportes sociais, geográficos, econômicos e simbólicos. Dessa forma, produzem e são produtos do mundo atual, intermediados pelas redes sociais virtuais e com o e-commerce.

Os estudos sobre o patrimônio tanto material como imaterial dependem, assim, de uma condição para sua existência, o que lhe é garantida através de uma base concreta, ou seja, o espaço, que aqui só pode ser entendido pela construção humana. Se pensarmos, por exemplo, que

o patrimônio cultural de uma cidade só se torna como tal por conta das atividades que os homens empregaram nele se deram ao longo do tempo, veremos que tais espaços só conseguiram se reproduzir por conta de um uso em bases concretas (que obviamente estão ligados a uma concepção de cultura); mais ainda, uma condição “inicialmente” física, que depende exclusivamente da ação humana. Por esse lado, justifica-se que determinado patrimônio cultural só tem valor por conta de suas condições tanto políticas como sociais e econômicas, acrescentadas ainda por uma condição técnica (PAES, 2009; ALMEIDA, 2009).

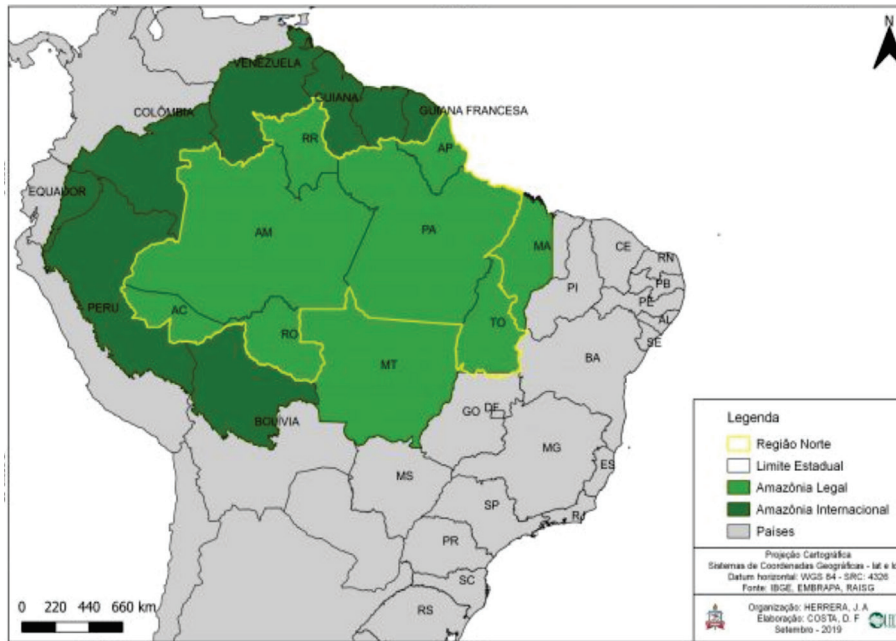
A noção de patrimônio cultural ganha visibilidade no século XX e a partir da década de 70, quando se amplia a concepção de memória e de delimitação da cultura, momento em que passam a ser consideradas como elementos constitutivos das práticas, das representações e das expressões cognitivas.

O patrimônio cultural e sua preservação é uma ação política da sociedade organizada. Como bem cultural, compreende a produção de bens materiais e imateriais, e naturais que se conformam em determinado espaço geográfico.

A Pan-Amazônia atravessa nove países, é lar de mais de 400 povos indígenas, abriga a maior rede hidrográfica mundial, contém os maiores estoques de carbono e coexiste com uma das maiores concentrações de biodiversidade do planeta. E essa terra de superlativos precisa de uma governança que vá ao encontro de sua grandeza e supere fronteiras geopolíticas.

Na Pan-Amazônia, a perspectiva de estudos de patrimônio é ampla e pouco estudada, seja no que se refere ao patrimônio material/imaterial, seja no que refere ao patrimônio natural. A Pan-Amazônia, maior floresta tropical e bacia hidrográfica do mundo, conta com 7,8 milhões de quilômetros quadrados distribuídos entre nove países. Possui área que equivale a 60% da superfície da América Latina, sendo o Brasil o detentor da maior parte de todo esse território, uma vez que o País possui 67,8% da área total.

Figura 1 – Mapa da Pan-Amazônia



Fonte: https://drive.google.com/drive/folders/12w1hvCm-KZ8Erj_IVrLN9dWDIB9LIMIk?usp=sharing

Assim, a chamada Amazônia Legal detém 59% do território brasileiro e possui 11.300 km de fronteiras com sete países vizinhos, quais sejam: Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa (França), Peru, Suriname e Venezuela. São cerca de 25.000 km de vias navegáveis dentro de nove estados da República Federativa do Brasil, ou seja, os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e grande parte do Tocantins.

A Pan-Amazônia é uma região estratégica para o Brasil e para os países que a compõem. Além dos diversos recursos naturais encontrados em seu ecossistema, existe em torno da Pan-Amazônia toda uma perspectiva estratégica, política e econômica que interessa diretamente aos países condôminos. Ela é um ponto vital para qualquer programa de integração

sul-americano, constituindo-se em elemento essencial para a integração continental em sua dimensão mais ampla, isso sem contar os impactos ambientais e sociais que atingem a região. Pensar, problematizar e pesquisar a temática do patrimônio seja material/imaterial ou natural nessa região é, portanto, urgente.

O lazer tem características marcantes como prática social moderna. Ele nasce do processo de industrialização e de urbanização das cidades. Essa mudança no modo de produção favoreceu o surgimento de divisões no cotidiano das pessoas, entendendo-se que não havia distinções muito claras entre o lazer, o trabalho e a natureza em períodos anteriores. Essas mudanças são importantes porque o surgimento do lazer se vincula ao surgimento da dicotomia lazer/trabalho, da reivindicação da classe trabalhadora por mais horas de descanso e para outras atividades e, a partir de então, a necessidade das ciências sociais em estudar essas práticas (BAHIA, 2014).

A partir dessa dicotomia, a vida moderna desdobra-se na produção e no trabalho em fábricas, grandes empresas, ou até mesmo em serviços informais nas ruas, quer sejam legalizados ou não, e atualmente em aplicativos em que o trabalhador se “urberiza” sem direitos nem segurança. Esse mundo acaba por distanciar esses trabalhadores de si mesmos, do contato com o outro e com a natureza, e insere nos indivíduos uma percepção do ser produtivo, transferindo esse valor da produção para todas as esferas da vida, no trabalho, no campo econômico, no campo político e nos relacionamentos interpessoais, sociabilidades, lazer e ambiente.

Os lazeres, muito importantes para a saúde e bem-estar das pessoas, passam então a compor a engrenagem da produção, com as “indústrias” do entretenimento e do turismo. Na Pan-Amazônia, essa configuração se altera, pois a Amazônia urbana e rural, com comunidades tradicionais, convive com práticas não dicotômicas ao mesmo tempo que essas “indústrias” também estão presentes, configurando assim práticas muito diversas.

Sobre o turismo, muita coisa já foi dita e muita coisa há de ser investigada nas suas transformações atuais. É uma prática nascida na organização das viagens no século XIX, a partir da produção de uma mercadoria específica, congregando transporte, hospedagens, visitas, programações, acompanhamento e monitoria. A coordenação dessas atividades em um só “pacote” faz

do turismo uma prática diferenciada, calcada na sua própria mercadorização. Como um produto, foi inicialmente considerado pelos campos científicos que o estudavam e nasceu então a abordagem mais presente quando se quer compreendê-lo, entender o turismo como uma *atividade econômica*.

O século XX foi particularmente importante para a consolidação da prática e da atividade, uma vez que durante esse período foi possível consolidar o turismo como importante fenômeno do nosso tempo e sociedade. Apesar das pandemias, grandes guerras e tensões políticas, foi possível solidificar viagens organizadas para lazer por quase todo o planeta. A segunda metade do século foi muito importante com a “descoberta” dos países em desenvolvimento como destinos, possuidores de atrações naturais e culturais “exóticas”, experiências que não poderiam faltar em uma família média europeia e estadunidense.

A América Latina se transformou então em um local de diversas possibilidades, inclusive de lugares onde se poderia realizar o processo ritual do turismo (JAFARI, 1987), invertendo papéis sociais dos visitantes e provocando comportamentos diversos, inclusive legalmente proibidos. Apesar de os países latino-americanos sofrerem diversas mazelas nos processos desenvolvimentistas do Ocidente, como extermínios, ditaduras, grande concentração de renda em uma reduzida parcela da sociedade, desigualdades sociais, injustiças ambientais e racismos com os povos originários, tais países têm se colocado como destinos e muitos são vendidos dessa forma. Nesse processo, a Amazônia como bioma transfronteiriço, que compõe o território de vários países americanos, congrega elementos para atração desses visitantes e até hoje são realizados diversos processos de planejamento para consolidar essa atividade (TAVARES, 2009; FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015).

Os textos apresentados aqui são uma mostra da diversificada produção pan-amazônica sobre essas temáticas, esperando dessa forma contribuir para a densificação dos estudos nessa região tão importante.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Prefácio. In: PAES, M.; OLIVEIRA, M. (org.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 7-12.

BAHIA, M. C. *O lazer e as relações socioambientais em Belém, Pará*. Belém: NAEA/UFPA, 2014.

FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W. R. M. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F. de; NÓBREGA, W. R. M. (org.). *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. Belém: NAEA/UFPA, 2015. p. 11 - 37.

JAFARI, J. Tourism models: the sociocultural aspects. *Tourism Management*, v. 8, n. 2, p. 151-159, 1987.

PAES, M.T.D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais – um olhar geográfico. In: BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; Bursztyn, Ivan. (org.). *Turismo de Base Comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro, RJ: letra e imagem, 2009, v. 1, p. 162-174.

TAVARES, M. G. C. Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas considerações sobre o arquipélago do Marajó (PA). In: BARTHOLLO, R; SANSOLO, D. G; BURSZTYN. (Org.). *Turismo de Base Comunitária*. São Paulo: Letra e Imagem, 2009. p. 249-260.



LA AMAZONÍA ES MÁS QUE UNA INMENSA MANCHA VERDE

Fabiola Velasco Pérez¹

Elegía del Alba (Fragmento)

Cuando te desnudas, luz en la selva, / tumbas tu sombra al
río/ y tu primer hijo te brota/ como un cervatillo. // Amazonas,
de caballera acuática/ y piel lacerada, / todos los recodos
mueren/en tus carnes invértebras. // Hace ya siglos, cuando
los conquistadores/ plantaron la oscuridad, / recogieron la
sombra blanca del alba/ y te cercenaron el pecho.
La lluvia de Manaus, Brasil, / es la lluvia de Riberalta, Bolivia,
/ es la lluvia de Santa Ana, mi pueblo, / es la lluvia de Iquitos,
Perú, / es la lluvia de Leticia, Colombia. // Hilos de agua que
caen sobre el polvo, / juntos, agua y tierra, / arcilla somos para
ya no separamos jamás, / y no hay distancia entre nosotros/ y
los grandes árboles/ que mueren en la noche.

Nicomedes Suárez Araúz

Boliviano (1946), poeta, escritor, ensayista y artista visual.

¹ Arquitecta, Magister en Conservación y Restauración de Monumentos, Especialista en Patrimonio Cultural y Turismo Sostenible, Doctoranda en Patrimonio Cultural, Investigadora en el Instituto de Estudios Avanzados – IDEA y Coordinadora de la Red de Patrimonio de Venezuela – REDpatrimonio.VE.
Correo-e: fabiolavelascop@gmail.com

Para empezar, es importante hacerles saber que este texto es parte y motivación de lo que fue la conferencia de apertura del 1er Congreso Pan Amazónico de Turismo, Ocio y Patrimonio, con sede en la ciudad de Belém de Pará, en Brasil, realizado entre los días 11 y 12 de noviembre de 2021, por lo que su orientación es netamente introductoria al tema general planteado desde la estructura y organización del congreso.

1. NUEVE PAÍSES, UN TERRITORIO

“Divide et impera”, divides y vencerás, es una célebre frase atribuida al emperador romano Julio César en el año 338 AC, pero también fue parte de las estrategias aplicadas para la ocupación de nuestro territorio continental, por parte de los españoles y portugueses a partir del siglo XVI, durante las genocidas gestas invasoras. El resultado histórico es el de un territorio dividido que sirvió para la repartición del botín y que aún hoy, mantenemos en fracciones de dominación. “Es posible que sea la naturaleza la que marca siempre la división arbitraria que luego hacen los hombres, y que sean los viajeros y exploradores quienes tienen el designio de encontrar sus signos, signos, [...]” (LUCENA, 2003).

Desde esta parcelación es como el imaginario revela a la Amazonía desde cada una de sus fronteras, pero en la realidad, como lo confirma la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), “este vasto territorio se identifica como la mayor eco-región de biodiversidad del planeta” (2013), con 7,4 millones de km², lo que representa el 4,9% del área continental mundial, y cubre extensiones significativas de Brasil, Venezuela, Guyana, Surinam, Guyana Francesa, Colombia, Ecuador, Perú y Bolivia.

Si revisamos los tratados de historia sobre la Amazonía, observamos en su mayoría la visión occidentalizada del mismo, narrada en primera persona como «descubridores» de un territorio aparentemente deshabitado, donde los nativos no se consideraban personas, sino irracionales que habría que exterminar. Las mismas culturas andinas precolombinas, desde la periferia, lo visualizaban como una zona salvaje y agreste, dándole el nombre de

“Antis”², tal como nos revela Zanelli (2011) en su ensayo sobre la “Amazonía como frontera y un mundo desconocido”. En el mismo texto citado, se expresa que: “resulta interesante como para los españoles, al menos los primeros conquistadores, la Amazonía es un mundo ajeno como igual para los pueblos andinos”.

Lo que si nos queda claro es que la Amazonía es más que un mito, solamente la cuenca del río Amazonas, es considerada la más grande del mundo con un promedio de: “230.000 m³ de agua por segundo, que corresponde aproximadamente al 20% del agua dulce en superficie terrestre mundial”. Porque además “(...) es mediadora atmosférica global de CO₂, que se organiza desde el río Amazonas como eje principal de conexión y distribución de su inmensa biodiversidad ecológica” (CEPAL, 2013).

Considerando que este territorio es un gran espectáculo de biodiversidad, se debe entender que los principios de la sostenibilidad, son los garantes de su conservación:

La gestión de los paisajes bioculturales representa un reto irrenunciable para los pueblos. En ellos descansan la esencia misma de su ser y por ello se hace imprescindible su preservación. En estos tiempos donde el turismo se ha asomado como una valiosa alternativa de desarrollo sostenible, los planes, programas y acciones en la planificación territorial han tenido que considerar nuevos paradigmas (ARAQUE, 2021).

2. PAN AMAZONÍA: TERRITORIO DE COMPLEJIDADES

Estas complejidades están definidas por la diversidad de sus ecosistemas, la riqueza de los recursos y la diversidad cultural de las comunidades locales y foráneas que la habitan, por lo que demanda de todos y cada uno

² Los Incas definían su territorio, el de la cordillera andina, como un “mundo controlado” y una zona salvaje y no conocida, la que internaba a la Amazonía, conocida como “Antis”, donde solo iban los desterrados. También sirvió esta concepción, para mitificar los valores de las riquezas codiciadas, ocultas en este territorio salvaje. “Este vocablo significa el límite o la frontera con el mundo amazónico, de allí Antisuyo para designar la parte oriental del imperio incaico que limita con la Amazonía pero que claramente no la incluye” (ZANELLI, 2011).

de los Estados partícipes, una prudente administración y adopción de políticas y medidas para la protección de los recursos biológicos, la conservación y salvaguardia del patrimonio cultural, necesarias para prevenir el riesgo que, por la extrema fragilidad de sus ecosistemas, podría ocasionar un indebido aprovechamiento de sus recursos naturales.

La Pan Amazonía es además una región con una gran relevancia geopolítica regional, debido por lo menos a: a) la escasez internacional de recursos estratégicos, b) su importancia ambiental y ecológica, c) su condición de región transfronteriza con presencia de economías ilegales, y d) su patrimonio cultural (CEPAL, 2013); lo que se traduce en: actividades ilegales de extractivismo minero, desigualdades sociales, colonos, paramilitarismo, prostitución, corrupción, violación de DDHH, deforestación, tala, quema, comercios ilícitos, migraciones, narcotráfico, cultivos y ganadería de alto impacto, dificultades de movilidad y comunicación, transculturación e injerencias religiosas.

La gran variedad de los ecosistemas amazónicos, es parte de sus complejidades, que se caracterizan por su fragilidad, al encontrarse en su mayoría asentados sobre suelos pobres muy vulnerables a la lluvia y el sol, por lo que una vez talado el bosque la fertilidad de los suelos se agota con rapidez. La Amazonía es hoy una región habitada por población colona en asentamientos rurales y urbanos, que busca actividades económicas que les represente ingresos y que aspira a estándares de vida similares a las de las principales ciudades del continente.

Con la ocupación de 3344 territorios sagrados (CEPAL, 2013), un porcentaje importante de la población amazónica corresponde a grupos indígenas que ofrecen una variedad cultural y lingüística de enorme riqueza. Estos pobladores milenarios han aprovechado en forma sostenible los recursos de la región, gracias a un profundo conocimiento de su biodiversidad y su funcionamiento eco-sistémico. Sin embargo, ahora las comunidades indígenas viven en medio de la selva con conexiones con el mundo exterior y con interés por participar en las dinámicas económicas y sociales.

3. PATRIMONIO CULTURAL Y TURISMO SOSTENIBLE COMO UNA DE LAS BASES PARA LA INTEGRACIÓN Y DESARROLLO DE NUESTRA AMÉRICA

Como lo presenté en su momento, esta reflexión referida al turismo y al patrimonio cultural en la Pan Amazonía, fue un buen ejercicio para visualizar las complejidades del mismo, porque la noción de turismo que, dentro de las generalidades se maneja, parte de la idealización del concepto en sí mismo, al imaginarnos felices por el mundo conociendo lo desconocido. Pero la ciencia y estudio de esta disciplina llevada por los «turistólogos», nos confronta a una realidad distinta, al hacernos entender que el turismo como fenómeno social, cultural y económico, es una oportunidad, pero a la vez una dificultad en el uso y gestión del patrimonio cultural y la sostenibilidad.

En la opinión del arquitecto Ciro Caraballo, Consultor de Unesco en programas y gestión de Patrimonio Cultural, éste afirma que: “el turismo masivo es un fantasma que acecha desde la sombra para dejar al desnudo a los bienes patrimoniales de América Latina, África y Asia, ya que con su poder y dinero genera una relación difícil para el patrimonio y las comunidades”. (CARABALLO, 2021). El turismo en su conjunto no es una actividad inocente, ni netamente lúdica; detrás de bastidores tiene inmersa sus complejidades y perversidades.

Tanto la disciplina turística como la gestión del patrimonio cultural es muy fraccionada en tanto a sus ámbitos de acción, diversidades culturales y biológicas, tipologías, territorialidades, modelos económicos y políticos, estructuras sociales, entre otros. A partir de esta premisa, me parece interesante establecer que los dos conceptos fundamentales que rigen esta exposición, como son turismo y patrimonio cultural, no convergen en una epistemología única de saberes desde el campo de las ciencias sociales. Por lo tanto, podríamos afrontar el problema desde distintas disciplinas del conocimiento como, por ejemplo: desde las normativas, el territorio, la cultura, la experiencia, la hospitalidad, el mercadeo, las políticas públicas y más, que propician un entramado de relaciones multidireccionales, que son las que logran la concreción de la rentabilidad y disfrute final de un destino calificado como turístico.

Ser turista implica desplazarse, moverse de su sitio de habitación por razones de recreación, ocio, salud, negocios, formación, entre otras, donde el gasto y el pago de servicios se revierten en la industria del turismo, que oferta transporte, alojamiento, alimentación y recreación, sobre la base del mercadeo de atractivos, donde el patrimonio cultural, en toda su extensión de bienes materiales y espirituales, es pieza fundamental y fachada de la oferta ante la demanda.

Frente a esta concepción existen diversas interpelaciones provenientes de varios investigadores que sostienen que el turismo es, por sobre todas las cosas, una práctica social. Es mucho más que una dinámica comercial, es socialización, es diferencia, es otredad, es un rito de pasaje, a veces un escape, también una práctica educativa y muchas otras veces una práctica “snob”. Esta heterogeneidad hace del objeto de estudio un fenómeno multidimensional, altamente complejo en términos de su abordaje y, lógicamente, incapaz de ser entendido solamente en función de una de sus dimensiones. Complejidad que, al mismo tiempo, obliga a repensar la actividad desde un lugar epistemológico, no solo como un simple ejercicio de abstracción, sino reconociendo que la forma, los alcances, las metodologías y la teorización tienen incidencia en la realidad, en cómo se interviene y, en definitiva, en el territorio (COMPARATO, 2019).

Pensar el territorio amazónico desde su totalidad y no desde su fragmentación, puede ser el aporte de una nueva concepción de integración de Nuestra América, además vista desde la cultura e incorporando a la actividad turística a los paradigmas actuales, poniendo eso sí, énfasis en el respeto de las diversidades manifiestas propias de la escala regional del territorio en cuestión.

Me permito invitar a visualizar que el entramado turístico es consecuentemente un producto cultural y como también un productor de cultura, por lo que su inserción dentro de los territorios es irremediamente impactante. En este sentido es necesario entender que el turismo es un sistema de relaciones que genera una multiplicidad de procesos que, nos habla de los lugares con la fuerza cultural que los configura e interpreta a su vez.

En este sentido se podría fortalecer la integración turística-cultural de los países de la Pan Amazonía, a través del desarrollo de redes de rutas turísticas, donde el patrimonio cultural sea el punto de intercambio, reconocimiento y sostenibilidad económica, política y social. A su vez, este problema se plantea desde la necesidad de generar conocimiento sobre “otra idea” del concepto de patrimonio cultural adaptable a nuestras realidades de la región, donde la identidad y la memoria se pueden considerar ejes de construcción política de una nueva identidad pluridiversal, muy negociable para el desarrollo de propuestas socio productivas de turismo sostenible. La intención en primera instancia es contribuir a la integración cultural de la región, a través del reconocimiento y conocimiento del patrimonio cultural nuestro americano, para ser sumado como bienes comunes y no comunes vinculantes de una sola identidad plural, diversa y universal (VELASCO, 2021).

4. "RUTA I": HACIA OTRA MIRADA DEL CONTINENTE

Esta idea, la vengo gestando desde el año 2013, a partir de la presentación del trabajo final para el curso de postgrado de la Cátedra Unesco en Turismo y Desarrollo Sostenible, impartida por la Universidad Tres de Febrero de Buenos Aires, Argentina.

La intención es la búsqueda de un sentimiento único de identidad regional, siendo este el punto de partida de esta propuesta, que he denominado como «Ruta turística de integración nuestra americana», demarcada con la «i» de integración e identidad, con el fin de generar espacios de intercambio cultural sostenible, a través, de la actividad turística; esta última como factor generador de diversas relaciones políticas, sociales, económicas, culturales y ambientales, en beneficio de la reivindicación de la soberanía de la región.

5. UN MÉTODO, UNA PROPUESTA DE ACCIÓN

La “Ruta i” se planea como un método, generador de información útil para la formulación de proyectos socio-productivos de escalas nacionales, regionales y continental, donde imperen prácticas de sostenibilidad, inclusión social y de buen vivir.

Para alcanzar este objetivo la estrategia se organiza primeramente desde el orden de un marco conceptual de referencia propia y en segunda instancia en la demarcación territorial de las posibles rutas, a partir de las referencias ya existentes, en el sentido de delimitar los vastos campos de acción sobre el territorio regional.

El proyecto está concebido para desarrollarlo de manera integral e integrada, es decir, valora aspectos sociales, culturales, ambientales, económicos, políticos y de organización con la incorporación de los distintos organismos competentes y/o responsables, por lo que se piensa una trama de relaciones en red, a manera de poder ir evaluando los problemas y aportando soluciones de factibilidad de ejecución práctica en lo socio productivo como en la generación del conocimiento, para la formación de nuevos valores de identidad nuestro americana, en primera fase a las organizaciones sociales que se captan para el desarrollo y relevamiento de la información como para el público usuario general de la futura “Ruta i” (VELASCO, 2021).

La propuesta se sustenta y desarrolla en el reconocimiento de los bienes patrimoniales, especialmente de aquellos que se encuentren dentro de lo que se defina como la «Ruta i», con la elaboración de una multiplicidad de rutas potencialmente turísticas, sobre las conexiones de comunicación existentes que marcan al territorio y unen a sus pueblos.

El método desarrolla categorías propias de identificación diagnóstica, definidas como: a) las trazas (sistemas de comunicación y transporte existentes),

b) las tramas (centros poblados, ciudades, asentamientos, etc.), c) patrimonio cultural y natural, d) servicios turísticos existentes e) la gente; esto propicia inicialmente un diagnóstico de primera fuente sobre el territorio, por lo cual la toma de decisiones sobre los ejes que sean susceptibles a intervenir y ser parte de la macro «Ruta i», serán objeto de desarrollos turísticos sostenibles, que contribuirán a cumplir con las estrategias previstas en los Criterios Globales de Turismo Sostenible (en su siglas en inglés como GSTC)³, definidos por el Consejo Global de Turismo Sostenible, como gestión coordinada por y entre los distintos países que conforman el subcontinente.

6. DESENLACE

Las herencias materiales no siempre satisfacen lo que comprendemos del mundo. El mundo es lo que nos rodea, con límite de espacio y tiempo, con horizonte y cielo. Nosotros y nosotras, americanos de origen, siendo más que universales, de manera enigmática hemos podido desarrollar capacidades de comprensión del cosmos, más allá del pensamiento dominante, construyendo una forma nueva de entendernos entre nosotros.

Aunque la globalidad se apronta como una amenaza aparente, estamos entrenados a sobrellevarla, sabios somos de estos chantajes, a los que históricamente hemos sobrevivido, dando respuestas creativas y renovadoras ante la realidad hegemónica. Pareciera que las ataduras vergonzosas tienen un fin y los auténticos portadores de todas las recargas de saberes tienen la misión de orientar el rumbo de los nuevos tiempos.

La experiencia histórica vivida, en muchos aspectos sufrida con dolor y en otra ganada en sabidurías múltiples, hacen de nuestras subjetividades la mayor riqueza cultural y patrimonial. Podemos entender el cosmos de manera pluriuniversal y esto es grandioso. Dejar de vernos a través del espejo imperial, sea cual sea el imperio de supremacía universal, de visión única eurocéntrica o norteamericana, es la tarea.

³ Los Criterios GSTC son un esfuerzo por alcanzar una forma compartida de entender qué es un destino sostenible, y representan los compromisos mínimos que una organización de gestión turística que quiera ser sostenible debe cumplir. Los tres criterios globales que evalúa el turismo sustentable son: 1. Contribución al desarrollo local, 2. Bienestar de la comunidad, 3. Desarrollo de oferta con elementos culturales y 4. Protección del patrimonio socio-cultural.

La mirada caleidoscópica sobre la base de nuestra herencia mixta, sobrecargada de saberes, de diversidad diversa, es la fortaleza que se debe reedificar. Es decir, lo aprendido está ahí, recogido, aceptado y transformado en nuevas materialidades y espiritualidades, de las cuales no debemos aceptar que se evalúen con desprecio. En este sentido podríamos decir que algo positivo nos legó la invasión europea, cuando se entiende lo que vive bajo la sombra del espejismo de la modernidad.

Se resume en que somos hombres y mujeres más universales que los mismos universales. Poderosos de esta tierra, modificados genéticamente bajo la luz de constelaciones peregrinas, con cargas energéticas míticas indestructibles: así somos los de esta tierra y la Amazonía como un manto verde protector nos cobija.

7. INVITACIÓN FINAL

En el cierre de la conferencia de apertura para el 1er Congreso Pan Amazónico de Turismo, Ocio y Patrimonio, se hizo la invitación para dar a conocer la experiencia del trabajo colectivo de la Red de Patrimonio de Venezuela – REDpatrimonio.VE, la cual dirijo. Esta iniciativa nació desde el programa de Conservación del Patrimonio Cultural de la Dirección de Sociopolítica y Cultura de la Fundación Instituto de Estudios Avanzados (IDEA), ente adscrito al Ministerio del Poder Popular para la Ciencia, Tecnología e Innovación, en el marco de la línea de investigación “Patrimonio Cultural, memoria e identidad”, en el año 2018. La REDpatrimonio.VE es un entramado colectivo de conocimientos en materia de patrimonio cultural venezolano y nuestro americano, que también motoriza un Observatorio Nacional de Patrimonio Cultural.

Dentro del ejercicio cotidiano del trabajo en la conservación del patrimonio cultural venezolano y nuestro americano, se evidencia tajantemente la fragmentación, la duplicidad de esfuerzos, el aislamiento de los pequeños grupos de investigación, que ponen en riesgo la ventaja competitiva de la investigación en las ciencias de la conservación, como un área de contribución de conocimientos para la consolidación de la soberanía de la región.

Por lo tanto, la REDpatrimonio.VE pretende consolidar una plataforma de encuentro multidisciplinario, que fortalezca los nexos entre la investigación y la información científica sobre patrimonio cultural venezolano y nuestro americano, que contribuya con el desarrollo de la comunicación, el apoyo mutuo y el intercambio entre:

Investigadores, profesionales y expertos del área de la conservación del patrimonio cultural venezolano y nuestro americano.

Instituciones, asociaciones, públicas y/o privadas de injerencia sobre la gestión del patrimonio cultural venezolano y nuestro americano.

Para ampliar esta información y hacerte parte de la REDpatrimonio.VE accede al enlace siguiente: <https://redpatrimoniove.wixsite.com/redve>

REFERÊNCIAS

ARAQUE, O. Reinterpretando el paisaje biocultural. Revista Digital de Patrimonio Cultural Boletín en Red, n. 19, mar./abr., 2021, p. 10-15. Disponible en: <https://redpatrimoniove.wixsite.com/redve/boletin>. Consultado el: 9 feb. 2022.

CARABALLO, C. Turismo y patrimonio, una relación difícil. [Entrevista María Milagros Pérez], Revista Digital de Patrimonio Cultural Boletín en Red, n. 19, mar./abr., 2021, p. 02-09. Disponible en: <https://redpatrimoniove.wixsite.com/redve/boletin> Consultado el: 9 feb. 2022.

CEPAL, Oficina de Bogotá. Amazonía posible y sostenible. Editorial CEPAL, Patrimonio Natural. Jun. 2013. Disponible en: https://www.cepal.org/sites/default/files/news/files/folleto_amazonia_posible_y_sostenible.pdf Consultado el: 2 nov. 2021.

COMPARATO, G. Epistemología del turismo: entre luces y sombras. Caderno Virtual de Turismo, v. 19, n. 1, p.1-18. 2019. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponible en: <https://www.redalyc.org/journal/1154/115459473009/html/>. Consultado el: 1 nov. 2021.

LUCENA, M. Imperios confusos, viajeros equivocados: españoles y portugueses en la frontera amazónica. *Revista de Occidente*, n. 260, ene., 2003, p. 24-35. Madrid. Disponible en: <https://digital.csic.es/bitstream/10261/8668/1/Imperios%20confusos.pdf> Consultado el: 2 feb. 2022.

RODRÍGUEZ, C. Estrategias de reterritorialización en la poesía amazónica contemporánea. *Revista Taller de Letras*, n. 60, feb. 2018, p. 19-37. Disponible en: <http://tallerdeletras.letras.uc.cl/index.php/TL/article/view/4064>. Consultado el: 11 feb. 2022.

VELASCO, F. Ruta "i": ruta turística para la integración. No somos inmigrantes, somos nuestra américa. *Revista Digital de Patrimonio Cultural Boletín en Red*, n. 19, mar./abr., 2021, p. 16-23. Disponible en: <https://redpatrimoniove.wixsite.com/redve/boletin>. Consultado el: 9 feb. 2022.

ZANELLI, C. Los antis: la Amazonía como frontera y mundo desconocido en dos fuentes coloniales. *Revista Summa Humanitatis*, Pontificia Universidad Católica del Perú, 2011. Disponible en: https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/summa_humanitatis/article/download/2723/2667/ Consultado el: 3 feb. 2022.

ZÁRATE, C.; APONTE, J. Las fronteras amazónicas: un mundo desconocido. *Revista Nueva Sociedad*, n. 289, p.126-137 sept./oct. 2020. Disponible en: <https://www.nuso.org/revista/289/fronteras-latinoamericanas-mas-alla-de-los-limites/> Consultado el: 10 feb. 2022.

UNA PROPUESTA DE DISEÑO DE POLÍTICA PÚBLICA PARA EL SECTOR DE TURISMO EN EL DISTRITO ESPECIAL DE SANTIAGO DE CALI, COLOMBIA

Alexander Zúñiga-Collazos¹

Lina Marcela Padilla-Delgado²

Raúl Andrés Tabarquino Muñoz³

1. INTRODUCCIÓN

La Política pública de turismo se considerada un componente estratégico para el desarrollo del Distrito especial de Santiago de Cali, por la naturaleza de su económica transversal, la intensidad de mano de obra, y el impacto social, medioambiental y económico que genera a través de la interacción entre los diferentes actores. Esta Política pública constituye un instrumento legítimo que pretende apuntar de manera coherente a objetivos que impacten a la sociedad, de tal manera que se convierta en un factor fundamental de reactivación económica ante diferentes crisis

¹ Doctor en Perspectivas Científicas sobre Turismo y Dirección de Empresas Turísticas de la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, España. Profesor Titular y Director del Doctorado en Administración de Negocios de la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de San Buenaventura Cali. ORCID: 0000-0002-0337-6113. E-mail: azuniga01@usbcali.edu.co, Colombia.

² Master en Publicidad Integrada, Creatividad y Estrategia. Universidad Internacional de la Rioja – España. Docente Tiempo Completo de la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de San Buenaventura Cali, ORCID: 0000-0001-9999-097X. E-mail: Impadillad@usbcali.edu.co, Colombia

³ Doctor en Administración, Universidad del Valle. Director e Investigador del Grupo Gestión y Políticas Públicas, Categoría A de Colciencias; Coordinador del Doctorado en Gobierno, Política Pública y Administración Pública; Docente Tiempo Completo Departamento de Administración y Organizaciones, Universidad del Valle. ORCID: 0000-0002-7866-1875. E-mail: raul.tabarquino@correounivalle.edu.co, Colombia.

económicas, como la generada por la Pandemia del Covid-19. Este ejercicio plantea propuestas de corto, mediano y largo plazo fundamentadas en alternativas que le apuntan a la resolución de problemas sectoriales y territoriales, con el fin de buscar una mejor asignación de recursos y optimización de situaciones; se convierte en un marco de acción para diseñar y ejecutar programas y proyectos para cumplir dichos objetivos de interés socioeconómico, determinando con ello, su rol fundamental para los actores involucrados y en la sociedad.

En consecuencia, la política pública se construye a través de un proceso metodológico que incluye contenidos normativos y técnicos tales como: el contexto y diagnóstico situacional, los antecedentes institucionales, marcos de referencia, principios y enfoques, ejes estratégicos y recursos financieros necesarios y disponibles en torno al desarrollo turístico del territorio, que respalde la implementación efectiva de la Política Pública Distrital de Turismo como un instrumento transformador sostenible y competitivo mediante la gestión eficiente, a través de procesos de gobernanza sectorial y local.

Para el ajuste y elaboración de esta política se revisó el marco legal, la información disponible de diagnósticos, los planes de desarrollo, planes de acción, planes de competitividad, lineamientos de política pública y políticas públicas preexistentes alrededor del turismo. Este proceso de formulación de esta Política Pública Distrital de Turismo también tuvo en cuenta una guía metodológica que describe los procesos de formulación, implementación, seguimiento y evaluación de políticas públicas de Santiago de Cali y partió del análisis de la información de fuentes secundarias, tales como encuestas realizadas por el Sistema de Información Turísticas del Valle (SITUR Valle) y estudios locales, nacionales e internacionales, los cuales impulsaron el desarrollo de mesas de trabajo y discusión por temáticas en el escenario municipal, departamental y nacional basadas en la metodología de marco lógico.

Además, se realizó una revisión de literatura y se tuvieron en cuenta las orientaciones y recomendaciones por parte de organismos internacionales como la Organización Mundial del Turismo y la Organización de Naciones Unidas (ONU) en relación al turismo y su articulación con los Objetivos de

Desarrollo Sostenible (ODS). En el mismo sentido, se realizó entrevistas a profundidad con líderes gremiales y expertos sectoriales en un proceso de concertación que buscó identificar los productos turísticos estratégicos más relevantes. En lo referente al proceso de discusión, revisión, identificación y validación de la misma se realizaron diferentes grupos focales o focus group para cada uno de los productos turísticos estratégicos identificados, en donde se contó con delegados y representantes de entidades públicas, privadas y organizaciones no gubernamentales a nivel nacional y territorial, incluyendo la academia y la sociedad civil organizada.

Esta política pública considera un diagnóstico situacional del turismo desde el enfoque internacional, nacional, regional y local; Esta información presenta un recorrido histórico comprendido entre el 2017 y el 2019, los cuales se consideran años normales de funcionamiento para el sector y que han presentado resultados positivos y de crecimiento, igualmente, cuenta con dos apartados dedicados al 2020 (el turismo en época de pandemia) en el cual la dinámica y las expectativas de los turistas cambian para generar nuevas tendencias de funcionamiento y el 2021 (el turismo en época de reactivación económica) siendo una época de reinicio, digitalización y reapertura.

Igualmente, cuenta con un análisis contextual de la situación problemáticas identificadas para en los procesos de análisis de la política pública, basado en el trabajo de campo desarrollado en los focus groups y mesas de trabajo el cual incluye: problemáticas desde la capacidad institucional, Gestión eficiente, Gobernanza sectorial, Gestión del territorio, infraestructura para el turismo, Desarrollo sostenible, competitividad de la oferta y Promoción y posicionamiento del destino. Cada una de las problemáticas es abordada para la construcción de un plan de acción a 10 años basado en la visión de posicionar al distrito a nivel nacional e internacional como un destino turístico multicultural y biodiverso, que salvaguarda el entorno y la autenticidad del territorio y cuenta con una oferta experiencial que impulsa el desarrollo socioeconómico y apunta hacia los objetivos de desarrollo sostenible.

2. MARCO TEÓRICO

El análisis de política pública, es rico y complejo por sus diferentes enfoques teóricos centrados en el Estado - Modelo Racional, Racionalidad Limitada, Modelo Incremental, Modelo de cubo de Basura y Modelo Burocrático -, en la Sociedad - Marxismo, Neomarxistas, Teoría de la Dependencia, Elección Racional, Pluralistas, Teoría de las Elites y Teoría de la Elección Pública - e Intermedias o Mixtas - Neocorporativismo, Neoinstitucionalismo y Teoría de Redes (ROTH, 2002; ROTH, 2014).

El profesor Parsons (2007) señala que el enfoque de las políticas públicas ha evolucionado no por moda, sino por la realidad de la noción de Estado y política y por ende los marcos filosóficos de análisis (p. 50-111); el profesor Roth (2014) es riguroso en cuanto a que las políticas públicas como objeto de conocimiento en su debida explicación, se han sometido a varios paradigmas emanados de la investigación en ciencias sociales, como lo son: i) Positivismo, ii) Postpositivismo, iii) Teoría crítica y iv) Constructivismo; y además marcos de análisis que combinan diferentes teorías inspiradas en los diferentes paradigmas enumerados anteriormente como lo son: i) Marco secuencial o ciclo de política, ii) Marco de las teorías de la elección racional y del *Public Choice*, iii) Marco Institucional Analysis and Development (IAD), iv) Marco de análisis *Advocacy Coalitions*, v) Marco de análisis por el referencial y vi) marco de análisis narrativo de Emery Roe.

A continuación, se explica la toma de paradigmas y marcos de análisis con su respectivo aporte a la disciplina de las políticas públicas (ROTH, 2014) que se relacionan con el sector turismo por su naturaleza y dinámica propia:

- El paradigma constructivista corresponde a la postura de Peter (1975), este paradigma considera que la realidad es una construcción social y que la realidad objetiva no es asequible, sustentado en que cada individuo puede ver la realidad de forma diferente, es decir, que la realidad es relativa. La metodología constructivista enriquece el análisis de políticas públicas mediante los procesos de identificación, comparación y descripción de las distintas construcciones de la realidad como narraciones, historias de vida, relatos, retórica y hermenéutica; las ideas o los factores cognitivos más que los intereses y la racionalidad, gozan de un rol significativo en la formación de las políticas públicas.
- El marco secuencial o ciclo de política, este divide el proceso de la política pública en diferentes etapas o fases (definición del problema, construcción de la agenda, formulación, decisión o legitimación, implementación y evaluación), inicialmente fue sugerido por Lasswell (1956) e implementado por Jones (1970).
- El marco de análisis *Advocacy Coalitions*, los cambios de política suceden debido a dos causas: i) la cognitiva, por que suceden cambios en los valores fundamentales de los miembros de las coaliciones de actores y ii) la objetiva, por consecuencias de perturbaciones externas a la política. El autor al cual se le atribuye este marco es Sabatier (2019), el cual desarrolla el concepto de comunidad política como “el conjunto de actores, personas provenientes de varias organizaciones tanto públicas como privadas que comparten una serie de valores y de creencias acerca de un problema y que se coordinan en su actividad y en el tiempo para alcanzar sus objetivos”.

El marco de análisis basa su propuesta en cinco premisas, la primera, el proceso o cambio de la política debe tener en cuenta la información relativa a los problemas; la segunda, comprender los procesos de política en una perspectiva estacional de larga duración de 10 años o más; la tercera, la unidad de análisis responde a un subsistema de política, el cual, está compuesto por diversidad de actores de naturaleza pública y privada, que están activamente involucrados en un problema o controversia de política sea de manera directa e indirecta, esto lleva a que la unidad de análisis no

está limitada a la estructura gubernamental; la cuarta, en el subsistema de política se debe incluir en el análisis actores de carácter secundario como periodistas, investigadores y analistas de política por el papel que juegan en la difusión de ideas en los procesos de formulación e implementación; y la quinta, considerar que las políticas públicas concentran teorías entendidas como sistemas de creencias, que circunscriben valores prioritarios, conocimientos de relaciones causales, jerarquía del problema y valoraciones de eficacia en los instrumentos de política; lo anterior permite analizar a través del tiempo el predominio sobre la política pública de varios elementos como actores, contexto, ideas, información y cambios tecnológicos.

El marco de análisis por el referencial, Muller y Vragas (2010), plantea que las políticas públicas no solo responden a un proceso de decisión, sino es el lugar en donde una sociedad construye su relación con el mundo, por lo cual, el referencial de la política pública, es también la construcción de una imagen de la realidad sobre la cual se quiere intervenir y este a su vez articula valores, normas, algoritmos e imágenes respondiendo a tres elementos lo global – representación general alrededor de la cual se ordenan y jerarquizan los diferentes sectores, lo sectorial-representación del sector, de la disciplina o de la profesión, y lo global-sectorial-operadores de transacción. Muller y Vargas (2010) hace énfasis en tres puntos bajo la premisa de entender las políticas públicas como ordenación de actores; la primera, el problema de la racionalidad de los actores, incertidumbre y complejidad de los procesos de decisión (SIMON, 2009; LINDBLUM, 1997; MARCH; OLSON, 1983); la segunda, el papel de la administración pública, el medio decisional central, el cual, se estructura de cuatro círculos de decisión: i) donde se transitan todas las decisiones (ministerios, presidencia), ii) las administraciones sectoriales que intervienen en un campo específico (ministerios, viceministerios), iii) socios externos al Estado (gremios, grandes empresas privadas, asociaciones, ONGs) y iv) los organismos políticos (Congreso, rama judicial – Corte Suprema en Colombia); la tercera, redes de políticas públicas, busca identificar los actores que ejercen una función estratégica de integración en las diferentes dimensiones de la decisión y se encuentran en foros o comunidades de políticas públicas.

3. METODOLOGÍA

La construcción de la política pública parte de una revisión conceptual, de alcances y metodología de los documentos técnicos desarrollados por contrataciones previas de la Secretaría de Turismo con Fundación Universidad del Valle Sede Cali e Infométrik de Bogotá, se encuentra un análisis adecuado del sector con metodología participativa e interactiva y datos agregados; esto permite definir en el ejercicio técnico y académico del ajuste del documento técnico de la Política Pública Distrital de Turismo de Santiago de Cali, un enfoque metodológico mixto, en razón a la exigencia de: i) La triangulación analítica que demanda la formulación, diseño e implementación de Políticas Públicas (SABATIER, 2010; VILLANUEVA, 2015; TABARQUINO, 2016; FIGUEROA; DAVID, 2017; ALCALDÍA DE SANTIAGO DE CALI, 2019); ii) La utilización de fuentes primarias y secundarias de información cualitativa (entrevistas en profundidad, análisis documental, consulta a expertos y focus group) y cuantitativa (encuestas, datos agregados y bases de datos del sector a nivel local, nacional e internacional) (PATTON, 2002; VERD; LÓPEZ, 2008); iii) Estudio de caso (EISSENHARDT, 1989; PATTON, 2002; YIN, 2003; MUSCA, 2006; LANGLEY; ROYER, 2006, ZUÑIGA-COLLAZOS, 2015), al centrarse en un caso específico y territorial enfocado en cinco tipos de turismo estratégicos identificados para su desarrollo en el territorio (Cultural, Naturaleza, Reuniones, Deportivo y Salud) específicamente, para el distrito especial de Santiago de Cali, Valle, Colombia.

La determinación metodológica para el ajuste de la política pública de turismo en Cali, respeta la consolidación de los agentes en la política pública de acuerdo a la guía metodológica de Santiago de Cali en materia de diseño e implementación de políticas públicas del año 2019. Las técnicas de recolección información que se utilizaron para la construcción de la política incluyen: 1) Datos agregados: se revisó el diagnóstico con más de 10.000 encuestas brindadas por el SITUR (CORRAL-MARFIL, 2012; BERNABÉ; HERNÁNDEZ 2016; WINCHESTER, 2016). 2) Análisis documental desde el abordaje interno y externo de la información como lo es el Plan Regional de Desarrollo, las revistas científicas, documentos nacionales, ensayos y documentos institucionales información (GARCÍA, 2005; DULZAIDES; MOLINA, 2004). 3) Entrevistas a profundidad dirigido hacia la comprensión de las perspectivas del sector del turismo en Cali. 4) 8 Grupos focales entorno a las temáticas de i) la consolidación de los recursos

y capacidades en el sector a partir de la capacidad institucional, gobernanza sectorial, gestión del territorio, infraestructura, desarrollo sostenible, innovación, competitividad, promoción y posicionamiento; y ii) los enfoques articuladores de políticas públicas derechos humanos, poblacional diferencial, género, ambiental y territorial.

La construcción del diagnóstico se realizó a partir de un proceso participativo, donde se involucró a la comunidad y a los actores del sector turismo y de otros sectores o cadenas productivas, teniendo en cuenta su experticia en las diferentes modalidades de turismo priorizadas por la Secretaría de Turismo para su gestión: turismo cultural, turismo de naturaleza, turismo de salud, turismo deportivo y turismo de reuniones.

Se contó con la participación de 291 ciudadanos participantes en el proceso de formulación de la Política Pública:

Ocho Grupos Focales Especializados con actores clave del turismo cultural, de naturaleza, deportivo, gremios de la industria, y de promoción de ciudad y técnicos de la institucionalidad caleña en turismo; Dos talleres participativos de formulación de la política pública;

Un conversatorio abierto con expertos internacionales y actores interesados en el sector turismo; Dos Socializaciones previas con los sectores de Naturaleza y los gremios del sector turismo; 813 participantes en la Formulación del Plan Estratégico de Turismo Rural y de Naturaleza: i) 10 Talleres de diagnóstico territorial (Vuelta Occidente, Ruta de la Montaña, Ruta de la Neblina y Ruta Fluvial); ii) 4 Talleres de definición metodología para diagnóstico del Corregimiento Pance; iii) 5 Talleres de retroalimentación del diagnóstico territorial; iv) 3 Grupos focales temáticos: Turismo de deporte y aventura, turismo rural, bienestar y esparcimiento, ecoturismo, observación de aves, flora y fauna; v) 2 Grupos focales con el CMDR; Reunión de socialización con el CMDR del proceso de formulación del Plan E. de Turismo Rural y de Naturaleza; vi) 1 Foro de socialización del diagnóstico con Experto Internacional.

Lo anterior se resume en la consulta a diversas fuentes de información como informantes claves, representantes de comunidades especializadas en turismo, prestadores de servicios turísticos, líderes comunitarios relacionados con espacios de vocación turística, líderes gremiales, comunidades anfitrionas organizadas en torno al turismo, académicos expertos, líderes de opinión y funcionarios públicos - líderes de los procesos de la Secretaría de Turismo.

UNA PROPUESTA DE DISEÑO DE POLÍTICA PÚBLICA PARA EL SECTOR DE TURISMO
EN EL DISTRITO ESPECIAL DE SANTIAGO DE CALI, COLOMBIA

Figura 1 - Metodología del diseño de la política pública



Fuente: Elaboración propia.

4. RESULTADOS Y CONCLUSIONES

La complejidad de la naturaleza del sector en cuanto a heterogeneidad de actores que conforman su cadena de valor, conlleva al desarrollo de un mayor esfuerzo para lograr la articulación de la triada academia, gobierno y empresas. Por lo cual se resalta la necesidad de contar con una eficiente articulación público-privada que mejore las condiciones de competitividad, promueva una oferta turística y configure un modelo de desarrollo sostenible para el distrito, acompañado de un soporte institucional transversal requerido por sus propias características y que propenda por el posicionamiento del mismo. La nueva realidad del Distrito demanda una planificación del nuevo territorio turístico, en la medida en que es necesario articular dicho territorio distrital, los servicios turísticos, los apoyos complementarios a la dinámica de la ciudad y la infraestructura turística física y tecnológica que ello conlleva para un desarrollo más competitivo y sostenible del turismo. Aunque es claro que existe un apoyo por parte de la administración como también de otras entidades públicas y privadas, existen necesidades que deben ser analizadas para el desarrollo.

La consolidación de la política pública es de relevancia porque constituye y refleja objetivos colectivos, que implicaran el ejercicio y acompañamiento de la institucionalidad con la finalidad de acompañar u orientar a los actores partícipes del sector para modificar una situación o asunto público que demanda atención técnica y política (ROTH, 2002; SUREL, 2008; VARELA, 2015; TABARQUINO, 2016). Esta política pública apoyará el desarrollo de acciones encaminadas a mejorar la capacidad institucional, la gestión eficiente, la gobernanza sectorial, la gestión del territorio, la infraestructura para el turismo, el desarrollo sostenible, la creatividad, la innovación, la competitividad que impactaran positivamente en la promoción, el posicionamiento y la internacionalización del destino del Distrito Especial, Deportivo, Cultural, Turístico, Empresarial y de Servicios de Santiago de Cali.

Los principios de la política pública de turismo distrital de Cali responden a la dinámica de la gobernanza en cuanto a que resulta clave para comprender las nuevas formas de relacionamiento entre el Estado y

la sociedad, parte de principios de competitividad que propenden por el desarrollo de capacidades para la creación e integración de una oferta de alto valor agregado con altos niveles de calidad e innovación. Principios de identidad que refuerzan las expresiones culturales y las técnicas ancestrales. Principios de sostenibilidad desde el desarrollo armónico del turismo mediante la conservación, salvaguarda y difusión del patrimonio cultural material e inmaterial, el aprovechamiento sostenible de los recursos del medio ambiente, la pertinencia social de las acciones y la efectividad económica para los emprendedores y empresarios del turismo. Principios de participación ciudadana en virtud del bienestar de las personas y el mejoramiento de calidad de vida y finalmente, de innovación para la adopción de nuevas formas hacia el desarrollo turístico.

La política pública distrital de turismo debe direccionar sus intervenciones, acciones y actividades teniendo en consideración de un enfoque ambiental por la conservación y restauración de los activos ambientales, un enfoque territorial que reconoce las diferencias que se presentan en el territorio y busca actuar en función de las diferencias territoriales entre los sectores urbano y rural, las relaciones entre Cali como capital departamental y los municipios aledaños y finalmente, un enfoque de inclusión que integra de forma transversal en todos sus componentes la importancia de las comunidades étnicas, los sectores sociales y los sectores etarios.

Basado en el diagnóstico y a estructuración metodológica de la política se llega a la conclusión que este ejercicio busca como objetivo principal consolidar a Santiago de Cali como un destino turístico multicultural, biodiverso y sostenible, que cuenta con una oferta experiencial innovadora a través de implementación de estrategias competitivas que impulsen el desarrollo socioeconómico y contribuyan con el mejoramiento de la calidad de vida de la ciudad. A partir de este lineamiento a largo plazo determina 4 grandes líneas de trabajo:

- Gobernanza y Gestión territorial que busca generar mecanismos de concertación y gobernanza de los actores del turismo para planificar acciones de desarrollo turístico en el territorio que le permita a la ciudad contar con gobernabilidad en el destino. Desde esta línea estratégica se busca el establecer los mecanismos adecuados para promover la toma

de decisiones a través de acciones participativas, colectivas y que reflejen claramente la asociación y coordinación de los diferentes actores de la cadena del sector turismo, tanto en el ámbito privado como público y comunitario

- Desarrollo Sostenible que plantea el fortalecimiento de las estrategias de desarrollo sostenible en el destino para garantizar una oferta turística innovadora que cubra las necesidades y expectativas de los visitantes nacionales e internacionales. Promoviendo el desarrollo de estrategias enmarcadas en la sostenibilidad de la actividad y el territorio, buscando contribuir al desarrollo de calidad de vida de los ciudadanos, minimizando los impactos que se puedan generar a la comunidad receptora.
- Competitividad e innovación que fortalece el desarrollo de capacidades para la creación e integración de una oferta de alto valor agregado con estándares de calidad e innovación que permita el desarrollo competitivo del sector.
- Posicionamiento y promoción del destino que impulsa la promoción y el mercadeo del destino a través de una oferta innovadora que permita la comercialización y el posicionamiento del distrito a nivel nacional e internacional.

De igual manera, se busca desarrollar la vocación turística de Cali a través del desarrollo de la oferta, la cultura turística y su infraestructura. Desde el componente de infraestructura, se apuesta por el desarrollo de atractivos de alto nivel, que conlleven a la internacionalización del destino y que sirvan de base para la promoción y posicionamiento del mismo.

Para desarrollar los ejes estratégicos anteriormente propuestos para la política pública distrital de turismo se diseñaron e identificaron acciones concretas basadas en programas, proyectos, políticas, planes entre otros, aprobados para su desarrollo efectivo en el periodo de gobierno actual (2020-2023), los cuales son propios de la Secretaría de turismo y de otras Secretarías y entidades corresponsables del desarrollo del sector turismo, tales como: la Unidad Administrativa Especial de Servicios Públicos (UAESP), Departamento Administrativo de Gestión del Medio Ambiente (DAGMA),

Secretaría de Deporte y la Recreación, Seguridad y Justicia, los cuales fueron incluidos dentro del plan de acción, dándole, consecuentemente un respaldo más sólido al cumplimiento efectivo de la política pública de turismo para el Distrito Especial, Deportivo, Cultural, Turístico, Empresarial y de Servicios de Santiago de Cali. Sin embargo, teniendo en cuenta que la política proyecta su desarrollo en un periodo de 10 años, las administraciones futuras deberán coordinar el seguimiento de la política adaptando sus planes de gobierno teniendo en cuenta la continuidad de la misma.

La política pública distrital de turismo contiene las líneas de acción, indicadores y metas a corto, mediano y largo plazo, que permiten realizar la evaluación y los avances de la misma. Este proceso estará a cargo de la Secretaría de Turismo y, desde esta misma dependencia se gestionará el apoyo y seguimiento de los programas, proyectos movilizadores y objetivos con las otras instituciones que apoyan el desarrollo. Basado en esta premisa el tipo de evaluación que se utilizará es por resultados, la cual analiza indicadores de medición de la evolución a partir de los diferentes proyectos implementados en la presente política.

Esta política pública apoyará el desarrollo de acciones encaminadas a mejorar la capacidad institucional, la gestión eficiente, la gobernanza sectorial, la gestión del territorio, la infraestructura para el turismo, el desarrollo sostenible, la creatividad, la innovación, la competitividad que impactaran positivamente en la promoción, el posicionamiento y la internacionalización del destino del Distrito Especial, Deportivo, Cultural, Turístico, Empresarial y de Servicios de Santiago de Cali.

REFERÊNCIAS

ALCALDÍA DE SANTIAGO CALI, (2019). *Observatorio de Turismo de la Secretaría de Turismo de Santiago de Cali*. Accedido el 15 de octubre de 2019. Disponible en: <https://www.cali.gov.co/turismo/publicaciones/167476/observatorio-de-turismo/>

BERNABÉ, C. Y.; HERNÁNDEZ, M. G. Turismo en Albarracín y Comarca. Acción pública local y dinámica reciente en clave de desarrollo turístico sostenible. *In: Anales de geografía de la Universidad Complutense de Madrid*, v. 36, n. 1, p. 173. 2016. Accedido el 21 de septiembre de 2019. Disponible en: <file:///D:/Downloads/52718-Texto%20del%20art%C3%ADculo-98484-3-10-20160613.pdf>.

CORRAL-MARFIL, J. A. La Implantación del Sistema Español de Calidad Turística en Destinos (Sicted): un caso práctico de gestión de destinos. *TURyDES*, v. 5, n. 13, 2012. Accedido el 18 de septiembre de 2019. Disponible en: https://www.researchgate.net/profile/Jose-Antonio-Corral-Marfil/publication/323078950_La_implantacion_del_Sistema_Espanol_de_Calidad_Turistica_en_Destinos_SICTED_un_caso_practico_de_gestion_de_destinos_Establishing_the_Spanish_Quality_System_for_Tourist_Destinations_SICTED_A_teaching_c/links/5a7eb1880f7e9be137c57725/La-implantacion-del-Sistema-Espanol-de-Calidad-Turistica-en-Destinos-SICTED-un-caso-practico-de-gestion-de-destinos-Establishing-the-Spanish-Quality-System-for-Tourist-Destinations-SICTED-A-teaching-c.pdf.

DULZAIDES IGLESIAS, M. E.; MOLINA GÓMEZ, A. M. Análisis documental y de información: dos componentes de un mismo proceso. *Acimed*, v. 12, n. 2, mar.-abr., 2004. Accedido el 20 sep. 2019. Disponible en: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1024-94352004000200011.

EISENHARDT, M. Building Theories from Case Study Research. *Academy of Management Review*, v. 14, n. 4, 532-550, 1989. Accedido el 21 sep. 2019. Disponible en: <https://journals.aom.org/doi/abs/10.5465/AMR.1989.4308385>.

FIGUEROA, J. J. C.; DAVID, H. J. G. Las políticas públicas un campo de reflexión analítica entre la ciencia política y la administración pública latinoamericana. *Telos: Revista de Estudios Interdisciplinarios en Ciencias Sociales*, 19(2), 366-387, 2017. Accedido el 25 sep. 2019. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6219238>.

GARCÍA HENCHE, B. Características diferenciales del producto turismo rural. Cuadernos de turismo. *Cuadernos de Turismo*, n. 15, 113-134, 2005. Accedido el 21 sep. 2019. Disponible en: <https://digitum.um.es/digitum/bitstream/10201/13033/1/1302242.pdf>.

JONES, C. O. *Introduction to the study of public policy*. 1970. Accedido el 28 sep. 2019. Disponible en: <https://agris.fao.org/agris-search/search.do?recordID=US201300465794>.

LASSWELL, H. D. The political science of science: An inquiry into the possible reconciliation of mastery and freedom. *American Political Science Review*, 50(4), 961-979, 1956. Accedido el 20 sep. 2019. Disponible en: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/political-science-of-science-an-inquiry-into-the-possible-reconciliation-of-mastery-and-freedom/C1A01EED568A6B70A8074581CDDDB96E3>.

LANGLEY, A.; ROYER, I. Perspectives on Doing Case Study Research in Organizations. *M@n@gement*, 9(3), 81-94, 2006. Accedido el 28 sep. 2019. Disponible en: <https://www.cairn.info/revue-management-2006-3-page-81.htm>.

LINDBLOM, C. E. Political Science in the 1940s and 1950s. *Daedalus*, v. 126, n. 1, 225-252, 1997. Accedido el 28 sep. 2019. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/20027416>.

MARCH, J. G.; OLSON, J. P. Organizing political life: what administrative reorganization tells us about government. *American Political Science Review*, 77(2), 281-296, 1983. Accedido el 20 de septiembre de 2019. Disponible en: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/organizing-political-life-what-administrative-reorganization-tells-us-about-government/8D5F25BF659E4A0AC5D166B67C892379>.

MULLER, P.; JOLLY, J. F.; VARGAS, C. S. *Las políticas públicas*. 3. ed., Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2010. Accedido el 25 sep. 2019. Disponible en: [https://books.google.com.co/books?hl=es&lr=&id=9i6jDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=Pierre+Muller+\(2006\)+pol%C3%ADticas+publicas+&ots=35IWncfMQ4&sig=CrjKTRC-AY-TSTyZywSJkueBN6o&redir_esc=y#v=onepage&q=Pierre%20Muller%20\(2006\)%20pol%C3%ADticas%20publicas&f=false](https://books.google.com.co/books?hl=es&lr=&id=9i6jDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=Pierre+Muller+(2006)+pol%C3%ADticas+publicas+&ots=35IWncfMQ4&sig=CrjKTRC-AY-TSTyZywSJkueBN6o&redir_esc=y#v=onepage&q=Pierre%20Muller%20(2006)%20pol%C3%ADticas%20publicas&f=false).

MUSCA, G. Une strategie de recherche processuelle: l'étude longitudinale de cas enchâssés. *M@n@gement*, 9(3), 153-176, 2006. Accedido el 25 sep. 2019. Disponible en: <https://www.cairn.info/journal-management-2006-3-page-153.htm>.

PATTON, M. Q. *Qualitative evaluation & research methods*. 3th ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2002. Accedido el 21 sep. 2019. Disponible en: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1473325002001003636>.

PARSONS, C. How to map arguments in political science. Oxford university press, 2007. Accedido el 25 sep. 2019. Disponible en: https://books.google.com.co/books?hl=es&lr=&id=gtMSDAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR7&dq=Parsons+2007&ots=ZVYq7Tfe-g&sig=TbGipUKLg78uKxM2jb7wGsk9IV4&redir_esc=y#v=onepage&q=Parsons%202007&f=false.

PETER, L. *La construcción social de la realidad*. Amorrortu Editores, 1975.

ROTH, A. N. La investigación en políticas públicas ¿ingeniería social, argumentación o experimentación democrática? *Mundos Plurales - Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública*, v. 1, n. 1, 2014. Accedido el 28 sep. 2019. Disponible en: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/mundosplurales/article/view/1901>.

ROTH, A. N. *Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación*. Bogotá: Aurora, 2002. Accedido el 25 sep. 2019. Disponible en: https://scholar.google.com/scholar?cluster=17466628921325352717&hl=es&as_sdt=0,5.

SABATIER, P. Teorías del proceso de las políticas públicas. Buenos Aires: Jefatura de Gabinete de Ministros, Presidencia de la Nación Argentina, 2010.

SABATIER, P. A.; WEIBLE, C. M. The advocacy coalition framework: Innovations and clarifications. *In: Theories of the policy process* (p. 189-220). Routledge. 2019. Accedido el 21 sep. 2019. Disponible en: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9780367274689-7/advocacy-coalition-framework-paul-sabatier-christopher-weible>.

SUREL, Y. Las políticas públicas como paradigmas. *Estudios políticos*, n. 33, 41-65, dic.-jul.-dic., 2008. Accedido el 20 sep. 2019. Disponible en: <https://www.redalyc.org/pdf/164/16429061007.pdf>.

SIMON, H. A. An empirically-based microeconomics. Cambridge Books, 2009. Accedido el 20 sep. 2019. Disponible en: <https://ideas.repec.org/b/cup/cbooks/9780521118361.html>.

TABARQUINO MUÑOZ, Raúl Andrés. El Análisis Organizacional y de Política Pública a Partir del Enfoque de Redes. *Tendencias*, v. 17, n. 2, p. 79-92, 2016. Accedido el 25 sep. 2019. Disponible en: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-86932016000200004.

VARELA, E. Nuevos roles de los gobiernos locales en la implementación de políticas públicas: gobernabilidad territorial y competitividad global. *EURE* (Santiago), v. 41, n. 123, 213-237, mayo, 2015. Consultado el 28 sep. 2019. Disponible en: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S0250-71612015000300009&script=sci_arttext&tlng=en.

VERD, J. M.; LÓPEZ, P. La eficiencia teórica y metodológica de los diseños multimétodo. *Empiria, Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, 16, 13-42, 2008. Consultado el 20 sep. 2019. Disponible en: <http://revistas.uned.es/index.php/empiria/article/view/1388>.

VILLANUEVA, L. F. A. Gobierno y administración pública. Fondo de Cultura Económica. 2015. Consultado el 21 sep. 2019. Disponible en: https://books.google.com.co/books?hl=es&lr=&id=SZISDQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=Aguilar+villanueva+2015+politicas+publicas+&ots=m-eFIYTSij&sig=Km727I0VPSKG-R42fP3QgpD8RhA&redir_esc=y#v=onepage&q=Aguilar%20villanueva%202015%20politicas%20publicas&f=false.

WINCHESTER, L. Políticas públicas: formulación y evaluación. 2016. Consultado el 28 sep. 2019. Disponible en: <http://repositorio.colciencias.gov.co:8080/handle/11146/196>.

YIN, R. *Case Study Research*. 34th ed., v. 5. USA: Sage Publications, 2003.

ZUÑIGA-COLLAZOS, Alexander. Análisis de la investigación y desarrollo turístico en Colombia. *Revista ESPACIOS*, v. 36, n. 18, 2015. Consultado el 25 sep. 2019. Disponible en: <http://ww.revistaespacios.com/a15v36n18/15361809.html>.



TURISMO E POLÍTICA CULTURAL BRASILEIRA: O PATRIMÔNIO AMAZÔNICO ARRAIAL DO PAVULAGEM

Maria Augusta Freitas Costa Canal¹

1. INTRODUÇÃO

A área central da cidade de Belém, na Amazônia Oriental brasileira, vivencia anualmente durante o mês de junho e no segundo sábado do mês de outubro cortejos dançantes conduzidos nas vias públicas dessa área pelos músicos e produtores culturais do arrastão do Arraial do Pavulagem. O Arraial expressa folias e folguedos juninos populares que ocorriam na cidade desde o século XVII (BATES, 1863; BAENA, 2004), sendo sua origem, em 1987, derivada das práticas culturais do Boi Pavulagem do Teu Coração realizadas na Praça da República e ao longo de décadas passou a formar multidão de brincantes que ocupam/perpassam dois bairros belenenses tombados como patrimônios culturais brasileiros. Nesses bairros, delimita-se o polígono do núcleo turístico da cidade que compõe parte do percurso da procissão do Círio de Nazaré, registrado como patrimônio cultural brasileiro e patrimônio da humanidade, o que elencou o Arrastão do Círio realizado pelo Arraial do Pavulagem como elemento cultural vinculante a essa patrimonialização (CHAGAS JR, 2017) e, mais recentemente, o próprio Arraial passa a ser considerado como patrimônio imaterial paraense pela Assembleia Legislativa Paraense (ALPA).

¹ Professora da Faculdade de Turismo (UFPA). Doutora em Geografia (UNESP Presidente Prudente).
E-mail: augustageotur@gmail.com

Os cortejos do Arraial do Pavulagem, portanto, abarcam um conjunto paisagístico, arquitetônico e urbanístico da cidade de Belém que reúne inúmeros patrimônios materiais tombados, sendo o próprio espaço dos bairros onde se localizam – Cidade Velha e Campinas – tombados pela Prefeitura Municipal de Belém e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A patrimonialização desses bairros corrobora – e é corroborada – o que BOULLON (2002) determina como núcleo turístico urbano que, na área central de Belém, apresenta-se por pontos e marcos sinalizados pelo setor empresarial e governamental, mais emblematicamente pelos Complexos Estação das Docas, Ver-o-Peso e Feliz Lusitânia, os quais engendram a cidade como área concentradora e distribuidora de fluxos turísticos para o Pará e região Amazônica (PARÁ, 2011; CASTRO; TAVARES, 2016).

Nesse artigo, procuramos apresentar aspectos das discussões sobre o reflexo de políticas brasileiras de patrimônio na apropriação de aspectos da cultura popular em núcleo turístico urbano e como esses aspectos persistem enquanto permanência de grupos sociais populares em segmento turístico. Para sustentar a argumentação aqui proposta, estabelecemos princípios metodológicos da pesquisa qualitativa, tendo como técnicas, tratamentos e análise de dados: a Pesquisa Documental (PD) (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014), com destaque aos projetos de lei e de patrimonialização na área em questão e políticas culturais nas décadas de 2000 e 2010, além de dados secundários das secretarias e fundações culturais municipais e estaduais; a Observação Participante (OP), com o contato pelo/no contexto dos atores sociais da análise (MINAYO, 2002), e a Observação Dirigida (OD) com as estruturas territoriais (RAFFESTIN, 2009), ambas usadas para a obtenção de informação e descrição dos fazeres da expressão cultural a partir dos atores e seus ambientes gerais durante a realização dos trabalhos de campo em junho/julho e outubro de 2019 e em outubro de 2021, e ainda, no acompanhamento das redes sociais vinculantes ao Arraial do Pavulagem.

2. SOBRE ABORDAGENS DE POLÍTICAS CULTURAIS, PATRIMÔNIO E SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA

Para Richards (2012), a ampliação do turismo moderno se fez sentir na diversificação de seus segmentos a partir do que transitou do “turismo cultural” elitista e de alta cultura para segmentos com “atrativo cultural”, incluindo a cultura popular e suas vivências. Isso porque, segundo o autor, o contexto da globalização intensificou o consumo de locais de relevância cultural, em especial aqueles expressos como patrimônio material e imaterial, o que incidiu na conformação do segmento de Turismo do Patrimônio Cultural que, por sua vez, expandiu o próprio significado de turismo cultural. Analisando Delgado (2012) e Espeso-Molinero (2019), inferimos que, a despeito da impressão de aspectos intangíveis, a institucionalização da patrimonialização em interface com a produção de atrativos turísticos em espaço de relevância social-cultural indica a possibilidade de quebra da reprodução estereotipada do patrimônio como dispositivo nas programações turísticas, especialmente aquele registrado com *imaterial*, por esse ser expressão do fazer e conhecer do ator social, logo investido na/pela própria multidimensionalidade do movimento social capaz de impulsionar uma imagem turística multifacetada.

A patrimonialização dos bens culturais na Amazônia atende aos parâmetros das políticas culturais estabelecidas no território brasileiro, que, segundo Bezerra e Barbalho (2015), privilegiaram o “concreto e edificado” e o folclore como dimensionamento dos aspectos populares da cultura. Segundo Simis (2007), sobre as políticas culturais brasileiras, é possível descrever um quadro temporal que oscila entre processos e períodos ditatoriais, com ênfase em projetos culturais autoritários, e processos e períodos democráticos, de baixa efetividade dessas políticas, à exceção das duas primeiras décadas do século XXI. Para a autora, a cultura enquanto construção social é um direito de todos e dever “predominantemente” do Estado, portanto exige ações e diretrizes de longo prazo dirigidas por meio de políticas públicas culturais.

Nessa direção, de acordo com Simis (2007) e Bezerra e Barbalho (2015), a década de 2000 foi importante à política cultural brasileira, sendo

sua primeira metade responsável pelo estabelecimento da legislação de patrimônio imaterial e sua segunda metade por institucionalizá-la como política de Estado. A partir de então, as ações e diretrizes da política cultural passaram a enfatizar a diversidade e o pluri-multiculturalismo e implementar o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) com o registro de “Bens Culturais de Natureza Imaterial” cujos reflexos vão se espalhar por toda década de 2010 em escala intersetorial e intergovernamental, além de propor a noção de patrimônio imaterial como sinônimo de cultura popular e de buscar a identificação de suas manifestações e fortalecer seus saberes e fazeres.

Em tal medida, a política cultural brasileira passa a ser intergovernamental e intersetorial consolidando a transição da concepção de folclore à cultura popular tradicional e, por fim, dessa à de patrimônio imaterial. Nesse contexto, a política de turismo no Brasil transitou de dimensões fragmentadas induzidas setorialmente mais ou menos delimitadas na década de 1960, com a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e formulações de programas baseados na municipalização da atividade turística, para a institucionalização, ordenamento e centralização de diretrizes nacionais na década de 2000, com a criação do Ministério do Turismo (MTUR), quando há ações estatais para a formatação espacial, tendo o reforço da integração da infraestrutura turística regional e a consolidação do planejamento via regionalização turística iniciado na década anterior (NÓBREGA, 2007; NASCIMENTO, 2014).

Ao analisar a política nacional de turismo, percebe-se que ela apresenta característica intergovernamental, mas não intersetorial. Assim, o reforço à qualidade e competitividade, implementação de infraestrutura nos destinos sinalização turística inteligente e interativa, e incentivo à inovação e à ampliação de fluxos e receitas internacionais consistem em aspectos preponderantes nos programas e planos de turismo nas esferas federal, estadual e municipal. Contudo, há uma incipiente (ou inexistente) relação entre os múltiplos setores direta e indiretamente envolvidos e, no que concerne ao tratamento dos aspectos culturais, as menções da distribuição e diversidade territorial não convergem a aproximações com outras políticas. Isso fica claro no Plano Nacional de Turismo 2018-2020 (PNT) em que a

dimensão da cultura brasileira, apesar de retomar expressões do patrimônio institucionalizado, só menciona o seu fomento num único parágrafo como valor à visitação turística (MTUR, 2018).

3. O ARRAIAL: PATRIMONIALIZAÇÃO E TURISMO CULTURAL NO URBANO BELENENSE

A década de 2000 passa a ser fundamental ao debate do patrimônio imaterial por possibilitar convenções e eventos nacionais e internacionais que enfatizavam a diversidade e o saber fazer cultural popular tradicional e a necessidade de identificação e manutenção disso. Isso engendrou no Brasil a normatização do patrimônio imaterial com a constituição de sua legislação e uma mudança de sentido da Política Cultural quando o governo instaura a política cultural como política de Estado, mas conservando a viabilidade das ações culturais pelo financiamento com distanciamento do Estado e condução pelo mercado com recursos públicos (SIMIS, 2007; BEZERRA; BARBALHO, 2015).

A participação do Brasil nas Convenções da UNESCO sobre Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) e a Convenção sobre Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) e os reflexos às políticas culturais vão se espalhar por toda a década de 2010, o que engendrou a formatação de um Plano Nacional de Cultura (PNC) com forte conotação às manifestações das culturas populares, com mapeamento e fortalecimento dos saberes e fazeres, com estabelecimento do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) instituindo o registro de “Bens Culturais de Natureza Imaterial” (MINC., 2010; BEZERRA; BARBALHO, 2015). O processo de patrimonialização do Arraial do Pavulagem vai derivar desses instrumentos e diretrizes sendo agregador vinculante em registro da UNESCO no ano de 2013 e titulado por projetos de leis: municipal em 2017 e estadual em 2020.

Nessa direção, a patrimonialização estabelecida ao Arraial do Pavulagem enfatiza a importância do fazer cultural sem, contudo, garantir a sua preservação, manutenção e salvaguarda, pois, tanto na esfera

estadual quanto na municipal, a patrimonialização do bem imaterial se processa por meio de projetos de lei propostos e votados nas câmaras dos respectivos poderes, sem processos de registro nem garantia de recursos. Essas características permitem entender o direcionamento das políticas culturais brasileiras e a patrimonialização na área central de Belém, espaço de abrangência do Arraial do Pavulagem.

Nessa área, os processos de patrimonialização acompanham o direcionamento ao Bem Material demarcado a partir da década de 1940 pelas ações de tombamento do IPHAN do acervo da Igreja da Sé (1941) e, progressivamente, outros objetos e conjuntos arquitetônicos como o Theatro da Paz (1963), o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do antigo Largo da Sé – atual Praça Frei Caetano Brandão (1964) –, bem como o conjunto do Mercado do Ver-o-Peso e sua adjacência imediata (1977). Posteriormente, o governo do Pará, através do Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (DPHC), tomba em 1983 o polígono que compreende a Praça da República e seu entorno com conjunto paisagístico, arquitetônico e urbanístico (1983), o que inclui o Theatro da Paz. Em 1994 todo o Centro Histórico de Belém delimitado em 1988 por lei orgânica municipal é configurado como conjunto arquitetônico e paisagístico tombado, e em 2012 o IPHAN, considerando a relevância dos bairros Cidade Velha e Campina no contexto conquista e colonização portuguesa, oficializa o tombamento dos elementos históricos, arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos desses bairros.

As expressões culturais no espaço do patrimônio material conjunto arquitetônico e paisagístico Cidade Velha e Campina passam por processos de patrimonialização imaterial, tendo como marco o registro do Círio de Nazaré como Forma de Expressão no Livro do IPHAN em 2004 e na Lista de Representativa do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO em 2013. No processo documental de registro do bem imaterial Círio de Nazaré, delimitou-se “o Complexo Cerimonial do Círio”, ao qual o Arraial do Pavulagem foi agregado como expressão associada. Em 2017 dois projetos de lei da Câmara Municipal de Belém instituiu como Patrimônio Cultural Imaterial de Belém o Arraial do Pavulagem (em 27 de junho) e Pré-carnaval da Cidade Velha (em 12 de julho). Posteriormente, em 4 de agosto de

2020, um projeto de lei da Assembleia Legislativa do Pará estabelece, em sessão remota (devido à Pandemia de COVID-19), o Arraial do Pavulagem como Patrimônio Cultural Imaterial do Pará. Observa-se, portanto, que a patrimonialização do bem de natureza imaterial na esfera estadual e municipal não apresenta um trâmite de registro institucionalizado como o bem de natureza material, tampouco de Salvaguarda, sendo que apenas em 2021 a Prefeitura Municipal de Belém (PMB) instituiu o Registro de Bens de Natureza Imaterial pelo Decreto n. 101810 de 11 de agosto.

Apesar disso, esses títulos ratificaram a importância do fazer cultural do Arraial ante o patrimônio material da área de sua ocorrência, o que implica a imposição da visibilidade de um fazer popular e bem imaterial ao polígono do patrimônio cultural material Cidade Velha e Campinas, e, a partir disso, evidencia no espaço turístico esse bem como um atrativo turístico, fato usado como estratégia de viabilidade e possibilidade de captação de recursos através de apresentações musicais no interior do espaço turístico, em especial em complexos turísticos belenenses como a Estação das Docas, o Ver-o-Peso e Feliz Lusitânia que concentram fluxos turísticos no Pará, além da área Praça da República que abriga o Theatro da Paz, atrativo turístico e cartão postal da cidade.

Esses complexos turísticos belenenses, de acordo com a SETUR (2019), a FAPESPA (2018) e seguindo a concepção de Falcão e Gomez (2012), apresentam grau de atratividade em termos de importância e representatividade que se posicionam em *Hierarquia 2* – Estação das Docas (área de lazer, entretenimento e gastronomia) e Ver-o-Peso (área de mercado e feira), portanto capazes de motivar fluxos de visitantes nacionais ou internacionais; e *Hierarquia 1*- Feliz Lusitânia (área arquitetônica colonial) capaz, enquanto conjunto ou por um único objeto, de proporcionar interesse de visitantes de áreas emissoras de distância mais longa ou até como motivação secundária da viagem no local visitado a fluxos turísticos maiores. No contexto da área central do urbano belenense e seus bairros Cidade Velha e Campina, cabe ressaltar – pela relevância ao fazer do Arraial – que o objeto Theatro da Paz, o conjunto Praça da República e a expressão festiva Arrastão do Pavulagem inserem-se na análise de oferta e atratividade turística de *Hierarquia 1*.

A representatividade desses atrativos posiciona a cidade de Belém como excepcionalidade e relevância no ordenamento turístico paraense, que apresenta seis polos como mecanismo de planejamento de políticas do turismo: Belém, Amazônia Atlântica, Araguaia-Tocantins, Xingu, Tapajós e Marajó (SETUR, 2019). O polo Belém compreende a área continental e insular da delimitação municipal belenense, sendo essa área a principal localidade na atração e operacionalização de fluxos turísticos no Pará, com seu aeroporto apresentando a maior movimentação na região Norte brasileira, alcançando em 2018, em termos de operações, o número de 171.811 mil (34,5% a mais em relação ao ano anterior), o que correspondeu nesse mesmo ano ao volume de 638.284 mil turistas no estado.

Desse volume de turistas, 70 mil eram provenientes da escala mundial, com destaque aos três primeiros países emissores: França, E.U.A e Suriname, em ordem decrescente. O volume restante de turistas se distribui em 50,7% derivados de fluxos nacionais advindos de São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Brasília, e em 40,3% de demandas paraenses locais com destaque aos deslocamentos realizados pelos/entre os municípios de Santarém, Tucuruí, Marabá e Ponta de Pedras (SETUR, 2019; IAPAM, 2019). O perfil desses fluxos se caracteriza por uma demanda cujas motivações da viagem são, em ordem decrescente, as seguintes: lazer/turismo, visitação a amigos e/ou parentes e negócio/trabalho. É esse perfil que acessa os segmentos turísticos da cidade de Belém e, fundamentalmente, fortalece o turismo cultural, esteja ele atrelado ao ecoturismo, ao lazer e entretenimento, ao intercâmbio, e/ou ao religioso.

Nessa perspectiva, o Arraial do Pavulagem, por sua importância na hierarquia de atratividade, reforça o conteúdo espacial e cultural do patrimônio material nacional Cidade Velha e Campina, sendo impulsionado como expressão cultural relevante ao ser patrimonializado como bem imaterial de Belém e do Pará e, consecutivamente, fortalece o polígono que, conforme a base teórica de Boullon (2002), delimita o núcleo turístico urbano da cidade, uma vez que seus arrastões e cortejos configuram dinamicidade às ruas e adjacências dos três complexos turísticos enredados ao patrimônio Cidade Velha e Campina.

Os cortejos bailados e arrastões são conduzidos pelo “Batalhão da Estrela”, formado por percussionistas, pernaltas (acrobatas e grandes bonecos), dançarinos, pessoas que carregam materiais, água e os músicos do grupo Arraial do Pavulagem, que usam roupas coloridas, arranjos floridos, fitas coloridas, chapéus de abas largas e carregam emblemas festivos juninos como as bandeiras de santos e adereços de mãos. A grande massa humana que se forma dessa condução compõe os foliões ou brincantes (visitantes, moradores de outros bairros e turistas) que fazem uso e ocupação das vias públicas enquanto festividades puxadas por sons, tons e vibrações de instrumentos de sopro, corda, percussão – reco-reco, chocalhos, tambores (incluído o curimbó) etc. – e dramatizadas em torno do Boi-Bumbá, Boi de Máscaras, Folias de Santos, Carimbó, Lundu, Retumbão, Quadrilha e Marujada de São Benedito.

Esses traços culturais impostos pela expressão cultural Arraial do Pavulagem acabam por revisitar e rememorar os antigos folguedos e devoções bailadas que ocorriam em diversas localidades amazônicas e foram descritas no século XIX por viajantes, geógrafos, historiadores e naturalistas. Antônio Baena descreve em 1938 e Henry Bates em 1863 procissões e folguedos standartes, bandeiras de santos, cantos e até o semicírculo quadripartido enfeitado com cruz, espelhos e algodão que ocorriam em geral nas festas de Santos católicos no centro de Belém do Grão-Pará (BATES, 1863; BAENA, 2004). De acordo com relatos do fundador e de participantes do “Batalhão da Estrela” durante os arrastões no ano de 2019, o Arraial existe como maneira de manter viva a cultura popular dos folguedos e brincadeiras como os cordões de pássaros, que vinham sendo realizados desde a década de 1980 de maneira contemplativa. Assim, os fazeres e movimentos festivos em cortejos e arrastões dançantes propiciam o envolvimento e a vivência com a prática cultural.

O marco temporal dos fazeres do Arraial pode ser mais rigorosamente delimitado entre junho e janeiro, quando ocorrem gratuitamente quatro grandes movimentos festivos: 1) Junho /Julho – *Arrastão do Pavulagem*: ocorre durante a quadra junina com trajeto entre a Escadinha do Cais das Docas/Praça dos Estivadores e a Praça da República – o movimento se dá em torno do Boi Pavulagem, 2) Outubro – *Arrastão do Círio*: ocorre durante

a Festa do Círio – Praça dos Estivadores e ruas da área comercial (podendo alcançar a Praça Dom Frei Caetano Brandão (Praça da Sé) – o movimento se dá em torno Da Barca dos Milagres de N. Sra. de Nazaré; 3) Dezembro/ Janeiro – *Cordão do Galo*: realizado em Belém de maneira *indoor* no Teatro Margarida Schivasappa como Show sendo (a exceção da gratuidade com cobrança de ingressos e outras campanhas) em de Cachoeira do Arari de maneira *outdoor* nas ruas da cidade Cachoeira do Arari no período da Festividade de São Sebastião na Região do Marajó - o movimento se dá em torno do “Galo”, uma escultura/boneco em homenagem ao Pe. Giovanni Gallo, fundador do Museu do Marajó; 4) Fevereiro/Abril (e outros) – *Cordão do Peixe*: acontece entre a Escadinha do Cais do Porto e Retorno do Boulevard até a Praça dos Estivadores como culminância de oficinas socioambientais (reciclagem, danças etc.) – o movimento se dá em torno da escultura/boneco de Peixe-boi.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dimensão do turismo cultural no núcleo turístico urbano da cidade de Belém revela o Arrastão Arraial do Pavulagem como estratégia de persistência e permanência de expressões juninas populares como uso e apropriação de espaço turístico, proporcionando a grupos sociais diversos uma ampla participação nos fazeres festivos sem remuneração ou custo financeiro na brincadeira de cortejos dançantes pelas ruas dos patrimônios materiais e complexos destinados aos fluxos turísticos belenenses. A configuração do patrimônio do Arraial do Pavulagem por sua dimensão imaterial reforça o processo de patrimonialização do centro histórico de Belém sem, contudo, refletir um processo institucional de estratégias e recursos de salvaguarda do bem, o que permitiria a sustentação da manutenção dos fazeres dessa expressão. Nesse sentido, o estabelecimento dos fazeres nos arrastões e cordões realizados por esse Arraial enquanto patrimônio imaterial aparece como um “título homenagem” agregado ao conjunto paisagístico, arquitetônico e urbanístico dos bairros da Cidade Velha e Campinas, tombados pela Prefeitura Municipal de Belém e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O patrimônio Arraial do Pavulagem intensifica os fazeres e práticas como movimento festivo hierarquizado em termo de importância e representatividade no segmento de turismo cultural belenense, em especial o Arrastão do Pavulagem. Essa intensificação é usada para dar maior visibilidade à expressão cultural e ao fortalecimento do “Batalhão da Estrela” que efetivamente continua a busca por estratégias e recursos capazes de subsidiarem a continuidade dos fazeres e manutenção de aspectos culturais amazônicos das festas juninas, dos folguedos e cortejos bailados que eram intensamente realizados nas ruas da cidade de Belém até aproximadamente a década de 1980. Dessa maneira, a realização de cada cortejo dançante do Arraial aparece como persistência e permanência do uso e apropriação das ruas pelos toques musicais e batidas de tambores, movimentos corpóreos e vestimentas coloridas, com destaque ao uso de largos chapéus com grandes fitas coloridas ao longo das bordas. Evocando, assim, um espaço turístico à participação de grupos sociais populares – os brincantes – e à manutenção de aspectos da cultura popular, logo impondo o reconhecimento da configuração do patrimônio como prática socioespacial pelo/no fazer festivo e coagindo as práticas do turismo cultural na área central da cidade a aspectos multifacetados.

REFERÊNCIAS

BAENA, A. L. M. *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, 2004.

BATES, H. W. *O naturalista do rio Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

BOULLON, Roberto C. *Planejamento do espaço turístico*. Bauru: EDUSC, 2002.

CASTRO, C. A. T.; TAVARES, M. G. da C. Processo de turistificação do espaço do patrimônio cultural: um estudo no centro histórico de Belém-PA. *Turismo: Estudos e Prática (RTEP-UERN)*, Natal, v. 5, n. 1 jan.-jun. 2016, p. 57-87.

BEZERRA, J., BARBALHO, A. As culturas populares nas políticas culturais: uma disputa de sentidos. *In: pragMATIZES – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura*, ano 5, n. 8, out/2014 a mar/2015.

CHAGAS JR, E. M. Do “Risco da Perda” ao patrimônio cultural: o arrastão em processo. *ACENO*, v. 4, n. 7, jan.-jul. 2017, p. 123-140.

DELGADO, A. K. O carnaval como elemento identitário e atrativo turístico: análise do projeto folia de rua em João Pessoa (PB). *Cultura e Turismo (CULTUR)*, Florianópolis, UESC, a. 6, n. 4, 2012.

ESPESO-MOLINERO, P. Tendencias del turismo cultural. Pasos. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, Alicante-Espanha, v. 17, n. 6, 2019, p. 1101-1112.

FAPESPA, Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. 3. ed., 2018.

FALCÃO, M. C.; GÓMEZ, C. P. Análise da Sustentabilidade de Destinos Turísticos: uma proposta teórica de adequação do modelo de ciclo de vida de áreas turísticas às dimensões da sustentabilidade. *Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica*, v. 14, n. 3, set-dez 2012.

IAPAM, Instituto Ambiental e Profissionalizante da Amazônia. Pesquisa de Demanda Turística de Belém-PA, 2019.

MINAYO, M. C. S. (ORG). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MINC, MINISTÉRIO DA CULTURA. Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural. *Plano Setorial para as Culturas Populares*. MinC: SID, Brasília/DF, 2010. Disponível em http://www.cultura.gov.br/cnpc/wp-content/uploads/2011/07/plano-setorial-de-culturas_populares.pdf. Acessado em 30 maio de 2016.

MTUR, Ministério do Turismo. Estudo da Demanda Turística Internacional, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, Brasília, 2018.

NASCIMENTO, V. L. Q. Semelhanças e Diferenças das Políticas de Turismo em Estados da Amazônia Brasileira. *Turydes – Revista Turismo y Desarrollo Local*, v. 7, n. 17, dez. 2014.

NÓBREGA, W. *Turismo: planejamento e políticas públicas na Amazônia*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

PARÁ. GOVERNO DO ESTADO. *Plano Ver o Pará: plano estratégico de turismo do estado do Pará*. Belém, 2011.

SETUR, Secretaria de Estado de Turismo. Pesquisa de Demanda Turística em Parceria com o Departamento Intersindical de Economia e Estatística - DIEESE, 2019.

SIMIS, A. A política cultural como política pública. In: RUBIM, A. A. C., BARBALHO, A. (org.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDFBA, 2007.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (ORG.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RICHARDS, G. Cultural tourism: global and local perspectives. Haworth hospitality Press, New York and London. *Journal of Tourism Consumption and Practice*, v. 4, n. 2, 2012.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas In: *Rev. Diálogo Educação*, Curitiba, v. 14, n. 14, jan.-abr. 2014, p.165-189.



ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL: ATOS, USOS E APROPRIAÇÕES

Amarildo Ferreira Júnior¹

1. INTRODUÇÃO

Embora encantado com o pirarucu salmourado e enrolado como um cobertor e com as margens lá longe, no meio do rio; e com a devaneante vegetação de diferentes cores do verde, Ernesto Cardenal (2011) expressa, em um poema sobre Manaus, o longo letargo das cidades amazônicas. A leitura desse poema me levou à releitura de um ensaio de Rosa Acevedo e Ernani Chaves (1996) acerca do paradoxo da modernidade em Belém.

Esses dois textos indicam que a construção de saberes com as singularidades da Amazônia nos dá acesso a compreensões de experiências e nos aponta os dilaceramentos de seus sujeitos diante das ambições obstinadamente compromissadas com uma ideia de “progresso” e da espera do retorno de algo que dolorosamente se constata que já passou. “O ‘passado reprimido’ está debaixo das sombras” (ACEVEDO; CHAVES, 1996, p. 4).

Cardenal enuncia a “frágil” experiência de modernidade vivida na região refletida por Acevedo e Chaves. Um dos resultados dessa experiência é a dissociação dos sujeitos em relação à Natureza, à Sociedade, à Cultura e à História. Porém o poeta não deixa de reconhecer os sempiternos reavivamentos que os lugares daqui experimentam por meio da poética do imaginário estilado em suas florestas, campos, rios, ruas e mobiliários urbanos.

¹ Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA). Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). E-mail: amarildofjunior@gmail.com.

Empurrados cada vez mais para o centro dos processos de ambientalização, a tendência é o aprofundamento das marginalizações, desigualdades e exclusões dos povos da região. Por sua vez, as classes dominantes regionais cada vez mais são incentivadas a ativarem às bateladas certos patrimônios como meio de, entre outras funcionalidades, produzirem representações que exercem, na forma de espetáculo, o poder de generalização e reestabelecimento da unidade despedaçada e daquelas perdas cujo retorno sempre se está a esperar. Pensam com isso manter a definição à parte das singularidades e diferenciais com que se apresentarão na vida pública.

Neste texto, parto dessas reflexões para apresentar brevemente alguns dos elementos que têm caracterizado o conjunto de ações realizadas em Roraima e no Pará para a organização social e política do patrimônio cultural, com especial ênfase ao denominado patrimônio imaterial. Considero que, embora apresentem distinções, as políticas voltadas ao patrimônio cultural adotadas por ambos os estados operam imposições culturais e políticas em nome da ideologia das necessidades históricas decorrente do paradoxo da modernidade inicialmente comentado.

2. DO ESTADO PARA OS ATOS DE ESTADO

Quando analiso políticas públicas de patrimônio enquanto um objeto do mundo social, inevitavelmente encontro-me com o Estado e com os seus efeitos e deparo-me de alguma forma com aquelas funções que o colocam a serviço das classes dominantes. O Estado, no entanto, não é um bloco, e sim um setor do campo do poder ao qual se pode denominar também “campo administrativo” ou “campo da função pública”. Podemos pensá-lo como “sendo” um princípio de ortodoxia que atua no trabalho de produção de representações legítimas do mundo (BOURDIEU, 2014, p. 30).

Ao escrever este texto não trato propriamente do Estado, cuja existência é uma ficção coletiva que unifica todas as lutas de interesse, mas do que Pierre Bourdieu (2014) definiu como atos de Estado, que são atos políticos com pretensões a ter efeitos no mundo social. Exercidos por uma série de delegações, são atos dotados de uma autoridade que aplica princípios de divisão legítimos na produção e canonização de classificações.

3. PATRIMÔNIO E ATOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO

Françoise Choay (2011) destaca o surgimento privado da ideia de patrimônio.

Em sua acepção original, “bem de herança que, seguindo as leis, descende dos pais e mães para seus filhos” (Émile Littré, *Dictionnaire de la langue française*), a mais antiga palavra “patrimônio” conhece hoje uma fortuna nova, por uma transferência metafórica que lhe atribui adjetivos variados: “genético”, “natural”, “bancário”, etc. (CHOAY, 2011, p. 11).

Segundo a autora, diante dos processos de mundialização, a palavra passa a substituir e eliminar o uso dos termos “monumento” e “monumento histórico”, consagrados a partir do século XIX pelo seu estatuto de dispositivo universal que concedia a base material para a identidade e as diferenças entre as sociedades humanas. Nos anos 1960, a questão do patrimônio cultural começa a se estabelecer, ao passo que também vai se consolidando o reconhecimento político da cultura como questão estatal, confessando-se sua concepção e realização por meio da prática sucessiva de atos de Estado.

A passagem histórica da concepção privada de patrimônio para o espaço público o constitui como problema público resultante de um trabalho coletivo de construção da realidade social, o qual exige a instituição de atos com efeitos sobre a realidade dos bens e sujeitos. Tais atos passam a se realizar mediante distintos dispositivos de proteção, preservação e valorização do patrimônio, os atos de patrimonialização de bens culturais.

Segundo Diego FINDER Machado (2018, p. 94), os atos de patrimonialização instituem e reforçam uma “ordem patrimonial” em relação à organização espaço-temporal dos bens e à prescrição de seus usos admissíveis. Esse processo ordena uma “comunidade de bens” com algum valor e importância e estabelece sentidos de coesão que permitem revelar ou instituir afinidades entre pessoas diferentes que integram “comunidades” às quais esses bens estarão vinculados enquanto patrimônio. Veem-se os efeitos que produz a patrimonialização, a qual é, primordialmente,

Um trabalho técnico sustentado por práticas e saberes do campo interdisciplinar do patrimônio, da história à arquitetura, passando pela arqueologia, museologia, antropologia, dentre outras áreas do conhecimento. Porém é um trabalho que tem por objetivo envolver o cidadão comum, seja apenas no conhecimento e reconhecimento de valores previamente atribuídos, seja, ainda, em uma participação mais ativa nos processos de atribuição de valores patrimoniais e de gestão dos bens culturais patrimonializados (MACHADO, 2018, p. 95).

Os atos de patrimonialização são praticados mediante a crença nos princípios que os fundamentam e nos regimes de patrimonialização aos quais obedecem. Não são, portanto, atos desinteressados, o que torna necessário escrutinar não somente suas funções ou sua operacionalização, mas os interesses que os suscitam, assim como os interesses que são ignorados e as práticas que se originam a contrapelo de sua realização.

A partir da redemocratização, reconheceu-se no Brasil a necessidade de maior participação cidadã em diversas dimensões das funções públicas, entre as quais a cultural, com especial destaque para a criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), em 2012. Essa compreensão também teve reflexos nos processos de patrimonialização, a fim de permitir a aplicação mais democrática, autônoma e socialmente justa dos seus princípios (proteger, preservar e valorizar). Porém, nos anos recentes testemunhamos assédios e a desconstrução generalizada das funções sociais, culturais e artísticas de instituições, como a extinção do Ministério da Cultura (MinC), em 2019².

4. ATOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO EM RORAIMA E NO PARÁ

Diante dos argumentos apresentados, considero importante destacar os atos de patrimonialização praticados em Roraima e no Pará com o objetivo de averiguar o lugar do patrimônio nas funções públicas desses estados.

² Transformada em secretaria especial e atualmente subordinada ao Ministério do Turismo (MTur), a pasta da cultura teve, desde o Golpe de Estado de 2016, dez secretários. Dois desses ocuparam o cargo de forma interina (um dos quais por duas vezes), e um deles foi exonerado ao protagonizar, em janeiro de 2020, a gravação de um vídeo institucional com diversos elementos copiados do discurso do ideólogo nazista Joseph Goebbels.

Minha hipótese é que há uma extrema vinculação da patrimonialização nesses dois estados à ideologia das necessidades históricas que marca a modernidade amazônica e se intensifica diante da completa inversão na sociedade capitalista do tempo (e do espaço) como “campo de desenvolvimento humano” (DEBORD, 1997).

Unidade federativa mais setentrional do Brasil, Roraima obteve sua autonomia política com a Constituição Cidadã, em 1988. Três anos depois, temos uma primeira abordagem pelo recém-criado estado em relação ao patrimônio cultural, com a definição, no Artigo 159 da Constituição do Estado de Roraima, dos bens de natureza material e imaterial que o constituem.

Esse artigo, seus parágrafos e incisos foram modificados em três ocasiões (Emendas Constitucionais nºs 21/2008, 30/2012 e 32/2012). As emendas alteraram a expressão “patrimônio cultural roraimense” para “patrimônio histórico, turístico, social, artístico, ambiental e cultural roraimense”; mudaram as categorias de classificação do patrimônio³; e incluíram ou retiraram da constituição alguns dos bens enumerados como necessários de “tombamento”, a exemplo de fortificações construídas no período de início da ocupação colonial do Vale do rio Branco, fazendas do período do Império, corredeiras, lendas, um poema (*Cavalo Selvagem*, de Eliakin Rufino) e os termos “macuxi” e “wapixana” quando utilizados como identificação regional do povo roraimense, entre outros.

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 718, de 6 de julho de 2009, que dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Cultural do Estado de Roraima, cuja regulamentação foi realizada seis anos depois, pelo Decreto nº 19.795-E, de 22 de outubro de 2015. A lei e o seu decreto regulamentador estabelecem os livros de tombamento e de registro e definem os procedimentos a serem adotados para a realização da patrimonialização, os quais são de

³ O estado de Roraima utiliza, atualmente, as seguintes categorias: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; as cidades, os edifícios, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico, científico e inerentes e relevantes narrativas de nossa história cultural; a cultura indígena tomada isoladamente e em conjunto; as paisagens históricas e culturais; e a manifestação e expressão do Movimento Religioso Cristão.

responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura, que homologará parecer emitido pela Câmara do Patrimônio Cultural e Museológico do Conselho Estadual de Cultura.

De acordo com levantamento realizado pela Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico do Ministério Público Estadual (MPRR), Roraima possui mais de seiscentos bens reconhecidos como patrimônio cultural, dos quais cerca de quarenta são classificados como imateriais (CARVALHO, 2019). No entanto, os atos de patrimonialização destes bens culturais têm ignorado as normas supracitadas.

Além dos bens culturais enumerados na Constituição do Estado, os demais reconhecimentos que constituem o patrimônio imaterial de Roraima são realizados por meio da apresentação e aprovação de projetos de lei na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (ALE-RR), como ocorreu recentemente com a declaração do Festejo do Quarto de Bode, do Município de Amajari (Lei nº 1.614, de 12 de janeiro de 2022). Não aplicar as normas acima mencionadas não permite avaliá-las pelos efeitos que produzem e fecha as possibilidades de participação. Os equívocos nelas estabelecidos seguem formalizados e se ampliam quando, com a sanção da Lei nº 1248, de 7 de fevereiro de 2018, foi incluída a manifestação e expressão do Movimento Religioso Cristão no conjunto das categorias do patrimônio cultural do estado.

Em relação ao Pará, possui um quadro mais amplo de dados. Também a Constituição do Estado define por primeira vez os bens que compõem o patrimônio cultural paraense material e imaterial e estabelece suas seis categorias e as formas como o Estado, “com a colaboração da comunidade”, promoverá e protegerá cada bem: “por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação” (PARÁ, [1989], p. 114).

A Lei nº 5.629, de 20 de dezembro de 1990, dispõe sobre a preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará, estabelecendo os quatro Livros do Tombo ou de Registro de Bens Culturais, cuja responsabilidade é do Departamento Histórico, Artístico e Cultural da Secretaria de Estado de Cultura (DPHAC/Secult) e dos Agentes Municipais de Preservação e Proteção do Patrimônio Cultural (AMPPPC). Em

2009, foi instituído o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural paraense e criado o Programa Estadual do Patrimônio Imaterial (PARÁ, 2009).

A Portaria nº 779, de 30 de novembro de 2009, institui normas complementares a esse decreto e determina os procedimentos que deverão ser observados para a instauração e instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, deixando explícita a responsabilidade do Poder Executivo, por meio do DPHAC, na instauração técnica do processo.

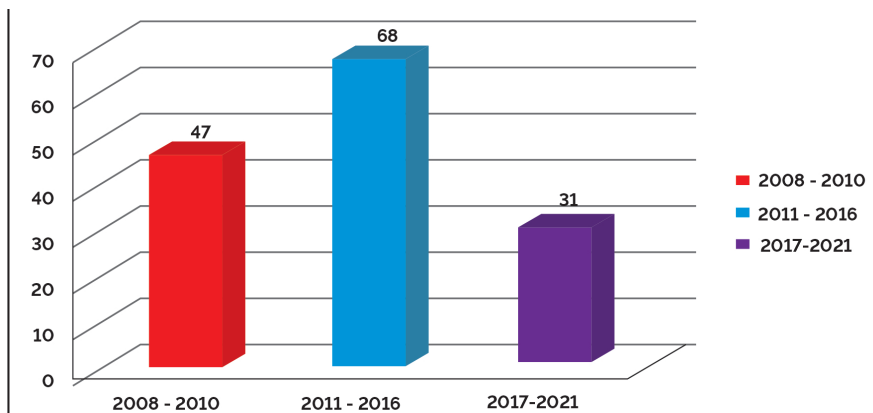
No ano seguinte, é instituído o Inventário do Patrimônio Cultural do Estado do Pará (IPCPA), que corresponde à metodologia de pesquisa a ser empregada com a finalidade de produzir informações e contribuir para o conhecimento, a salvaguarda e a divulgação desse patrimônio (PARÁ, 2010). No mesmo ano é publicada a Instrução Normativa n. 001, de 29 de novembro de 2010, que dispõe sobre os meios necessários para que os interessados obtenham autorização para o uso da metodologia do IPCPA.

5. O RITMO BREGA COMO CASO DE ESTUDO

No Pará, as normas jurídicas voltadas à patrimonialização de bens culturais seguem formalmente o *corpus* normativo estabelecido pela União⁴. Embora esse estado possua um repertório político-legal mais bem detalhado para a realização de atos de patrimonialização mediante processo administrativo conduzido por um departamento próprio e adotando uma metodologia de pesquisa em relação aos bens culturais imateriais, foco prioritário deste texto, esses procedimentos são realizados à semelhança do que ocorre em Roraima (Figura 1).

⁴ Importante destacar que a maioria dessas normas jurídicas foi elaborada, aprovada e sancionada durante a gestão da governadora Ana Júlia Carepa (2007-2011), concomitantemente ao segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, ambos correligionários do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa observação pode ajudar a compreender a coetaneidade e contemporaneidade entre os instrumentos estaduais e federais relacionados ao patrimônio cultural imaterial e evidenciam as múltiplas escalas de relações que caracterizam as políticas de patrimônio cultural e se estabelecem em distintos níveis de governo (federal, estadual e municipal), entre poderes da República (em especial, Executivo e Legislativo) e em instituições e fóruns internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Figura 1 - Bens culturais reconhecidos como patrimônio imaterial do Pará por meio de declaração legislativa (2008 - 2021)



Fonte: O autor (2022).

Desses bens culturais, destaco o “ritmo brega”, reconhecido como patrimônio cultural por meio da Lei nº 9.310, de 15 de setembro de 2021, cuja sanção pelo governador do Estado do Pará, Helder Barbalho, foi realizada em um evento comemorativo no Teatro Estação Gasômetro, em Belém. Resultante de projeto de lei apresentado por Ana Cunha, deputada estadual pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a lei foi aprovada por unanimidade em sessão deliberativa da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa).

Esse caso chama atenção por diversos aspectos, tornando necessária a realização de análise mais aprofundada a respeito e recorrendo-se a diferentes práticas históricas, etnográficas e sociológicas que constituem os campos do patrimônio e de públicas. Neste texto, tratarei brevemente sobre algumas dessas dimensões, que me permitirão enumerar questões a serem ponderadas em outra oportunidade.

Inicialmente, destaco o tempo em que decorreu o ato de patrimonialização, desde o envio do projeto de lei à divisão de expediente da Alepa, em 8 de agosto, até a sanção governamental, no dia 15 de setembro

de 2021. Nesse período de pouco mais de um mês, o projeto tramitou nas comissões de Constituição e Justiça e de Cultura, recebendo e aprovando os seus devidos pareceres, e foi votado em dois turnos na 26ª Reunião Ordinária dessa casa legislativa⁵.

Na reunião em que foi aprovado o projeto de lei, a Deputada Estadual Ana Cunha disse que

[O brega] vem tendo uma história, que foi construída ao longo dos anos [...]. Observando no que irá trazer o reconhecimento como patrimônio cultural e imaterial do estado do Pará, vários fatores. O estado do Pará será reconhecido como uma área turística onde você vai vir aprender a dançar brega. Se terá, com certeza, circuitos dentro do estado do Pará para se ir dançar um brega. As casas noturnas, após passar todo este período que nós estamos passando de pandemia, terão mais do que nunca a valorização desta cultura (TV ALEPA, 2021, negritos meus).

Particularmente, concordo que o ritmo brega merece o reconhecimento como patrimônio cultural, mas, a contrapelo da maioria das opiniões, considero sua realização politicamente pauperizada, em que pese o fausto espetáculo, no sentido debordiano, que revestiu desde a concepção do projeto até o evento de comemoração da assinatura da lei (GOVERNO DO PARÁ, 2021). Conforme podemos observar desde a fala da deputada Ana Cunha na votação do projeto de lei, na patrimonialização do “ritmo brega” há grande ênfase na ideia de *valorização*, que aparece com maior força nesse caso do que nas demais declarações legislativas com objetos análogos.

Entretanto, a ideia de “valorização” aparece descolada de uma discussão sobre sua categoria base, o “valor”. Tomar a declaração de um bem cultural como patrimônio pela sua imediata valorização limita os constituintes do valor ao reconhecimento e à promessa do prestígio decorrente da institucionalização sem considerar que as expectativas de produção de

⁵ Os dois turnos de votação foram realizados em cerca de 30 (trinta) minutos, conforme se pode constatar na gravação da transmissão ao vivo da reunião realizada no dia 24 de agosto de 2021 e disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IYwUGJyRFJE> (confira a partir do tempo de 1 hora e 58 minutos de gravação).

capitais (simbólicos, econômicos e sociais) resultantes desse ato podem ser frustradas e sua efetivação tende a obedecer à desigualdade de distribuição desses capitais.

Ou seja, a valorização eventualmente pode ocorrer, mas tende a ser desigual proporcionalmente à desconsideração, com maior amplitude e profundidade, das aspirações, preocupações e condições de vida dos distintos sujeitos que estão compromissados ou implicados com os bens culturais patrimonializados. Para o “ritmo brega”, essa consideração é comprometida quando os espaços de diálogo intercultural são reduzidos às instâncias de mediação do processo legislativo e com a falta de apreço às metodologias de patrimonialização, que sequer são avaliadas.

Isso estabelece algumas problemáticas. Conversei com o historiador Tony Leão da Costa, pesquisador de música popular, a respeito da denominação “ritmo brega”.

Um ritmo é uma forma quase sempre baseada nas células rítmicas específicas, que se repetem na tradição. O gênero é também uma forma recorrente, mas não necessariamente definido só pelo ritmo. Muitas vezes gênero e ritmo são descritos como a mesma coisa, como sinônimo, mas isso também depende de autor para autor. No geral, o gênero é definido por um conjunto de elementos: ritmo, instrumentos, formas melódicas e harmônicas, tipo de letra/poética, etc. Na cultura popular, os mestres tendem a falar tudo como “ritmo”. Tipo, o “ritmo do carimbó”, sendo o que a academia chama de gênero. O brega pode, às vezes, ser visto como um gênero, mas eu, pelo menos, o vejo mais como um tipo musical, ou complexo cultural musical, já que no “brega” você pode ter cúmbias, boleros, iê-iê-iê, melody, etc. Ou seja: o brega nem tem apenas um “ritmo” hegemônico, nem é um único gênero musical do ponto de vista da forma (ritmo, melodia, harmonia, letra, espaço de circulação, etc.) (Tony Leão da Costa, mensagem recebida em 19 de outubro de 2021).

Quem está contemplado na declaração do “ritmo brega” como patrimônio cultural imaterial do Pará? Quais políticas específicas de acompanhamento serão adotadas? Algumas referências culturais relacionadas ao complexo cultural do brega paraense serão consideradas ou foi patrimonializado um tipo idealizado e extemporâneo de brega? O tecnomelody, por exemplo, recebeu declaração semelhante oito anos antes, por meio da Lei nº 7.708, de 22 de maio de 2013, também classificado como “ritmo”. As aparelhagens, por sua vez, em duas ocasiões não tiveram seus projetos de lei aprovados (2010 e 2015) e têm novo projeto de lei em tramitação na Alepa (Projeto de Lei nº 485/2021)⁶.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma breve análise da organização social e política do patrimônio nos estados de Roraima e Pará, verificamos as vulnerabilidades que esse campo apresenta na Amazônia, uma vez que as situações descritas podem ser identificadas em outros estados da região, apesar de se expressarem de formas específicas.

Os dois contextos e o caso de estudo apresentado permitem enumerar alguns problemas de ordem pública, política e material: a tendência de reforço de casuísmos e mediações de representação política em detrimento da autonomia dos grupos sociais ou de formas participativas; o deslocamento do bem cultural para fora de sua realidade, desvinculando-o de sua materialidade; a ruptura na construção histórica das políticas de patrimônio; e a conversão da patrimonialização em uma ação espetacular.

Não há seguridade na participação dos grupos e são reforçados mecanismos de tutela, de proselitismo religioso e demagogia política, com a inversão dos sujeitos nos objetos, procedimento próprio do solipsismo da sociedade de mercado. Nesse contexto, quais as probabilidades da organização social e política do patrimônio cultural na Amazônia gerar

⁶ Em 2015, o parecer assinado pela ex-deputada estadual Eliane Lima (PSDB) dizia que “não se pode legitimar as aparelhagens de som como patrimônio cultural e artístico do Estado, as quais não passam de meio material da divulgação do ritmo tecnobrega/brega, não detendo significação cultural ou artística, mas meramente técnica (sem qualquer inovação tecnológica) e comercial (os símbolos, marcas de propaganda)” (PARÁ, 2015, s.p.).

efeitos socialmente justos ao desconsiderar práticas e institucionalidades que permitiriam o debate político e histórico mais aprofundado e diversificado? Qual valorização resulta daí e quem é capaz de acessá-la?

Em Roraima, o caso da inclusão do Movimento Religioso Cristão como categoria de patrimônio desconhece a possibilidade de contemplação de suas manifestações e expressões em classificações já estabelecidas, como as formas de expressão, ou em uma classificação que melhor se adequasse, como as celebrações. Também é perigosa a inserção propositada de um viés de associação com denominações específicas do cristianismo, em especial aquelas facções vinculadas à defesa de princípios contrários a direitos humanos, a exemplo da falácia da “ideologia de gênero”. Ainda mais grave é a violação dos princípios democráticos da laicidade e do secularismo do Estado brasileiro ao agregar uma religião específica e seus valores aos atos governamentais.

No Pará, a celebração da declaração legislativa do ritmo brega como patrimônio cultural teve um intenso acento na idealização de um passado a ser resgatado pelo reconhecimento de uma expressão extemporânea desse complexo cultural musical, sintoma da repressão que as classes dominantes praticam quando colocam o “passado reprimido” debaixo da sombra. A desconsideração dada às aparelhagens e a violenta separação do tecnomelody em relação ao brega deixam-nos esses indícios.

O problema não está, contudo, no bem cultural patrimonializado, mas nos atos realizados que trabalham para a conservação dos valores de uma elite intelectual que, ao se arrogar como “civilizada”, imputa-se uma missão em nome da ideologia das necessidades históricas e a partir de uma comprometida leitura dos momentos histórico-materiais, da conjuntura política e da desagregação geral que testemunhamos.

Pode-se argumentar que ao menos esses atos estão bem-intencionados. Porém, em uma sociedade capitalista, a mera boa intenção é crivada de assimetrias sociais, as quais definem quem pode exercê-la sem responsabilidades sobre os efeitos que produz. Respostas mais bem elaboradas a essas questões passam pelo alargamento do debate político dos atos de Estado e por uma economia política do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Rosa; CHAVES, Ernani P. Imagens de Belém, paradoxo da modernidade e cultura na Amazônia. *Papers do NAEA*, Belém, n. 56, p. 1-8, jan. 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11902/0>. Acesso em: 8 nov. 2021.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*: Curso no Collège de France (1989-92). Edição estabelecida por Patrick Champagne *et al.* Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CARDENAL, Ernesto. *Manaus ressuscitado*. Tradução Thiago de Mello. Manaus: Valer, 2011.

CARVALHO, Paola. Roraima tem mais de 600 itens considerados patrimônios históricos. *Folha de Boa Vista*, 1 ago. 2019. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/POLITICA/Roraima/Roraima-tem-mais-de-600-itens-considerados-patrimonios-historicos/55941>. Acesso em: 10 nov. 2021.

CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão*: antologia para um combate. Tradução João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GOVERNO DO PARÁ. O Brega é Nosso – Agora é Lei. *YouTube*, 15 de set. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kg9lR4wRzSw>. Acesso em: 8 nov. 2021.

MACHADO, Diego Finder. Diálogos arriscados: do direito de participação cidadã na patrimonialização ao direito cidadão de aparecer no patrimônio cultural. *Fronteiras*: Revista Catarinense de História, Chapecó, n. 32, p. 92-114, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/10662>. Acesso em: 8 nov. 2021.

PARÁ. [Constituição (1989)]. *Constituição do Estado do Pará*. Belém: Alepa, [2021]. Disponível em: https://www.alepa.pa.gov.br/midias/midias/894_constituicao_do_para_-_atualizada_ate_marco_de_2021.pdf. Acesso em: 25 de nov. 2021.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará – Alepa. *Projeto de Lei nº 63/2015*. Declara as Aparelhagens de Som como patrimônio cultural e artístico do Estado do Pará e dá outras providências. 8 abr. 2015. Disponível em: <https://downloads.alpara.com.br/Projeto/Parecer/6551-1.PDF>. Acesso em: 25 de nov. 2021.

PARÁ. Decreto nº 1.852, de 25 de agosto de 2009. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural paraense, cria o Programa Estadual do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, Caderno 1, n. 31.491, p. 6-7, 26 ago. 2009.

PARÁ. Decreto nº 2.558, de 6 de outubro de 2010. Institui o Inventário do Patrimônio Cultural do Estado do Pará – IPCPA. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, Caderno 1, n. 31.769, p. 5-6, 8 out. 2010.

TV ALEPA. Transmissão AO VIVO TV Alepa. *YouTube*, 4 out. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IYwUGJyRFjE>. Acesso em: 8 nov. 2021.

O PATRIMÔNIO CULTURAL NO ESTADO DO TOCANTINS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL

Rosane Balsan¹

1. PATRIMÔNIO CULTURAL: ALGUNS APONTAMENTOS

Conhecer o patrimônio cultural de um estado é conhecer seu povo, suas raízes, suas culturas, crenças, festas, rituais, religiosidades, seu artesanato. Sabemos que o patrimônio material e imaterial lança possibilidades de um lugar vir a ser conhecido e reconhecido pelo que tem na constituição de seu espaço geográfico e como ele é cuidado pelos seus cidadãos.

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 216, traz o seguinte texto:

constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...] (BRASIL, 1988, p. 129).

No Brasil, Chuva (2009, p. 147) destaca o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, afirmando que esse decreto

¹ Doutora em Geografia, professora do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Tocantins – Campus Porto Nacional. E-mail: rosanebalsan@hotmail.com

[...] organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, foi a primeira norma jurídica brasileira a dispor acerca da limitação administrativa ao direito de propriedade, criando o instituto do tombamento.

O Art. 17 do Decreto nº 25/37 elucida:

As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, reparadas, pintadas, ou restauradas, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado (BRASIL, 1937, n. p.).

Diversos são os fatores que me levaram a este capítulo, sendo citados os motivos tanto de cunho pessoal quanto profissional. Por conhecer um pouco da realidade vivida em Porto Nacional, na condição de ex-moradora e professora, tanto na graduação quanto na Pós-Graduação em Geografia da UFT, Campus de Porto Nacional; por saber sobre as normas de preservação do bem tombado, as ações e/ou projetos executados e a incipiente aceitação/participação ou falta do sentimento de pertencimento dos moradores do centro histórico em tudo o que é relacionado à discussão do patrimônio cultural local; e também por entender que o centro histórico de Porto Nacional é um lugar diversificado no campo das artes – no passado, de barro ou madeira – e da cultura, incluindo capoeira, danças, devoções, histórias, lendas, músicas, procissões, poemas, ruas, vivências e pessoas, é que fui inspirada a contribuir com esta publicação.

Também uma proximidade com as reflexões propostas pelas pesquisas orientadas (Quadro 1) no período de onze anos em que participo do Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) em Porto Nacional, no qual o centro histórico de Porto Nacional, alvo desse estudo, é memorado em cinco dissertações e referenciais bibliográficos relacionados a essa temática e afins, me leva a interlocuções de apoio que obtive com os mestres em Geografia.

Quadro 1 - Dissertações orientadas 2013-2021

| Nome/Título do Trabalho | Ano |
|---|------|
| Wolney Jácomo de Sousa Os discursos e o turismo: um diálogo no Município de Porto Nacional-TO. | 2013 |
| Núbia Nogueira do Nascimento Turismo cultural e patrimonialização de tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional. | 2014 |
| Antonio Miranda dos Santos Um lugar tombado, um lugar esquecido: Porto Nacional-TO, 2008-2018. | 2017 |
| Thalyta de Cássia da Silva Feitosa As festas da cidade de Porto Nacional – TO: um olhar dos ativistas culturais | 2017 |
| Laíres José Gonçalves da Silva Ribeiro O projeto Roteiro Geo-turístico em Porto Nacional-TO: um instrumento de educação patrimonial. | 2021 |

Fonte: Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Geografia, disponíveis em: [://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/29](https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/29).

Como afirma Carlos (2017, p. 37), “o patrimônio surge da possibilidade de congelar, num determinado lugar, a representação das relações sociais (como relações de troca) que permitiram a construção de uma história coletiva.”

Como ponto de partida, podemos elaborar alguns questionamentos para refletir. Mas o que o reconhecimento de uma cidade como patrimônio cultural brasileiro pode nos dizer sobre o centro histórico tombado? O que podemos aprender com ele? Como tem sido o contexto de preservação?

Nesse bojo de questionamentos, quais respostas podem minimizar o valor do título como patrimônio cultural brasileiro, como cidade de referência cultural brasileira. Assim, vamos mergulhar no centro histórico de Porto Nacional, onde se insere o patrimônio cultural, incluindo tombamento, centro histórico e ações e/ou projetos desenvolvidos especialmente por professores e alunos do curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia.

2. PORTO NACIONAL: PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

Porto Nacional
A cidade no arco dos tempos
Conta histórias nas casas sem nomes,
Pranteadas de cadeiras escurecidas
E velas sob as correntes
(SILVA, 2013, p. 23).

Tocantins é o estado mais novo da federação, mas Parente (1999, p. 58) destaca que seu povoamento teve início na primeira metade do século XVIII e com Porto Nacional não seria diferente.

Nas décadas de 1730 e 1740 ocorreram as descobertas auríferas no norte de Goiás e, por causa delas, a formação dos primeiros arraiais no território onde hoje se situa o Estado do Tocantins. Natividade e Almas (1734), Arraias e Chapada (1736), Pontal e Porto Real (1738). Nos anos 40, surgiram Conceição, Carmo e Taboca, e mais tarde Príncipe (1770). Alguns foram extintos, como Pontal, Taboca e Príncipe. Outros resistiram à decadência da mineração e no século XIX se transformaram em vilas e posteriormente em ciclo.

De acordo com Godinho (1988) e o IBGE (1958), a atual cidade de Porto Nacional passou pelas seguintes nomenclaturas: Arraial do Pontal, que foi chamado de Porto Real, Porto Imperial, que em 1861 passa à categoria de cidade com o nome de Porto Nacional, sendo os três nomes correspondentes ao período Colonial brasileiro, seguido pelo período Imperial do Brasil, e por último a nomenclatura recebida com o advento da República. Atualmente, a cidade tem aproximadamente 49.146 habitantes (IBGE, 2021).

Audrin (1946, p. 54) descreve sobre Porto Nacional:

Porto Nacional teve um humilde princípio [...]. Começou sendo um simples rancho de passador, isto é, de um pobre barqueiro que ganhava a vida passando viajantes de um lado ao outro do grande Rio Tocantins. O movimento era constante, pois este ponto de travessia, já chamado Porto Real, achava-se entre dois povoados importantes da época, devido às lavras de ouro, que faziam afluir muita gente dos sertões e das capitais de Goiás e Bahia.

No atual estado do Tocantins, podemos observar a intervenção de dois centros históricos reconhecidos como patrimônio cultural brasileiro: a cidade de Natividade, reconhecida ainda no Norte Goiano no ano de 1987, quando participante do Programa Monumenta do Governo Federal, que concretizou ações e/ou projetos importantes na consolidação da preservação. Sant’anna (2015, p. 17) afirma que o programa “[...] foi indutor de políticas locais que lograram articular o patrimônio ao cotidiano e à dinâmica das cidades, retirando-o finalmente do registro exclusivo, por isso, empobrecedor, do uso cultural e turístico.”

Já o centro histórico do município de Porto Nacional foi reconhecido como patrimônio cultural brasileiro no dia 27 de novembro de 2008, na cidade do Rio de Janeiro. O tombamento foi visto com bastante preocupação pelos conselheiros, como podem ser revisitados os motivos de repulsa contra ele na ata consultiva (IPHAN, 2018) e na análise de Nascimento (2014).

Entender o centro histórico de Porto Nacional é compreender que o gerador que dá origem ao conceito de centro histórico para Sant’anna (2015, p. 65) é

a ideia de isolamento das áreas antigas ou centrais, transformando-as em algo semelhante aos bairros, era justificada pela impossibilidade de adaptá-las, sem destruição, às exigências da cidade moderna.

Nascimento (2014, p. 101) destaca que

Os bens culturais de Porto Nacional-TO, localizados no centro histórico, nada mais são do que a reprodução técnica do capitalismo em que os homens dão forma, conteúdo e função. [...]. O tombamento de Porto Nacional foi a primeira cidade a ser tombada no território tocantinense, com isso trouxe maior visibilidade. Assim, entendemos que o “patrimônio” é uma ação de mercantilização, incluindo capital, poder político e poder econômico.

O centro histórico de Porto Nacional, tombado como patrimônio histórico nacional no que diz respeito ao registro, apresenta um tombamento com questionamentos em que o próprio Iphan (2007, p. 26) enfatiza:

As versões sobre a formação do então Porto Real deixam lacunas difíceis de aclarar. São versões de historiadores e intelectuais que se basearam nos poucos documentos escritos, nas narrativas e desenhos dos viajantes que, no início do século XIX, por lá passaram, e em informações orais de antigos moradores (IPHAN, 2007, p. 26).

Santos (2017, p. 15) ressalta que

É possível perceber que a inserção do prédio da catedral, com sua arquitetura românica, de certa forma, trouxe um destoar em relação à arquitetura vernacular das residências do centro histórico de Porto Nacional, dando um caráter arquitetônico não condizente com os demais centros históricos das cidades do mesmo período no estado do Tocantins.

Podemos notar que o discurso de justificativa para a inscrição da cidade supervalorizou o símbolo da também popularmente conhecida como catedral Nossa Senhora das Mercês, dentro de um conjunto com outras edificações que poderiam levar a uma reflexão se realmente a cidade de Porto Nacional merecia o tombamento de uma área urbana denominada de poligonal de tombamento pelo Iphan (NASCIMENTO, 2014). Por outro lado, a catedral relatada na ata consultiva em Porto Nacional ilustra a ideia de principal referência cultural no que diz respeito à preservação do patrimônio material.

A significação e a autenticidade das edificações são questionadas e incluem a fragmentação e a mudança de um conjunto cultural. Tomando como exemplo o centro histórico tombado, preservar o todo vai ser, muitas vezes, defrontar-se com os moradores que já passaram por transformações do cotidiano, dos usos tradicionais de arquiteturas como das janelas que se abrem para as ruas, largos, praças e avenidas entre outras modificações como nos rituais festivos.

Nesse sentido, Feitosa afirma (2017, p. 121-122):

[...] as festas trazem inúmeros benefícios para a cidade, tanto culturais (a produção de elementos culturais, realização de diversas ações culturais, o destaque do legado da cultura da cidade e seu patrimônio cultural e manter as raízes culturais), como econômicos (a geração de emprego, geração de renda, geração do turismo local e a promoção de talentos) e sociais (conhecer a história da cidade, informar ao cidadão o contexto cultural em que ele está inserido, agregar pessoas, informar à comunidade todos os anos os hábitos culturais do lugar e a formação de cidadãos que valorizam a cultura).

Ainda sobre festas, podemos citar como exemplo a festa de Nossa Senhora das Mercês, destacando Balsan e Maia (2020) que esta festa revela um processo de (re)significação com as mudanças incluídas pelas pessoas nas festividades.

Dos carros de bois, os primeiros veículos a chegarem à cidade, os desfiles cívicos, a casa do primeiro médico, a primeira prefeitura – que hoje é museu, a venda de Fortunato e outras, a cadeia, a casa dos padres, prefeitos, coronéis e do seu povo, a fonte de lavar roupas. Hoje há uma nova dinâmica, como a transformação pelo enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, localizada no município de Lajeado. Isso é o que conhecemos por mudanças no meio técnico-científico informacional que o professor Milton Santos (2012) nos ensina.

As transformações são expressas até nas músicas regionais, como a de Bey Aires, músico e compositor que nos apresenta o “frevo do Cabaçaco”, a qual a cidade inteira conhece e canta sua letra: “No Porto Velho tem uma rua pioneira, que corre junto ao Tocantins, dos coronéis ficou seu nome numa placa, mas na boca do povo só te chamam Cabaçaco”².

Santos chama a atenção para o poder público (2019, p. 96):

[...] entendemos que o poder público municipal não deve se eximir de implementar ações para preservação e promoção do lugar tombado em Porto Nacional, que, desde de 2008, passou a ser patrimônio cultural brasileiro.

Assim, temos que atentar para o que Cruz (2012, p. 96) explica: “[...] a patrimonialização do patrimônio é a institucionalização de mecanismos de proteção do chamado patrimônio cultural, material e imaterial”.

Nascimento (2014, p. 105) destaca que “o tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional-TO veio com o propósito de firmar e fixar na população portuense sua identidade, valores, costumes e cultura própria, desvinculada do estado de Goiás”.

Messias (2012, p. 145) menciona que

ao longo dos últimos anos, tem aflorado o interesse social pela preservação do patrimônio cultural [...] as legislações brasileiras e as recomendações internacionais enfatizam a preocupação quanto à transmissão de conhecimentos construídos e de recursos naturais para as gerações futuras.

² Para ouvir a música, acesse <https://www.palcomp3.com.br/mestrenona/frevo-cabacaco/>

Sousa (2013), em seu estudo pautado no discurso da população portuense, fez uma análise sobre a mudança territorial ocorrida em Porto Nacional, no ano 2001, que data o represamento do Rio Tocantins, ao se referir, pontualmente, aos atrativos turísticos da cidade. Diante disso, este autor afirma que o município tem um patrimônio pouco explorado no aspecto do desenvolvimento de infraestruturas e na exploração econômica na área turística - seja do seu patrimônio natural, seja do seu patrimônio histórico-artístico-cultural.

Há de se convir que uma vez que ocorra o processo de (re)significação de todo o arcabouço histórico, artístico, cultural, natural, e, em especial, a partir da implementação de políticas públicas ou de interesses privados voltados para a valorização do centro histórico e dos recursos naturais existentes em Porto Nacional, será possível a viabilização do aproveitamento do turismo, da história e da cultura portuense (SOUSA, 2013).

Assim, todos esses estudos e pesquisas que envolveram as diferentes abordagens sobre Porto Nacional no que tange a seus aspectos artístico e cultural, histórico-patrimoniais, dos monumentos históricos e seu tombamento, e turístico poderão servir de base para empreitar novas investigações, bem como para futuros projetos públicos ou privados que venham a implantar uma política de valorização e preservação de todo o patrimônio material e imaterial presentes na referida cidade.

A partir do próximo tópico, vamos descrever os projetos e as ações institucionais dos acontecimentos da história em Porto Nacional e no Tocantins, como forma de consolidação de um acervo à identidade e à memória que está em constante processo de mudanças e interferências do desenvolvimento e do processo de globalização.

3. O QUE ESTOU/ESTAMOS FAZENDO

Nesse cenário, gostaria de destacar o projeto de extensão universitária, sob minha coordenação, desde o ano de 2014, intitulado Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional, que obteve premiações de professores e discentes, publicações de folder em português, traduzido para o inglês e para a escrita de sinais.

O Roteiro Geo-Turístico é um projeto de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Tocantins (UFT), promovido dentro do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (NEUCIDADES), reconhecido como grupo de pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tem o apoio do Laboratório de Geografia do Turismo (LABGEOTUR) e é reconhecido pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX), estando cadastrado na plataforma do Sistema de Informação de Projetos (SIGPROJ) e atualmente na Gestão de Projetos Universitários (GPU) da UFT.

Também obtivemos o Registro de Programa de computador da Plataforma GeoPorTour no Instituto Nacional da Propriedade Industrial em 31 de agosto de 2020 e até a publicação de um e-book.

A plataforma GeoPorTour é um projeto de extensão da Universidade Federal do Tocantins que surgiu da proposta de ampliação das ações de preservação do patrimônio histórico-cultural de Porto Nacional-TO, desenvolvidas pelo Projeto Roteiro Geo-Turístico, por meio do desenvolvimento de um acervo tecnológico integrado em uma plataforma digital.

O acervo de recursos computacionais disponíveis na plataforma para fins educacionais compreende a modelagem em 3D da Catedral de Nossa Senhora das Mercês; visita virtual em 360° do percurso do Roteiro Geo-Turístico, incluindo visitas internas a quatro edificações, e um jogo quiz, que apresenta as informações históricas e culturais (em português e inglês) dos pontos do Roteiro; e um espaço destinado às produções científicas, técnicas e artísticas sobre o Patrimônio Cultural de Porto Nacional. A plataforma contém também o aplicativo GeoPorTour, que viabiliza o acesso aos recursos e serviços disponíveis na plataforma (ALENCAR *et al.*, 2021).

O e-book intitulado *Roteiro Geo-Turístico em Porto Nacional: reflexões de ensino pesquisa e extensão* é uma coletânea feita durante a pandemia, de maio a outubro de 2020, e visa a contribuir para a preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural de Porto Nacional-TO. Foram feitas transmissões semanais durante três meses e meio da atuação dessa ação, totalizando quatorze momentos de interação entre os pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins (UFT) que tiveram o Centro Histórico

como seus objetos de pesquisa, ativistas culturais e os moradores desse espaço.

O e-book teve origem na junção de diversos textos elaborados por pesquisadores e professores, participantes do Roteiro, alunos de pós-graduação (mestrado), de iniciação científica e estudantes bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) da UFT, que tiveram como objeto de suas pesquisas assuntos relacionados a Porto Nacional. Cada um deles expressa um pouco da cidade e do centro histórico e suas múltiplas características.

Outras ações conduzidas no período da pandemia de 2020 proporcionaram diálogo a respeito de fatores do recorte geográfico tombado de Porto Nacional. Foi possível, por conseguinte, desenvolver educação patrimonial, já que nos momentos de interação foi lembrada a necessidade de preservação e de conservação dos bens materiais e imateriais, como memória e identidade da comunidade. As quatorze publicações de poesia portuense na rede social Facebook do roteiro explicitaram as opiniões e memórias dos indivíduos que expuseram seus comentários na rede social.

Ribeiro destaca que (2021, p. 72) “percepções e identificações de significados e sentidos variam de acordo com as experiências passadas de cada um, vivenciadas dentro do seu contexto histórico-social”. A autora também destaca que

a difusão do conhecimento científico pode ser considerada, dentro de um processo educativo voltado para o patrimônio, como uma ação inicial de caráter mobilizador em que a importância do patrimônio passa a ser conhecida e dá início a seu processo de valorização (RIBEIRO, 2021, p. 72).

Na área de produção bibliográfica, apresento livros e/ou e-books, Quadro 2, com contribuições interdisciplinares variadas, organizados por nós, juntamente com os membros do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades e mestres em Geografia, que buscam disseminar reflexões com pesquisas sobre Porto Nacional e o próprio Estado na área do patrimônio cultural, do turismo e da grande área de ciências humanas.

Quadro 2 - Livros organizados e/ou publicados na área do patrimônio e do turismo 2015-2021

| | |
|--|------|
| Porto Nacional, patrimônio do Brasil: história e memórias. | 2015 |
| Os discursos e o turismo: Um diálogo no Município de Porto Nacional. | 2017 |
| Roteiro geo-turístico em Porto Nacional: reflexões de ensino, pesquisa e extensão. | 2020 |
| Patrimônio cultural no Estado do Tocantins: materialidade e imaterialidade. | 2020 |
| Identities of tourism in the Tocantins. | 2020 |
| Identidades do turismo no Tocantins. | 2020 |

Fonte: EDUFT.

Com base nos trabalhos realizados, podemos afirmar que todos esses pesquisadores vieram desenvolver estudos na área do patrimônio cultural e afins, promovendo a premência da colaboração e a discussão de resultados para disseminar ações em prol do patrimônio cultural. Não posso deixar de citar o projeto de extensão universitária *Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional–TO: Uma ação de educação patrimonial integrada com comunidade, estudantes e instituições*, registrado no Sistema de informação e Gestão de Projetos SigProj – MEC, que concorreu ao edital de Fomento a Programas e Projetos de Extensão nº 56/2018, chamado de “Encontro com o patrimônio cultural de Porto Nacional-TO”.

Foi um projeto que, em suas ações, uniu os moradores do centro histórico, da instituição religiosa, da organização não governamental e do poder público municipal na discussão pela preservação do patrimônio material e imaterial. Foram encontros aconchegantes e com metodologias que incentivaram a participação dos presentes. Os quatro encontros sempre aconteceram no CAETANATO, prédio onde funciona o escritório central da Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (COMSAÚDE).

Nesse sentido, as ações do projeto têm contribuído para a valorização e a compreensão desses dados históricos. Ao longo da apresentação dos quatro encontros mensais, realizados pela equipe do Roteiro Geo-Turístico

em parceria com a COMSAÚDE, foram recebidas sugestões enviadas pelos participantes do evento para a melhoria da conservação do patrimônio histórico e cultural do município de Porto Nacional e do estado do Tocantins, visando a contribuir e a engrandecer os debates sobre o tema e sugerir ações e/ou projetos.

Essas sugestões foram feitas de forma anônima, aprovadas e entregues para as Instituições de Porto Nacional-TO, incluindo a Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Câmara dos Vereadores, COMSAÚDE, Secretaria da MITRA Diocesana e Secretaria da Catedral Nossa Senhora das Mercês, TV Nacional 29 e UFT – *Campus* de Porto Nacional e as instituições de Palmas, compreendendo Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX) da UFT, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura (SEDEN) e IPHAN Tocantins e que pode servir de valiosa ferramenta referencial para o fortalecimento de ações.

Além disso, integramos a Rede de Pesquisadores de Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas da Pan-Amazônia (TPP Pan-Amazônia).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio cultural de Porto Nacional, na sua dimensão histórica e espacial e na relação com a preservação, revela contradições de ser reconhecido, mas, ao mesmo tempo, revela, na atualidade, contradições de incipientes ações, projetos e ou políticas públicas de proteção.

Embora a cidade tenha ganhado com o título, a maioria da população não se sente pertencer ao processo de tombamento, colocando em conflito o patrimônio cultural com a gestão técnica para o patrimônio cultural. Apesar da batalha diária dos gestores para garantir a preservação e/ou conservação, esta tem sido cada vez mais difícil em razão da sistemática minimização de recursos econômicos.

Portanto, nem tudo é título, viver perambulando no centro histórico de Porto Nacional com as aulas-passeio me faz vivenciar a vida cotidiana, invertendo a situação, ora de professora, ora de cidadã. Como lembra o

trecho da música de Gonzaguinha, espero “Viver e não ter a vergonha de ser feliz, Cantar e cantar e cantar, a beleza de ser um eterno aprendiz”, e que eu possa dizer Porto Nacional é bonita, é bonita! Finalmente, espero dar voz aos moradores do centro histórico que, na maioria das vezes, são esquecidos no processo de gestão social em parceria com as instituições.).

REFERÊNCIAS

ALENCAR; Genias Brandão de *et al.* Tecnologias digitais aplicadas à educação patrimonial em Porto Nacional-TO: um panorama das potencialidades *In: BALSAN, Rosane; RIBEIRO, Laíres José Gonçalves da Silva; BRESSANIN, César Evangelista Fernandes (org.). Roteiro Geo-Turístico em Porto Nacional: reflexões de ensino, pesquisa e extensão.* Palmas, TO: EDUFT, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/2557>. Acesso em: 7 mar. 2022.

AUDRIN, José Maria. *Entre sertanejos e índios do Norte*. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

BALSAN, Rosane; MAIA, Carlos Eduardo Santos. Geograficidade da festa de Nossa Senhora das Mercês em Porto Nacional-TO: trilhas e caminhos sobre o seu patrimônio histórico e cultural. *In: BRESSANIN, César Evangelista Fernandes; ZITZKE, Valdir Aquino. Religiosidades no Tocantins*. Curitiba: CRV, 2020.

BALSAN, Rosane; RIBEIRO, Laíres José Gonçalves da Silva; BRESSANIN, César Evangelista Fernandes (org.). *Roteiro geo-turístico em Porto Nacional: reflexões de ensino, pesquisa e extensão*. Palmas, TO: EDUFT, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/2557>. Acesso em: 3 mar. 2022.

BALSAN, Rosane; NASCIMENTO, Núbia Nogueira do; OLIVEIRA, Mariela Cristina Ayres de (org.). *Identidades do turismo no Tocantins*. Palmas, TO: EDUFT, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora/article/view/10608/18204>. Acesso em: 3 mar. 2022.

BALSAN, Rosane; NASCIMENTO, Núbia Nogueira do (org.). Patrimônio cultural no Estado do Tocantins: materialidade e imaterialidade. Palmas, TO: EDUFT, 2020. 142 p. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora/article/view/9043/18054>. Acesso em: 7 mar. 2022.

BALSAN, Rosane; NASCIMENTO, Núbia Nogueira do; OLIVEIRA, Mariela Cristina Ayres de (org.). *Identities of tourism in the Tocantins*. Palmas, TO: EDUFT, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora/article/view/10609/18203>. Acesso em: 3 mar. 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Turismo e patrimônio. In: PAESS, Matia Tereza Duarte; SOTRATI, Marcelo Antonio (org.) *Geografia, turismo e patrimônio cultural: identidades, usos e ideologias*. São Paulo: Anablume, 2017.

CRUZ, Rita de Cassia Ariza da. Patrimonialização do patrimônio: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. *Revista Geosp – espaço e tempo*, São Paulo, n. 31, 2012, p. 95-104. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74255/77898>. Acesso: 3 mar. de 2021.

FEITOSA, Thalyta de Cássia da Silva. *As festas da cidade de Porto Nacional-TO: um olhar dos ativistas culturais*. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2017.

IBGE. *Porto Nacional*. In: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, v. XXXVI, Rio de Janeiro, 1958.

IBGE. Cidades: Porto Nacional-TO. *População Estimada [2021]*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/porto-nacional/panorama>. Acesso em: 3 mar. 2022.

IPHAN. *Dossiê de Tombamento de Porto Nacional-TO*. Iphan, 2007.

IPHAN. *Ata da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, 2008.

JÁCOMO, Wolney; BALSAN, Rosane. *Os discursos e o turismo: um diálogo no Município de Porto Nacional-TO*. Palmas: EDUFT, 2017. v. 1.

NASCIMENTO, Núbia Nogueira do. *Turismo cultural e a patrimonialização do polígono de tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional-TO*. 2014. 222 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2014.

PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos históricos do Estado do Tocantins*. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

RIBEIRO, Laíres José Gonçalves da Silva. *O projeto Roteiro Geo-turístico em Porto Nacional-TO: um instrumento de educação patrimonial*. 2021. 85f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2021.

ROSA, Janira Iolanda Lopes da; OLIVEIRA, Mariela Cristina Ayres de; BALSAN, Rosane (org.). *Porto Nacional, patrimônio do Brasil: história e memórias*. Palmas: EDUFT, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/1431>. Acesso: 3 mar. 2022.

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SANTOS, Antônio Mirada dos. *Centro histórico de Porto Nacional, TO: um lugar tombado*. 2019. 131f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2019.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, Valéria Cristina. *Em asas de borboletas... em bolhas de sabão*. Goiânia: Paulinas, 2013.

SOUSA, Wolney Jácomo. *Os discursos e o turismo: Um diálogo no Município de Porto Nacional-TO*. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2013.

PATRIMONIO CULTURAL DE LA AMAZONÍA DEL ECUADOR DESDE UNA PERSPECTIVA DE LA RESPONSABILIDAD SOCIAL EMPRESARIAL

Jessica Ivonne Lalangui Ramírez¹

María Isabel Bastidas Andrade²

Paula Estefanía Niebla Procel³

1. INTRODUCCIÓN

La Amazonía ecuatoriana, en superficie, es la región más extensa del país. Ocupa casi la mitad del territorio total del Ecuador, más Galápagos, de manera que, es la extensión más grande del estado ecuatoriano, sin embargo, es la menos poblada. La densidad de la población es inversamente proporcional a su extensión, esto se da por la dinámica social de los habitantes, puesto que, se encuentran dispersos a lo largo y ancho de un enorme espacio territorial, más que en grandes o medianas ciudades, incluso que pequeñas provincias, que serían las capitales en esta región amazónica popularmente conocida como "Oriente", la cual está constituida por 6 provincias: Zamora Chinchipe. Sucumbíos. Las más pobres según INEC (2010). Pastaza. Orellana. Las más pobres según INEC (2010). Napo. Morona Santiago. Y algunas pequeñas cabeceras cantonales. El grosor de la población se encuentra diseminado a lo largo y ancho de esta inmensa extensión selvática, en su gran mayoría, distribuido en pequeñas comunidades considerablemente aisladas unas de otras. La movilización entre una comunidad y otra podría tomar varias horas e incluso días y se la realiza a través de ríos o por tierra a través de trochas.

¹ PhD, Universidad Metropolitana. E-mail: jlangui@umet.edu.ec

² Mgs, Universidad Técnica de Machala. E-mail: mbastidas@utmachala.edu.ec

³ Estudiante último semestre Universidad Técnica de Machala.

2. MARCO TEÓRICO

Una consideración importante sobre la Región Amazónica del Ecuador es que geográfica y topográficamente forma parte de una de las más extensas planicies de Sudamérica, la cuenca del río Amazonas y sus afluentes que abarcan ocho países. Esta llanura se encuentra sobre el nivel del mar, con muy pocas elevaciones y escasas irregularidades topográficas. Sin embargo, se debe tener en cuenta que la parte más occidental de la cuenca amazónica, lo que denominamos Amazonía, se ubica en las estribaciones y partes bajas del declive de la Cordillera Oriental de los Andes, de forma que esta Amazonía, a diferencia de los otros ocho países de Sudamérica, posee diferentes pisos climáticos ecológicos y geográficos. Esto es importante ya que crea nuevos hábitats para las diversas especies de flora y fauna, además de microclimas, representando una mayor biodiversidad de especies. Gran parte de la Amazonía ecuatoriana está cubierta por bosques tropicales, lo que conocemos como selvas, que, en su mayoría, por ser de gran tamaño, tener densas concentraciones y abundante flora, son el hábitat adecuado para numerosos animales, desde insectos hasta mamíferos de bosque, como son el jaguar, puma y tigre amazónico, más conocido en el Ecuador, como tigrillo.

Toda esta superficie de la que se está hablando está atravesada por una enorme cantidad de cuerpo de agua, pequeñas y medianas lagunas, que, en su mayor parte, son desaguaderos o represamientos muy antiguos de los ríos. Existe una gran cantidad de ríos justamente por su cercanía y por estar a los pies de la cordillera oriental, que van descendiendo desde los páramos más fríos de los nevados hasta la superficie más plana, convirtiéndose desde cursos de agua, ríos, riachuelos y quebradas hasta inmensos ríos, los principales afluentes del propio Amazonas en la parte ecuatoriana, por nombrar a los más importantes: Napo, Pastaza y Zamora, una cuenca hidrográfica de agua dulce. Somos parte de un conjunto geográfico gigantesco, el bosque más grande del planeta tierra como es el bosque amazónico.

Si bien es cierto, en Ecuador existen grandes extensiones de bosque tropical, o como lo podemos llamar también, selva virgen o bosque primario, hablado en el lenguaje de los biólogos o botánicos. Lamentablemente, al

igual que en otros países del continente sudamericano, la actividad humana se ha encargado de destruir estos bosques, debido a varios factores, entre los más importantes, la deforestación por motivos de apertura a nuevos campos agrícolas, usados no solo para la comercialización, sino también para el uso maderable; y, por asuntos de migración, que va desde el interior del Ecuador hacia la Amazonía, en busca de tranquilidad y aislamiento de las grandes urbes que han sido golpeadas por terremotos, sequías, etc.

Estos son algunos de los factores de desequilibrio que provocan la deforestación de los inmensos bosques. Con efectos colaterales, tenemos también la extracción de petróleo, que ya se viene dando desde hace más de 50 años, y que en algunas ocasiones se ha incrementado fuertemente mediante carreteras, pozos petroleros y ductos, que es por donde se extrae el petróleo para luego ser llevado a la refinadora. Por nombrar estos serían los tres factores que han causado daño al ecosistema. Algunas actividades mineras también deterioran esta zona.

Desde la conquista española, durante la época Inca, se han venido asentando una serie de pueblos indígenas nativos de diversos orígenes, con su propia lengua, costumbres, trajes, rituales, dioses, cosmovisión y formas de vida. Existen 6 o 7 grupos étnicos, pueblos o nacionalidades.

Las tres etnias más significativas son: Shuar y Ashuar, Woaroni, Tagaeri o Tarmenani.

3. PATRIMONIO NATURAL Y CULTURAL DEL ECUADOR

A partir de la Primera Guerra Mundial (1914), surge a nivel internacional, la preocupación por proteger y conservar los lugares, construcciones o monumentos de gran interés. Es así que, en 1959, la UNESCO lanza una campaña internacional para iniciar el rescate de los tesoros históricos y dar inicio a una solidaridad y responsabilidad compartida entre las naciones para la preservación.

En 1978, se fundó el INPC con la misión de investigar, conservar, preservar, restaurar, exhibir y promocionar el patrimonio cultural del Ecuador, es así que en su página web, se encuentran las siguientes clasificaciones: patrimonios mundiales, patrimonios inmateriales y ciudades patrimoniales. A continuación, se detalla los más representativos de cada categoría.

En septiembre de 1978, Quito se convirtió en la primera ciudad de América Latina en ser declarada Patrimonio Cultural de la Humanidad por la UNESCO. Este tesoro arquitectónico y artístico atesorado en el Centro Histórico, es uno de los mejor conservados y vivos del planeta, razón por la que permitió a la ciudad conseguir tal distinción. “Quito es un conjunto armonioso sui generis, donde las acciones de la humanidad y naturaleza convergen para crear una trabajo único y trascendente” fue el resumen de la justificación del comité evaluador de la UNESCO para designar a la ciudad como Patrimonio Mundial, abarcando 70.43 hectáreas de Centro Histórico (UNESCO, 2021, p. 78).

La Mitad del Mundo tiene una ubicación sin igual y contribuye para que esta ciudad sea un espacio de encuentros históricos, que como resultado tenga una fusión de la cultura española e indígena. El Centro Histórico es el lugar que atesora la historia de ese desarrollo cultural y arquitectónico. Este reconocimiento, permite que la ciudad de Quito trabaje en conjunto con la UNESCO, en diferentes spots publicitarios con el objetivo de promocionar su belleza arquitectónica y cultural.

Con respecto a los patrimonios inmateriales, el Ecuador cuenta con 19 manifestaciones culturales que forman parte de la Lista Representativa del Patrimonio Inmaterial Nacional, uno de ellos es La Mama Negra, conocida también como Santísima Tragedia. Se trata de una fiesta tradicional propia de la ciudad de Latacunga, provincia de Cotopaxi, siendo una mezcla de las culturas indígena, española y africana, en la que sus habitantes rinden homenaje a la Virgen de Las Mercedes como señal de agradecimiento por los favores conferidos (MINTUR, 2018).

La figura central de la fiesta es precisamente La Mama Negra, personificada siempre por un hombre que tiñe su rostro de color negro y sus labios carnosos de un intenso color rojo carmesí. De acuerdo a las disposiciones de la Ordenanza Municipal de Latacunga, La Mama Negra particularmente, es electa en consideración a las cualidades que debe ostentar una persona de gallardía y relevancia por sus características como ciudadano latacungueño. El 31 de octubre de 2005, el INPC acordó declarar “Patrimonio Cultural Inmaterial del Estado, a la fiesta de la Mama Negra o fiesta de la Capitania”.

En el Ecuador existen 38 ciudades patrimoniales, una de ellas, la ciudad de Cuenca, u oficialmente “Santa Ana de los Ríos de Cuenca”. Su Centro Histórico conserva cientos de edificaciones patrimoniales, obras de arte, vestigios arqueológicos y representaciones culturales que conforman la identidad de su gente. Por este motivo tiene dos declaratorias patrimoniales, como Patrimonio Cultural del Ecuador, en 1982, y, también, como Patrimonio Cultural de la Humanidad, por la UNESCO, en 1999. Esta ciudad cuenta con un gran valor histórico y testimonial, además de una enorme riqueza patrimonial cultural y natural (MCYP, s.f.).

Otra ciudad patrimonial que podemos mencionar es Zaruma, u oficialmente “Villa del Cerro de Oro de San Antonio de Zaruma”. Esta es una de las ciudades más antiguas del Ecuador y pertenece a la provincia de El Oro. Por su invaluable riqueza histórica y arquitectónica reflejada en sus edificaciones, se le ha otorgado varios títulos y reconocimientos. En 1977, es declarada Ciudad de Interés Turístico Nacional, en 1990, se la declara Patrimonio Cultural del Estado Ecuatoriano, y en 2009, como Pueblo Mágico del Ecuador. Así mismo, desde 1998 Zaruma consta en la lista indicativa de la UNESCO para ser declarada Patrimonio Cultural de la Humanidad.

El patrimonio oral y las manifestaciones culturales del pueblo Zápara son uno de los patrimonios culturales representativos del Ecuador y el mundo. Este grupo indígena se encuentra asentado en una de las regiones más ricas en biodiversidad, la región Amazónica entre Perú y Ecuador. “Los Záparas son los últimos representantes de un grupo etnolingüístico que comprendía muchas otras poblaciones antes de la conquista española”. Está inscrito en la Lista Representativa del Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad desde el 2008 (originalmente proclamado en 2001) (UNESCO, 2008).

En el corazón de la Amazonía, este pueblo ha desarrollado una cultura oral particularmente conocedora de su entorno natural, como lo demuestra la abundancia de su terminología sobre la flora y fauna y conocimiento sobre las plantas medicinales del bosque. Este patrimonio cultural también se expresa mediante mitos, rituales, prácticas artísticas y su lenguaje que representa la memoria de toda la región.

En la actualidad, el pueblo Zápara está pasando por una situación crítica, la cual puede ocasionar el riesgo de extinción de su población. En 2001, el número de Záparas no superaba los 300 (200 en Perú y 100 en Ecuador), de los que sólo 5, de más de 70 años, hablan la lengua Zápara.

Por otro lado, como representación del patrimonio natural, se encuentra el Parque Nacional Sangay. Este parque es uno de los sistemas ecológicos más completos en el mundo con una vegetación que cubre alrededor del 84% del bosque. Incluye tres volcanes: Tungurahua, Sangay y Altar y está ubicado en las provincias de Morona Santiago, Chimborazo y Tungurahua. Fue declarado como patrimonio en 1983.

Esconde bajo la niebla dos volcanes activos y un extenso ecosistema con glaciares y bosques húmedos tropicales. Gracias a su limitado aislamiento, especies como el tapir de montaña y el cóndor de los Andes permanecen protegidos contra el peligro de extinción. Además, existen más de 3000 especies de plantas en el parque.

4. RESULTADOS

Este apartado presenta los resultados obtenidos de varias entrevistas a personas relacionadas con el medio, con la finalidad de recopilar información sobre la actividad turística, RSE y sus componentes patrimoniales en la región Amazónica.

Los principales componentes para conservar el turismo patrimonial en la Amazonía, es a través de la experiencia para un visitante, es la interacción con la comunidad anfitriona. Por ello, se busca que el nativo como propietario sea el principal representante y no un empleado de bajo rango, reflejando así un manejo auténtico del producto turístico.

Otro de los componentes principales es la NO folklorización del grupo nativo, es decir, el no uso de disfraces con danzas exóticas o rostros pintados, sino más bien representar la autenticidad de la comunidad compartiendo su forma habitual y su vida cotidiana.

De esta manera, se pretende que la comunidad anfitriona sea la principal beneficiaria y no los agentes económicos privados. Puesto que su

enfoque está dirigido a vivir en armonía con la naturaleza, el mundo, los astros y todos los elementos naturales en general, con responsabilidad social.

Así mismo los niveles de calidad con RSE en la Amazonía son muy variados. Pues no existe una homogeneización entre las comunidades, sin embargo, se ha visto necesario establecer ciertas prácticas tanto ambientales, como sociales y comunitarias.

Lo principal sería invertir en baños y duchas privadas para la comodidad del turista, cumplir con la limpieza e higiene en áreas comunales, especialmente en cocina, mejorar la calidad en la interpretación de la guianza, usando elementos que no impliquen un daño a la naturaleza y contar con un servicio mínimo de licores y bebidas heladas.

El turismo patrimonial tiene la gran ventaja de cerrar ese círculo virtuoso de grandes eslabones sueltos para llegar a todos los estratos de la población. Y es más atractivo aún porque la población que enmarca no es urbana, ni semiurbana, son más bien comunas que tienen un estilo de vida totalmente comunitario, permitiéndoles beneficiarse del turismo, es decir, de lo que los visitantes pagan por su experiencia de vida en la comunidad.

Casi el 90% de la región Amazónica vive del turismo comunitario por lo que mantienen su estilo de vida para que la experiencia turística sea auténtica. Aparte de eso, las contribuciones de esta actividad van dirigidas a la educación y salud. El turismo comunitario no puede ser elitista. La comunidad participa de todo y disfruta tanto como el visitante, una sociedad común que sabe que las personas con otras costumbres son un elemento muy enriquecedor.

Aparte de la biodiversidad, se le podría agregar al producto Amazonía con RSE, varias alternativas, entre esas las actividades que se pueden realizar para sumar al producto turístico de esta zona, se tienen: ser partícipe de su vida cotidiana, de la pesca y sus plantas medicinales, realizar artesanías, hacer visitas para almorzar junto con la comunidad, participar en concursos de lanzamiento de flechas y caminatas nocturnas para escuchar los sonidos de los animales del bosque. Si existen guías preparados, se puede realizar la observación de estrellas donde involucre la cosmovisión, clases de danza autóctona de la zona, pintura y tocar instrumentos musicales propios de ellos.

Un modelo ideal o plan de manejo ambiental en base al RSE para estas comunidades, se considera fundamental separar el concepto “Modelo” de “Plan de manejo”. Puesto que el modelo es un marco conceptual de carácter general, mientras que el plan de manejo es una herramienta fundamental para cumplir con los objetivos del primero.

En este contexto, el modelo debe estar basado en pilares fundamentales: Autenticidad, ser espontánea y natural; respetar las culturas ancestrales, su gente y la naturaleza que los rodea; no forzar el “folclore” solo para colorear los ojos, las fotos o videos de un visitante; y, no presentar espectáculos para un público como si fuera obra de teatro.

Sostenibilidad ambiental - implementar un plan de manejo técnicamente planificado para asegurar la preservación del medio ambiente; y, Plantear políticas públicas nacionales, regionales, locales y comunitarias para brindar herramientas prácticas para el logro de los objetivos ambientales, las cuales deben ser adaptadas a las particularidades de cada región, pueblo o comunidad en particular.

Sostenibilidad económica - asegurar de que los beneficios económicos generados por el turismo comunitario, estén distribuidos en toda la comunidad, es decir, que no solo se beneficien los prestadores directos de los diversos servicios (alojamiento, alimentación, transportación local, guianza e interpretación, etc.) sino también la comunidad, en proyectos de interés común tales como educación, salud, conectividad, apoyo a emprendimientos de tipo artesanal, musical, agrícola, entre otros.

Garantizar un modelo a largo plazo que incluya planes de contingencia para el “mañana”, es decir, pensando en el futuro de la comunidad.

Evitar la dependencia exclusiva de la actividad turística, puesto que en algunas ocasiones puede verse afectada, tanto por circunstancias totalmente imprevistas (como en los momentos actuales) y fuera de control como por manejos inadecuados que, buscando privilegiar la cantidad sobre la calidad, terminen generando masificación y dependencias perjudiciales.

Con respecto al plan de manejo ambiental en base al RSE, este debe basarse en la planificación estratégica, considerando: la realidad humana y ambiental de cada región y/o comunidad (inventario de recursos, análisis

de áreas y/o especies en riesgo de extinción, reforestación con plantas nativas, etc.); investigación de mercado respecto a la demanda para el tipo de experiencias que cada comunidad ofrece; análisis y diagnóstico sobre las necesidades en: infraestructura, accesibilidad y servicios básicos, asegurando de esta manera, una mejor calidad de vida para los nativos y experiencia para los viajeros; capacitación profesional y concientización social dirigida a las comunidades; acuerdos, alianzas, intercambios y programas específicos con universidades y ONGs calificadas; planificación técnica con principios, metas, objetivos y cronogramas de trabajo, siendo las comunidades las responsables de las acciones y programas específicos; planes de contingencia, protocolos de seguridad general, protocolos de bioseguridad, legislación eficaz para evitar y sancionar la caza ilegal, métodos de pesca inadecuados, comercio ilegal de especies, reforestación, control y repoblación de especies animales amenazadas y/o en riesgo; y, buenas prácticas ambientales, certificaciones nacionales y/o internacionales.

5. CONCLUSIONES

La Amazonía en el Ecuador es la región más grande del país y ocupa casi la mitad de todo su territorio, no obstante, es la menos poblada. Gran parte de ella está cubierta de bosques tropicales y grandes cantidades de cuerpos de agua, que van pasando por pequeñas y medianas lagunas.

Desafortunadamente, como en otros países del continente sudamericano, la actividad humana es responsable de la destrucción de estos bosques debido a una variedad de factores, entre ellos, la deforestación, la migración interna, la extracción de petróleo y algunas actividades relacionadas a la minería.

De acuerdo con los resultados obtenidos, el principal componente del turismo comunitario en la Amazonía es la comunidad receptora, involucrando su lenguaje, costumbres, trajes, rituales, cosmovisión y formas de vida.

Los niveles de calidad del turismo comunitario son muy variados debido a la homogeneización entre las comunidades, sin embargo, es

necesario establecer ciertas prácticas tanto ambientales, como sociales y comunitarias.

El turismo comunitario es una gran alternativa para la Amazonía y el país, ya que además de dar a conocer a los visitantes nacionales y/o extranjeros un estilo de vida totalmente comunitario, diferente al de ellos, beneficia económicamente a las comunidades nativas.

La región Amazónica cuenta con un producto turístico ya establecido, sin embargo, se podrían sumar ciertas actividades como la intervención en concursos de lanzamiento de flechas, caminatas nocturnas para escuchar los sonidos de los animales del bosque y observación de estrellas.

El modelo de sostenibilidad y RSE adecuado para la Amazonía debe estar basado en tres pilares fundamentales, los cuales son: la autenticidad, la sostenibilidad ambiental y la sostenibilidad económica. Con respecto al segundo pilar, este debe incluir la implementación de un plan de manejo que este técnicamente planificado para asegurar la preservación del medio ambiente.

Finalmente, como es de conocimiento para todos, el mundo entero ha pasado por una crisis sanitaria realmente inesperada, por lo que es indispensable que las comunidades de la Amazonía establezcan ciertas acciones específicas como: realización de campañas educativas sobre los riesgos provocados por patógenos y amenazas sanitarias, implementación de protocolos de bioseguridad e incorporación de temas de higiene, bioseguridad, conciencia ambiental y uso responsable de los recursos naturales en las mallas curriculares de las instituciones educativas.

REFERÊNCIAS

INEC. Análisis geográfico de la pobreza y desigualdad por consumo en Ecuador. Más allá del nivel provincial. En *Reporte de pobreza por consumo Ecuador 2006-2014*, p. 146-171, 2010. Obtenido de Instituto Nacional de Estadística y Censos: https://www.ecuadorencifras.gob.ec/documentos/web-inec/Estudios%20e%20Investigaciones/Pobreza_y_desigualdad/4.Reporte-Analisis_geografico_pobreza_desigualdad.pdf.

MCYP. (s.f.). Ciudades Patrimonio Cultural del Ecuador. Obtenido de Ministerio de Cultura y Patrimonio: <https://www.culturaypatrimonio.gob.ec/ciudades-patrimonio-cultural-del-ecuador/>.

MINTUR. Mama Negra, simbiosis de las culturas y expresiones populares. 31 Oct. 2018. Obtenido de Ministerio de Turismo: [https://www.turismo.gob.ec/mama-negra-simbiosis-de-las-culturas-y-expresiones-populares/#:~:text=31.10.2018\)%20La%20Mama%20Negra,agradecimiento%20por%20los%20favores%20concedidos](https://www.turismo.gob.ec/mama-negra-simbiosis-de-las-culturas-y-expresiones-populares/#:~:text=31.10.2018)%20La%20Mama%20Negra,agradecimiento%20por%20los%20favores%20concedidos).

UNESCO. El patrimonio oral y las manifestaciones culturales del pueblo zápara. 2008. Obtenido de Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura: <https://ich.unesco.org/es/RL/el-patrimonio-oral-y-las-manifestaciones-culturales-del-pueblo-zpara-00007>

UNESCO. Sitio Mixto. Paraty e Ilha Grande – Cultura y biodiversidad (Brasil). 4 Jul. 2021. Revista del patrimonio mundial, 76-79. Obtenido de <https://doi.org/10.18356/27887154-2020-94-4>.



TURISMO E PATRIMÔNIO: AS VIAGENS DE HELOÍSA ALBERTO TORRES NO MARAJÓ E OS POSSÍVEIS ELEMENTOS DO TURISMO EM SUA NARRATIVA

Diana Priscila Sá Alberto¹

Agenor Sarraf Pacheco²

1. INTRODUÇÃO

A viagem de campo é um dos principais elementos de um pesquisador das áreas das Ciências Humanas, em destaque a Antropologia. No Turismo, a viagem é o motivador principal desse fenômeno social, cultural e econômico. A investigação sobre as expedições científicas pode trazer reflexões importantes para a atividade turística. A História das Ciências e a participação de mulheres cientistas têm sido elementos importantes no estudo do fenômeno turístico. A antropóloga Heloísa Alberto Torres (1895-1977) foi a primeira mulher a ser aprovada em um concurso público para professor (1925), a dirigir (1955) o Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ), e a fazer uma pesquisa nos campos do arquipélago do Marajó, segundo Domingues (2010) e Miglievich-Ribeiro (2015).

Os relatos de viagens têm tido grandes repercussões quando se usam esses dados como fontes ao pensar a composição de um contexto social e histórico de uma sociedade, dando destaque para a História das

¹ Professora Adjunta da Faculdade de Turismo da UFPA, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Paisagens Híbridas ECA/UFRJ. E-mail: dianaalberto@ufpa.br

² Professor Doutor da Faculdade de História da UFPA, Professor do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia e Coordenador do Grupo de Pesquisa de Estudos Culturais da Amazônia – GECA. E-mail: sarraf@ufpa.br

Ciências (MARCONDES, 2016; CONDÉ, 2017; ORESKES, 2019). Com relação à Amazônia, esses relatos têm sido elementos fundamentais para desvendar o que era e como essa região era vista; o que há muito tempo, desde meados do século XVI ao XX, chama a atenção dos (das) viajantes, segundo McCormack (2017), Pratt (1999), Zimmerer (2006). Assim, os relatos de viagem podem possibilitar problematizações entre a História e o Turismo, como será exposto neste artigo.

O trabalho procura entender como as viagens científicas, por meio da História das Ciências e com o auxílio da História, possibilitam trazer documentações e fontes históricas para compreender o Turismo como um fenômeno social atual. Esse contexto ocasiona a problematização deste artigo: como pensar o estudo das viagens científicas arqueológicas de Heloísa Alberto Torres no Marajó como elementos que podem integrar o estudo da História das Ciências, do Turismo e do Patrimônio?

A proposta deste trabalho é apresentar como as viagens de Heloísa Alberto Torres podem apontar um possível diálogo com o fenômeno do Turismo. As fontes históricas que se tem para esta pesquisa subsidiaram as discussões sobre as primeiras incursões arqueológicas feitas no Marajó na década de 1930, por Heloísa Alberto Torres, e como nos seus relatos são encontrados elementos que abrem possibilidades para se rediscutir políticas públicas de Patrimônio arqueológico na região. Além disso, a História e a História das Ciências podem auxiliar na apresentação de fontes sobre outras viagens científicas e suas relações com a atividade turística.

Este artigo provém de uma pesquisa em curso e justifica-se este para auxiliar na análise, na construção e na produção da tese de doutoramento em andamento³. Esta trata da investigação sobre a história da participação de duas mulheres cientistas na edificação da História das Ciências na Amazônia, as quais realizaram pesquisas na região no começo do século XX. A análise das fontes sobre Heloísa A. Torres tem demonstrado como essas viagens feitas podem ser novas perspectivas de reflexão para o estudo do Patrimônio e do Turismo, tendo como base teórica as disciplinas da História e da História das Ciências.

³ Tese de doutoramento "Emília Snethlage e Heloísa Alberto Torres: Gênero e Ciência na Amazônia do século XX" que iniciou em 2018 e está em andamento pelo PPHIST/IFCH/UFPA.

Com relação aos procedimentos metodológicos, estes têm como base a pesquisa bibliográfica pautada na História, na História das Ciências e no Turismo. O campo de estudo são as fontes (PINSKY, 2008) em que surgem as narrativas e a apresentação de informações sobre a viagem de Heloísa Alberto Torres quando esta realizou sua primeira expedição de campo ao Marajó. Essa documentação contém artigos de jornais nos quais estão as reportagens e os textos que ela escreveu sobre a excursão científica, além das pesquisas já realizadas pela Prof.^a Dr.^a Adélia Miglievich-Ribeiro (2015).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HELOÍSA ALBERTO TORRES E A CERÂMICA MARAJOARA

D. Heloísa, como ficou mais conhecida no MNRJ, foi uma mulher que preparou as bases para a antropologia brasileira. Ela nasceu na cidade do Rio de Janeiro-RJ; sua família era muito influente na sociedade carioca. Seu pai, o intelectual Alberto Torres, deixou seu legado de conhecimento e de relações para a filha Heloísa. Os trabalhos realizados em campo, como no Marajó, foram importantes passos para a concretização da disciplina, e mais ainda para lançá-la como pesquisadora, e assim ganhar notoriedade nas redes científicas.

Mesmo sendo uma única viagem, as fontes de jornais demonstram a importância desse trabalho realizado por ela mesma antes de 1930 (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015; EWBANK, 2017). Os documentos, como suas cartas, revelam parte de sua estada e o trabalho realizado na região. Os jornais destacam a pesquisa e expõem artigos sobre as iniciais investigações que Heloísa já realizava sobre as populações ameríndias. Como se vê no jornal carioca “Correio da Manhã” de quinta-feira, de 1929: “Arte Marajoara’ – Em continuação à série de conferencias organizadas pela comissão directora do [ilegível] de Bellas Artes, realiza-se hoje [...] a palestra scientifico-literaria da senhorita Heloísa Alberto Torres⁴” (BRASIL. BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, 2018, 2019, 2020).

⁴A autora do artigo manteve a grafia original do jornal.

A produção escrita de Heloísa revela como ela pesquisou teoricamente o tema do Patrimônio arqueológico. Sua pesquisa de gabinete, como revela Miglievich-Ribeiro (2015), foi o primeiro passo para essa viagem. A partir dessa experiência em gabinete, depois em campo, ela construiu suas primeiras escritas sobre a cerâmica do Marajó. Uma fonte do jornal “Correio da Manhã”, do dia 27 de outubro de 1929 (BRASIL. BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, 2018, 2019, 2020, p. 2), demonstra a expertise teórica de Heloísa sobre o assunto: “Na observação da forma da cerâmica primitiva há a considerar antes de tudo, a questão da importância da técnica: no resultado que ella apresenta na sensibilidade do artista vem buscar fundamento para a elaboração de formas variadas e mais apuradas”.

A pesquisa de Heloísa Alberto Torres abriu novas possibilidades para a investigação do estudo do Patrimônio no Brasil, em especial o arqueológico. Sua viagem de campo lançou sobre ela atenção para essas demandas científicas. E depois surgem as primeiras conexões políticas para a criação do Serviço do Patrimônio, Histórico, Artístico e Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio, Histórico, Artístico e Nacional (IPHAN) (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015).

A relação do Turismo com a história da antropóloga Heloísa A. Torres pode ser verificada quando esta, em algumas cartas, fala sobre sua viagem, ao descrever o que encontrou em sua expedição, que vai além do conhecimento científico que a motivara a ir ao Marajó. Mas, de certa maneira, a busca por algo incógnito científico. Segundo Trigo (2013) e Panosso Netto (2005) essa busca pelo desconhecido pode ser uma conexão com o íntimo do ser humano, ou seja, a busca por novas experiências. E, de certa forma, influenciar outras pessoas, como fizeram elas ao tornarem-se mulheres da ciência.

Em cartas enviadas a sua família quando estava em pesquisa de campo, Heloísa descreve o espaço e entra em detalhes, como da hospedagem em que estava, dos meios de transportes que utilizava para se locomover em campo, além da relação com a população local. Nesses itens, é possível perceber que a escrita da História das Ciências na região amazônica, tendo como protagonista uma cientista, pode levantar hipóteses de que a investigação do fenômeno turístico pode ser realizada por essas fontes.

Em uma fonte (carta) do dia 28 de setembro de 1930, ela descreve o que fez em campo, onde ficou, como foi recebida e apresentou o seu “roteiro” para sua mãe:

Tua heroica filha tem andado a cavalo que não é vida! A primeira vez – na Mexiana, andei 4 horas e meia, dormi numa fazenda e, no dia seguinte, montei as 5 h da manhã para fazer outro tanto. [...] Cheguei ontem de manhã à fazenda e parto hoje à noite de barco para a fazenda Montenegro (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 61).

Nessa fonte, nota-se como a descrição da cientista congrega elementos que possibilitam pensar em uma viagem turística atual. Primeiro, o roteiro que é apresentado por ela, o que fez, onde foi. Segundo, ela menciona alguns meios de transportes, como os cavalos e o barco. A primeira impressão parece algo simples e rotineiro de uma viagem de campo. Mas essas narrativas podem elucidar como essas e esses viajantes vivenciaram esses deslocamentos. Que não foram diferentes das primeiras viagens descritas por Barretto (2003) e Trigo (2013) quando expõem acerca dos primeiros grandes deslocamentos da história da humanidade para entender como o Turismo atual acontece.

Heloísa Alberto Torres publicou a sua viagem de campo, quando analisou a cerâmica do Marajó no livro *Arte Indígena da Amazônia*, em 1940. Esse livro foi uma das suas principais produções impressas e esta obra delineou a pesquisa de campo que levou Heloísa Alberto Torres a adentrar de fato no campo da Antropologia. Depois desse trabalho, suas atividades no Museu Nacional alcançaram outros patamares, principalmente no que diz respeito a sua participação na gestão. Além de ganhar destaque a sua entrada na equipe do SPHAN, depois IPHAN, ao lado de nomes como Mário de Andrade e Rodrigo Mello Franco de Andrade. Porém a historiografia do Patrimônio no Brasil deixou Heloísa de fora desses dividendos científicos.

3. ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E AS VIAGENS DE EXPLORAÇÃO NO MARAJÓ: POSSIBILIDADES PARA O TURISMO

É evidente que as investigações acerca do estudo do Patrimônio evoluíram desde a década de 1930, quando Heloísa Alberto Torres fez sua primeira pesquisa de campo antropológica. Seu livro “A Arte Indígena da Amazônia”, de 1940, foi seu cartão de entrada para sua carreira como antropóloga e depois gestora do MNRJ. Os estudos da região marajoara foram objeto de pesquisa de cientistas como Charles Frederick Hartt (1871), Domingos Soares Ferreira Penna (1877) e Ladislau Netto (1885) desde o século XIX (SCHANN, 2003). Esses três cientistas despontaram como os primeiros a revelar os artefatos e símbolos marajoaras. As questões trazidas por eles criaram um esboço do que posteriormente se configuraria como a pesquisa arqueológica no arquipélago do Marajó⁵.

Após essas incursões, feitas por esses cientistas, outras mulheres, além de Heloísa, investigaram a área. Destacam-se os trabalhos de Betty Meggers realizados anteriormente e publicados na década de 1950, em que ela e Clifford Evans escreveram “Uma interpretação das culturas da Ilha de Marajó” (1954), no qual estes antropólogos criaram uma primeira definição das fases das populações marajoaras. As viagens que esses e essas cientistas fizeram têm um significado para o Turismo, pois o Turismo Cultural pode ser observado ao ter como mote o conhecimento sociocultural do território a ser visitado (BARRETTO, 2003).

Depois, Denise Pahl Schaan, a partir da década de 1990, alcança em pesquisa e produção resultados importantes para o Patrimônio arqueológico amazônico. Em seu artigo *Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições* (2007) proporciona uma referência significativa sobre o tema, e continuou a ampliar as análises acerca dessas populações sobre a produção da cerâmica com seus artefatos, assim como apresenta fases arqueológicas desses grupos sociais. Foram contribuições importantes que reforçam o papel feminino na pesquisa arqueológica na Amazônia, em destaque no Marajó.

⁵ Essa região tem um histórico, pois Vicente Pinzon por lá esteve desde 1500 com a tribo dos Aruás. Ele navegou pela região Del Mar Dulce. A ilha, como era tratada, é banhada pelas águas do Amazonas e ali criaram-se grandes formações de terras. Atualmente se refere a esse espaço geográfico como Arquipélago, e há de se destacar que existe os “Marajós” das florestas e dos campos (PACHECO, 2010).

Também se destaca o livro de Anna Linhares sobre a utilização dos artefatos marajoaras como símbolos de ressignificação da cultura amazônica do território do Marajó na obra *Um grego agora nu: índios marajoaras e identidade nacional brasileira* (2017), que traz uma pesquisa importante dessa autora sobre os artefatos marajoaras e esta vai identificar como a perspectiva da cerâmica da região criou uma simbologia e há tempos atrai pesquisadores. É a partir dessas análises que se tem aspectos acerca da diversidade arqueológica que possibilitaram hoje políticas de Patrimônio na região do arquipélago marajoara. Ao avaliar essas leituras, sugerem-se esses dados como fatores que motivaram as viagens de Heloísa Alberto Torres, ainda em 1930, e essas pesquisas perpetuaram-se acerca da região.

A História das Ciências tem um papel fundamental no construto de características históricas da evolução do conhecimento em todo o mundo. A circulação de informações, de objetos e de pessoas (exploradores, naturalistas, etc.) foi significativa para a formação de redes de contato e de aproximações entre diferentes sociedades (MARCONDES, 2016; ORESKES, 2019). A Ciência tem uma historicidade porque ela se fez e se faz presente em um determinado tempo, em um determinado espaço e é influenciada por pessoas (CONDÉ, 2017). As viagens foram esses subsídios que criaram oportunidades de trocas de experiências e conhecimento.

A História e a História das Ciências são campos que possibilitam compreender como os processos sociais, culturais e econômicos desenvolvem-se na sociedade. Os fatos históricos são importantes para determinar as experiências individuais e coletivas em que pesem as expressões humanas, segundo Thompson (1998). E o Turismo como fenômeno social, cultural e econômico tem em outras disciplinas bases para construir sua própria teoria e epistemologia (BARRETTO, 2003; PANOSSO NETTO, 2005; SANTOS FILHO, 2005).

As viagens de campo realizadas por essas pesquisadoras, em especial Heloísa Alberto Torres, carregam dados importantes para a reflexão de como pensar o Turismo cultural ou científico. São ainda elucubrações iniciais postas pela tese de doutorado, pois a viagem de Heloísa, ao ser analisada por meio de suas cartas e seus primeiros estudos teóricos e de campo, apresenta subsídios para caracterizar o fenômeno turístico.

Nessas correspondências, recortes de jornais e outras fontes, pode-se ver como ela relatou o transporte local, onde se hospedou, seus roteiros de trabalho. Enfim, elementos que conduzem a um novo olhar acerca do Turismo, por meio da História das Ciências e da História, pois a viagem, nesse caso a científica, é o elo entre o ser humano e a Ciência. Na obra de Trigo (2013), permite-se compreender a construção teórica sobre os deslocamentos humanos que surgem a partir do medo que está em torno da busca pelo desconhecido até chegar ao cotidiano das viagens de Turismo.

A investigação da tese de doutorado em andamento reforçou como as viagens podem oferecer um novel subsídio epistemológico para pensar uma teoria a partir da História das Ciências para o Turismo. As viagens de exploração que tinham como mote o conhecimento da terra visitada e o encontro com o “outro” (MCCORMACK, 2017; ZIMMERER, 2006), para usar termos vindos dos estudos turísticos – como expressa Krippendorf (2001): da interação entre “os visitantes e os visitados” –, proporcionou ampliar o leque de referências acerca das investigações sobre o Turismo.

A interação entre esses indivíduos e suas fronteiras tornaram-se muito tênues e as zonas de contato, como expressa Pratt (1999), servem para indicar a hierarquia colonial existente entre eles. Aqui é significativo referendar os estudos de Santos Filho (2005) quando este autor expressa que a atividade turística tem sua base colonial e capitalista, pois o turista vai servir-se do espaço e das pessoas do lugar onde visita.

É a partir dessas considerações teóricas que se percebeu que as viagens de campo da antropóloga Heloísa Alberto Torres possuem características para se olhar uma relação entre o Turismo, a História e a História das Ciências, tendo o Patrimônio arqueológico como principal dado para olhar essas expedições científicas. E, ainda, dar destaque para o papel feminino nessas ações científicas que foram importantes para o Patrimônio na Amazônia.

4. CONCLUSÃO

Como alguns resultados, este trabalho expôs que a viagem de Heloísa Alberto Torres para conhecer a arqueologia marajoara não somente rendeu resultados científicos significativos naquele momento, mas também serviu

para mostrar a importância da participação feminina na construção do conhecimento científico no arquipélago marajoara. Tal acontecimento também evidencia como a História tem auxiliado no estudo acerca da região.

Heloísa Alberto Torres foi uma das primeiras mulheres brasileiras a realizar uma pesquisa arqueológica dessa envergadura ainda no começo do século XX e ampliou o debate sobre a região. Mesmo que seu nome pouco surja nos estudos acerca do Patrimônio arqueológico na Amazônia, ela teve papel fundamental nessa configuração do estudo do Patrimônio no Brasil, inclusive sua participação na criação do atual IPHAN fica nas sombras da história.

Com relação ao Turismo, verificou-se que é urgente ampliar disciplinas que possam subsidiar teorias que auxiliem na investigação do fenômeno turístico. Tais disciplinas, de acordo com a tese em andamento, podem ser a História com suas fontes e métodos para garantir o conhecimento amplo das experiências individuais e coletivas, como são as viagens. Com relação à História das Ciências, as viagens científicas estão intimamente ligadas à construção do conhecimento científico e o fenômeno turístico tem por base também o conhecimento do outro e de si mesmo.

REFERÊNCIAS

- BARRETTO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do Turismo*. 13. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- BRASIL. BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Acervo da Hemeroteca*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Acesso em: Fev. 2018 a Dez. 2020. Disponível: <https://bndigital.bn.gov.br/>, 2018, 2019, 2020.
- CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. A ciência tem história. *Um papel para a história: O problema da historicidade da ciência*. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.
- DOMINGUES, Maria Heloisa Bertol. Heloísa Alberto Torres e o inquérito nacional sobre ciências naturais e antropológicas, 1946. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n. 3, p. 625-643, 2010.

EWBANK, Cecília de Oliveira. *A parte que lhe cabe deste patrimônio: o projeto indigenista de Heloísa Alberto Torres para o Museu Nacional (1938-1955)*. 99 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2017.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo – para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2001.

LINHARES, Anna M. A. *Um grego agora nu: índios marajoaras e identidade nacional brasileira*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de Filosofia e História das Ciências – A revolução científica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

MCCORMACK, Carey. Collection and Discovery: Indigenous Guides and Alfred Russel Wallace in Southeast Asia, 1854-1862. *Journal of Indian Ocean World Studies*, v. 1, p. 110-127, 2017.

MEGGERS, Betty J.; EVANS, Clifford. Uma interpretação das culturas da Ilha de Marajó. *Revista do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará*, n. 7, p. 1-26, 1954.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia. *Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcelos – pioneiras na formação das ciências sociais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.

ORESQUES, Naomi. Why trust science? Perspectives from the History and Philosophy of Science. In: *Why trust science?* Princeton/Oxford, Princeton University Press, 2019, p. 15-68.

PACHECO, Agenor Sarraf. A Conquista do Ocidente Marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. In: SCHANN, Denise P.; MARTINS, Cristiane P. (org.). *Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara*. Belém: GKNORONHA, 2010, p.11-30.

PANOSSO NETTO, Alexandre. *Filosofia do Turismo – Teoria e epistemologia*. São Paulo: Aleph, 2005.

PINSKY, Carla B. Introdução. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 3-18.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SANTOS FILHO, João dos. *Ontologia do Turismo*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2005.

SCHAAN, Denise P. A ceramista, o seu pote e sua tanga: identidade e papéis sociais em um Cacicado Marajoara. *Revista Arqueologia*, n.16, p. 31-45, 2003.

SCHAAN, Denise P. Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 2, n. 1, p. 77-89, jan/abr. 2007.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRIGO, Luiz G. Godoi. *A Viagem – caminho e experiência*. São Paulo: Aleph, 2013.

ZIMMERER, Karl S. Humboldt's Nodes and Modes of Interdisciplinary Environmental Science in the Andean World. *The Geographical Review*, v. 96, n. 3, p. 335-360, 2006.



ROTEIRO GEO-TURÍSTICO EM PEDRO AFONSO-TO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

Núbia Nogueira do Nascimento¹

1. INTRODUÇÃO

Este escrito faz parte de uma pequena amostra de resultado de conclusão de pesquisa de doutorado. No decorrer do texto, vamos abordar três temáticas: patrimônio, memória e paisagem. Serão discutidas a paisagem e suas alterações no patrimônio, bem como a memória vivenciada e lembrada pelos cidadãos por meio dos contos, lendas folclóricas e das histórias da cidade de Pedro Afonso. A memória se destaca pelas lembranças contadas e vividas, que são repassadas de geração em geração, principalmente pela comunidade idosa.

Neste capítulo, vamos tecer discussões sobre a cidade de Pedro Afonso-TO, bem com sua conexão com os conceitos já citados. Pedro Afonso iniciou-se como um povoado, vila e posteriormente cidade. Com o desmembramento do estado do Tocantins do estado de Goiás, a cidade adquiriu novas configurações espaciais.

O recorte espacial se deu ao analisar a cidade de Pedro Afonso-TO, que vive em transformações constantes em sua paisagem em razão da forte influência do agronegócio, o que trouxe várias pessoas de outros estados para residir e trabalhar nas empresas locais.

¹ Doutora em Geografia (UnB). Mestra em Geografia (UFT). Bibliotecária documentalista (UFT/Palmas). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Informação, Comunicação e Memória/UFT e do Observatório de Políticas Educacionais e Territoriais (OPTE). E-mail: nascimento.nubia@uft.edu.br.

A metodologia está alicerçada na pesquisa histórica e documental, com verificação *in loco*, com a observação do patrimônio e as memórias revisitadas pelos testemunhos orais colhidos em entrevistas realizadas pelo *google meet*. A coleta dos testemunhos se deu pela oralidade interpretada pelos cidadãos locais, bem como pelas observações das transformações das paisagens e do patrimônio existente na cidade por meio dos imóveis.

Como proposta final e as análises dos testemunhos, serão apresentados um mapeamento da área histórica, delimitada por monumentos existentes, bem como a classificação de imóveis ou mesmo ponto de memória para uma proposta metodológica de um roteiro geo-turístico².

2. DISCUSSÕES TEÓRICAS

Em Pedro Afonso, vimos a presença de três conceitos em que podem ser discutidas as ações que ocorrem por meio dos processos históricos abarcados pelas lembranças que ficaram na memória das pessoas. Para Halbwachs (1990), a memória é um processo de reconstrução coletiva, em que as lembranças individuais são um reflexo das lembranças coletivas. Concordando com o autor, as lembranças, mesmo que individuais, serão sempre coletivas, pois não há memória isoladamente, as memórias são construídas em conjunto, seja por membros familiares, amigos próximos, datas marcantes, entre outros. Por isso, “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos” (HALBWACHS, 1990, p. 45). Assim, Pollak (1992) escreve que os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva estão relacionados aos acontecimentos vividos pessoalmente por grupos ou pela coletividade, além dos acontecimentos marcantes da cidade representados por monumentos que foram símbolos de representatividade e que hoje

² O roteiro geo-turístico é uma proposta adotada na cidade de Porto Nacional com objetivo de percorrer o centro histórico e apresentar aos visitantes turistas os pontos de memórias/pontos históricos da cidade, bem como sua origem e sua história. Para mais detalhes ver a publicação do livro elaborado por Rosane Balsan, disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora/article/view/10686/18393>. Acesso em: 28 set. 2021.

estão vivos na memória. Neste sentido, “a memória é constituída por pessoas, personagens” (POLLAK, 1992, p. 201). Com isso, “à medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi [...]” (NORA, 1993, p. 15). Esses vestígios que o autor menciona vêm a ser os pontos de memória que serão visitados no roteiro geo-turístico.

Segundo Nora (1993, p. 7), há sempre uma “curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia, estando ligada a este momento particular da nossa história.” Neste sentido, “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos a necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história” (NORA, 1993, p. 8). Para o autor, os lugares de memória são os principais arsenais de informação e conhecimento de um tempo passado. Para que a memória possa ser despertada, há processo anterior, são os testemunhos ou as histórias contadas que vêm agregadas de lembranças que alguém contou. Essas lembranças quando tocam o indivíduo, seja por uma questão familiar ou pessoal, tornam-se memória. Aquela lembrança que se cristalizou e que permanece viva, constituindo a memória.

Roseman (2000, p. 124) afirma que “os depoimentos constituem documentos humanos, muito mais do que históricos [...]”. Nesta amplitude,

a história, em sua forma tradicional, se dispunha a ‘memorizar’ os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que [...] a história é o que transforma os documentos em monumentos [...] (FOUCAULT, 2008, p. 8).

De acordo com Sauer (1998, p. 22), “os objetos que existem juntos na paisagem existem em inter-relação”. Ou seja, tudo que compõe o espaço, como os monumentos, em específico na área histórica, os casarios, museus, igrejas ou mesmo a praça são objetos que mutuamente mantêm uma inter-relação entre a paisagem e a sociedade. A paisagem vista por estes autores está relacionada diretamente à análise morfológica, na qual

são considerados apenas os aspectos materiais de cultura. A paisagem é composta por imagens reveladas e não reveladas e, neste sentido, “a paisagem é materialidade, formada por objetos materiais e não materiais” (SANTOS, 1997, p. 71). Assim, “a paisagem precede a história, que será escrita sobre ela ou se modifica para acolher uma nova atualidade, uma inovação” (SANTOS, 1997, p. 73). Essas modificações nos centros históricos, em alguns casos, se tornam incipientes, levando em consideração as grandes transformações que ocorrem no restante da cidade em virtude de os processos de industrialização serem intensos.

A paisagem é dinâmica e se altera principalmente em lugares mais populosos em que o processo de modernização e industrialização é constante, principalmente por atender as necessidades locais. Por outro lado, pequenas cidades também podem ter sua paisagem modificada em razão de vários fatores, incluindo o estabelecimento de indústrias que consequentemente ocasionam aumento da população, com a chegada de profissionais e trabalhadores para o mercado de trabalho. O que acarreta uma dinâmica de novos hábitos e costumes na cultura original da cidade, como ocorreu em Pedro Afonso com a instalação das empresas Cooperativa Agroindustrial do Tocantins (Coapa) e Bunge.

3. METODOLOGIA

A cidade de Pedro Afonso tem um potencial turístico em razão das suas belas praias que envolvem o Rio Tocantins e o Rio do Sono, além de um patrimônio visto por meio dos imóveis lotados no sítio histórico. O roteiro geo-turístico é uma proposta para ser implementada na cidade para que possa ser feito o trajeto dos principais pontos de memória, tornando-os um símbolo marcante para a história e a cultura local.

Pedro Afonso é considerada “cidade do agronegócio”, havendo duas empresas em destaque: a Bunge, com a produção de cana-de-açúcar, e a Coapa, com o plantio de soja. Essas empresas tornam-se importantes para a cidade, pois empregam grande parte dos cidadãos locais e são responsáveis por parte da circulação de renda na cidade. Por ter atraído muitas pessoas de outros estados para trabalhar, consequentemente a cidade passou por uma transformação na paisagem.

Em uma pesquisa concluída por Nascimento (2021), podemos verificar nas falas obtidas por testemunhos orais que a transformação da paisagem ou mesmo a demolição de alguns imóveis podem ter sido influenciadas pelo aumento populacional da cidade. Já em algumas falas, pode-se observar que a transformação da paisagem foi decorrente das ações do tempo, o que levou à deterioração de alguns imóveis ou mesmo à demolição por falta de conservação e restauração. Assim, por mais que a cidade tente manter as características originárias dos imóveis, ainda faltam políticas públicas municipais e estaduais que possam ter uma estratégia e um planejamento para a conservação desses patrimônios. Como lembra o entrevistado G:

Olha, que eu me lembre, de demolição mesmo eu só vi dois casos e assim mesmo, por falta de manutenção, que eram casas muito antigas. Uma bem no centro na Rua 26 de Julho, ela era bem antiga, bem bonita, mas ela simplesmente caiu. E uma outra que era uma casa das freiras parece, era bem próximo ali da igreja em frente ao Tiro de Guerra. Eu lembro que existia uma casa muito grande ali e também ela foi desmoronando. Foram as únicas de que eu me lembro. Eles restauraram muitas casas ultimamente (ENTREVISTADO G, 2021, INFORMAÇÃO VERBAL).

Uma descaracterização marcante foi a demolição do mangal, um espaço coberto de mangueiras, local que ficava às margens do rio Tocantins, servindo como mata ciliar de proteção. Este espaço é lembrado pelos diversos eventos festivos realizados no local, principalmente no período da tarde. Por ser um local fresco e arborizado, cheio de pés de manga, impedia a entrada dos raios solares, local ideal para ficar enquanto se tomava banho no Rio Tocantins. Era o ponto de encontro nos finais de semana da população pedro-afonsina. Como rememora com muita tristeza a entrevistada A:

Agora uma coisa que me entristece muito foi a destruição do mangal, que era aquela praça perto da antiga balsa. Quando eu cheguei, ainda convivi uns três anos com o mangal, a gente ia lá, então eu fiquei muito triste, eu acho que muita gente ficou (ENTREVISTADA A, 2021, INFORMAÇÃO VERBAL).

Nessa fala, podemos notar a lembrança carregada de tristeza pela demolição do mangal. Na fala seguinte, o entrevistado G afirma que a especulação imobiliária veio com o propósito de atender novos migrantes que chegaram à cidade com a geração de emprego pelas empresas. A cidade teve que se readequar a um novo público vindo de outras cidades e estados. Pedro Afonso vivia na simplicidade; a construção da ponte³ facilitou o acesso e, conseqüentemente, o aumento populacional. O que se torna um dos fatores mencionados pelo entrevistado pela descaracterização de alguns imóveis, pois, na parte central, composta pela área histórica, houve demolições por causa das novas construções no estilo contemporâneo, como afirma a frase destacada em negrito. Ainda conforme o entrevistado G:

[...] tido essa corrida imobiliária igual aconteceu aqui em Pedro Afonso. Então, acredito que esse foi um dos fatores que contribuíram com a descaracterização do nosso patrimônio arquitetônico. Essa corrida se valorizou, então eu quero alugar meu imóvel, tenho que apresentar ele melhor. Como não se tinha lei de tombamento do patrimônio aqui, nem a fachada se preservou, então derrubou a parte interna da casa e a externa toda, demoliu a casa por completo, e a gente hoje tem uma descaracterização bem acentuada. Tem casas com a altura muito alta, a outra que era normal que tinha uma altura que obedecia a um padrão colonial já está descaracterizada porque a casa moderna tá aqui do lado, aí duas casas modernas e uma antiga. E a que é antiga já está com blindex e já colocou mais madeiras. Então a gente tem uma série de aberrações do patrimônio histórico de Pedro Afonso (ENTREVISTADO G, 2021, INFORMAÇÃO VERBAL, grifo nosso).

³ A Ponte Prefeito Leônico de Sousa Miranda foi construída em 2007 sobre o rio Tocantins. Assim facilitou o acesso para a cidade que antes era feito por balsa.

Ainda complementa:

Pedro Afonso é uma cidade impactada pelos seus ciclos econômicos principalmente depois da década de 1991 e 1996 com o Prodecer e depois dos anos 2000 com a implantação da Usina da Bunge; então a nossa cidade está muito descaracterizada. É uma cidade que muda constantemente sua arquitetura para atender essa demanda econômica muito forte na nossa região, que tem gerado muitos problemas do ponto de vista ambiental na própria cidade, locais que as pessoas consideravam de preservação ambiental já foram loteados (ENTREVISTADO G, 2021, INFORMAÇÃO VERBAL).

O entrevistado afirma que a cidade vem sendo descaracterizada ao longo dos anos para atender uma demanda econômica advinda das indústrias locais. Menciona ainda que em alguns pontos da cidade houve loteamentos em espaços considerados de preservação ambiental e patrimonial, tornando-se assim um ponto negativo com a falta de compromisso com o ambiente e o patrimônio.

Na fala seguinte, o entrevistado G pontua algumas críticas em relação à inexistência de políticas públicas locais

[...] faltam alguns projetos aqui de adequação desse patrimônio que ainda pode salvar muita coisa, se tiver um projeto, assim, que parta do poder público, porque as pessoas, quando vão reclamar, querem fazer do seu jeito, mas não têm dinheiro, aí o poder público incentivando a preservação, a população aceita, principalmente as pessoas de baixa renda, que são as que têm mais dificuldade de preservar o patrimônio e às vezes não. Às vezes as pessoas que têm renda melhor são as primeiras a demolir o patrimônio, isso é muito relativo (ENTREVISTADO G, 2021, INFORMAÇÃO VERBAL).

Apesar de não existir nenhum projeto relacionado às políticas públicas de preservação do patrimônio, o roteiro geo-turístico torna-se uma proposta inovadora para a manutenção do patrimônio pelo percurso e a apresentação dos imóveis evidentes no sítio histórico.

O mapa seguinte, Figura 1, traz em destaque a delimitação da área pertencente ao sítio histórico. Delimitamos o quadrante de preservação, a área que apresenta os imóveis que tem uma história com a cidade. A área destacada em vermelho no mapa representa a gênese da cidade, foi onde tudo começou, desde o arraial até se constituir em cidade.

Figura 1 - Mapa de pontos turísticos culturais de Pedro Afonso



Fonte: Elaborado por Núbia N. do Nascimento e organizado por Lucas da S. Ribeiro (2021).

O mapa dos pontos turísticos de Pedro Afonso é composto por uma área maior, denominada área de entorno, contornada na cor preta, e uma área menor, denominada quadrante de preservação, com contorno em vermelho. No quadrante de preservação, ainda temos um traçado em formato de “L”, que compreende as ruas Anhanguera e Barão do Rio Branco. Conforme os testemunhos obtidos pelos entrevistados, são as ruas consideradas mais antigas, onde foi composta a gênese da cidade.

Antes de iniciar essa delimitação constante no mapa, primeiramente foi feita uma pesquisa com uma amostra da população sobre qual seria a rua mais importante da cidade. Por meio de entrevistas, foram delimitadas essas ruas. As ruas mais citadas foram a rua Benjamin Constant, Barão do Rio Branco, Anhanguera e a Rua 2, que pode ser vista por meio de um quadrante tracejado no mapa (Figura 1). A proposta para o roteiro geo-turístico se dá neste perímetro, pois é um trajeto que poderá ser feito a pé.

Esse mapa de pontos turísticos culturais tem como objetivo oferecer aos turistas um pouco da história local por meio do patrimônio. Torna-se uma estratégia de um possível roteiro geo-turístico⁴ pelas visitas e explicações sobre o contexto histórico e pela representatividade que cada imóvel teve e tem para o fortalecimento da história e da memória local.

No mapa podemos observar que há imóveis disponíveis nas duas áreas distintas: a área de entorno e no quadrante de preservação. A primeira área é composta por quatro monumentos: Museu Histórico Rafael de Taggia, Mercado Municipal (atual shopping da cidade), Colégio Cristo Rei e o Cemitério. O segundo quadrante de preservação é composto por doze monumentos: Igreja São Pedro, Praça da Matriz São Pedro, Casa dos Padres, Hotel dos Viajantes, Tiro de Guerra, Bancrêvea Clube, Delegacia da Receita, Câmara Municipal, Instituto Messias Tavares, Igreja Batista, Lanchonete Bolo Caseiro e Casa do Motor e da luz (atual Clube de Mães Sempre Unidas).

⁴ O roteiro geo-turístico é uma proposta adotada na cidade de Porto Nacional com o objetivo de percorrer o centro histórico e apresentar aos visitantes turistas os pontos de memórias/pontos históricos da cidade, bem como sua origem e sua história. Para mais detalhes, ver a publicação do livro organizado por Balsan, Ribeiro e Bressanin (2021).

O quadro seguinte apresenta alguns imóveis em destaque no quadrante delimitado em vermelho, visto na Figura 1.

Quadro 1 – Imóveis do quadrante tracejado

| Imóvel | Localização |
|---------------------------|-------------------------|
| Igreja Matriz São Pedro | Rua Anhanguera |
| Praça da Matriz São Pedro | Rua Barão do Rio Branco |
| Pavimentação em bloquetes | Rua Barão do Rio Branco |
| Bancrévea Clube | Rua Barão do Rio Branco |
| Casa do Motor de Luz | Rua Guimarães Natal |
| Igreja Batista | Rua Barão do Rio Branco |

Fonte: Souza (2019). Elaborado por Núbia N. do Nascimento (2021).

No Quadro 1, citamos alguns símbolos e/ou imóveis representativos em Pedro Afonso. Além desses patrimônios citados, existem outros localizados nas ruas, mas que não citados; mencionamos aqueles que foram destacados pelos entrevistados. Os imóveis mencionados trazem uma simbologia ao despertar na lembrança do entrevistado a arte de se pertencer e se fazer presente no lugar, podendo esse lugar ser a rua em que se brincou na infância ou mesmo o colégio em que se estudou. Trata-se de lembranças experienciadas por símbolos, tornando-os memória repassada e vivenciada.

A proposta do roteiro geo-turístico vem para fortalecer os pontos de memória traçados pelo Mapa 1, para que esses símbolos sejam postos em destaque e façam com que a população reconheça como seu patrimônio, evitando, assim, futuras demolições.

O mapa histórico com as evidências dos monumentos torna-se informativo, principalmente para atrair os turistas que visitam a cidade no mês de julho, época de temporada de praias. Com este mapa, o turista poderá se localizar na cidade sozinho, caso seja uma opção de visita. A entrevistada A afirma que um roteiro geo-turístico seria uma atividade essencial para a manutenção da memória pedro-afonsina:

[...] tem alguns pontos de Pedro Afonso que poderiam ser mais bem preservados pra visitação ou mesmo contação, alguém para estar falando desses pontos turísticos e dos pontos históricos de Pedro Afonso. A lagoa da Cruz, a Praça da Igreja Matriz, os portos, porque antes aqui em Pedro Afonso, os meios de transportes eram só os barcos, então, os portos de Pedro Afonso têm toda uma história, os barcos a motor e tudo isso a gente vê com o tempo se perdendo (ENTREVISTADA A, 2021, INFORMAÇÃO VERBAL, grifo nosso).

Na fala em destaque, podemos perceber a necessidade da preservação, divulgação e da visibilidade que esses imóveis poderiam ter na cidade. Neste sentido, o mapa pictórico será um auxílio tanto para a população local quanto para os turistas e/os visitantes como um suporte do patrimônio existente na cidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Pedro Afonso tem um potencial turístico e patrimonial inestimável para o Tocantins, havendo ainda uma carência da gestão pública em políticas de conservação, restauração e manutenção desse patrimônio, que vem sendo deteriorado pela ação do tempo.

Este capítulo teve como proposta a apresentação do objeto de estudo, a cidade de Pedro Afonso, bem como a apresentação do mapa elaborado com alguns pontos de memória e atrativos turísticos da cidade. A delimitação dos imóveis selecionado no mapa se deu pelas análises das entrevistas orais realizadas pelos cidadãos da cidade. Para cada imóvel ou mesmo rua em destaque, houve testemunhos orais que validassem a importância do bem para a cidade e para a memória local. Podemos ver nos testemunhos orais que alguns afirmam que a chegada de novos moradores acelerou o processo de demolição, uma vez que foi construída uma casa moderna no centro histórico e demolida a existente. Já outros afirmaram que o aumento populacional não interferiu na descaracterização do patrimônio.

A cidade de Pedro Afonso tem atrativos turísticos em razão da beleza natural representada pelas praias e da beleza patrimonial vista por meio dos imóveis lotados no sítio histórico. O roteiro geo-turístico vem com a proposta de fazer com que os turistas e moradores reconheçam a cidade não apenas como uma cidade do agronegócio ou das praias, mas também como a cidade de produção cultural, tornando-se um símbolo representativo da cultura local.

Com os relatos orais, percebe-se que um roteiro geo-turístico seria necessário para que a população local e os turistas pudessem perceber e contemplar, além das belezas naturais, as belezas históricas locais.

REFERÊNCIAS

BALSAN, Rosane; RIBEIRO, Laíres José Gonçalves da Silva; BRESSANIN, César Evangelista Fernandes (org.). *Roteiro Geo-turístico em Porto Nacional: reflexões de ensino, pesquisa e extensão*. Palmas: Eduft, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora/article/view/10686/18393>. Acesso em: 18 jan. 2021.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Laurent Léon Schaffter. 2. ed. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

NASCIMENTO, Núbia Nogueira do. *Patrimônio, memória e paisagem de Pedro Afonso: cidade histórico-resiliente do Estado do Tocantins*. Orientadora: Marília Peluso. 2021. 230 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 10 jan. 2021.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-2012, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 15 jan. 2021.

ROSEMAN, Mark. Memória sobrevivente: verdade e inexatidão nos depoimentos sobre o holocausto. In: FERREIRA, Maneta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 123- 134.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAUER, Carl O. Morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p. 12-74.



PATRIMÔNIO GEOLÓGICO E POLÍTICA DE GEOCONSERVAÇÃO PARA O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS: UMA REALIDADE POSSÍVEL?

Fernando Campelo Pãozinho¹

Silvio Lima Figueiredo²

1. INTRODUÇÃO

As chapadas brasileiras, essencialmente, apresentam em suas composições elementos abióticos que, em conjunto, funcionam como substrato para o desenvolvimento de todos seus ecossistemas. Esses elementos viabilizam paisagens singulares, como monumentos naturais formados por rochas que carregam consigo marcas e vestígios da história da Terra, além de cenários com cachoeiras, cavernas e outras geoformas de grande interesse contemplativo.

Por conta disso, grande parte desses territórios abrigam parques nacionais, como forma de promover a conservação e preservação da natureza. No entanto, a necessidade de salvaguarda vai além da biodiversidade existente. Os meios protetivos devem, sobretudo, atender às necessidades de preservação da própria formação geomorfológica, arcabouço que sustenta todo seu macroecossistema.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido NAEA/UFPA. Docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins. fernando.campelo@mail.uft.edu.br

² Professor/pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. silviolimafigueiredo@gmail.com

No sudoeste do Maranhão, é possível localizar uma dessas chapadas, o Parque Nacional da Chapada das Mesas (PNCM):

Criado sob o Decreto s/n de 12 de dezembro de 2005 foi instituído com a missão principal de proteger áreas intocadas de Cerrado, ameaçadas pela expansão agrícola, em destaque, a cultura da soja na região e pelas pressões de instalação de siderúrgicas no Maranhão, traz diversas oportunidades para o desenvolvimento de pesquisas científicas para direcionar ações de conservação e preservação (MORAES; LIMA, 2007, p. 4058).

O PNCM contempla os municípios de Carolina, Riachão e Estreito, “cujos territórios pertencem a uma região de transição entre os Biomas Caatinga, Cerrado e Amazônia, indicativo da existência de forte endemismo³ em sua biodiversidade” (BRASIL, 2010).

Seus aspectos geológicos e geomorfológicos fazem parte da importante Bacia Geológica do Parnaíba, com identificação de formações rochosas na Mesozoica, mais especificamente, entre os períodos: Permiano, Triássico e Jurássico, com destaque para as Formações Pedra de Fogo, Motuca, Sambaíba e Mosquito (VAZ *et al.*, 2007).

Esses elementos, por sua vez, podem vir a ser considerados como patrimônios geológicos, dependendo do seu valor e raridade, merecendo meios de proteção, já que estão suscetíveis a impactos irreversíveis.

Em observância a esses aspectos é que se torna necessário adotar dispositivos legais que assegurem, dentro do arcabouço político e jurídico, medidas que favoreçam, em todas as esferas, a geoconservação do patrimônio existente dentro e fora das Unidades de Conservação (UC).

A partir desses fatos, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: na ausência de uma política de geoconservação, as legislações brasileiras relacionadas à proteção do meio ambiente conseguem salvaguardar o patrimônio geológico das UC e seus entornos imediatos, como no caso do

³ Endemismo refere-se à ocorrência de espécies exclusivamente em uma determinada região geográfica.

Parque Nacional da Chapada das Mesas? Os instrumentos legais existentes, em âmbitos nacional, estadual e municipal, conseguem dar conta das necessidades de geoconservação?

Dessa forma, o objetivo principal da presente pesquisa é compreender o grau de contribuição das legislações de proteção ao meio ambiente para a geoconservação do Patrimônio Geológico do Parque Nacional da Chapada das Mesas, principalmente em seu entorno imediato.

Como forma de cumprir esse objetivo, a metodologia empregada constituiu-se no desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa de análise bibliográfica e documental que será detalhada à frente.

2. METODOLOGIA

Como forma de buscar uma sistematização metodológica para esta pesquisa qualitativa, fez-se o uso da pesquisa bibliográfica a partir de dados secundários já tratados para conhecer um pouco mais sobre a política brasileira de meio ambiente. Posteriormente, adotando o método de análise documental, reuniram-se todos os instrumentos de ordenamento legal, relacionados a esta política, dando destaque aos decretos, leis e planos que contemplem em seus conteúdos, de forma direta ou indireta, a proteção aos elementos abióticos da natureza.

Ao formular o *corpus* desta pesquisa, seguiram-se as seguintes etapas: (i) definição dos instrumentos legais a serem analisados; (ii) leitura e marcação de termos relacionados ao objeto desta pesquisa, como “geoconservação”, “geodiversidade”, “patrimônio geológico”, “paleontológico”, “fossilíferos”, “espeleológico”, “abiótico” e “geomorfológico”; (iii) extração e interpretação dos trechos importantes para esta pesquisa; (iv) realização de uma análise preliminar dos conteúdos coletados; (v) resolução da pergunta de pesquisa de acordo com as evidências destacadas.

Para tanto, torna-se imprescindível entender aspectos conceituais básicos sobre patrimônio geológico e geoconservação.

3. PATRIMÔNIO GEOLÓGICO E GEOCONSERVAÇÃO

O Patrimônio Geológico surge a partir da interseção de conceitos de Patrimônio Natural e Cultural, reunindo atributos e valores aos elementos da geodiversidade com efeitos de excepcionalidade e raridade. O conceito de patrimônio está baseado nas preocupações em conservar inicialmente itens da cultura para uso posterior, incluindo aí prédios e artefatos humanos (FIGUEIREDO *et al.*, 2008; FIGUEIREDO *et al.*, 2012). Aos poucos, a ideia de monumento natural incorporará o conceito de patrimônio, produzindo diversos mecanismos de proteção, como a criação dos parques naturais.

Alguns desses elementos imprimem importantes registros para compreender-se a história da Terra e devido à ameaça de destruição desses componentes é que surge a necessidade de salvaguardá-los e classificá-los enquanto patrimônio.

Machado e Azevedo (2015, p.186) correlatam essas ideias indicando que “a proteção desse tipo específico de patrimônio é comumente denominada de geoconservação e se fundamenta no valor e interesse a ele atribuído”.

Para Manosso e Pellitero (2012, p. 91), “tanto a geodiversidade quanto a biodiversidade, além de possuírem o mesmo nível de importância, também apresentam um valor patrimonial, que está diretamente associado à história da Terra e da vida aqui existente”.

Aprofundando mais esses conceitos, Ponciano *et al.* (2011) apresentam Patrimônio Geológico como:

O conjunto de diversos elementos da geodiversidade (*in situ* e *ex situ*) e os registros associados que apresentem valor excepcional, selecionados com base em critérios objetivos (raridade, fragilidade, potencial científico/didático/turístico, entre outros) que devem respeitar particularidades locais durante o processo de valoração (PONCIANO *et al.*, 2011).

Ruchkys (2007, p. 10) traz uma importante contribuição ao dizer que, em se tratando do patrimônio geológico, que é classificado como patrimônio natural, “a ideia de preservação não cabe, já que este tipo de patrimônio está sujeito à dinâmica natural que leva à sua constante modificação”.

Dessa forma, a Geoconservação tem por missão garantir a salvaguarda desse patrimônio por meio de diversos instrumentos ou dispositivos capazes de controlar e monitorar o uso e a gestão de geossítios e/ou sítios da geodiversidade.

Nessa perspectiva, Borba (2011) afirma que

[...] as iniciativas governamentais de implantação de unidades de conservação (parques, reservas, etc.), em todas as partes do mundo, quase sempre tiveram como objetivo fundamental a proteção da flora e da fauna. Como consequência, feições geológicas e geomorfológicas importantes têm sido conservadas apenas de forma indireta (BORBA, 2011, p. 3).

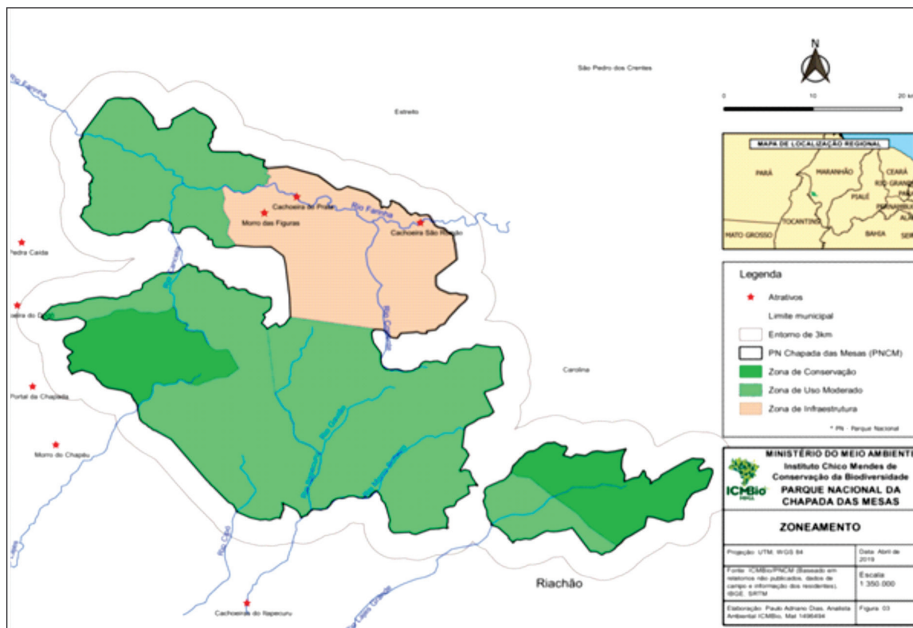
Por fim, é possível considerar que o processo de geoconservação depende de várias etapas bem definidas e evidencia-se a importância da criação de uma política para atender às necessidades de monitoramento e controle nos principais sítios, mesmo que local, estabelecendo normativas capazes de cumprir fins protetivos diante dos possíveis cenários de degradação.

4. GEOCONSERVAÇÃO NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS

A composição geomorfológica do Parque Nacional da Chapada das Mesas e região de entorno assenta-se sobre a Bacia Geológica do Parnaíba, “área de grande importância e valor científico por seus aspectos geológicos com predominância de rochas e afloramentos areníticos de Formação Sambaíba com idade entre 251 a 199 milhões de anos” (KLEIN; SOUSA, 2012, p. 66).

Essa dinâmica geológica e geomorfológica foi responsável por formar a sua atual paisagem ao longo do tempo. É possível identificar entre os elementos da geodiversidade existentes no território do Parque Nacional da Chapada das Mesas (Figura 1) aqueles capazes de expressar significativos registros e de relevância para entender como se deu os processos de deposição sedimentar, os contextos de modelagem da geomorfologia atual, os fósseis representativos dos seres vivos existentes em determinadas épocas e períodos da história da Terra, além de outras informações capazes de subsidiar a atribuição de valores excepcionais.

Figura 1 - Território do Parque Nacional da Chapada das Mesas



Fonte: ICMBio, 2019.

Entre as feições geomorfológicas que predominam no interior do Parque Nacional da Chapada das Mesas e entorno, pode-se destacar: níveis de base (cachoeiras), cavidades naturais subterrâneas (cavernas), mesas, mesetas, morros-testemunho, platôs, nascentes cársticas, *cânions*, condutos e sumidouros.

No entanto, verifica-se que os diversos usos e condições, como a visitação desordenada e queimadas em áreas próximas, colocam esse patrimônio em condições suscetíveis à degradação (Figura 2), um processo irreversível capaz de trazer impactos negativos não apenas de caráter estético ou paisagístico, mas também cultural, funcional e científico, uma vez que acelera o processo de erosão, destrói vestígios importantes da história e influencia nos diversos ciclos físicos, químicos e biológicos dos ecossistemas.

Figura 2 - Degradação das rochas dentro e fora do PARNA Chapada das Mesas



Fonte: Os autores, 2019.

Isso nos aproxima cada vez mais das discussões e análises sobre o amparo legal necessário para mudar esse cenário: seria uma realidade possível?

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a efetividade das estratégias de geoconservação, torna-se necessário compreender o contexto brasileiro de amparo legal e protetivo ao Patrimônio Geológico⁴ em todas as esferas, uma vez que a criação e a disposição do patrimônio geológico podem ou não estar contempladas em UC.

Nesse sentido, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelecido a partir da Lei 9.985/2000, é constituído pelo conjunto de UC federais, estaduais e municipais, e almeja a preservação e conservação dos ecossistemas brasileiros, contemplando em grande parte os ideais de conservação da biodiversidade, deixando em evidência a geoconservação apenas em seu artigo 4º, no que diz respeito aos seus objetivos, dispondo:

VI - proteger *paisagens naturais* e pouco alteradas de notável beleza cênica; VII - proteger as características relevantes de natureza *geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica* e cultural (SNUC, 2000).

Ainda em âmbito nacional, verifica-se também a existência do Código de Mineração, disposto por meio do Decreto-lei 227/1967, que, em seu artigo 10, destaca alguns elementos da geodiversidade específicos, como substâncias minerais ou fósseis de interesse arqueológico, valorizando-os como patrimônio de conservação *ex situ*⁵ para exposições, estudos e outros fins científicos, justificando a necessidade de salvaguarda.

⁴ Patrimônio Geológico refere-se ao conjunto de áreas delimitadas com elementos da geodiversidade de relevantes valores excepcionais.

⁵ O termo *ex situ* refere-se à conservação de elementos fora do seu local de origem.

Art. 10 Rege-se-ão por Leis especiais: I - as jazidas de substâncias minerais que constituem monopólio estatal; II - *as substâncias minerais ou fósseis de interesse arqueológico*; III - os espécimes minerais ou fósseis, destinados a Museus, Estabelecimentos de Ensino e outros fins científicos; IV - as águas minerais em fase de lavra; e V - *as jazidas de águas subterrâneas* (BRASIL, 1967).

No Maranhão, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente criou e instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza do Maranhão, com a Lei nº 9.413/2011, que dispõe da sistematização das UC de sua competência de atuação. Esse dispositivo também pouco contempla em seu conteúdo a geoconservação, apresentando apenas em seus artigos 31 e 36 alguma relação com a proteção dos elementos abióticos que compõem o Patrimônio Geológico em áreas legalmente protegidas dessa federação.

Art. 31 - O *subsolo* e o espaço aéreo, sempre que influenciarem na estabilidade do ecossistema, integram os limites das unidades de conservação, devendo ser estabelecidos:

I - em relação ao *subsolo*, no ato de sua criação ou no Plano de Manejo.

Art. 36- São características obrigatórias do Plano de Manejo:

II - ser elaborado por equipe técnica multidisciplinar e estar embasado no conhecimento do meio biótico, *abiótico* e nas características socioeconômicas e culturais locais, integrando o conhecimento das comunidades (MARANHÃO, 2011).

Dessa forma, no Maranhão, as medidas protetivas relacionadas à geodiversidade regional são dispostas de forma indireta e pouco claras para os fins de geoconservação, verificando-se que a maior preocupação se estabelece em proteger os solos e demais elementos de valor econômico.

No Plano Diretor do município de Carolina (MA), disposto sob Lei nº

328/2006, por exemplo, verificou-se apenas as diretrizes para a Política Municipal de Meio Ambiente, e que, em seus artigos 31 e 32, descreve as diretrizes para o zoneamento ambiental do município, mas não atinge diretamente os aspectos relacionados à conservação do Patrimônio Geológico nele contido. Esse instrumento dispõe:

Art. 31 - A política municipal do meio ambiente é orientada pelos seguintes princípios:

III – a racionalização do uso dos *recursos ambientais*;

Art. 32 - São diretrizes para a política do meio ambiente:

XIV - proteger as áreas ameaçadas de degradação e recuperar as áreas já degradadas;

XVI – garantir a integridade do *patrimônio* ecológico e paisagístico do Município (CAROLINA, 2006).

Para o município de Estreito (MA), foi consultada a Lei nº 21/2006, que institui o seu plano diretor, constatando o mesmo conteúdo expresso no plano diretor de Carolina. Já para o município de Riachão, não foi possível localizar legislações municipais pela inexistência de tais instrumentos nos principais canais institucionais.

Em pesquisa ao plano de manejo do Parque Nacional da Chapada das Mesas (ICMBIO, 2019), foi possível observar que, em sua elaboração, pouco se deu enfoque à geoconservação propriamente dita. Em análise preliminar, o plano traz apenas uma breve caracterização dos elementos do relevo. Entre suas declarações de significância, destaca-se o processo de formação do seu relevo, que é somente um dos elementos de estudo da geomorfologia; em seguida, observa-se que um dos recursos fundamentais do PNCM é o relevo, com a função principal de guardar as matas; e como elemento de interpretação ambiental, o plano evoca a beleza cênica das mesas e o uso dos paredões pelo grafismo rupestre.

Chama-se atenção especial às necessidades indicadas de planejamento,

no qual é possível notar uma ação que direciona aos sítios arqueológicos da UC, como é o caso do Morro das Figuras, que apresenta condições atuais de degradação preocupantes. Em análise a esta atenção, infere-se que os elementos arqueológicos qualificam o substrato em questão (afloramento de rochas areníticas), atribuindo assim um valor pela facilidade de observação, mesmo sem técnicas mais específicas de localização, diferentemente de casos relacionados ao patrimônio geológico e paleontológico que não estão apresentados, necessariamente, em condições iguais de observação pelas dependências da UC. Neste sentido, torna-se imprescindível a criação de um plano de geoconservação anexo ao plano de manejo do Parque Nacional da Chapada das Mesas.

Ainda em análise ao conteúdo do plano de manejo, em nenhum trecho foi verificada a ocorrência de termos relacionados à geoconservação do patrimônio geológico diretamente, como “geoconservação”, “geodiversidade”, “patrimônio geológico”. Considera-se, portanto, que nem o instrumento de gestão da UC apresenta intenções diretas relacionadas à geoconservação de seu patrimônio geológico de forma instituída.

Vale considerar que, em 2019, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) publicou o “inventário do patrimônio geológico da região do Vale das Águas, que se distribui por terrenos dos municípios de Carolina, Estreito e Riachão, onde está localizado o Parque Nacional Chapada das Mesas” (BARROS *et al.*, 2019, p. 9).

A partir desse levantamento acerca dos instrumentos legais de proteção ao meio ambiente e da busca por evidências que incluíssem a geoconservação entre os objetivos, pode-se perceber que tanto em nível nacional quanto municipal não existem legislações específicas ou que contemplem a proteção do Patrimônio Geológico do Parque Nacional da Chapada das Mesas. Observa-se apenas a proposta de criação de um geoparque, um passo inicial para um novo cenário propício à institucionalização de uma política de geoconservação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um cenário complexo e desafiador de construir-se uma legislação que possa suprir as necessidades de geoconservação do Patrimônio Geológico Brasileiro em que interesses e conflitos estão em constante disputa, e o valor econômico muitas vezes sobrepõe valores ambientais e sociais agregados a esse patrimônio.

No estado do Maranhão, evidencia-se uma sobreposição do valor econômico dos elementos da geodiversidade e a preocupação destes para o consumo nas mais diversas atividades, incluindo o turismo.

Observa-se um baixo grau de contribuição indireta das legislações de proteção ao meio ambiente para a geoconservação do Patrimônio Geológico do Parque Nacional da Chapada das Mesas, principalmente para seu entorno imediato.

Por fim, para se estabelecer uma política de geoconservação, é evidente que concomitantemente ao plano de manejo se criem outros planos como o de uso público, visitação e o próprio plano de geoconservação, provendo medidas de salvaguarda do patrimônio e mitigando os vários impactos negativos sofridos pelo uso insustentável dos elementos da geodiversidade do PNCM e entorno.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – código de financiamento 001.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. S.; OLIVEIRA FILHO, J. M. de; FREITAS, L. C. B. *Proposta Geoparque Vale das Águas* – Estado do Maranhão, Brasília, 2019. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/20813>. Acesso em: 28 set. 2021.

BORBA, A. W. de. Geodiversidade e geopatrimônio como bases para estratégias de geoconservação: conceitos, abordagens, métodos de avaliação e aplicabilidade no contexto do Estado do Rio Grande do Sul. *Pesquisas em Geociências*, v. 38, n. 1, p. 3-13, jan./abr., 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/igeo/pesquisas/3801/01-3801.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. *Decreto Lei nº 277*, de 28 de fevereiro de 1967. Decreta o Código de Mineração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0227.htm. Acesso em: 1 jun. 2018.

BRASIL. *Lei Federal nº 9.985*, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Relatório Parametrizado – Unidades de Conservação: Parque Nacional da Chapada das Mesas*, 2010. Disponível em: <http://sistemas.mma.gov.br/cnuc/index.php?ido=relatorioparametrizado.exibeRelatorio>. Acesso em: 12 jun. 2018.

CAROLINA. *Lei Municipal Nº 328*, de 09 de outubro de 2006. Plano Diretor Municipal. Carolina (MA), 2006.

ESTREITO. *Lei Municipal nº 21*, de 2006. Plano Diretor Municipal. Estreito (MA), 2006.

FIGUEIREDO, S. L. *et al.* Estudos de Planejamento Turístico da Serra das Andorinhas. In: GORAYEB, P. (org.). *Parque Martínrios-Andorinhas: Conhecimento, História e Preservação*. Belém: Edufpa, v. 1, 2008, p. 322-347.

FIGUEIREDO, S. L. *et al.* Planificación y Gestión de las Visitas al Patrimonio Natural y Cultural y a los Atractivos Turísticos. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, v. 21, p. 355-371, 2012.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. ICMBIO. Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada das Mesas. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_parna_chapada_das_mesas.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.

KLEIN, E.L.; SOUSA, C.S. (Orgs.). *Geologia e recursos minerais do estado do Maranhão: sistema de informação geográfica (SIG)*. Belém: CPRM, 2012. Escala 1:750.000.

MACHADO, Maria Márcia Magela; AZEVEDO, Úrsula Ruchkys de. Essa tal geodiversidade. *Revista UFMG*, Belo Horizonte, v. 22, n. 1 e 2, p. 182-193, jan./dez., 2015. Disponível em: <https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/22/13-Artigo-13-p182-193.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

MANOSSO, F. C.; PELLITERO, R. Geodiversidade: Considerações sobre Quantificação e Avaliação da Distribuição Espacial. *Anuário do Instituto de Geociências*. UFRJ, v. 39, n. 2, p. 43-56, 2012. Disponível em: [researchgate.net/publication/236841223_Geodiversidade_Consideracoes_Sobre_Quantificacao_e_Avaliacao_da_Distribuicao_Espacial](https://www.researchgate.net/publication/236841223_Geodiversidade_Consideracoes_Sobre_Quantificacao_e_Avaliacao_da_Distribuicao_Espacial). Acesso em: 28 set. 2021.

MARANHÃO. *Lei Estadual nº 9.413*, de 13 de julho de 2011. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza do Maranhão e dá outras providências. Disponível em: <http://www.stc.ma.gov.br/legislacao/documento/?id=4487>. Acesso em: 1 jun. 2018.

MORAES, R.; LIMA, L. Utilização de SIG como ferramenta na gestão do parque nacional chapada das mesas Carolina-MA. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: INPE, 2007, p. 4057-4064.

PONCIANO, L. C. M. O. *et al.* Patrimônio Geológico-Paleontológico *in situ* e *ex situ*: definições, vantagens, desvantagens e estratégias de conservação. In: CARVALHO, I. S. *et al.* (org.). *Paleontologia: cenários de vida*. Rio de Janeiro: Interciência, 2011. v. 4, p. 853-870.

PATRIMÔNIO GEOLÓGICO E POLÍTICA DE GEOCONSERVAÇÃO PARA O PARQUE
NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS: UMA REALIDADE POSSÍVEL?

RUCHKYS, U. A. *Patrimônio geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: potencial para a criação de um geoparque da UNESCO*. 2007, 211 f. Tese (Doutorado), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

VAZ, P. T. *et al.* Bacia do Parnaíba. *Boletim de Geociências da Petrobras*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 253-263, maio-nov., 2007.



PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE A FESTA DE SÃO BENEDITO DE BRAGANÇA NO ESTADO DO PARÁ

Alessandra da Silva Lobato¹

1. INTRODUÇÃO

Bragança é uma das cidades históricas da Amazônia brasileira, que remonta seu processo de colonização ao século XVII com as expedições europeias que tinham como objetivo conhecer o interior da Amazônia e do rio Amazonas. Trata-se de um território que possui especificidades que perpassam pelo seu processo de produção tanto do ponto de vista econômico, social e político quanto do cultural e religioso.

Sendo a expressão religiosa por meio da Festa de São Benedito, uma das mais expressivas do estado do Pará, como já destacado pelos trabalhos de Silva (1997), Silva (2006), Carvalho (2010) entre outros.

Partindo dessa análise, o presente trabalho busca investigar a Festa de São Benedito no município de Bragança e sua relação com o turismo na região Norte do Brasil. Vale destacar que, dentro da festa de São Benedito, chama a atenção a Marujada de São Benedito, uma expressão religiosa e cultural que se manifesta através da dança em honra a São Benedito. Diante disso, a pesquisa tem como objetivo analisar como a Festa de São Benedito de Bragança, que é um patrimônio cultural do lugar, tem se tornado um elemento importante para o desenvolvimento do turismo na região nordeste do estado do Pará.

¹ Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo – GGEOUR/UFPA. Docente da Rede Estadual de Ensino do Estado do Pará. E-mail: alessandrageo27@gmail.com

O intuito desta pesquisa é contribuir com a discussão sobre patrimônio e turismo no Brasil, partindo de uma análise sobre uma festa/festividade tão representativa na região Norte do Brasil, em especial no estado do Pará, e que consegue reunir cerca de 100 mil³⁸ pessoas em uma de suas procissões principais, a que é realizada no dia vinte e seis de dezembro de cada ano.

Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa partiu de levantamentos e análises bibliográficas sobre patrimônio, festa, turismo, processo de formação territorial de Bragança, bem como sobre a Festa e devoção a São Benedito no município paraense. Vale ressaltar que a pesquisa bibliográfica consiste “em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38).

Foram realizados, também, levantamentos documentais e observações *in loco*; estas observações consistiram em trabalhos de campo realizados nos anos de 2018 e 2019. A Observação em campo é uma técnica importante neste trabalho. Gunther (2006) afirma que o ponto forte da observação é o realismo da situação analisada, que fornece um indicador do nível em que as inquirições estão para, a partir desta análise, se estruturarem posteriormente e complementares entrevistas, haja vista que esta pesquisa faz parte de uma proposta de Tese de Doutorado que está sendo desenvolvida pela autora.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FESTA, TURISMO E GEOGRAFIA: ALGUNS APONTAMENTOS

As festas têm se tornado objeto de pesquisa para a geografia bem como para o turismo. Essas, pela sua representatividade e importância cultural e simbólica, também podem ser consideradas patrimônios de um lugar. Tal representatividade, ao longo dos anos, tem chamado a atenção do turismo, pois essa atividade econômica se apropria de elementos que estão nos lugares. Trata-se de uma atividade que, se não for bem planejada, é capaz de gerar sérias consequências negativas.

³⁸ De acordo com dados da Polícia Militar do Estado do Pará.

As festas têm sido objeto de estudo ao longo dos anos. Identificadas como patrimônios culturais, têm se transformado em fator de atração para processos como a turistificação. Elas podem ser classificadas em vários tipos, como aponta Amaral (1998). No caso da Amazônia, é possível identificar vários estudos que versam sobre a relação das festas com o patrimônio, o turismo e o território, sejam elas festas religiosas e/ou profanas, sejam culturais. A festa se caracteriza por transformações na vida cotidiana das cidades.

A festa introduz um parêntese na vida das pessoas: as preocupações e os problemas são esquecidos, as tarefas repetitivas dão lugar aos ritmos inéditos e frequentemente endiabrados. As estruturas rígidas da vida social apagam-se: as barreiras caem, a alegria é geral, todo mundo se fala (CLAVAL, 2004, p. 27).

Festejar é um ato comum a várias sociedades. Trata-se de um rompimento com o desenrolar normal do tempo, a festa é efêmera (CLAVAL, 2004). A festa é aquele momento no qual é possível exaltar uma ordem simbólica que a vida cotidiana faz em alguns momentos esquecer se ela é religiosa ou política; ela é capaz de provocar momentos de exaltação, segundo o autor.

Almeida (2011) chama a atenção para o fato de os patrimônios terem se tornado a nova base para a reafirmação de identidades e que processos como a patrimonialização têm sido um recurso para a conservação de símbolos e signos culturais.

O patrimônio deve ser interpretado como um fenômeno social, "sempre vinculado a um espaço e tempo específicos - é preciso entender também historicamente as formas de sociabilidade, que são extremamente variáveis" (MENESES, 1992, p. 189). Nesse sentido, o patrimônio deve ser apreendido não apenas como elemento formador do espaço, mas sim como elemento que se estabelece em um espaço e que, através do tempo, permite produzir no espaço marcas do passado, tanto pelas formas como pelas relações que foram situadas ao longo do tempo, relações essas que envolvem significados, sentidos para aquele determinado grupo naquele lugar.

Vale ressaltar que as festas ocorrem nos territórios e muitas delas são marcadas por tensões, conflitos e interesses. Nesse sentido, cabe um olhar geográfico sobre essas manifestações e os impactos positivos e negativos que causam aos territórios.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. A FESTA DE SÃO BENEDITO ENQUANTO PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO REGIONAL

Bragança constituiu-se a partir da miscigenação de povos que já habitavam a região, como os indígenas e outros que chegaram para trabalhar e povoar ainda mais aquele lugar. É importante destacar a influência do negro ao longo dos séculos na formação de Bragança para entender a influência e a representatividade de São Benedito na devoção do povo bragantino, mas não somente deles, daqueles, também, que se identificam com o Santo e todos os anos percorrem certas distâncias para se fazerem presentes nesse período festivo.

É necessário ressaltar que, antes da formação das vilas agrícolas, a região Bragantina já era um espaço ocupado por tribos indígenas, especialmente os Tupinambás, que percorriam aquele espaço em busca de alimentos e abrigo nas cabeceiras dos rios, e de matéria-prima necessária para a cura de enfermidades que assolavam esses povos, garantindo assim sua subsistência. A floresta era muito mais do que o espaço da reprodução, era identificado como um local sagrado, que ainda hoje é rodeado por lendas, mitos e uma atmosfera mítica. A floresta também era apropriada por esses povos como lugar de (sobre)vivência e reprodução da vida. Esta é uma das várias visões sobre a Amazônia, pois tratar sobre Amazônia é falar sobre “Amazônias”, como aponta Porto-Gonçalves (2001).

O contato entre negros e indígenas se dava de forma harmônica, pois tratava-se de um esforço comum para conseguir sobreviver em um ambiente hostil no qual tentavam resistir às tropas de resgate. Isso contribuiu para a formação de um povo forte que trouxe às fazendas e aos engenhos do

Caeté progresso. Essa presença dos negros contribuiu não somente para a economia, mas também para a cultura de Bragança (CASTRO, 2006).

Essa autora destaca que, entre as áreas com maior presença de escravos nos séculos XVIII e XIX no estado do Pará, a região Bragantina foi a área com maior presença de escravos vindos dessa fronteira com a Província do Maranhão; era uma região próspera com engenhos, lavouras, minas de ouro e criação de animais. Foi uma região de trabalho que contou com a mão de obra escrava para se desenvolver e assim ampliou a riqueza de alguns empreendedores daquela época.

A região foi, assim, uma das mais expressivas na economia colonial e na recepção de escravos que entravam no porto de Belém ou eram trazidos do Maranhão pelas entradas clandestinas formadas por trilhas que acompanhavam os rios Gurupi, Turiaçu e Caeté. Bragança desempenhou um papel relevante na formação da sociedade regional. Nela ecoam ainda as vozes dos pretos velhos que contam as histórias de quilombos e aquilombados da mata, das condições impostas ao negro na sociedade colonial, e de resistências (CASTRO, 2006, p. 11).

A população de negros ao longo do vale do Gurupi, na região Bragantina, só aumentava a cada tempo, entre processos de submissão, de revoltas e de aquilombamentos. Com o passar do tempo, com as alforrias, muitos começaram a tornar-se livres, mas muitos também fugiram nesse período para quilombos e por lá ficaram tempos.

Uma das marcas dessa presença dos negros na região Bragantina que expõe muito bem essa influência deixada por eles no território foi o culto e devoção a São Benedito de Bragança. Essa devoção, com o passar do tempo, tomou grandes proporções e hoje é considerada a maior manifestação religiosa e cultural do município, e até mesmo da região Bragantina, como será exposto adiante.

Para entender a manifestação em sua totalidade, faz-se necessário compreender o culto e a festividade sacro-profanos em homenagem a São Benedito, pois estas seriam as origens da Marujada. De acordo com Carvalho (2010), a cultura na região Bragantina é marcada por uma forte tradição historicamente influenciada pelos usos e costumes dos negros e indígenas.

O culto a São Benedito representa claramente esse assunto, a exemplo das manifestações que compõem o ritual da Marujada há mais de dois séculos de existência. Reconhecida como uma das principais manifestações culturais do estado do Pará, a Marujada está inserida na festividade de São Benedito, que acontece anualmente no período fixo de 18 a 26 de dezembro, mas os diversos ritos que a compõem são vivenciados ao longo do ano (CARVALHO, 2010, p. 75).

Foi partindo dessa importância e representação na produção do espaço que Carvalho (2010) ressalta que a Marujada de Bragança consiste numa manifestação cultural com origem no ano de 1798, segundo os autos de origem da Irmandade de São Benedito. De acordo com esses documentos, no dia 3 de setembro de 1798, a pedido de 14 escravos, os senhores permitiram que fosse organizada a Irmandade de Bragança. Como forma de agradecimento, os escravos saíram às ruas de Bragança, dançando em frente as casas de seus senhores, fazendo exibições coreográficas. Tal fato repetiu-se com novos agradecimentos nos anos posteriores originando assim a Marujada, manifestação ligada à festa de São Benedito. Hoje, mais de duzentos anos depois, a festa de São Benedito continua a ser praticada, ganhando a cada ano mais devotos e sendo realizada no período de dezembro, quando acontece o auge da festa.

Durante os meses que antecedem a festa em dezembro, ocorre um ciclo ritual denominado esmolação do Santo. Segundo Silva (1997, p. 3), corresponde a um “conjunto de pequenos cerimoniais que ocorrem no universo camponês do município de Bragança e na cidade-sede, entre os meses de abril e dezembro”. Esses cerimoniais consistem em cantar uma folia, que para eles corresponde a uma quadra de versos com temas bíblicos na casa de algum devoto do Santo, em troca de um donativo que pode ser em forma de dinheiro, animais, frutas, entre outros. Donativos que serão leiloados no dia da festa de São Benedito no salão Beneditino.

De acordo com Silva (1997), o “ritual da reza” é o momento mais importante de todo o serviço de esmolação. A reza compreende diferentes tempos, sendo o primeiro denominado como o das cantorias.

Estas, por sua vez, servem para demarcar o início e o fim da reza. Tanto num caso como noutro, seus versos são sempre marcados pela louvação ao Santo, pela homenagem aos donos da casa, pelo convite e agradecimento à comunidade como um todo (p. 4).

Durante esse período das esmolações, cada grupo de pessoas recebe a denominação “Comissão do Santo”. Essas comissões têm como objetivo percorrer diferentes regiões do município. Silva (1997) destaca a formação de três comissões: uma destinada à região dos campos; outra, à das praias e, por fim, à das colônias. Recebem, respectivamente, as denominações “São Benedito Camponês”, “São Benedito Praiano” e “São Benedito Colonieiro”.

A chegada do Santo à cidade trata-se de um ritual muito antigo. Silva (1997) já chamava a atenção para a proporção dessa manifestação, confirmando que se trata de algo que consegue mobilizar a cidade em torno da fé e devoção.

Participar da procissão fluvial, que dura algumas dezenas de minutos, é uma forma, portanto, de se chegar pessoalmente ao Santo, a partir de uma perspectiva popular, espontânea, onde o coletivo perpassa o individual. Em cima dos toldos dos barcos ou em pequenas lanchas, velhos, homens, jovens e crianças, sentados ou agachados, às vezes pendurados formando grupos compactos a bailar nas ondas suaves do rio Caeté, em meio ao pipocar dos foguetes, existe toda uma mobilização, uma força coletiva para acompanhar, pessoalmente, São Benedito Praiano (SILVA, 1997, p. 151).

Essa chegada do Santo à cidade marca uma fase importante da festa, pois representa a chegada do tempo festivo. Durante o trabalho de campo, foi perceptível nos olhares dos que aguardavam a chegada do Santo o respeito e a devoção; muitos chegavam a pé, de bicicletas, de carros; muitas crianças nos colos dos pais, idosos, todos ali para aguardar aquele momento de encontro com São Benedito.

A chegada do São Benedito Praiano é considerada um momento de grande relevância e devoção. Essa chegada do Santo à cidade marca uma descontinuidade social no tempo cotidiano, pois até então eram esmolações nas regiões interioranas. Esse período marca o fim das esmolações no interior e o início da esmolação na cidade nos dias que antecedem a festa do Santo.

No dia 25 de dezembro, os marujos e marujas vestem-se de azul e branco, numa alusão ao Natal, ao nascimento de Jesus, como eles destacam. O dia deles inicia bem cedo, por volta das seis horas da manhã, quando estes se reúnem na casa da capitoa para tomarem um café da manhã ofertado por ela, tradição mantida há décadas pelas capitoas que já ocuparam esse cargo. De lá seguem para ir buscar os juízes da festa nas suas residências ou em locais que estes se encontram e seguem a pé, descalços, para a igreja de São Benedito.

Ao chegarem à igreja de São Benedito, iniciam alguns passos da Roda que compõem a dança da Marujada antes de adentrar a igreja; em seguida, no interior da igreja, eles iniciam reverências ao Santo, entoando ladainhas. Estas são puxadas pelos esmoladores das comitivas, que já se encontravam diante do altar. Ao observar esse ritual, fica evidente, nos olhares e nas falas dos participantes, a importância deste, pois, mesmo sendo dia de Natal, muitos acordaram muito cedo para não faltarem seu compromisso com o Santo, como alguns relataram em diálogos informais depois do ritual.

Por volta de 11h30min da manhã, eles se organizam para participarem de outro ritual da festa: o almoço. Dos vários rituais que compõem a festa de São Benedito, o almoço – que é servido nos dias 25 e 26 de dezembro – é um dos elementos de grande proporção que envolve um conjunto de pessoas considerável para que tudo possa sair de acordo com o previsto. Trata-se de um ritual resultante do pagamento de uma promessa realizada pelos juízes da festa a São Benedito, sempre um homem e uma mulher, geralmente pessoas com um maior poder aquisitivo, capazes de ofertar o almoço a um número que pode chegar a duzentas, trezentas pessoas em cada dia.

Os almoços são ofertados por pagadores de promessa que aguardam durante anos em uma fila de espera, segundo o presidente da Irmandade de São Benedito. Esses almoços são grandes banquetes que possam ser servidos a todos os marujos e marujas que compareçam aos locais predeterminados. O juiz da festa oferta o almoço no dia 25 de dezembro e a juíza, no dia 26 de dezembro; no ano seguinte, os novos juízes invertem e assim sucessivamente. A troca de juízes da festa ocorre todo dia 1º de janeiro de cada ano.

O dia 26 de dezembro é o momento mais aguardado da festa, momento em que ocorre a maior procissão em honra a São Benedito. Os marujos e marujas do Santo acordam cedo e dirigem-se à igreja de São Benedito; de lá seguem para o Teatro Museu da Marujada, onde permanecem durante o restante da manhã dançando a Marujada. Paralelamente a isso, ocorre outro ritual, o leilão dos donativos e prêmios arrecadados pelas comitivas do São Benedito dos campos, das colônias e da praia ao longo dos meses que antecederam a festa.

O leilão é realizado no período da manhã do dia 26 de dezembro no salão Beneditino. Trata-se de um momento em que os donativos arrecadados ao longo do ano pelas comitivas são expostos para serem arrematados. Esses donativos são bastante variados: são animais de pequeno, médio e grande porte, cachos de frutas, eletrodomésticos, entre outros. Observa-se que a maior parte dos donativos é própria produção doméstica dos promesseiros.

A procissão do dia 26 de dezembro é um dos rituais mais aguardados pela população local e pelos visitantes, como pôde ser constatado nos trabalhos de campo realizados nos anos de 2018 e 2019. Nas pesquisas de campo realizadas nesses dois anos da pesquisa, observei e registrei um pouco desse período festivo na cidade, o movimento, o fluxo, o vai e vem de transeuntes, o cotidiano que se transforma durante alguns dias desta festa.

Silva (1997) afirma que é importante ressaltar o papel do Santo, pois ele é o elemento simbólico que comanda a procissão e a festa. É por meio da intervenção do Santo que ocorre a mobilização das pessoas, as esmolações, a dança, o almoço, a missa, isso demonstra que o Santo desempenha um papel central para o entendimento das dinâmicas socioespaciais que ocorrem naquele território.

Observou-se durante os trabalhos de campo que a procissão reúne a expressão de fé e devoção a São Benedito; os marujos, marujas, devotos e pagadores de promessa no dia 26 de dezembro se vestem de vermelho e branco, que são as cores de São Benedito, como forma de saudação e agradecimento.

Depois que a procissão chega novamente à igreja de São Benedito, os participantes se dirigem ao Teatro Museu da Marujada, lugar que já está tomado por bragantinos, visitantes, turistas, pesquisadores, pessoas que vão em busca de observar, conhecer e apreciar aquela manifestação em louvor a São Benedito. O espaço torna-se minúsculo diante do público que vai adentrando, tomando um lugar e fica assistindo às danças.

A Marujada de São Benedito, segundo Silva (1997, p. 201), corresponde à “comemoração dramática do milagre da salvação, embora encontre outros simbolismos presentes na sua dramatização”. Ainda para Silva,

dançar a Marujada é uma maneira de se divertir, sendo católico, e uma oportunidade para compensar as dificuldades do dia-a-dia. Vítimas da violência experimentada cotidianamente, seus participantes transferem para o “tempo da Marujada” as suas ansiedades e desejos (SILVA, 1997, p. 203).

Na Marujada, a mulher ocupa um papel de destaque, tanto na organização quanto na condução das danças, como destacou Corrêa (2017). Dentro da Irmandade também, pois todas as decisões importantes são passadas e discutidas por elas, ou seja, as mulheres exercem um papel de representatividade na festa de São Benedito.

A festa de São Benedito expressa pela Marujada de São Benedito corresponde a elementos significativos que manifestam práticas culturais de um patrimônio vivo que marcam a paisagem urbana e também rural de Bragança. São elementos da identidade, expressões que revelam como manifestações culturais podem ser consideradas de grande relevância para o entendimento da produção da cidade com suas especificidades e particularidades, segundo Lobato (2019).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade também recebe um número considerável de turistas durante os festejos de São Benedito, que vão à cidade em busca de conhecer uma das festas mais expressivas do estado do Pará. Infelizmente, por conta da pandemia da Covid-19, não houve a celebração da festa no ano de 2020, apenas alguns atos religiosos restritos; no ano de 2021 também não ocorreu da forma tradicional como sempre ocorria. Entretanto no ano de 2021, já foi possível uma participação maior dos devotos na programação criada para a festividade durante esse período de pandemia.

Constatou-se ao longo desta pesquisa que a festa/festividade de São Benedito movimenta diretamente a economia do município de Bragança; o fluxo de pessoas no mês de dezembro também se torna bem mais intenso devido à presença de devotos vindos de outros municípios, bem como de turistas vindos de outras regiões do estado do Pará.

Os meios de comunicação também contribuem com a divulgação da festa. Percebe-se que a festa tem contribuído de forma significativa para o desenvolvimento do turismo na região, pois nos trabalhos de campo foi possível constatar que a rede hoteleira fica com uma taxa de ocupação elevada; em alguns hotéis é necessário fazer reserva com algumas semanas de antecedência devido à alta procura nos dias da festa. Bares e restaurantes também são bem procurados por esse fluxo de pessoas que chega à cidade para conhecer e vivenciar um pouco da Festa em honra a São Benedito, que se tornou um patrimônio cultural do lugar.

Em síntese, o que se observa é que a Festa de São Benedito, além de ser uma das maiores expressões culturais de Bragança, tem contribuído também para o desenvolvimento do turismo regional no estado do Pará, sendo indicada nos planos de turismo municipal e estadual como um elemento indutor do turismo na região.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G.; OLIVEIRA, C. D. M.; VARGAS, M. A. M. A dimensão territorial das festas populares natalinas e do turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe. *Revista Geográfica de América Central (online)*, Costa Rica, v. 2, p. 1-16. jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820813.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

AMARAL, C. M. P. R. *Festa à Brasileira: significados do festejar, no país que “não é sério”*. 1998. 378f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 1998.

CARVALHO, Gisele Maria de Oliveira. *A festa do “Santo Preto”: tradição e percepção da Marujada Bragantina*. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2010.

CASTRO, E. M. R. (org.). *Escravos e Senhores de Bragança*. Belém: Editora Universitária UFPA, 2006. 226 p.

CORRÊA, Ester P. *Pérolas do Caeté: a dança das Marujas de São Benedito de Bragança-PA*. 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

CLAVAL, Paul. La fête et la ville. *Revista CIDADES/Grupo de Estudos Urbanos*, v. 8, n. 13, p. 27-43. 2004. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/1912>. Acesso em: 20 set. 2019.

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a Questão? *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/HMpC4d5cbXsdt6RqbrmZk3J/?lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2018.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*. Florianópolis v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2018.

LOBATO, Alessandra S. Patrimônio, turismo e produção do espaço: apontamentos sobre a Festa de São Benedito em Bragança, Pará, Brasil. *Novos Cadernos NAEA*, v. 28, p. 282-298. 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/8151>. Acesso em: 25 jan. 2020.

MENESES, Ulpiano. O Patrimônio Cultural entre o Público e o Privado. *In: O direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, Dedival. Brandão da. *Os tambores da esperança: Um estudo sobre cultura, religião, simbolismo e ritual na festa de São Benedito da cidade de Bragança*. Belém: Falângola Editora, 1997.

SILVA, Dário B. R. N. da. *Os Donos de São Benedito: convenções e rebeldias na luta entre o catolicismo tradicional e devocional na cultura de Bragança, século XX*. 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém. 2006.



TURISMO VERSUS VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA CIDADE DE MAPUTO

Palmira Isaura de Castro Morgado¹

Dario Manuel Isidoro Chundo²

1. INTRODUÇÃO

Este estudo versa sobre o turismo versus a valorização do patrimônio cultural na cidade de Maputo. Atualmente, várias questões surgem em torno da atividade turística, sobre a sua interação com o meio ambiente assim como sobre as comunidades receptoras e sobre os espaços em geral. Tais discussões visam essencialmente estabelecer novas abordagens que tratam sobre o uso dos recursos naturais, aliado à melhoria das condições de vida das comunidades onde se procuram novas estratégias de gestão de forma a garantir um desenvolvimento equilibrado no destino. O estudo tem como objectivo geral analisar os elementos que compõem o patrimônio cultural na cidade de Maputo com a finalidade de valorizá-los, seguido dos específicos que são: caracterizar os aspectos físico-naturais e socioeconômicos do Destino, descrever os impactos do patrimônio cultural no desenvolvimento das comunidades; e por fim explicar a importância da valorização do patrimônio cultural como um dos principais atrativos para o crescimento do turismo. A produção deste estudo, obedeceu à

¹ Mestre pelo curso de Gestão Ambiental da Universidade Pedagógica de Maputo – docente na UPM. E-mail: palmyramorgado@gmail.com

² Doutorando no curso de Geografia da Universidade Pedagógica de Maputo, docente na UPM. E-mail: darioisidoro17@gmail.com

consulta bibliográfica que versa a temática em estudo, bem como alguns documentos normativos aprovados pelo governo que orientam todas as atividades do setor; o método descritivo ajudou na descrição dos aspectos facilmente observáveis no campo, bem como os físico-sociogeográficos e o método comparativo. Ainda na mesma senda, recorreu também ao método estatístico e por fim ao método cartográfico no contexto da localização geográfica e apresentação do respectivo mapa do distrito, bem como levantamento de dados cartográficos. A metodologia de elaboração do presente artigo centrou-se na matriz qualitativa, na medida em que se preocupa em contextualizar o turismo versus a valorização do patrimônio cultural em termos locais, temporais e situacionais, por meio da análise dos significados do lugar, da experiência turística e das práticas sociais inseridas na matriz cultural. O presente artigo propôs-se através das técnicas de trabalho de campo com a observação e entrevistas em primeira mão, na qual recolheu informação em fontes e/ou instituições ligadas à gestão da actividade turística localmente (Direcção Nacional do Turismo, Direcção da Cultura e Turismo da Cidade de Maputo e Município da Cidade de Maputo e Fortaleza de Maputo, Museu dos Caminhos de Ferro de Moçambique, Museu da História Natural, Museu Nacional de Artes, Casa de Ferro e Museu Nacional Moeda), assim como em trocas dialógicas com a população local e turista, para realizar-se, na sequência, um movimento metodológico de triangulação por meio da análise e interpretação dos resultados.

Quanto à relevância do tema, é de bastante pertinência para os pesquisadores da área e a sociedade em geral devido a sua lucidez no que diz respeito à contribuição para a valorização do patrimônio cultural existente na Capital Moçambicana (Maputo), uma vez que esta é detentora de um vasto patrimônio cultural que faz parte da história do próprio País.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001, p. 15), o turismo é definido como “um conjunto de actividades que realizam durante suas viagens e estadias em lugares distintos à do seu ambiente habitual, por um período de tempo inferior a um ano com fins de ócio, negócio entre outros”.

Da Silva (2007), citando Duhamel e Sacareau (1998), refere que o turismo é uma actividade humana, fundada no deslocamento isto é, literalmente uma mudança de lugar e, por “extensão geográfica” uma mudança “*d’habiter*”.

Tendo em conta esses dois conceitos de turismo dos diferentes autores acima, fica claro que o que existe em comum entre eles é o deslocamento, pelo fato de ambos apresentarem o deslocamento de pessoas de um determinado ponto para outro fora do seu espaço habitual como um dos elementos para a prática do turismo. Ainda nesse contexto, pode-se dizer que também se inclui a realização de actividades não obrigatórias (de lazer) e há uma extensão espacial considerada fora do habitual em relação ao visitante (que pode variar de pessoa para pessoa) e um período acima de 24 horas e que não supera um ano). Portanto o conceito de turismo hoje aceito deve tomar em consideração as diferentes particularidades aqui apresentadas para não correr o risco de excluir algumas actividades que caracterizam o turismo ou mesmo integrar no conceito actividades que não chegam a reunir requisitos mínimos de classificação turística.

Tendo em conta esses pressupostos, pode-se dizer que ser turista e fazer turismo implica deixar temporariamente o lugar de vida habitual para outro lugar situado fora da sua esfera habitual com intuito de lazer, negócio entre outros. Considerando a abordagem geográfica no estudo do turismo, observa-se a necessidade de deslocamento dentro de territórios para que a prática turística se concretize, pois o turismo possui uma dimensão espacial que lhe é intrínseca e específica, representada pelo carácter fixo dos atrativos turísticos no espaço (BERTONCELLO,1998). De fato, a paisagem é o primeiro contato do turista e é importante que ela produza uma sensação favorável, atraente e harmoniosa.

Dias (2009) afirma que o património é um legado do passado vivido pelas gerações presentes, que se deseja que seja transmitido às gerações futuras. Contudo, deve ser incorporado e assumido com toda a propriedade por todos quanto vivemos e convivemos com esses legados, sob pena de não vermos cumprido o mais simbólico do seu significado patriótico e de pertença ao património, o material e imaterial.

É mais um elemento de memórias coletivas que identifica gerações, por isso a necessidade de revelar o sentido.

Em síntese, Dias (2009) considera que patrimônio é tudo que constitui a natureza mais superlativa do Homem, a forma como se entende e se relaciona com sua espécie, a sua interação com o meio envolvente.

As memórias coletivas compreendem, do ponto de vista sociocultural, a nossa vivência, modo de ser, nossas aldeias, nossas casas, monumentos, locais arqueológicos e históricos, paisagens culturais construídas, obras de arte, objetos entre outros aspectos de identidade e com necessidade de valorização.

Uma outra dimensão é o patrimônio natural, entendido como a variedade das paisagens que integram a flora e a fauna de determinado território: as reservas da biosfera, os monumentos naturais, os parques nacionais e santuários da natureza.

Baseando-se no pressuposto de que o meio não condiciona, mas sim influencia, a geração do patrimônio cultural é resultado da ação do Homem na natureza e sobretudo num espaço ou território, o qual toma uma categorização de evolução em consonância com a influência do Homem.

A análise do patrimônio cultural envolve duas categorias de capital importância: o material e o imaterial. Como se pode perceber no contexto cultural, as manifestações através de linguagem, costumes, religião, etc. caracterizam o aspecto imaterial do contexto cultural e, por sua vez, os monumentos, objetos históricos, coleções, gravações, obras de arte, podem caracterizar o patrimônio material (móvel e imóvel).

A análise e reflexão que se deve fazer relativamente ao patrimônio deve ser mais integrante, no sentido de não considerar apenas como patrimônio o “antigo”, mas os outros aspectos criados ao longo dos tempos.

Olhando para a relação existente entre patrimônio e turismo, é possível perceber que sua relação é de carácter obrigatório, pois o patrimônio turístico serve de recursos que alimentam a atividade turística em forma de atrativo turístico. Portanto, encontramos no patrimônio os recursos que cativam a atividade turística, e, por sua vez, o turismo condicionando a valorização deste patrimônio através de normas de conservação, melhorando cada vez mais este patrimônio. Daí se percebe também que o patrimônio pode ser natural e sociocultural e a ação do Homem muito conta para sua conservação. As análises desenvolvidas em torno do patrimônio turístico

levam a uma integração da vertente cultural quando se olha para os recursos que atraem a atividade turística, daí a forte ligação entre Turismo e Cultura.

Oliveira (2003) considera que o patrimônio cultural é um conjunto de bens materiais e imateriais representativos da cultura de um grupo ou de uma sociedade. Para que se entenda esse conceito e sua relação com as identidades, é necessário, antes de tudo, refletir sobre a “cultura”.

O conceito cultura constitui centro de atenções de várias esferas da vida, sendo usado de modo subjetivo pela sociedade para designar determinados aspectos característicos da dinâmica social (cultura geral, patrimônio cultural, música, dança literatura, formas de ser, etc.). Contudo, no campo da Antropologia, este conceito foi tomando também perspectivas diferentes desde o início do estudo científico desta ciência até ao desenvolvimento das diferentes correntes epistemológicas ao nível das escolas Antropológicas, trazendo deste modo um padrão ao mais alto nível da compreensão da cultura.

Marconi e Presotto (2006, p. 21) afirma que a cultura é um termo vasto e complexo, englobando vários aspectos da vida dos grupos humanos. Não existe ainda um consenso entre antropólogos acerca do que seja a cultura. Afirma-se que existem mais de 160 definições deste termo.

Como se fez referência acima, a questão da cultura e do turismo são dois aspectos que não se separam. Sobretudo quando em seu nível detalhado, o turismo apresenta uma especificação (o turismo cultural) bem como quando este aproveita da diversidade cultural como fonte de atração à demanda turística. Contudo são muitos os estudos que revelam o que o turismo busca da cultura assim como o que a cultura faz para o turismo. Estas análises vão além das implicações positivas resultantes desta relação, com enfoque, acima de tudo, para os impactos negativos do ponto de vista da dinâmica cultural e modos de conservação do patrimônio turístico.

Tendo em conta a relação existente entre cultura e turismo, Marujo (2014) diz que a cultura, na maioria dos casos, constitui um trunfo importante para o desenvolvimento do turismo. Ela, em muitos casos, é considerada um fator determinante do crescimento do consumo de lazer e turismo e, por isso, turismo é cultura.

De acordo com Hughes (2002), o estado atual da investigação sobre a relação entre cultura e turismo é insatisfatório. Os estudos têm apresentado, de uma forma geral, duas perspectivas antagônicas: uma que defende a preservação dos bens culturais, mas critica a sua relação com o turismo, pois considera que a defesa do patrimônio deve ser feita primeiramente e diretamente com a comunidade à qual ele está ligado, podendo a atividade turística interferir negativamente nesta relação; e a outra que vê na atividade turística, de forma controlada, uma oportunidade para preservar e conservar o patrimônio, tanto pela justificativa de uso quanto pelo lucro que traz (CHOAY, 1999).

Os autores contemporâneos que estudam a relação do turismo com a cultura alertam para a necessidade de um maior diálogo entre os dois setores, pois consideram que a questão da cultura, sobretudo a cultura local e regional, deve ser trabalhada no sentido de procurar compreender as suas singularidades e estimular a participação da comunidade, criando, deste modo, possibilidades para a revitalização da identidade através do patrimônio cultural material ou imaterial (MEETHAN, 2001; 2003; RICHARDS, 2007).

É importante que a comunidade participe no processo turístico, pois se for inserida no processo de valorização da cultura local pode atuar diretamente em diferentes tarefas e assim pode assumir uma maior responsabilidade na preservação da sua identidade cultural através da difusão das suas riquezas culturais. De um lado, e em nível turístico, a sua participação fornece ao destino uma maior originalidade. Note-se que a atividade turística sempre procurou retratar a cultura com base na vivência humana e, por isso, não se deve analisar o turismo de forma isolada do seu contexto social. De outro lado, a cultura e o turismo têm uma relação mutuamente vantajosa, ou seja, a conexão entre cultura e turismo pode ser benéfica para reforçar a atratividade e a competitividade de países, regiões e cidades. Portanto, “criar uma forte relação entre turismo e cultura pode ajudar os destinos a serem mais atraentes e competitivos como locais para viver, visitar ou trabalhar” (RICHARDS, 2009, p. 17).

Durante a maior parte do séc. XX, e de acordo com Richards (2009), a cultura e o turismo foram vistos como aspectos distintos dos destinos. Por um lado, os recursos culturais eram percebidos como parte do património cultural dos destinos onde estavam relacionados com a educação da população local e a identidade cultural. Por outro, o turismo era visto como uma atividade de lazer separada da vida quotidiana e da cultura da população local. Segundo o autor, esta visão mudou gradualmente no final do século, uma vez que o papel da cultura foi um elemento distintivo de outros destinos.

A abordagem sobre o turismo versus a valorização do património cultural na cidade de Maputo, compreende um conjunto no desempenho de acções que criem a motivação dos turistas em querer vivenciar o património histórico e cultural, de modo a explorá-los e preservar a sua integridade. É sabido, que a entrada de turistas contribui para o aumento da economia do Município como resultado do gasto dos turistas. Assim, para que os turistas se interessem cada vez mais pelos locais históricos é importante a valorização e promoção dos bens materiais e imateriais da cultura.

O Município da Cidade de Maputo está, em diversos casos, inserido em edifícios considerados com valor patrimonial e repletos de memórias enriquecedoras para o património histórico-cultural local, quer material quer imaterial, mas nem sempre valorizados tanto pelo poder local, como pela própria população.

Segundo VIGNATI (2009) a cidade de Maputo é o principal destino turístico de Moçambique. A cidade constitui uma grande porta de entrada para diversos turistas, tendo este autor constatado que em 2009 deram entrada na cidade cerca de 300.000 turistas. Contudo ao fazer-se a segmentação do mercado destacou-se apenas a prática do turismo de eventos e negócios, mostrando assim uma fragilidade no turismo cultural na cidade.

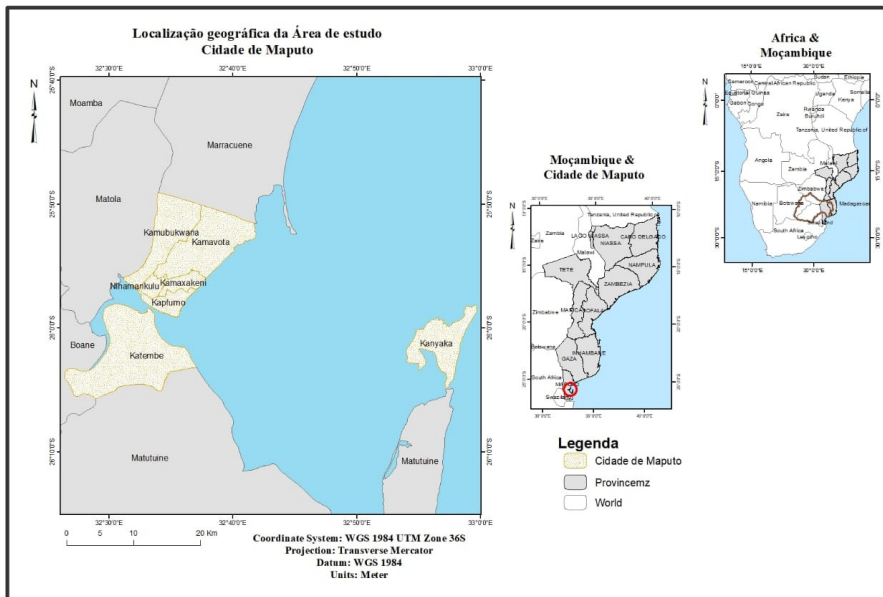
Uma vez que um dos problemas que se tem verificado está relacionado com a desvalorização dos locais históricos culturais, o que tem contribuído para a perda da identidade cultural na cidade. A história do povo, os locais históricos, os monumentos já não são vistos como símbolos e marcas pois não são devidamente valorizados. Esta perda de identidade faz com que não se desenvolva interesse pelos locais históricos e também que se registre pouca intervenção em torno destes.

3. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE MAPUTO

O Município de Maputo, a qual era denominada Lourenço Marques antes da independência, está localizado no Sul de Moçambique, a Oeste da Baía de Maputo, no Estuário do Espírito Santo, onde desaguam os rios Tembe, o Umbelúzi, o Matola e o Infulene. Está situada a uma altitude média de 47 metros. Os limites do município se encontram entre as latitudes 25° 49' 09" S (extremo norte) e 26° 05' 23" S (extremo sul) e as longitudes 33° 00' 00" E (extremo leste - considerada a ilha de Inhaca) e 32° 26' 15" E (extremo oeste) (MUCHANGOS, 1994) (Mapa 1).

O Município de Maputo possui uma área de 346,77 km² e faz divisão com o distrito de Marracuene a Norte; o Município da Matola a Noroeste e Oeste; o distrito de Boane a Oeste, e o distrito de Matutuine ao Sul, todos pertencentes à província de Maputo, que está situada a 120 km da fronteira com a África do Sul e 80 km da fronteira com a Suazilândia.

Mapa 1 - Localização Geográfica de Maputo



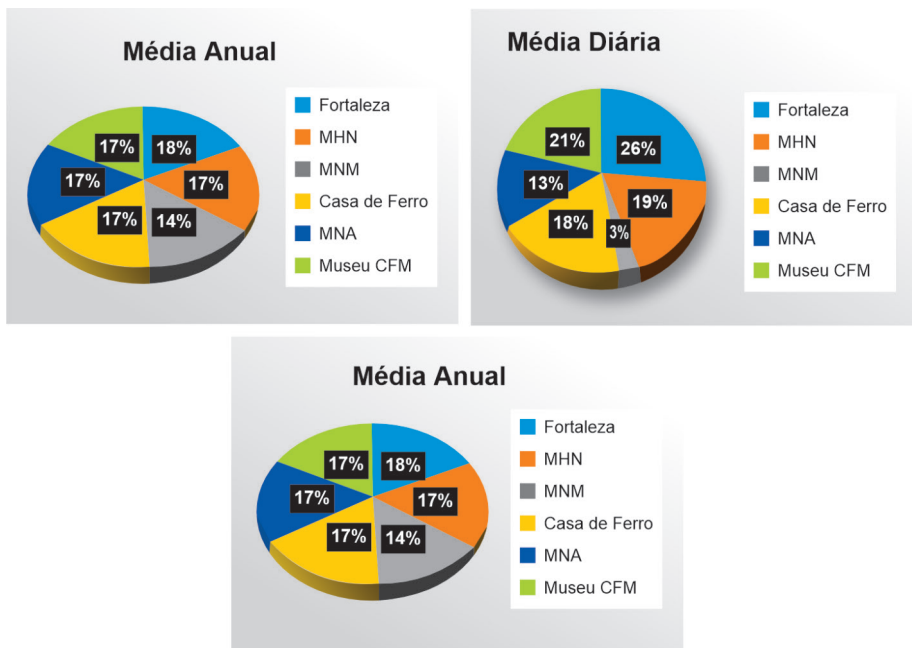
Fonte: autores com base dos dados da CENECARTA.

4. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Durante as entrevistas efetuadas com os moradores da Cidade de Maputo, pôde-se apurar que 84% conhecem e já visitaram estes patrimônios, mas somente 30% destes sabiam que se tratava de patrimônios; os 54% restantes não tinham conhecimento de que eram patrimônios, portanto o motivo dessas visitas eram por iniciativa própria; os demais, foi por indicações do trabalho, da escola, da família e dos amigos. Os 16% dos entrevistados sabem da existência, mas nunca visitaram os patrimônios do distrito em estudo.

Os períodos que mais atraem turistas para esses locais são os de aulas e de cruzeiros. Os turistas nacionais que mais visitam estes patrimônios culturais são estudantes.

Gráficos 1-3 - Médias diária, mensal e anual, respectivamente



Fonte: Locais em estudo, 2018.

Os gráficos acima apresentados fazem referência à variação do número diário, mensal e anual de turistas que visitam os seguintes patrimônios culturais: Fortaleza de Maputo, Museu dos Caminhos de Ferro de Moçambique, Museu da História Natural, Museu Nacional de Artes, Casa de Ferro e Museu Nacional Moeda.

Nos dados apresentados, nota-se que a Fortaleza de Maputo registra maior fluxo de turistas ao contrário do Museu Nacional da Moeda (Gráficos 3, 4 e 5).

De modo geral, os gestores destes patrimônios culturais afirmam que o fluxo dos turistas deve-se ao fato de estes condicionarem atividades educativas, fornecerem materiais didáticos (caso dos centros infantis), desenvolverem feiras culturais entre outros.

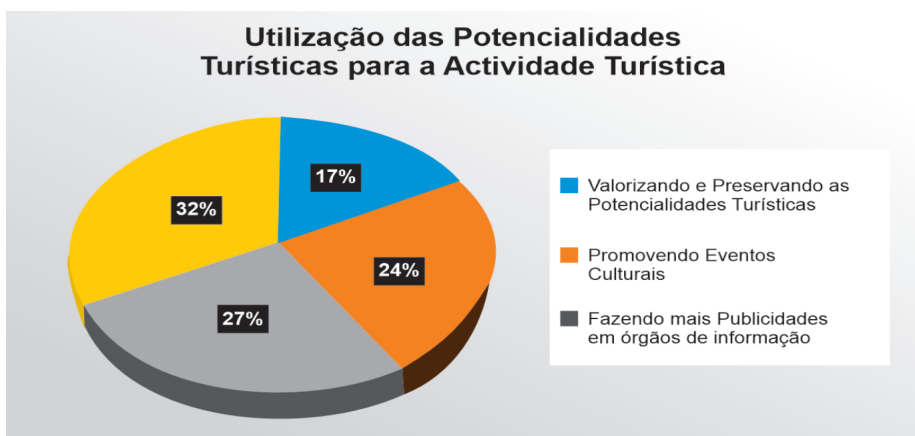
Quanto ao número de turistas que visitaram os patrimônios culturais no triênio de 2015-2017, há uma variação do movimento dos turistas em cada patrimônio cultural, que em alguns casos têm subido e em outros tendem a oscilar a cada ano.

De acordo com as entrevistas feitas com os turistas que visitaram o patrimônio histórico-cultural, estes afirmam que a maior parte deles soube da existência desses locais através da família; outros através de escolas, trabalho, órgãos de informação e guias turísticos. Após questionados sobre saber ou não da existência do patrimônio cultural existente no seu entorno, estes foram unânimes em responder que de fato conhecem o local, e acrescentaram que este faz parte de sua história. Verificou-se também que, quanto ao número de turistas que visitaram o patrimônio histórico-cultural no período de 2018-2020, há uma variação do movimento, mas já houve tempos em que as visitas eram mais acentuadas. Acredita-se que isto se deva à situação.

Os moradores desse distrito acreditam que a divulgação destes serviços à comunidade tem sido um bom passo para o desenvolvimento do turismo no local, apesar de eles não conhecerem os aspectos fundamentais para o desenvolvimento do turismo no local. A desinformação faz com que a comunidade desconheça assuntos inerentes ao desenvolvimento da atividade turística nesse Distrito. Neste contexto, constatou-se que, por

um lado, existe uma parte da comunidade que ainda não considera estes locais como potencialidade para o desenvolvimento da atividade turística e, por outro lado, elas não sabem de que forma podem contribuir para o desenvolvimento da comunidade. Ainda nessa senda, a comunidade afirma não ter conhecimento da prática de qualquer atividade turística no local em estudo, apesar de já terem observado a entrada e saída de visitantes no local. Os turistas afirmam que os aspectos históricos e culturais dessas potencialidades turísticas são essenciais para o processo do desenvolvimento do turismo local, e nesse processo são envolvidos vários serviços turísticos.

Gráfico 4 - Como utilizar estas potencialidades turísticas para o desenvolvimento da atividade turística



Fonte: Locais em estudo, 2018.

Ainda na preservação dos patrimônios culturais, um dos aspectos apresentado aos municípios foi se estes consideravam a cidade de Maputo conservadora de valores culturais. Aqui notou-se certo receio por parte dos municípios em responder a questão; apesar de a maioria afirmar que a cidade é conservadora destes valores, eles não conseguiram responder claramente de que forma são mantidos estes valores, alguns municípios afirmaram que se tem conservado os valores culturais através de datas

comemorativas referentes aos heróis nacionais; outros referiram que os valores são conservados pela existência de locais históricos, a criação de debates culturais em programas televisivos. Alguns apontam ainda que são mantidos através dos ritmos musicais e pela maneira de vestir, por exemplo o frequente uso da capulana.

Os que afirmaram que os valores não são conservados alegam que estes estão se perdendo na cidade, pois a tendência é de imitar a cultura dos outros, os edifícios históricos vem se degradando e os jovens estão menos interessados na cultura local. Afirmaram ainda que tem se dado lugar a outros eventos nos locais históricos.

Com a valorização do patrimônio Cultural, o turismo cultural é também mais evidenciado; aqui a comunidade tem um papel fundamental, principalmente na revelação de aspectos essenciais e atrativos. Assim a vivência histórica das comunidades, ao ser valorizada pelo turismo, enriquece a experiência do turista e reforça o sentimento de pertença local.

A análise do turismo histórico-cultural projeta-se na Cidade de Maputo, um lugar onde acontece o turismo suburbano que tem se revelado uma importante fonte de renda em alguns bairros emblemáticos do mundo e também uma base para a preservação do patrimônio histórico-cultural desses lugares.

Impressiona a multiculturalidade, misticismo e convivência harmônica das gentes da Cidade de Maputo, de tal modo que diversas instituições tenham considerado que existem potenciais fatores de atração turística cultural – as damas do tufo são uma atração – ombreando mano a mano com zonas tradicionalmente chiques como a da Marginal ou a mítica Baixa da Cidade.

Note-se que esse é um fato que confere ao bairro um atrativo turístico e nos últimos anos pode afirmar-se que a maioria dos turistas está cada vez mais interessada em visitar lugares históricos e, apesar de este ser um local antigo, é considerado um bairro histórico e com muito potencial para o desenvolvimento do turismo, porém até hoje pouco se fez nessa área.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio histórico-cultural é extremamente importante numa sociedade. Estes podem ser representados de várias formas, porém o que torna relevante é a sua significância para a sociedade.

O município de Maputo é repleto de vários patrimônios histórico-culturais, embora algumas pessoas considerem que não existam locais históricos neste município, idealizando que o turismo cultural tem a ver necessariamente com a cultura, as tradições e modos de vida. Pôde perceber-se com este trabalho que os locais históricos também constituem fontes para o desenvolvimento do turismo cultural.

No turismo cultural, os patrimônios histórico-culturais são essenciais para o desenvolvimento desse segmento turístico, que vem crescendo a cada década devido às exigências dos padrões do turismo. Assim, a contribuição deste trabalho é a destacar que o turismo e a interpretação do patrimônio podem atuar em benefício da comunidade local como instrumento de desenvolvimento e beneficiar os visitantes, considerando que atualmente a atividade turística não é apenas um bem supérfluo, e sim uma agregação de valor a todas as manifestações, inclusive as culturais, de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

- BERTONCELLO, R. Las prácticas turísticas e sus implicâncias sócio espaciales. In: CORIOLANO, L. N. M. (org). Turismo com ética. Fortaleza: UECE, 1998.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da Unesp: Estação Liberdade, 1999.
- DIAS, Francisco et al. (org.). *Futuro do Turismo: Território, Patrimônio, Planeamento*. Porto, Portugal: Estratégias Criativas, 2009.
- HUGHES, H. Culture and tourism: a framework for further analysis. *Managing Leisure*, 2002, p. 164-175.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. *Introdução a Antropologia*. São Paulo: Atlas, 2006.

MARUJO, N. A Cultura, o Turismo e o Turista: que relação?. *TURyDES – Revista de Turismo y Desarrollo*, 2014, p. 1-12.

MEETHAN, Kevin. *Tourism in Global Society: Place, Culture, Consumption*. Turismo na Sociedade Global: Lugar, Cultura, Consumo. Bloomsbury Publishing PLC Reino Unido, 2001.

MUCHANGOS, Aniceto dos. *Cidade de Maputo: aspectos geográficos*. Editora Escolar, Maputo, 1994.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. *Turismo e Desenvolvimento: planejamento e organização*. São Paulo: Atlas, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

RICHARDS, G. *The impact of culture on tourism*. Paris: OECD, 2009.

SILVA, José da. *Tourisme et développement: le enjeux au Mozambique*, Thèse de Doctorat de Géographie, Université de Poitiers, Poitiers, 2007.

MARCOS TEMPORAIS/ESPACIAIS DE MEMÓRIA DO BAIRRO DA TERRA FIRME, BELÉM-PA

Ana Cláudia dos Santos da Silva¹

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa), apresentando um recorte da tese de doutorado defendida em 2018, intitulada: “Memórias e resistência: os marcos sociais da memória de feirantes e moradores do bairro da Terra Firme, em Belém-PA”. Apresenta a definição de marcos sociais de memória segundo Maurice Halbwachs, definindo dois marcos referenciais (Temporal e Espacial) para a memória dos moradores do bairro da Terra Firme. Partindo desta premissa, apresentam-se as definições dos atores e a inserção de suas histórias de vidas relatadas que mostram a vivência durante as respectivas trajetórias no bairro.

A pesquisa teve como marco espacial a Feira e o Hortomercado do bairro, visto que foi dali que ele se originou e hoje é considerado o seu núcleo central, partindo dali para as ruas e vielas que se originaram a partir da ocupação pelos bairros de São Brás e Canudos na década de 1950 e avenida Perimetral na década de 1980, e que se configuram como o marco temporal da memória social do bairro.

¹ Doutora em Ciências Socioambientais (NAEA/UFPa); Museu Paraense Emílio Goeldi: anacsilv3@hotmail.com.

A partir da análise das narrativas dos moradores, foram identificados os seguintes quadros de memória: 1) paisagem de passado de florestas e águas; 2) o presente da rua e da lama; 3) os movimentos sociais: as lutas para sobrevivência; 4) a Feira e o Hortomercado, espaços de trocas e conflitos. Estes quadros foram considerados como marcos da memória do bairro, no sentido que estabelecem uma linha divisória convergente ao passado de luta dos habitantes. Em decorrência, revela-se a noção de pertencimento ao lugar e o sentimento identitário dos moradores com o lugar de moradia e vivências cotidianas.

O Fundamento epistemológico da pesquisa teve como referência a teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs, na qual o autor apresenta os argumentos para o estudo da memória de grupos sociais, organizados em trabalhos específicos sobre este tema (HALBWACHS, 2004; 1990; 1941), em que aponta um duplo caminho a ser trilhado em busca da memória, em dois planos: Subjetivo e Objetivo. O Subjetivo é composto pela sucessão de lembranças individuais e experiências subjetivas que são únicas, mas que têm como referência os quadros sociais da memória, definidos como instrumentos comuns a todos os indivíduos de um determinado grupo ou sociedade; e que permite reconstruir suas lembranças mesmo depois de terem se esvanecido (CORDEIRO, 2013). No plano objetivo, têm-se os quadros sociais, que atuam nas lembranças dos grupos de fora para dentro, como fatos sociais compostos pelas mesmas bases que compõem as recordações; e que a diferença entre ambos (sonho e recordação) seria em grau e não de natureza.

O que são os marcos sociais da memória e como eles se constituem nos referidos grupos? Os quadros/marcos sociais aparecem em Halbwachs (2004) “[...] como um sistema composto por datas e lugares, que surgem cada vez que se deseja recuperar um acontecimento” (CORDEIRO, 2013). Ele também demonstra que é impossível conceber o passado sem as referências dos quadros sociais, que são a base para a reconstrução da memória coletiva. Este sistema sustenta a memória do indivíduo nos grupos, sendo o fator principal que caracteriza a memória coletiva. É isso que leva Halbwachs a contrapor o argumento de Bergson, ao definir a memória como prática e racional representada pela memória pura, através de imagens que podemos encontrar em nós mesmos, quando isolamos a nossa consciência individual

do social. Halbwachs (2004) contrapõe esta ideia, quando afirma que a memória não conserva o passado, e sim o reconstrói.

Para Halbwachs, os marcos coletivos da memória seriam o resultado, a soma, ou a combinação de recordações individuais de vários membros de uma sociedade. Em muitos casos esses marcos ajudam a classificar e ordenar as recordações de uns em relação aos outros. Assim, ele consegue demonstrar a multiplicidade de categorias sociais, que corresponderia a uma pluralidade de memórias coletivas dentro do grupo.

Halbwachs defende que a memória coletiva garante o sentimento de identidade do indivíduo, calcado numa memória compartilhada não somente no campo histórico, no sentido real, mas, sobretudo, no campo simbólico. Assim, a memória coletiva modifica-se e se rearticula conforme a posição que o indivíduo ocupa e as relações estabelecidas nos diferentes grupos de que participa. As memórias individuais alimentam-se da memória coletiva e histórica, incluindo elementos mais amplos que a memória construída pelo indivíduo e pelo seu grupo.

Este processo pode ocorrer pelo compartilhamento da memória, que é uma forma de manter essas lembranças no grupo. Além disso, é importante ressaltar o que Candau (2012) argumenta em relação às memórias compartilhadas. Ele afirma que embora os fatos sejam transmitidos a todos os membros do grupo, a recordação que cada indivíduo terá em relação aos fatos, ao lugar, às transformações ocorridas e aos acontecimentos vividos diferirá, em menor ou maior proporção, da memória de outro indivíduo, em função da sua história pessoal, da sua família, da característica biológica de sua memória, ou seja, conforme a sua capacidade física e psicológica de lembrar.

A construção da memória em um grupo ocorre ao longo do tempo, nas interações sociais e na trajetória de vida (VELHO, 2004; BARROS, 1997). A lembrança é o resultado do convívio do indivíduo com outros indivíduos e grupos articulados em uma rede de relações e interações que ficam guardadas na memória de cada um, como uma lembrança “exclusivamente” íntima e pessoal. Essas lembranças trazem as trajetórias de vida dos indivíduos durante a sua convivência nos espaços sociais, como a casa, a rua, o bairro, o trabalho e os grupos em que se inserem, tendo a família um

papel essencial nesta construção, pois é de onde vêm as suas primeiras lembranças e onde se conhece as normas sociais.

Os quadros da memória constituem-se nos próprios grupos sociais, pois são eles que permitem aos indivíduos a recuperação do passado e o surgimento das recordações. Isto significa que a memória está condicionada à recordação do outro, e que os quadros da memória individual são, ao mesmo tempo, os quadros sociais da memória coletiva. O poder unificador do quadro está relacionado a cada grupo particular. Este relativismo significa que há tantas reconstruções do passado quanto grupos existentes.

As reconstruções de um mesmo acontecimento diferem nas deformações, na escolha e nos esquecimentos, conforme a dinâmica do grupo. Halbwachs (2004) contesta a afirmação de que os quadros sociais não são o resultado, ou seja, a soma, a combinação das lembranças individuais ou uma classificação com base em suas lembranças. Para ele, os quadros coletivos da memória “são os instrumentos onde a memória coletiva se fundamenta para recompor uma imagem do passado que se afina a cada época, com pensamentos dominantes da sociedade” (HALBWACHS, 2004, p. 155).

Os acontecimentos são referências temporais da memória. Para Halbwachs (2004), constituem os pontos de referência dos marcos sociais e representam a trajetória de vida individual ou coletiva, cuja lógica e coerência serão demarcadas pela experiência adquirida ao longo do tempo.

A experiência de localização da lembrança no espaço e no tempo é privilegiada, mas também é isolada como momento complementar, independente dos outros. Este momento projeta luzes sobre a natureza dos quadros sociais, principalmente por ser o momento em que percebemos e armazenamos as lembranças, que são os quadros mais esclarecedores da experiência da memória. Segundo Urteaga (2013), a experiência engloba as noções de pertencimento, a história, a geografia, a política e os acontecimentos da vida cotidiana com os fatos históricos, por exemplo. Este processo pode ser ilustrado por algumas situações, tais como a localização ou a deformação das recordações da infância e a nostalgia do passado pelos idosos, como visto em algumas narrativas da pesquisa.

É preciso, antes de tudo, considerar que os habitantes são levados a prestar uma atenção muito desigual àquilo que chamamos aspecto material da cidade, ainda que a maioria, sem dúvida, seria bem mais sensível ao desaparecimento de tal rua, de tal edifício, de tal casa do que aos acontecimentos nacionais, religiosos, políticos mais graves (HALBWACHS, 1990).

Não obstante, a importância do espaço volta-se para a memória, pelo fato de que, embora se destrua uma construção, pode-se dizer que ela sempre esteve ali e, com efeito, a sua localização, o traço, é o último que se apaga. Neste sentido, Halbwachs (1990) dedicou uma pesquisa minuciosa sobre os espaços da memória, por isso, ao definir a memória coletiva, afirma que ela se encontra, sobretudo, depositada no espaço. Para o autor, não é exato que para recordar se tenha de transportar o pensamento para fora do espaço; ao contrário, por ser a única imagem do espaço, em razão da sua estabilidade, nos dá a ilusão de não mudar através do tempo e de encontrar o passado dentro do presente. É a forma pela qual se pode definir, precisamente, que a memória é estável e que vai perdurar sem envelhecer nem perder nenhuma de suas partes.

2. O PERCURSO DA PESQUISA: CAMINHANDO PELO BAIRRO EM BUSCA DE CONTEXTOS E MARCOS DE MEMÓRIA

O *corpus* da pesquisa constituiu-se primeiramente dos relatos de memória sobre a história de vida de antigos moradores e feirantes do bairro da Terra Firme. Para tal, recorreremos ao fundamento teórico da História Oral (THOMPSON, 1992), através da qual seriam ouvidos os feirantes que atuam no local desde a fundação do hortomercado e da feira em 1989, e dos moradores do bairro que frequentam a feira mais de uma vez por semana. Partindo dos relatos, teremos a trajetória de vida desses feirantes, no seu trabalho na feira, identificando os marcos sociais da memória desses indivíduos.

No universo pesquisado, foram definidos dois segmentos de interlocutores para as entrevistas: o primeiro composto por nove feirantes, sendo oito que atuam no hortomercado e um que atua na feira

da Celso Malcher (Figura 1). O segundo segmento inclui oito moradores do bairro, selecionados levando-se em conta dois aspectos: o tempo de moradia, com pelo menos 20 anos de residência no bairro e a atuação do indivíduo no bairro, e a frequência à feira.

Figura 1 - Trajeto da pesquisa nas ruas da Terra Firme



Fonte: Silva, 2018.

As entrevistas com feirantes e moradores foram realizadas em duas etapas: de janeiro a março de 2017 e de setembro a dezembro de 2017. Na primeira etapa, com feirantes que trabalham dentro do hortomercado; e na segunda com feirantes que atuam fora do mercado e também com moradores do bairro. Os feirantes preferiram ser entrevistados no próprio hortomercado, nos boxes de venda, durante o horário de funcionamento. Embora tenhamos solicitado entrevistá-los em horários diferentes e fora do seu local de trabalho, eles não concordaram, alegando falta de tempo e outros afazeres (Figura 2).

Figura 2 - Vista interna do Hortomercado da Terra Firme



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Os relatos coletados por meio da história oral sobre a trajetória de vida dos sujeitos da pesquisa nos permitiram conhecer os múltiplos sentidos que esses personagens/intérpretes conferem aos espaços onde convivem, revelando os comportamentos sociais que carregam as linguagens e percepções do seu tempo. A partir dos relatos, pode-se observar semelhanças, distinções ou mesmo contradições nas narrativas, pois, embora os indivíduos tenham vivenciado o mesmo momento ou participado do mesmo acontecimento, cada um deles atribui um significado pessoal à sua memória, o que será evidenciado através da sua narrativa. Isto ocorre porque cada indivíduo tem uma visão de mundo diferenciada.

Nesses relatos, pode-se perceber as diversas formas de ocupação do bairro, bem como as formas de utilização dos diversos espaços e as transformações ocorridas ao longo do tempo. Isso pode ser percebido no relato do Sr. Neemias (Figura 3), um dos primeiros moradores, que ali chegou na década de 1950, aos cinco anos de idade. Ele relata a época de sua ida para

o bairro, falando em relação à atual Av. Celso Malcher, que liga o bairro da Terra Firme a Canudos e São Brás:

Era só curtume e mata... olha, ali naquela ponte ali, quando nós viemos pra cá, tinha, fizeram uma ponte de madeira dessa altura assim ó, três palmos assim, a gente andava de lá, né? chegava no curtume, pegava a ponte e vinha pá, pá, pá em cima da ponte, depois que foram, foi ramificando uma ruela aqui outra acolá e tal; aí essa Celso Malcher, aqui ninguém queria, era tudo alagado, ninguém queria, por que não interessava, hoje é o lugar mais valorizado é a Celso Malcher aqui (NEEMIAS BEZERRA, 76 anos).

No caso da Terra Firme, percebeu-se que entre as lideranças comunitárias do bairro há pessoas que participam de partidos políticos, por isso têm um discurso que se coaduna com sua ideologia partidária. Outros não, mas lutam pela necessidade, por um ideal político apartidário; já outros não estão engajados e veem as lutas sociais e as mobilizações em prol dos seus direitos de forma distanciada, mesmo que os resultados sejam benéficos para toda a comunidade, como o posto de saúde, o mercado, as linhas de ônibus, etc.

3. OS MARCOS DE MEMÓRIA ESPACIAIS E TEMPORAIS DO BAIRRO DA TERRA FIRME: AS RUAS, A FEIRA E O HORTOMERCADO ENTRE ÁGUA, IGAPÓ, ESTIVAS E PASSAGENS

Para a definição dos marcos de memória do Bairro da Terra Firme, partiu-se das situações e interações vividas no passado do bairro, que representam imagens e momentos que são investidos de afetos e emoções (NORA, 1993). Sobretudo os que se apresentam como marcos, a partir dos quais as memórias individuais e coletivas se sobrepõem, permitindo redefinir uma identidade e revitalizar os próprios percursos biográficos de cada grupo entrevistado (BERTAUX, 2010). Destarte, resultou a composição dos quadros sociais da memória da Terra Firme, que trazem em si o

contexto memorial do bairro, pautado nas lutas sociais, na resistência, nas conquistas e nas “derrotas” dos moradores em busca de seu sonho de viver melhor. A partir da análise das narrativas dos moradores, identificaram-se as seguintes paisagens de memória:

1) *Paisagem de passado de florestas e águas*: identificam-se os relatos sobre o início do bairro, quando este ainda era constituído por matas e igarapés e os primeiros moradores que ali chegaram, antes da década de 1950, andavam sobre estivas e viam sítios com criação de animais e plantações de roças (Figura 3).

Figura 3 - Imagem que representa a horta localizada na Av. Perimetral



Fonte: Silva, 2018.

2) *O presente da rua e da lama*: retrata a vivência passada e atual no bairro que, como marca do passado, vive sob a ação das enchentes resultantes de chuvas, fazendo com que seus moradores vivam em condições precárias de moradia. Nos relatos, estão expressas estas experiências cotidianas, como apresentado no inventário do Bairro da Terra Firme elaborado pelo Ponto de

Memória: “Quando cheguei aqui, eu tinha 20 anos [...]. Não tinha nada aqui, era tudo alagado e até hoje alaga.” O Sr. Aldo Abreu chegou à Terra Firme em 1957. Fonte: Inventário da Terra Firme – Ponto de memória, 2012 (Figura 4).

Figura 4 - Rua Celso Malcher no período de chuva (as águas transbordam do igarapé)



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

3) *Os movimentos sociais: as lutas para sobrevivência*: traz as lembranças do período de maior ocupação do bairro, na década de 1980, quando muitas famílias migraram para a Terra Firme em busca de um lugar para moradia. Nesse período, evidencia-se a ocupação da região próxima à Av. Perimetral em terrenos pertencentes à Universidade Federal do Pará, assim como houve a proliferação de movimentos sociais no bairro, principalmente os centros comunitários (Figura 5).

Figura 5 - Centro Comunitário Bom Jesus (imagem década de 1980)



Fonte: Arquivo Ponto de Memória da Terra Firme.

4) *Feira e Hortomercado, espaços de trocas e conflitos*: este marco está relacionado ao surgimento e efetivação da Feira da Terra Firme, na confluência das ruas São Domingos e Celso Malcher, que hoje é o trecho mais valorizado do bairro, apesar do caos que se instaura no local. As histórias contadas sobre este lugar retratam as lutas dos feirantes para o reconhecimento e o estabelecimento de seu espaço de trabalho, tornando-se a Feira e o Hortomercado um espaço de encontro e interações entre os vários movimentos do bairro (Figura 6).

Figura 6 - Espaço onde se localizava a antiga feira na praça Olavo Bilac, em 1987



Fonte: Silva, 2018.

Esses quadros foram considerados como marcos da memória do bairro, no sentido de que estabelecem uma linha divisória convergente ao passado de luta dos habitantes. Em decorrência, revela-se a noção de pertencimento ao lugar e o sentimento identitário dos “terrâqueos”, como se autodenominam os moradores da Terra Firme. Outro aspecto importante a ressaltar nesses quadros de memória são as divergências de interpretações e as versões individuais sobre o passado. Vale ressaltar que tais lacunas são consideradas, visto que as fontes relatoras de qualquer pesquisa oral são passíveis de lapsos e omissões. A fonte relatora é a que seleciona as lembranças a serem expostas, assim como define como estas estão relacionadas ao contexto social onde ela vive (HALBWACHS, 1994; CANDAU, 2012; POLAK, 1989).

Isto fica claro quando se ouve relatos de dois grupos de moradores: os que participaram diretamente das lutas pela moradia – aqui denominados moradores engajados – e aqueles que chegaram ao bairro antes desses movimentos e adquiriram seus terrenos por compra.

Percebe-se nas falas do primeiro grupo – moradores engajados – uma visão crítica da realidade. Já no segundo grupo, a maioria não compartilha dessa percepção analítica ou interpreta esta realidade (as lutas pela moradia) de forma superficial e, por vezes, recriminatória, ao denominar os moradores do primeiro grupo de invasores.

Os marcos sociais da memória coletiva do bairro da Terra Firme foram caracterizados a partir das formas de interação, estratégias e táticas de resistência e configuração de identidades dos atores sociais (feirantes e antigos moradores) que participaram da pesquisa, tendo como perspectiva o fortalecimento do sentimento de resistência e pertencimento ao lugar, percebido nas suas trajetórias e experiências de vida, o que ficou claro nas narrativas dos interlocutores.

Neste contexto, podemos verificar que dois lugares são destaques nas narrativas de memórias dos atores da pesquisa, sendo estes: as ruas e o Hortomercado. Estes espaços do bairro trazem as marcas das lembranças dos moradores, nas adversidades do cotidiano que vivenciaram ao longo do tempo. Portanto, consideramos que “a paisagem do passado de florestas e águas; o presente da rua e da lama; os movimentos sociais: as lutas pela sobrevivência; e a Feira e Hortomercado como espaços de trocas e conflitos” são os marcos de memória social identificados a partir das narrativas de seus atores sociais.

3.1 AS MEMÓRIAS DE MORADORES E A NOÇÃO DE PERTENCIMENTO AO LUGAR

As narrativas dos moradores da Terra Firme expressam o seu apego pelo bairro, o que foi percebido quando questionados sobre o desejo de sair daquele local. Todos os entrevistados foram categóricos ao afirmar que não sairiam da Terra Firme, mesmo com todas as dificuldades que ainda enfrentam. Ao acessarem e expressarem suas memórias, estes moradores trazem à tona um panorama de acontecimentos vividos e sua relação com o modo que seus atores se constituem por meio de seus percursos biográficos (BERTEUAX, 2010).

Em suas narrativas de memória, os atores mostram o bairro da Terra Firme como “o melhor lugar para morar”. Para eles, o bairro é um lugar de vivências, experiências e aprendizado. Na tensão entre o lugar vivido e o lugar sonhado, coexistem as dificuldades do cotidiano e a resistência desses moradores, que é o principal fator de convivência e coesão, mas também de sociabilidade.

Ao identificar as paisagens de memória do bairro ou seus marcos sociais, identifica-se a representação das várias fases por que passaram seus moradores em suas práticas cotidianas: o passado de floresta e águas; o presente das ruas e lama; os movimentos e as lutas para a sobrevivência; e o Hortomercado e a Feira como espaços de trocas e conflitos. Estes marcos foram narrados pelos moradores, quando cada um trouxe a sua versão acordada de seu passado. Os lugares recebem a marca de um grupo, ou seja, a presença deixa marcas no lugar. Isto significa que todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais e o lugar ocupado pelo grupo é uma reunião de todos os elementos da vida social.

REFERÊNCIAS

BARROS, M. M. L. Densidade da memória, trajetória e projeto de vida. *Estudos Feministas*, v. 5, n. 1, p. 140-147, 1997.

BERTAUX, D. *Narrativa de vida: a pesquisa e seus métodos*. Natal: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2010.

CANDAU, J. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

CORDEIRO, V. D. Influência de Èmile Durkheim e Henri Bergson nas tensões teóricas da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs. *Primeiros Estudos*, São Paulo, n. 4, p.101-111, 2013.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 1994.

HALBWACHS, M. *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona: Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

THOMPSON, P. *A voz do Passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

URTEAGA, E. Vida y obra de Maurice Halbwachs. *Pensamento*, v. 69, n. 258, 2013.

VELHO, G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.



PATRIMONIALIZAÇÃO E SINGULARIDADES CULTURAIS NA ÁREA CENTRAL DE BELÉM-PARÁ

Sabrina Forte e Silva Gonçalves¹

1. INTRODUÇÃO

A década de 70 foi marcada pelo amadurecimento do debate brasileiro a respeito da cultura, cujas políticas de reconhecimento e institucionalização passaram a considerar a diversidade e a natureza imaterial do patrimônio cultural e, dessa maneira, propor uma releitura do patrimônio, a partir dos valores e práticas sociais, representativos de uma coletividade e, portanto, portadores de identidade e sentido de pertencimento. Ao mesmo tempo, as transformações ocorridas no setor político-cultural também significaram a perspectiva de crescimento econômico, sobretudo, nos setores turístico e imobiliário, atrelando as políticas patrimoniais à economia urbana (CORÁ, 2014).

Esse fenômeno é denominado por Costa (2015) *patrimonialização global*, que a define como o movimento universal de ressignificação de lugares de memória, da cultura e da “natureza”, a partir de mecanismos político-econômicos hegemônicos ou sustentados pelo aparato Estado-mercado, em singularidades espetacularizadas para o consumo, na esteira da cultura de massa. Esse processo universalizante se particulariza por meio de políticas e diferentes concepções de planejamento urbano,

¹ Doutoranda em Geografia – Programa de Pós-graduação em Geografia/Universidade Federal do Pará – UFPA. Professora de Geografia da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/PA.
E-mail: sabrifortesg@gmail.com

fragmentando as cidades em paisagens e lugares reconfigurados pela estetização, intensificando a segregação socio-espacial e o agravamento das disputas pelo uso e apropriação do patrimônio.

Quando incorporados ao processo da patrimonialização, do lazer e do turismo, certos lugares da cidade passam a constituir novos usos, agentes e interesses que podem contribuir para o fortalecimento e a preservação da cultura local ou resultar em riscos e perdas da manutenção do patrimônio desses lugares.

Com base nessa perspectiva de análise, este capítulo se propõe a fazer uma discussão a respeito da institucionalização e políticas de preservação do patrimônio cultural, como mecanismos dinamizadores da produção do espaço urbano na contemporaneidade. Parte-se de uma leitura crítica sobre o fenômeno da patrimonialização, na perspectiva do movimento universal – particular – singular da produção do espaço (SANTOS, 1996), para compreender os processos que envolvem a produção dos espaços patrimonializados que hoje constituem o Centro Histórico da cidade de Belém e as estratégias de apropriação das singularidades culturais da cidade.

Essa discussão faz parte da pesquisa que está sendo desenvolvida no curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal do Pará – UFPA. A pesquisa objetiva identificar e analisar quais elementos e práticas dão notoriedade à Feira do Ver-o-Peso, a mais antiga da cidade de Belém do Pará, como singularidade da cultura amazônica e como se dá a resistência desses elementos e práticas, diante de possíveis riscos provenientes das ações de patrimonialização na área central dessa cidade.

Este capítulo é constituído por duas partes e busca, no primeiro momento, fazer uma breve discussão a respeito do processo da urbanização contemporânea atrelado ao fenômeno da patrimonialização, com base em autores como David Harvey, Françoise Choay, Milton Santos, Ana Fani de Carlos, Otília Arantes, Simone Scifoni e Everaldo Costa, destacando algumas políticas e ações institucionais no âmbito brasileiro. No segundo momento, o texto aborda como tal processo se particulariza em Belém, a partir de uma periodização do processo de institucionalização dos espaços

patrimonializados na área central da cidade e as estratégias de apropriação de seus elementos culturais singulares, a exemplo da gastronomia. Por fim, o texto tece algumas considerações a respeito da temática em curso.

2. URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA, PATRIMONIALIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A urbanização contemporânea é marcada por intensos processos espaciais, que incidiram em mudanças de paradigma no planejamento e na gestão das cidades. A partir da década de 70, a abordagem administrativa foi gradativamente substituída pelo empreendedorismo, como modelo de desenvolvimento urbano nos países desenvolvidos, culminando com novos arranjos de governança, de uso e apropriação das cidades (HARVEY, 1992).

De acordo com estudos de Harvey (2005) em cidades da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, o “empreendedorismo urbano” se consolidou como modelo de desenvolvimento, a partir de um conjunto de ações e condições básicas, tais como “a governança urbana como uma coalização de forças mobilizadas por diversos agentes sociais, com a finalidade de reorganizar a vida urbana” (HARVEY, 2005, p. 171).

Para Santos (1977, p. 33), esses novos mecanismos de planejamento e intervenção urbana configuraram a “refuncionalização de formas já existentes, dotando-as de força para gerar novos relacionamentos a favor da reprodução do capital” e vencer os desafios da urbanização acelerada no país.

Arantes (2000) denomina esse processo de “animação urbana”, como a convergência entre governantes, burocratas e urbanistas, na busca por um planejamento estratégico, que torne a cidade competitiva frente aos desafios da globalização, por meio das políticas de renovação urbana. Segundo Choay (2006), esse fenômeno se configura como uma “engenharia cultural”, com vistas a tornar os monumentos e patrimônios históricos produtos de consumo.

Com base em uma década de estudos sobre as cidades-patrimônios no Brasil, Costa (2014) define a “patrimonialização global” como processo que promove o ordenamento territorial das cidades, com base na

lógica da regeneração urbana² associada à valorização do patrimônio cultural, promovendo a ressignificação dos lugares de memória e da natureza, em escala planetária. Para o autor, esse processo se reflete numa corrida competitiva das governanças urbanas, que impõem a lógica da refuncionalização urbana sobre o território, patrimonializando lugares, objetos e tradições e inserindo-os no circuito internacional do turismo.

Entre os mecanismos que configuram tal processo, destacam-se as políticas institucionais de reconhecimento nacional e internacional do patrimônio cultural; as intervenções urbanísticas, que visam à valorização e à inserção de equipamentos de lazer e entretenimento no patrimônio cultural; e as políticas de valorização de elementos e práticas culturais locais.

Um desses mecanismos é a política internacional de reconhecimento do patrimônio cultural chancelado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (SCIFONI, 2006; COSTA, 2014), que desde 1972, através da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, sediada em Paris, instituiu a Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2021). Segundo Scifoni (2006), essa lista foi criada como principal instrumento de reconhecimento internacional dos bens culturais e naturais; sendo que fazer parte da lista constitui, para muitos países, um símbolo de status internacional e, portanto, fator de grande atração no turismo internacional.

No Brasil, as políticas e ações ligadas aos interesses relacionados à cultura, ao turismo e à renovação das cidades se evidenciaram a partir da década de 70, a fim de dinamizar a economia urbana do país. Nesse período, com Aloísio Magalhães à frente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, é implantado o Programa Integrado de Reconstrução das cidades históricas – PCH, em 1973, a partir da articulação de quatro Ministérios (Educação e Cultura; Planejamento; Interior; e Indústria e Comércio), visando à coordenação da política federal de fomento ao potencial econômico e turístico das cidades históricas (TORELLY, 2012).

² A regeneração urbana é tratada por arquitetos e urbanistas como o conjunto de intervenções socioterritoriais em áreas de cidades marcadas pela degradação dos edifícios e do espaço público, pela precariedade de equipamentos básicos e por processos de exclusão socioterritorial. No entanto, na prática, os eventos que acompanham e dão corpo à própria regeneração (como a requalificação, a reabilitação e a renovação urbana - em um termo, processos de refuncionalização urbana) favorecem, em muitos casos, a especulação imobiliária e a elevação do custo de vida em médias e pequenas cidades capturadas por esses processos, além de dar cadência e direcionar os eixos de desenvolvimento e intervenções territoriais nas metrópoles (COSTA, 2014, p. 243).

Nesse mesmo período, há um investimento significativo no setor do turismo, com a criação de um sistema de fomento formado pelo Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR (em 1971) e o Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset (em 1974), favorecendo a ampliação do parque hoteleiro e a implementação das políticas de rodoviarização, para o incentivo do turismo de praia, gastronomia, cultura e riquezas naturais (CRUZ, 2005).

Tais investimentos culminaram com o reconhecimento e a inserção de alguns bens patrimonializados pelo IPHAN, na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, ao longo da década de 80, como: o Centro Histórico de Ouro Preto – MG (1980); o Centro Histórico da Cidade de Olinda – PE (1982), o Centro Histórico de Salvador – BA (1985) e o Centro Histórico de São Luis (1997).

A articulação entre as políticas de patrimônio e do turismo no âmbito federal também ficaram evidentes com a regulamentação das políticas de reconhecimento e proteção do patrimônio imaterial, ampliando o leque de bens culturais a serem explorados pelo impulsionamento dos planos de turismo.

Nesse sentido, foram criados o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI (Decreto-Lei nº 3.551/2000) e o Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular (2001), executado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (criado em 2003), com o objetivo de estimular as experiências de aplicabilidade dos instrumentos de Registro e do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC (CORÁ, 2014).

No âmbito global, em 2003, a UNESCO proclama a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial e, em 2006, instituiu-se o Programa Monumenta, numa parceria entre o BID e o IPHAN, resultando em novos investimentos na recuperação de imóveis e espaços públicos de cidades históricas, e a parceria público-privada, envolvendo estados e municípios, para capacitação de mão de obra; programas educativos e promoção de atividades econômicas (CORÁ, 2014).

O reconhecimento e institucionalização do patrimônio cultural de natureza imaterial promove o alargamento das intervenções urbanísticas e a intensificação da exploração turística sobre os elementos culturais singulares e os lugares do cotidiano popular das cidades.

É nesse contexto que feiras, mercados, celebrações, práticas culinárias, manifestações religiosas e etc. são patrimonializadas e inseridas em circuitos de turismo e lazer, sinalizando o movimento que, segundo Carlos (2017), marca a passagem do “consumo no espaço”, como realização da vida, para o “consumo do espaço”, como mercadoria. A esse novo paradigma, Arantes (2000, p. 16) ainda acrescenta que o que está em jogo “é a mercadorização de um valor de uso civilizatório, a própria cidade, sendo prioritário, tornar a mesma competitiva para atração do capital estrangeiro e a inserir em um nó da rede internacional de cidades, por meio do consumo da cultura”.

O texto a seguir, apresenta uma periodização do processo de produção dos espaços patrimonializados na área central da cidade de Belém do Pará, desde o tombamento de monumentos históricos e conjuntos arquitetônicos e urbanísticos às políticas e ações de valorização do patrimônio imaterial, como estratégias de apropriação dos elementos culturais singulares, a exemplo da gastronomia.

3. A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS PATRIMONIALIZADOS NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE BELÉM DO PARÁ

A cidade de Belém, capital do estado do Pará, é uma das principais capitais da região Norte do Brasil. Sua fundação ocorreu em 1616, com a finalidade de assegurar o controle do território ameaçado pelas invasões estrangeiras, na disputa pelo controle da exploração das Drogas do Sertão, especiarias típicas da floresta amazônica.

Por estar localizada na área de confluência entre o estuário do rio Amazonas e o oceano Atlântico, tornou-se um ponto estratégico na expansão mercantil da bacia amazônica, surgindo como a primeira aglomeração urbana (hoje, a área central da cidade) da Amazônia brasileira no contexto da colonização portuguesa (TAVARES, 2008, 2011).

O desenvolvimento urbano do município se deu a partir dessa área, inicialmente, com a dinâmica fluvial do comércio das Drogas do Sertão (século XVII) e, em meados do século XIX, é inserido a nova dinâmica da Divisão Internacional do Trabalho, como um dos principais produtores de látex à indústria automobilística (1870-1910), promovendo um intenso processo de expansão e modernização da cidade (TAVARES, 2008, 2011).

Esse processo proporcionou à área central de Belém a configuração espacial de um conjunto de edificações que remontam ao traçado paisagístico e arquitetônico colonial/moderno europeu, em estilo barroco e Art Nouveau, conferindo à cidade uma paisagem cultural eclética (TRINDADE, 2018). Por outro lado, no contexto da formação territorial da cidade, nessa área também se formou um grande complexo constituído por duas feiras, dois mercados, duas praças e uma doca de embarcações, sendo considerado o maior complexo de feira livre da América Latina, o Complexo do Ver-o-Peso (LIMA, 2008).

Antes do evento da pandemia da COVID-19, o complexo movimentava diariamente, cerca de cinco mil pessoas, dinamizando uma ampla rede de produtos originários amazônicos, articulando o centro e periferia, o urbano e o rural do município e região do entorno, incluindo a população ribeirinha residente nas áreas insulares de Belém, portanto, com modos de vida singulares (LIMA, 2008).

No contexto da urbanização contemporânea, desde meados do século XX, essa área vem comportando diversos bens patrimonializados, seguindo o ideário moderno de atribuir ao patrimônio cultural a legitimação de uma identidade nacionalista ligada ao modelo europeu (CORÁ, 2014). Assim, desde os anos 40, são tombados pelo IPHAN diversos bens representativos do período colonial na área central de Belém, tais como: casarios, igrejas e palácios (quadro 01). É a fase monumentalista da preservação do patrimônio cultural (CHOAY, 2006).

Quadro 1 - Bens culturais patrimonializados na área central de Belém do Pará

| BENS PATRIMONIALIZADOS NA ÁREA CENTRAL DE BELÉM* | ANO |
|--|------|
| Edificação e acervo - Igreja da Sé. | 1940 |
| Edificação e acervo - Igreja de São João. | 1940 |
| Edificação - Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo. | 1940 |
| Edificação - Convento e Igreja de Nossa Senhora das Mercês. | 1940 |
| Edificação - Capela da Ordem Terceira. | 1940 |
| Conjunto Arquitetônico da Igreja de Santo Alexandre e antigo colégio dos Jesuítas. | 1940 |
| Edificação - Palacete Azul | 1942 |
| Edificação - Solar do Barão de Guajará. | 1943 |
| Edificação e acervo - Igreja de Nossa Senhora do Rosário. | 1944 |

Fonte: IPHAN, 2022. Elaboração da autora.

No pós-Segunda Guerra, sobretudo a partir dos anos 60, a preservação do patrimônio cultural passa a ser atrelada ao planejamento urbano, sendo disseminada a ideia de preservação dos “centros históricos”, como “origem histórica” do lugar, direcionando às áreas centrais das cidades a institucionalização de conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, acompanhados de intervenções urbanísticas de conservação e restauro (NIGRO, 2001).

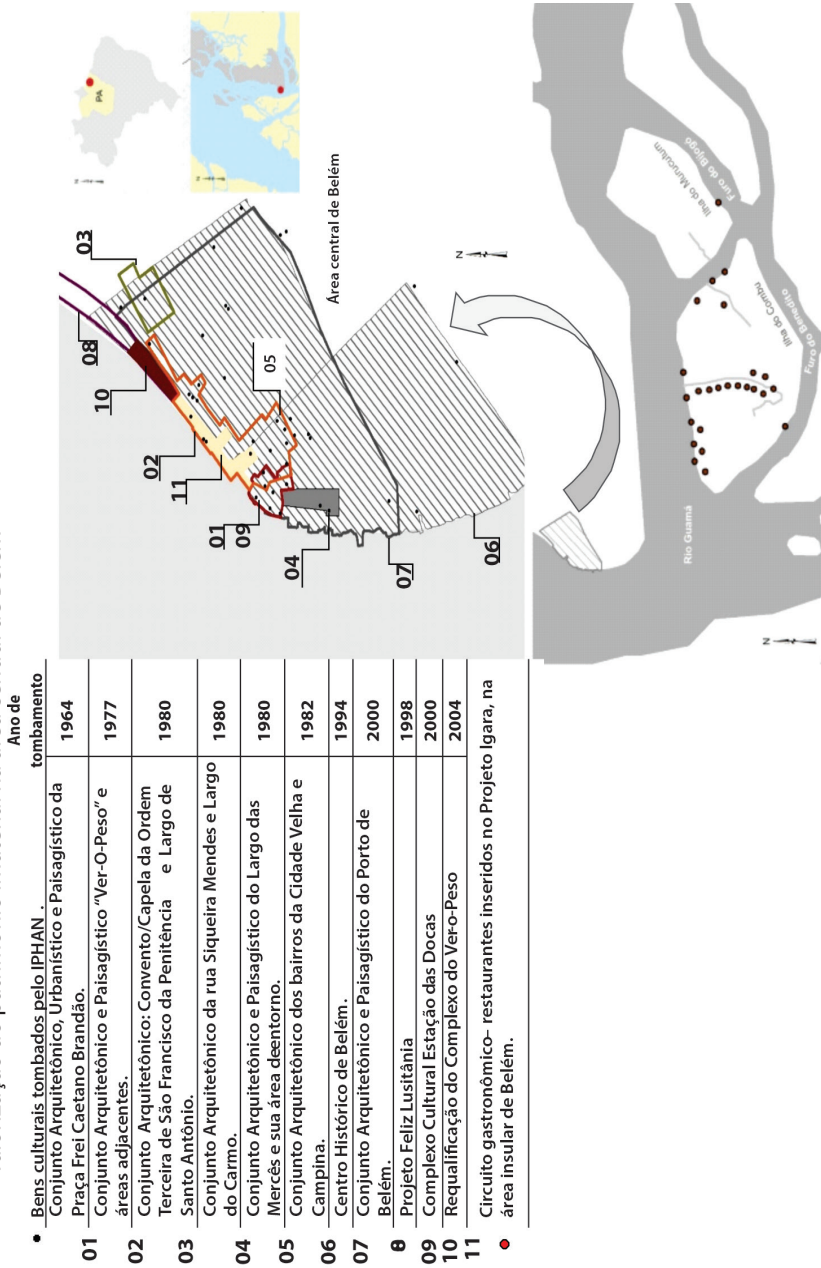
Essa nova tendência de preservação se estende até os dias atuais, marcando o que Choay (2006) chama de ampliação geográfica da perspectiva preservacionista, considerando os conjuntos edificados e o tecido urbano. Nesse contexto, ao longo dos anos 60 até a década de 2010, vários conjuntos edificados são tombados pelo IPHAN na área central, incluindo a institucionalização do Centro Histórico de Belém, pelo poder municipal.

A partir da década de 2000, uma série de ações de revitalização dos bens patrimonializados e projetos de requalificação urbana são empreendidos na área central, sendo financiados por recursos federais e internacionais, formando ao longo da Orla do Centro Histórico um corredor de serviços voltados ao turismo, ao lazer e entretenimento da população local (TRINDADE, 2018). Destacam-se, entre outros, o projeto de requalificação do Complexo do Ver-o-Peso e a construção do Complexo cultural “Estação das Docas” e o projeto “Feliz Lusitânia”.

No ano de 2015, por meio de uma ampla articulação entre os poderes municipal e estadual e instituições ligadas ao setor gastronômico, Belém recebeu o Selo de “Cidade Criativa da Gastronomia”, concedido pela UNESCO, com a promoção e divulgação da gastronomia paraense, sob a publicidade de “gastronomia sustentável” (CARDOSO *et al.*, 2016).

O selo foi renovado em 2019 pela UNESCO e o poder público municipal continuou promovendo políticas de valorização da gastronomia paraense, incluindo as áreas insulares do município ao mercado de lazer e turismo, com a realização do Projeto “Igara - Circuito gastronômico das ilhas”, com o intuito de explorar as belezas naturais e as iguarias da culinária paraense por meio de circuitos itinerantes. A Figura 1 a seguir, ilustra a espacialização do processo de patrimonialização de conjuntos edificados, projetos de requalificação urbana e valorização do patrimônio imaterial destacados acima na área central de Belém.

Figura 1 - Espacialização do processo de patrimonialização de conjuntos edificados, projetos de requalificação urbana e valorização do patrimônio imaterial na área central de Belém



Fonte: LIMA, 2008; IBGE, 2010; IPHAN, 2021. Elaboração da autora, 2022.

4. PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL E SINGULARIDADES CULTURAIS NA ÁREA CENTRAL DE BELÉM-PARÁ – CONSIDERAÇÕES

A patrimonialização global é um fenômeno diretamente relacionado à urbanização contemporânea, enquanto movimento universal que se particulariza em diferentes escalas (COSTA, 2015). Com base no discurso moderno/hegemônico de desenvolvimento urbano, são disseminados modelos de planejamento baseados na ideia de refuncionalização e valorização de determinados equipamentos urbanos, de um modo geral patrimônios culturais tombados, para recuperação da obsolescência funcional e física das áreas centrais das cidades.

Na área central de Belém, esse processo ocorreu de forma alinhada às estratégias globais da patrimonialização, desde o tombamento de monumentos e conjuntos edificados aos projetos de requalificação urbana. No caso de Belém, há uma especificidade: inicialmente, o planejamento estratégico era voltado somente para o patrimônio cultural edificado, concentrado na área continental do município. Mas, a partir da década de 2010, as ações se voltaram para as áreas insulares do município, conectando as ilhas, com suas populações ribeirinhas e respectivos saberes e fazeres aos circuitos do turismo gastronômico internacional.

Esses processos, portanto, evidenciam que o movimento da patrimonialização global se particulariza na área central de Belém, promovendo novos usos e a mobilização de novos agentes sociais, apropriando-se não somente do patrimônio cultural edificado, mas também das singularidades amazônicas presentes no entorno do centro dessa cidade.

REFERÊNCIAS

ARANTES, O. Uma estratégia fatal. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 192p.

CARDOSO *et al.* Quando o projeto disfarça o plano: concepções de planejamento e suas metamorfoses em Belém (PA). *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 823-844, set./dez., 2016.

CARLOS, A. F. A. Turismo e Patrimônio: um aporte geográfico. In: PAES, Maria Tereza Duarte; SOTRATTI, Marcelo Antônio (org.). *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 27-44.

CHOAY, François. *A Alegoria do patrimônio*. 3 ed. Tradução de Lucia Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. 282 p.

CORÁ, M. A. J. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. *Rev. Adm. Pública* — Rio de Janeiro 48(5):1093-1112, set./out. 2014.

COSTA, E. B. Fundamentos de uma emergente patrimonialização global. *Geografia*, Rio Claro, 39(2), 241-256, 2014.

COSTA, E. B. *Cidades da patrimonialização global*. São Paulo: Humanitas-USP, 2015. 480p.

CRUZ, R. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. *Geosul*, Florianópolis, v. 20, n. 40, p 27-43, jul./dez. 2005.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992. 349p.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. 252p.

LIMA, M. D. *Ver-o-Peso, patrimônio(s) e práticas sociais: uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará*. 172f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFPA, 2008.

NIGRO, Cintia. Patrimônio Cultural e Território Urbano. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 78, p. 45-76, 2001.

SANTOS, M. *A totalidade do diabo*. Contexto; Hucitec. São Paulo, 1977.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. 259p.

SCIFONI, S. A Unesco e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais. *In: JACOBI, Pedro; FERREIRA, Lúcia da Costa (org.). Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2006, v. 1, p. 9-56.*

TAVARES, M. G. C. Formação territorial do espaço paraense: Dos Fortes à criação de municípios. *Revista ACTA Geográfica, ANO II, n. 3, jan./jun. de 2008. p. 59-83.*

TAVARES, M. G. C. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. *GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 29 - Especial, pp. 107 - 121, 2011.*

TORELLY, L. P. P. Notas sobre a evolução ao conceito de Patrimônio Cultural. Fórum Patrimônio. *Ambiente construído e ambiente sustentável. Belo Horizonte, v. 5, n. 2, jul./dez., 2012.*

TRINDADE JÚNIOR S. C. C. Um "skyline" em mutação: o velho centro e as transformações urbanas em Belém. *Novos Cadernos NAEA, v. 21, n. 1, p. 57-78, jan./abr., 2018.*

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL/TOCANTINS – 2014-2020¹

Jardeane Reis de Araújo²

Rosane Balsan³

1. INTRODUÇÃO

Pensar em Políticas Públicas Culturais no Brasil está relacionado às nuances que marcam a história e a constituição dos sujeitos que formam o contexto político-cultural brasileiro. Desse modo, o Tocantins, embora seja o mais novo estado brasileiro, tem duas cidades reconhecidas historicamente pelo patrimônio cultural: Natividade e Porto Nacional. Lançamos nosso olhar nesta pesquisa para o município de Porto Nacional-TO, que tem 160 anos de emancipação política e cerca de 283 anos de história (IPHAN, 2021).

Porto Nacional destaca-se no que diz respeito ao patrimônio histórico-cultural, pois ainda preserva um conjunto histórico e arquitetônico datado do período colonial, sendo este um local de muitas estórias e/ou histórias, que guardam uma importância cultural para o Estado, município e, principalmente, para seus moradores (GODINHO, 1988). O centro histórico de Porto Nacional foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 2008, recebendo, assim, o título de patrimônio cultural brasileiro (IPHAN, 2020).

¹ Este capítulo é uma versão modificada do Trabalho originalmente apresentado no evento “XVII Seminário de Iniciação Científica”, da UFT, realizado em outubro de 2021. Sendo resultado de uma pesquisa desenvolvida com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – a CNPq – Brasil.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Tocantins – Campus Porto Nacional. E-mail: jardeane.araujo@outlook.com

³ Doutora em Geografia, Universidade Federal do Tocantins – Campus Porto Nacional. E-mail: rosanebalsan@hotmail.com

Logo discutir sobre as políticas públicas culturais em uma cidade reconhecida como patrimônio cultural brasileiro, sem dúvida, remete à acuidade de estudar os recursos financeiros e suas aplicações nas áreas temáticas definidas em lei. E também refletir sobre a importância de se ter um Sistema Municipal de Cultura ativo e atuante para promover ações voltadas à captação de recursos e desenvolvimentos de projetos culturais, fomentando e incentivando os mais diversos atores culturais.

Botelho (2001) parte de ações conjuntas que envolvem tanto a dimensão antropológica quanto a sociológica para estudar o âmbito das políticas públicas culturais, apontando que o desenvolvimento do setor cultural depende das políticas públicas como também do ativismo e da militância dos agentes culturais, levantando demandas desde a esfera municipal. Portanto as políticas devem ser articuladas de modo a contemplar e respeitar as diversidades de vidas culturais daquela localidade.

Em Porto Nacional, em setembro de 2015, ocorre a aprovação da Lei Municipal nº 2.259, que institucionaliza o Sistema Municipal de Cultura e direciona as diretrizes para a criação do *Conselho Municipal de Políticas Culturais*, do *Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais* e do *Fundo Municipal de Incentivo Cultural*. Essa lei estabelece instrumentos norteadores para o fazer e a tomada do processo decisório da cultura, contribuindo, assim, para a construção da cidadania cultural no município (PORTO NACIONAL, 2015).

Por conseguinte, o Conselho Municipal de Cultura é um órgão necessário para estimular o debate público e a democratização da cultura na cidade. Nesse cenário, esta pesquisa tem como uma das premissas verificar como está a atuação do Conselho Municipal de Cultura e como ele contribui para a construção e formulação de orçamentos e propostas culturais, visto que a sociedade portuense necessita da cultura para marcar suas raízes, sua identidade cultural, saberes e fazeres e de todo o Patrimônio Cultural, sendo, por isso, necessária a participação da sociedade no fazer e no processo decisório cultural.

Outro papel fundamental na área cultural está no poder público municipal, pelo fato de este poder estar diretamente relacionado com a distribuição dos recursos e a aplicação da lei municipal de cultura, tendo,

assim, o dever de priorizar as políticas públicas para viabilizar os princípios democráticos sobre os direitos culturais dos cidadãos.

A construção de uma política pública de cultura deveria passar obrigatoriamente pela participação da sociedade e do poder público no fazer e no processo decisório da cultura. Embora os conselhos sejam instrumentos limitados, sua existência pode ser considerada um indicador de uma governabilidade democrática no campo cultural. Podendo também estimular o debate público e a democratização da cultura na cidade. Além disso, a sociedade deve buscar a transparência fiscal para entender a real situação dos investimentos voltados as políticas públicas no município para que possa, como cidadão, cobrar do governo uma distribuição equitativa de recursos econômicos na área de cultura.

A presente pesquisa foi um desejo profissional que veio ao encontro da nossa participação na Rede de Pesquisadores de Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas da Pan-Amazônia (TPP Pan-Amazônia) e também do desenvolvimento do Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão Roteiro Geo-Turístico de Porto Nacional. Ao mesmo tempo, acreditamos que esse estudo trará subsídios que contribuirão para que o poder público municipal formule cada vez mais e efetive políticas públicas de cultura capazes de fomentar o desenvolvimento da região.

Portanto, este estudo teve por objetivo analisar as políticas públicas culturais no Município de Porto Nacional-TO no período compreendido entre 2014 e 2020. Dessa forma, para proceder à apreciação dessa temática, tornou-se necessário expor o quantitativo investido em ações e/ou projetos culturais no Município de Porto Nacional-TO, mapear quais áreas temáticas da Cultura foram contempladas com recursos financeiros no Município e identificar a atuação do Conselho, Gestores e dos Produtores culturais sobre as diretrizes e/ou ações das políticas culturais locais.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa sobre as políticas públicas culturais em Porto Nacional teve como processo de investigação a realização de análises documentais e bibliográficas, bem como trabalho de campo através de entrevistas on-line com gestores de cultura, produtores/ativistas culturais (MEDEIROS, 2009). Dessa forma, a pesquisa bibliográfica ocorreu paralelamente à pesquisa documental.

Vale destacar que o orçamento público brasileiro é regido por três instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). É a partir desses instrumentos que são planejadas as políticas e ações que serão executadas em cada exercício. Dada a importância de planejamento das atividades que serão priorizadas e desenvolvidas, torna-se pertinente a análise desses documentos na consecução das políticas públicas culturais do município aqui estudado.

Deste modo, para a coleta de dados acerca das políticas culturais, ações/projetos e documentos, foram feitas buscas de informações na Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo (Secult), nas Secretarias de Administração e Planejamento, na Câmara Municipal, bem como no setor contábil responsável pelas contas da Secult, e também em sites e planilhas oficiais do poder público municipal, estadual e nacional. Já a coleta de dados com os gestores de cultura, produtores/ativistas e conselheiros municipais foi feita através de formulário eletrônico divulgado nas redes oficiais da Prefeitura Municipal de Porto Nacional e da Universidade Federal do Tocantins (UFT, 2021; PREFEITURA..., 2021). Assim, responderam ao questionário *on-line* 20 atores culturais, entre os meses de janeiro a junho de 2021, a fim de identificarmos ações e projetos que eles participaram/participam e desenvolvem como referência de políticas culturais para Porto Nacional.

Durante o percurso da pesquisa, houve alguns percalços para a obtenção dos dados, tendo sido necessário enviar vários e-mails para diferentes setores, visto que, em razão da pandemia, as solicitações (ofícios e requerimentos), na sua maioria, foram feitas *on-line*, além da demora do retorno das solicitações. Por fim, houve a necessidade de procurar a

ouvidoria. Esses fatos contribuíram para a impossibilidade do mapeamento dos projetos atendidos e desenvolvidos no âmbito do município. Além dos diversos atores culturais que atuam de forma solitária com incentivos próprios, como demonstrado pelo formulário eletrônico, os quais poderiam estar sendo contemplados com os programas da pasta de Cultura.

Portanto, o *corpus* deste estudo consta de ações, dados financeiros de planejamento e execução e sobre as vozes de alguns ativistas e gestores que atuam no município. Acrescenta-se que a área da Cultura está dividida em dois períodos: no primeiro, a Secretaria da Cultura está separada da Secretaria do Turismo, que compreende os anos de 2014 a 2017; no segundo, tem-se a Cultura juntamente com o Turismo, compreendendo os anos de 2018 a 2020.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultado desta pesquisa, que abarcou as políticas públicas culturais no município, tem-se no primeiro período um foco direcionado para determinados eventos e espaços culturais. Vale frisar que aqui exporemos os dados das duas secretarias (Cultura e Turismo), visto que ambas sofreram fusão no segundo período e também para que se compreenda a distribuição dos recursos entre elas.

Dito isso, a Lei nº 2.152, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o quadriênio 2014-2017 do município de Porto Nacional-TO, tem como um dos objetivos estratégicos, no art. 3, “fomentar a difusão cultural e a preservação do patrimônio histórico e artístico”. Essa lei, por sua vez, faz menção a ações para o segmento da Cultura nos objetivos estratégicos e, a partir das LDOs e LOAs subsequentes, direciona quais segmentos/ programas serão beneficiados. Já no PPA 2018-21, as secretarias tornam-se uma, a Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo (Secult) (Tabela 1).

Assim, em relação ao planejamento das políticas culturais, na Lei nº 2.425/2019, alínea e, art. 3º, consta a cultura dentro do eixo I - desenvolvimento das políticas sociais, das áreas estruturantes e temáticas. E na nova alteração do PPA, lei nº 2.460/2019, fica excluída a ação direcionada para a realização

do Congresso Nacional de Ecoturismo (CONECOTUR), sendo essa ação diretamente relacionada ao turismo. Logo, como observado na Tabela 1, a programação dos orçamentos apresenta flutuações, em que os maiores valores constam para os anos de 2014 e 2018, isso pode ser explicado pela redução de cerca de 48,9% na execução orçamentária no somatório geral das secretarias.

Tabela 1 - Descrição dos valores financeiros das metas do PPA 2014-2020 da Secretaria da Cultura com as alterações feitas pelas leis nº 2.212/2014, nº 2.273/2015 e nº 2.425/2019

| | 2014 | | 2015 | | 2016 | | 2017 | | 2018 | | 2019 | | 2020 | |
|------------------------------|-----------------------|-------|-----------------------|-------|-----------------------|-------|-----------------------|-------|-----------------------|-------|-----------------------|-------|-----------------------|-------|
| | Financeiro | % | Financeiro | % | Financeiro | % | Financeiro | % | Financeiro | % | Financeiro | % | Financeiro | % |
| Cultura | 3.333.600,00 | 2,33% | 2.450.400,00 | 1,65% | 2.452.667,00 | 1,54% | 2.489.227,00 | 1,58% | | | | | | |
| Turismo | 4.134.000,00 | 2,90% | 2.207.778,00 | 1,49% | 4.036.263,00 | 2,53% | 3.563.572,00 | 2,27% | | | | | | |
| Secult | | | | | | | | | 8.888.891,00 | 4,46% | 6.125.640,00 | 3,31% | 5.941.319,00 | 3,04% |
| Fundo Munic. de Incentivo | | | | | | | | | 130.000,00 | 0,07% | 140.000,00 | 0,08% | 145.000,00 | 0,07% |
| Soma (Cultura + Turismo) | 7.467.600,00 | 5,23% | 4.658.178,00 | 3,14% | 6.488.930,00 | 4,07% | 6.052.799,00 | 3,85% | 9.018.891,00 | 4,52% | 6.265.640,00 | 3,39% | 6.086.319,00 | 3,12% |
| PPA (orçamento total) | 142.770.088,00 | | 148.419.249,00 | | 169.609.548,00 | | 167.067.666,00 | | 199.368.716,00 | | 184.953.802,00 | | 196.227.699,00 | |

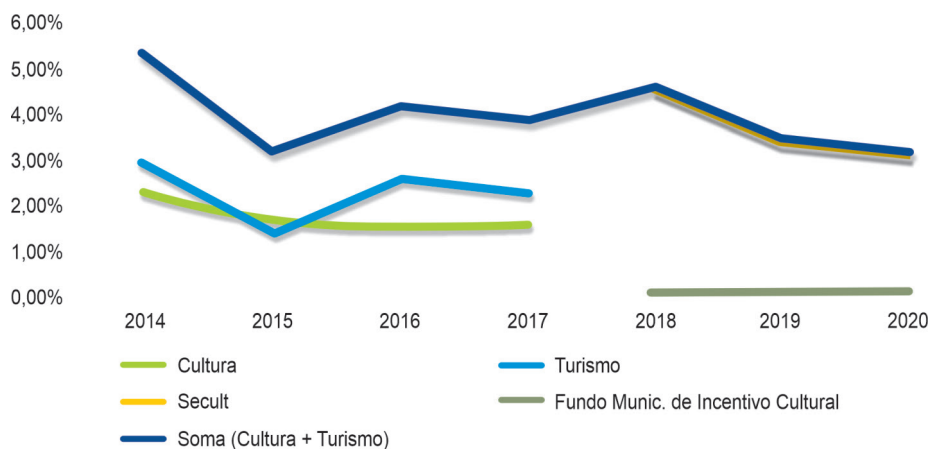
Fonte: Normas Jurídicas, dados da Câmara Municipal de Porto Nacional (2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020).

Já na Lei nº 2.384, de 29 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o quadriênio 2018-2021 do município de Porto Nacional-TO, no que concerne à Secretaria da Cultura e Turismo, consta a provisão de recursos para o Fundo Municipal de Cultura, incluso no detalhamento dos programas por unidade orçamentária, sendo programados os respectivos valores – R\$ 130.000,00 (2018), R\$ 140.000,00 (2019) e R\$ 145.000,00 (2020) – para a coordenação e manutenção do fundo de incentivo à cultura. Desse modo, a LDO, lei nº 2.429/2019, traça no art. 59 as diretrizes gerais para o Fundo Municipal de Incentivo Cultural, estabelecendo as fontes de receitas, nas quais será no mínimo 1% da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ((ISSQN) bem como outras fontes de receitas e a aplicabilidade desses recursos obedecerá às seguintes orientações: até 5% para despesas da sua administração e os outros 95% em

editais. Já a LDO, Lei nº 2.459/2019, direciona, no art. 35, IV, que as transferências para a iniciativa privada estejam em conformidade com a Política Nacional da Cultura Viva – Lei Federal nº 13.018/2014.

Para o exercício de 2016, a programação orçamentária da Secretaria do Turismo teve aumento da meta financeira em 10,94% e uma redução no ano seguinte de 8,13%, conforme alteração feita pela lei nº 2.273, de 23 de dezembro de 2015. Enquanto a programação orçamentária dos exercícios de 2016 e 2017 da Secretaria da Cultura teve uma redução exponencial, respectivamente, 34,3% e 42,2% (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Valores em porcentagem das metas do PPA relacionados Cultura e ao Turismo de 2014-2020



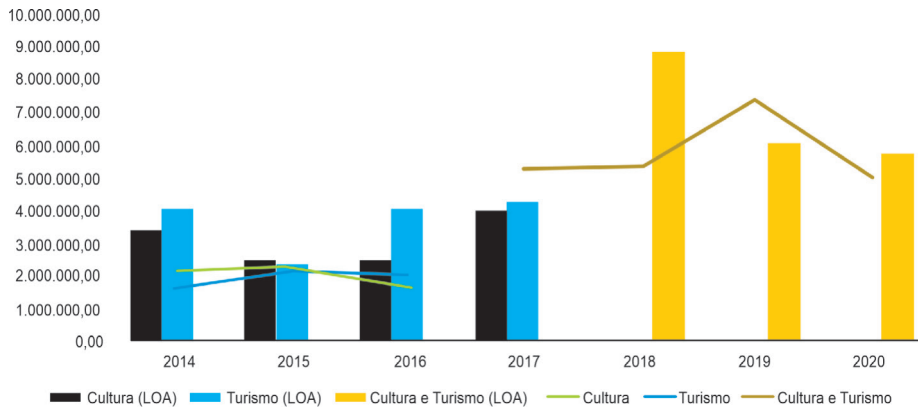
Fonte: Normas Jurídicas, dados da Câmara Municipal de Porto Nacional (2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020).

Quando observamos os dados financeiros referentes ao orçamento inicial previsto pela LOA no quadro de detalhamento das despesas, especificamente, no de 2014 a 2017, há uma concentração dos recursos para o segmento do Turismo; já quando se analisa a execução orçamentária, trazida no Anexo II³, há um maior aporte de recursos para a Cultura nos anos de 2014-2015 e em 2016, para o Turismo (Gráfico 2). Cabe ressaltar que na programação do

³ SECRETARIA DA CULTURA. Porto Nacional, TO, 2021. Anexo 2 - Despesas segundo a categoria econômica. Destinatária Jardeane Reis de Araújo, [S. l.], 17 ago. 2021. Mensagem eletrônica.

ano de 2016 houve uma alteração do projeto de revitalização do entorno da catedral, sendo contemplado no orçamento do turismo. Já no ano de 2017, a programação orçamentária apresenta as duas secretarias ainda separadas, mas, por ser o ano em que a nova gestão passa a atuar na execução orçamentária, os valores constam juntos, sendo assim, não foi possível identificar o capital distribuído entre ambas.

Gráfico 2 – Programação orçamentária (colunas) e execução orçamentária (linhas) de 2014-2020, conforme a LOA e o Anexo II (despesas executadas)



Fonte: Normas Jurídicas, dados da Câmara Municipal de Porto Nacional (2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020).

Partindo para os projetos/editais do período, destacamos o Edital nº 01/2020, Prêmio Aldir Blanc de apoio a projetos artísticos e culturais em Porto Nacional, que teve como objetivo fortalecer a expressão cultural, proporcionar investimentos no segmento cultural, além de fortalecer a economia e fomentar os projetos que estavam parados em razão da pandemia da Covid-19 (PORTO NACIONAL, 2020). Esse recurso é proveniente da União, tendo sido estabelecido pela Lei Rouanet, nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que regulamenta o fomento e o incentivo à cultura no Brasil (BRASIL, 2015). E no ano de 2019, entre as ações da Secult, houve o I Festival Gastronômico do Pequi e Buriti do Tocantins, que teve por objetivo fomentar a Cultura e o Turismo. Os projetos na área gastronômica ora estão contidos na pasta da cultura, ora no turismo.

Na análise dos dados de 2014 até 2020, nota-se que a distribuição dos recursos que deveriam incentivar a valorização e as manifestações culturais são incipientemente sistematizados e/ou padronizados, pois ora estão na cultura, ora no turismo. Apesar de entendermos que a gestão cultural é ampla, ela é necessária para o entendimento do processo de distribuição das políticas públicas culturais em Porto Nacional e para a ordenação se pertencer ao setor do turismo ou da cultura, o que constitui uma necessidade para um pleno desenvolvimento que passa, necessariamente, pela elaboração de políticas públicas.

Em 2016, o recurso programado para a revitalização do entorno da catedral saiu da pasta da cultura para a pasta do turismo. Já em relação ao ano de 2017, não foi possível obter acesso ao quadro de detalhamento das despesas; sendo assim, obtivemos apenas os dados da execução orçamentária que, por sua vez, não discrimina os programas ou projetos. Quando são observados os dados da programação orçamentária do segundo período da cultura, em 2017 não é possível distinguir os recursos da cultura e do turismo. Em 2018 já é possível identificar separadamente, enquanto nos anos 2019 e 2020, os recursos destinados à administração de ambas as áreas estão juntos (Tabela 3).

Tabela 3 – Programas e projetos previstos no Quadro de Detalhamento das Despesas (QDD) e os recursos para 2014-2020, exceto o ano de 2017

| | 2015 | 2016 | 2018 | 2019 | 2020 |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| ○ Administração Geral | | | | 1.364.000,00 | 1.205.000,00 |
| Gestão e Manutenção da Fundação Cultural de Porto Nacional | | | | 1.364.000,00 | 1.205.000,00 |
| ○ Cultura | 2.997.000,00 | 2.450.400,00 | 2.889.924,00 | 5.230.740,00 | 1.574.000,00 |
| Aniversário Cidade, Natal, réveillon e outros | 200.000,00 | 208.000,00 | 250.000,00 | 413.000,00 | |
| Apoio Administrativo | 972.000,00 | 1.037.800,00 | 937.594,00 | 1.672.740,00 | |
| Carnaval | 800.000,00 | 493.000,00 | 503.330,00 | 845.000,00 | |
| Cultura para Todos | | | | 1.574.000,00 | 1.450.000,00 |
| Dinamização e apoio à produção cultural | 240.000,00 | 458.000,00 | 240.000,00 | 750.000,00 | |
| Patrimônio Arquitetônico e Centros Culturais | 35.000,00 | 153.600,00 | 59.000,00 | 1.400.000,00 | |
| Preservação de Bens Acervos Culturais | 750.000,00 | 100.000,00 | 900.000,00 | 150.000,00 | |
| ○ Fundo Municipal do Turismo | | | | 30.000,00 | 10.000,00 |
| Turismo Sustentável | | | | 30.000,00 | 10.000,00 |
| ○ Turismo | 2.277.000,00 | 2.207.778,00 | 3.181.263,00 | 3.658.151,00 | 2.692.000,00 |
| Apoio Administrativo | 537.000,00 | 450.680,00 | 454.313,00 | 162.900,00 | |
| Implantação Infraestrutura Turística | | | | 300.000,00 | |
| Portal da entrada da cidade | | | | 900.000,00 | |
| Turismo e Desenvolvimento | 1.740.000,00 | 1.757.098,00 | 2.726.950,00 | 2.295.251,00 | |
| Turismo Sustentável | | | | 2.692.000,00 | 3.180.387,00 |

Fonte: Normas Jurídicas, dados da Câmara Municipal de Porto Nacional (2014, 2015, 2016, 2018, 2019 e 2020).

O Plano Municipal de Cultura foi formulado em 2011, com prazo de vigência de dez anos. Nele consta a criação da Secretaria de Cultura através da Lei complementar nº 011/2011, com a junção das secretarias de Cultura e Turismo, sendo identificada como Secretaria de Cultura e Turismo.

Destarte, o município de Porto Nacional, na área de políticas públicas culturais, no período estudado, teve alguns avanços importantes para se pensar numa estrutura que abarque um conjunto de políticas e ações. Assim, temos a aprovação da Lei nº 2.259, de 28 de setembro de 2015, que institui o Sistema Municipal de Cultura do Município. E assim cria e regulamenta as diretrizes gerais para as seguintes entidades que o compõem: o *Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC)*, que divide as áreas de atuação da cultura em dois grupos temáticos - Arte/Cultura e Patrimônio Cultural; o *Conselho Municipal de Políticas Culturais*; e o *Fundo Municipal de Incentivo Cultural*.

Assim, pela lei de Cultura nº 2.259/2015, a pasta se estrutura em duas áreas Temáticas, que se subdividem em subáreas de atuação. Arte/Cultura, que se subdivide em Artes visuais, Música, Artesanato, Artes cênicas, Literatura, Audiovisual, Culturas populares, Carnaval, Capoeira, Artes plásticas, Design e Moda e Culinária; enquanto a área do Patrimônio Cultural engloba as subáreas Tradições populares, arquivos, museus, salas de memória, centros culturais e coleções particulares, Historiografia, incluindo produções de outros campos do conhecimento como antropologia, geografia, sociologia, entre outros, Patrimônio material, Patrimônio imaterial, Movimentos sociais e Cidadãos.

Na sequência, chegou a ser criado o Conselho Municipal de Cultura, que, na composição, tinha cinco câmaras temáticas: Música, Moda e Artes Visuais; Artesanato; Patrimônio Histórico e Cultural; Literatura, Culturas Tradicionais; e Capoeira, Teatro e Dança. No entanto, em razão de entraves burocráticos e findado o prazo legal para entrar em exercício, não foi efetivada. Essa ação mostra a importância para a concepção de políticas culturais no município. Desse modo, há uma lacuna que precisa ser preenchida por um conselho ativo para que as diretrizes e ações culturais possam surtir mais efeitos no fomento e, em consequência, também na promoção da diversidade cultural do município, com projetos culturais, entre outras medidas pertinentes ao conselho e aos gestores da área.

Através do questionário eletrônico realizado com os ativistas culturais e/ou gestores culturais de Porto Nacional foi possível observar que a falta de projetos e de apoio aos produtores culturais, com investimentos direcionados às diversas potencialidades existentes no município, torna crítica a área cultural. Isto porque o município é uma referência em cultura e, ao mesmo tempo, tem políticas culturais “escassas, vagas, estagnadas, limitadas e instáveis”, ou até mesmo “em decréscimo, falta de incentivo e tímida”, segundo os entrevistados. Ademais, em resposta à pergunta “Participa/participou de algum programa de incentivo econômico à Cultura em Porto Nacional?”, observou-se a carência no repasse de recursos financeiros para os projetos culturais por parte do município.

Entre os entrevistados contemplados com algum tipo de incentivo público, foram identificados alguns projetos/ações no período pesquisado: música (5); Design e Moda (1); Carnaval (1); Movimentos Sociais (1). Portanto, as respostas colhidas demonstram a carência dos investimentos públicos no setor cultural, visto que Porto Nacional é um município tombado pelo IPHAN como Patrimônio Cultural Brasileiro e o aumento do incentivo econômico alavancaria vários projetos culturais, bem como o desenvolvimento da economia local. De modo a dialogar com a Lei nº 2.259/2015 de Cultura, que estabelece como subáreas temáticas um total de dezenove segmentos, percebe-se que os projetos citados acima apontam para a insuficiência de políticas de incentivos para contemplar as mais diversas áreas culturais.

4. CONCLUSÃO

As políticas públicas culturais em Porto Nacional vêm enfrentando diversos desafios e entraves, tais como desmembramento e junção da Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo, carências e descontinuidade de recursos financeiros, burocracia excessiva, conselho incipientemente atuante e pouco divulgado, os quais levam, muitas vezes, para um local de invisibilidade e apagamento. Aliada ao cenário econômico governamental de insuficiência de recursos, há uma política de negligenciar as diversidades culturais, que são postas em segundo plano. Diante disso, faz-se mister o

papel dos agentes culturais nos órgãos públicos para levantar as demandas, e assim a ação conjunta de investimentos públicos e o ativismo cultural possam ser uma forma de restabelecer e colocar a cultura do município portuense em um local de destaque, de modo a fortalecer a identidade cultural.

Em relação às áreas temáticas identificadas pelos PPAs, LDOs e LOAs, há predominância de direcionar as programações para eventos pontuais, a exemplo de datas comemorativas/festivas como carnaval e/ou para a manutenção das edificações já existentes, além da manutenção e coordenação da administração da(s) secretaria(s). Nesse ponto, são imprescindíveis a institucionalização e a efetiva participação do conselho de cultura, plano de cultura e do sistema municipal de cultura atuando como formadores e fiscalizadores das políticas, no sentido de propor melhores tomadas de decisões no momento da alocação de recursos que contemplem as diversas temáticas propostas na Lei Municipal de Cultura.

E se é função de uma política pública indicar diretrizes, ela precisa garantir as condições de implementá-las. Para isso, é essencial que os gestores tracem a programação orçamentária contemplando as diversas áreas temáticas, fomentando e desenvolvendo uma política efetiva que preserve os bens culturais e que também transcenda os vários espaços e projetos dos produtores e ativistas culturais que atuam no município.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, p. 73-83, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 1 jun. 2020.

GODINHO, Durval da Cunha. *História de Porto Nacional*. Goiânia: [s. n.], 1988.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *História - Porto Nacional (TO)*. Brasília, DF: IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1221/>. Acesso em: 26 set. 2021.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Conjuntos urbanos tombados (cidades históricas)*. Brasília, DF: IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/123>. Acesso em: 2 jun. 2020.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 300 p.

PORTO NACIONAL. [Constituição (1990)]. *Lei orgânica do Município de Porto nacional – TO*. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, [2017a]. Disponível em: https://portonacional.to.gov.br/images/downloads/LEI_ORGA%CC%82NICA.pdf. Acesso em: 3 de jun. 2020.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.152, de 26 de dezembro de 2013*. Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2014/2017, do município de Porto Nacional-TO. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, 2013a. Disponível em: https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2013/304/304_texto_integral.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.154, de 26 de dezembro de 2013*. Estima a receita e fixa a despesa do município de Porto Nacional-TO, estabelecendo o programa de trabalho para o exercício de 2014 e dá outras providências. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, 2013b. 4 p. Disponível em: https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2013/305/305_texto_integral.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.212, de 30 de dezembro de 2014*. Dispõe sobre alteração no Plano Plurianual 2014/2017 do município de Porto Nacional-TO, aprovado pela Lei nº 2.152, de 26 de dezembro de 2013. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, 2014a. Disponível em: https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2014/190/190_texto_integral.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.212, de 30 de dezembro de 2014*. Dispõe sobre alteração no Plano Plurianual 2014/2017 do município de Porto Nacional-TO, aprovado pela Lei nº 2.152, de 26 de dezembro de 2013. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, 2014b. Disponível em: https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2014/190/190_texto_integral.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.213, de 30 de dezembro de 2014*. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do município de Porto Nacional-TO para o exercício financeiro de 2015. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, 2014c. Disponível em: https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2014/191/191_texto_integral.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.214, de 30 de dezembro de 2014*. Estima a receita e fixa a despesa do município de Porto Nacional-TO, estabelecendo o programa de trabalho para o exercício de 2015 e dá outras providências. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, 2014d. Disponível em: https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2014/192/192_texto_integral.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.259, de 28 de setembro de 2015*. Institui o Sistema Municipal de Cultura de Porto Nacional e dá outras providências. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, 2015a. 14 p. Disponível em: https://portonacional.to.gov.br/images/leis_e_decretos/leis_2015/LEI_2.259_SISTEMA_MUNICIPAL_DE_CULTURA.pdf. Acesso em 03 de jun. 2020.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.273, de 23 de dezembro de 2015*. Dispõe sobre alteração no Plano Plurianual 2014/2017 do município de Porto Nacional-TO, aprovado pela Lei nº 2.152, de 26 de dezembro de 2013. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, 2015b. Disponível em: https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2015/1938/lei_2273.2015.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.274, de 23 de dezembro de 2015*. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do município de Porto Nacional-TO para o exercício financeiro de 2016. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, 2015c. Disponível em: https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2015/1939/lei_2274.2015.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.275, de 23 de dezembro de 2015*. Estima a receita e fixa a despesa do município de Porto Nacional-TO, estabelecendo o programa de trabalho para o exercício de 2016 e dá outras providências. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, 2015d. Disponível em: https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2015/1940/lei_2275.2015.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.349, de 23 de dezembro de 2016*. Dispõe sobre alteração no Plano Plurianual 2014/2017 do município de Porto Nacional-TO, aprovado pela Lei nº 2.152, de 26 de dezembro de 2013. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, 2016a. Disponível em: https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2016/64/64_texto_integral.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.350, de 23 de dezembro de 2016*. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do município de Porto Nacional-TO para o exercício financeiro de 2017. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, 2016b. Disponível em: https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2016/65/65_texto_integral.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.351, de 23 de dezembro de 2016*. Estima a receita e fixa a despesa do município de Porto Nacional-TO, estabelecendo o programa de trabalho para o exercício de 2017 e dá outras providências. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, 2016c. Disponível em: https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2016/66/66_texto_integral.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.384, de 29 de dezembro de 2017*. Dispõe sobre o novo plano plurianual 2018/2021 do município de Porto Nacional-TO. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, 2017b. Disponível em: https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2017/1004/1004_texto_integral.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.385, de 29 de dezembro de 2017*. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do município de Porto Nacional-TO para o exercício financeiro de 2018. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, 2017c. Disponível em: https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2017/1005/1005_texto_integral.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.423, de 18 de janeiro de 2019*. Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2019. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, 2019a. Disponível em: https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/1059/lei_2423.2019.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.424, de 18 de janeiro de 2019*. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019 e dá outras providências. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, 2019b. Disponível em: https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/1090/lei_2424.2019.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.425, de 18 de janeiro de 2019*. Institui a revisão do Plano Plurianual para o triênio 2019-2021. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, [2019c]. Disponível em: https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2013/304/304_texto_integral.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.459, de 30 de dezembro de 2019*. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do município de Porto Nacional-TO para exercício financeiro de 2020. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, 2019d. Disponível em: https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/1092/lei_2459.2019.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.460, de 18 de dezembro de 2019*. Dispõe sobre alteração no plano plurianual 2018 2021 do município de Porto Nacional-TO, aprovado pela Lei nº 2.425, de 18 de janeiro de 2019. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, 2019e. Disponível em: https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/1093/lei_2460.2019.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.461, de 30 de dezembro de 2019*. Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2020. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, 2019f. Disponível em: https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/1094/lei_2461.2019-compactado.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

PORTO NACIONAL. *Lei nº 2.930, de 27 de dezembro 2011*. Institui o Plano Municipal de Cultura de Porto Nacional para o decênio 2011-2021. Porto Nacional-TO: Câmara Municipal, [2011]. Disponível em: http://snc.cultura.gov.br/media/2579/docs/planocultura/plano_mun_cultura_2.pdf. Acesso em 15 de abr. 2021.

PREFEITURA de Porto Nacional. *Está disponível questionário online que visa mapear atores e políticas públicas culturais de Porto Nacional*. 6 jan. 2021. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/28644-pesquisa-do-pibic-vai-mapear-atores-e-politicas-publicas-culturais>. Acesso em: 26 set. 2021.

UFT - Universidade Federal do Tocantins. *Pesquisa do PIBIC vai mapear atores e políticas públicas culturais*. 6 jan. 2021. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/28644-pesquisa-do-pibic-vai-mapear-atores-e-politicas-publicas-culturais>. Acesso em: 26 set. 2021.



POLÍTICA CULTURAL E PATRIMÔNIO IMATERIAL NO CARNAVAL AMAZÔNICO BELENENSE

Milene de Cássia Santos de Castro¹
Maria Augusta Freitas Costa Canal²
Jéssika Paiva França³

1. INTRODUÇÃO

O carnaval tornou-se uma festa de expressão cultural brasileira com conotação de diretriz da formação de uma identidade e integração da nacionalidade brasileira (DAMATTA, 1983), uma “brasilianidade” dirigida de forma elitista, classista e autoritária desde 1930, quando é possível circunscrever a origem da política cultural do Brasil da qual herda-se a tradicional relação entre autoritarismo e políticas culturais (RUBIM, 2007; SIMIS, 2007; BEZERRA; BARBALHO, 2015). A festa do carnaval brasileiro organiza-se de forma temporal em adjacência ao calendário católico entre a celebração de Reis no mês de janeiro e a Quaresma e Páscoa; assim, essa festa ocorrerá anualmente em uma semana que pode ser datada variando entre os meses de fevereiro e março. Nessa semana, delimita-se o ponto auge como o feriado de “terça-feira gorda”, e é no período dela que a efervescência festiva popular acontece, sendo as ruas tomadas por expressões de cultura popular que, conforme DaMatta (1983), denotam aspectos de inversão de valores e papéis sociais e da presença, participação e exagero pela coletividade, com ocorrência desde a cidade do Rio de Janeiro, no Sudeste, até a cidade de Manaus, na Amazônia brasileira.

¹ Doutoranda em Turismo e Hotelaria (UNIVALI). E-mail: castro.milene2010@gmail.com

² Professora da Faculdade de Turismo (UFPA). Doutora em Geografia (UNESP Presidente Prudente).
E-mail: augustageotur@gmail.com

³ Professora da Faculdade de Turismo (UFPA). Doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP).
E-mail:jfranca@ufpa.br

Por conseguinte, a cultura popular brasileira foi impulsionada como um elemento de ação político-cultural, de uma “nacionalidade” construída pela homogeneidade, como afirmam Bezerra e Barbalho (2015, p. 70): “a partir de uma pretensa identidade expressa em um ‘ser nacional’[...]”, possibilitando identificar um duplo movimento: um modelo de “fazer carnaval” baseado na organização de blocos e escolas de sambas, notadamente vinculado ao Rio de Janeiro, e a ampliação desse fazer festivo, notadamente, pela configuração da expressão cultural pré-carnaval. O pré-carnaval acontece em várias localidades do Brasil em finais de semana anteriores ao calendário da semana do Carnaval e ao feriado nacional da terça-feira. Na cidade de Belém, capital do estado do Pará, na Amazônia brasileira, o pré-carnaval realizado no bairro mais antigo do município: Cidade Velha, vem se configurando em dimensões mais expressivas que o tradicional carnaval realizado nessa área desde 1940, em especial com constante fomento e estimulação de criação de outros blocos pré-carnaval e a institucionalização do pré-carnaval como Patrimônio Imaterial do município de Belém na década de 10 deste século (CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 2017; REDE PARÁ, 2018).

Nesse sentido, parece relevante problematizar a partir das seguintes indagações: qual a relação entre a política pública cultural, a patrimonialização de bens intangíveis e a autonomia dos entes federativos e como isso incidiu na constituição do registro do pré-carnaval dos blocos da Cidade Velha? Por que os elementos da construção cultural do pré-carnaval são privilegiados em detrimento do próprio carnaval na instituição do Patrimônio Imaterial em Belém?

(...) “patrimonialização do patrimônio imaterial” parece-nos ainda mais contraditória que a “patrimonialização do patrimônio material”. Ao “jogar luz” sobre determinadas práticas culturais, os atos normativos em questão contribuem, de forma contraditória, não apenas para a sua apropriação mercantil, mas, principal e conseqüentemente, para a destituição de sua essência, de sua razão de ser (CRUZ, 2012, p. 99).

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é identificar e analisar os elementos e instrumentos norteadores da patrimonialização do pré-carnaval na cidade de Belém. Dessa forma, a metodologia da pesquisa vem sendo realizada com critério e etapas da pesquisa qualitativa, com análise dos dados sendo categorizadas inclusive através de quadros organizados em conteúdos análogos (GOMES, 1994; MINAYO, 2002), com levantamento e análise bibliográfica e documental (GOMES, 1994), observação dirigida (DESLANDES, 1994) sobre o carnaval na Cidade Velha nos anos de 2019 e em fevereiro de 2020, e acompanhamento em plataformas e redes virtuais e socais da Liga dos Blocos da Cidade Velha (LBCV), dos blocos carnavalescos e das escolas de samba nos anos de 2020, 2021 e 2022.

2. PERSPECTIVAS INICIAIS SOBRE AS POLÍTICAS CULTURAIS E A MERCANTILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

A configuração de Políticas Culturais brasileira, a partir de inferências abstraídas de Rubim (2007), Simis (2007), Ministério da Cultura (MinC) (2010) e Bezerra e Barbalho (2015) revelaram que o início das políticas culturais brasileiras se delinea na década de 1930, quando o Estado começa a tentativa de constituição cultural de uma nacionalidade uniformizante e que já dimensionava o patrimônio por seu aspecto material-tangível elitista e imaterial-intangível vinculado a diferentes grupos e estratos sociais, mas privilegiando a patrimonialização material. De 1930 a 2000, o Estado vem, em maior grau nos períodos autoritários e ditatoriais e em menor grau nos democráticos, ingerindo e ordenam o território por projetos e programas de Políticas Culturais que vão engendrar a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Pró-Memória (SPHANPM), passando pela constituição do Ministério da Educação e Cultura, a configuração do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), e da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e a instauração do MinC, conformando algumas das estruturas institucionais que foram, ao longo dessas décadas, dando corpo à intervenção das políticas culturais brasileiras.

Nesse ínterim, os aspectos intangíveis da cultura foram apontados nas propostas, mas pouco operacionalizados, sendo nas primeiras décadas viabilizados pela caracterização do Folclore que perdurará até década de 2000, apesar de descolamentos para dimensões aos aspectos imaterial-intangível vinculados ao saber popular decorrentes dos debates da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) já na década de 1970. Portanto, a operacionalização da política contínua o reforço à dimensão material etilista, vinculado ao patrimônio na esfera material em detrimento dos bens imateriais, com perda da nacionalidade uniformizante, com predomínio de financiamento da cultura midiática e tecnológica com Leis de renúncia fiscal (principalmente a Lei Sarney, depois Lei Rouanet), com destaque ao setor audiovisual (ênfase na produção cinematográfica), ainda que, na primeira metade da década de 2000, seja estabelecida a legislação de patrimônio imaterial.

Na segunda metade dessa década, a Política Cultural é institucionalizada como política de Estado à construção de uma nacionalidade direcionada à diversidade e ao pluri-multiculturalismo, cuja expressão mais eloquente será a substituição da concepção de folclore pela de “cultura popular tradicional” e, paulatinamente, a noção de cultura popular atrelada a patrimônio imaterial. Essas ações derivaram da participação do Brasil em Convenções da UNESCO que interligavam salvaguarda do patrimônio à diversidade cultural e induziram o Plano Nacional de Cultura (PNC) com forte conotação às manifestações das culturas populares com mapeamento e fortalecimento dos saberes e fazeres com estabelecimento do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e instituindo o registro de “Bens Culturais de Natureza Imaterial”, cujos reflexos vão se espalhar por toda a década de 2010 em escala intersetorial e nas três esferas governamentais: municipal, estadual e federal.

O pré-carnaval na Cidade Velha, ao ser pensado sob a perspectiva da cidade como um negócio, torna-se um bem intercambiável, com possibilidades de valorização, depreciação e grande poder segregador. Sob a luz das discussões de Alvarez (2015), que trata da mercantilização das cidades, é possível compreender que este antigo bairro, além de ser um meio

de concentração de pessoas, circulação de dinheiro e mercadorias, consolida-se como o próprio objeto deste evento, isso porque a prática socioespacial ali estabelecida sofre interferência do tratamento de mercadoria dado ao espaço, desde a sua concepção, construção e suas formas de uso.

O espaço, enquanto mercadoria, adquire um aspecto altamente competitivo com o crescimento do mercado imobiliário, que tem servido como suporte físico para a dinâmica capitalista, envolvendo a produção, venda e troca de mercadorias, e, conseqüentemente, é considerado como um produto imobiliário (CARLOS, 2015).

As diferentes escalas de intervenções no espaço, envolvendo especialmente o poder do Estado e da iniciativa privada, constituem grandes enigmas para a sociedade, por esta não compreender a dinamicidade do processo e os reais interesses do Estado, a exemplo do pré-carnaval de Belém.

No que se refere à atuação do Estado na produção da cidade, são observadas muitas contradições, tanto no discurso quanto na prática; uma delas diz respeito ao fato de a produção da cidade ser social e a sua apropriação privada, mercantilizada. Contrariando esta lógica de exclusão, Lefebvre (2006) advoga a necessidade de elaboração de “estratégias urbanas” que tenham em vista o bem coletivo quanto à efetivação de direito à diferença, à centralidade, entre outros aspectos. A compreensão da dinamicidade social e das relações de poder é inerente aos fenômenos urbanos, bem como às relações imediatas, envolvendo pessoas, meio e seus objetos.

A hierarquia dos lugares e dos usos decorrentes da centralidade é perceptível na cidade contemporânea, sendo uma das explicações dada para este fato a redefinição funcional do centro no processo de estruturação do espaço urbano, sendo este um processo essencial para a dinâmica das cidades e fluidez do capital, no atual modo de produção.

A centralidade possui uma dinâmica funcional, pois, a partir de atividades diversas, ela envolve especialmente a comercialização de bens e serviços. É fruto de um movimento dialético permanente e abrange diversas esferas e fatores condicionantes.

3. A FOLIA PANDÊMICA NO CARNAVAL BELENENSE

A festa do Carnaval na Cidade Velha apresentou um movimento de retração do festejo de carnaval e a expansão do pré-carnaval, que acaba sendo registrado como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do município de Belém. O movimento de *retração do carnaval tradicional* instituído desde 1940 com blocos e escolas de sambas, principalmente, com o redirecionamento das escolas de samba e dos blocos carnavalesco, bem como do desfile oficial desses para áreas mais afastadas do centro. Em contrapartida, revela a *expansão das festividades do pré-carnaval* que foi idealizado em 1997 por Benedito Lino Viana de Souza, o responsável e criador do Fofó⁴ de marchinhas: Fofó do Lino, bloco gratuito realizado apenas em vias públicas da cidade Velha. Atualmente, além do Fofó do Lino, existe o Fofó de Belém que, juntos, são considerados tradicionais no pré-carnaval da Cidade Velha. Assim, a pesquisa indica o Carnaval e o pré-carnaval delineados na Cidade Velha por meio de blocos originariamente organizados pelos moradores locais, o que sofre uma ruptura conforme o pré-carnaval se expande. Em 2017, atinge um público de 700 mil pessoas e arrecadação de 9 milhões de reais apenas em consumo de bebidas alcoólicas e não alcoólicas (LBCV, 2021). Na edição de 2020, 15 blocos participaram, assim como previsto para o ano de 2022.

Conforme os resultados, essa ruptura agregou a configuração da patrimonialização e tombamento por parte do IPHAN de boa parte do conjunto arquitetônico desse bairro (REDE PARÁ, 2018). Esses conflitos (participantes do pré-carnaval/moradores do bairro) e a expansão do pré-carnaval ensejaram a criação em 2016 da Liga dos Blocos da Cidade Velha (LBCV), que passa a ser responsável pela articulação e organização dos blocos de pré-carnaval de Belém e pela programação oficial que envolve blocos de grupos infantis, culturais, comerciais e de Pets (animais) e os fofós (LBCV, 2019b, 2021a, 2021c). Um ano depois da criação da LBCV, o *pré-carnaval da Cidade Velha* é instituído como *Patrimônio Cultural Imaterial de Belém* (Lei nº 9.306, de 12 de julho de 2017), como resultado de um projeto proposto por

⁴ Os fofós são blocos gratuitos, realizados apenas nas ruas da cidade Velha e que não comercializam abadás.

um vereador e aprovado unanimemente pela Câmara Municipal de Belém. Posteriormente, no ano de 2021, o carnaval e o pré-carnaval do Bairro da Cidade Velha passam a ser Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado (Lei nº 9.379, de 16 de dezembro de 2021).

A estratégia de patrimonialização do pré-carnaval em Belém revela uma assimetria com os discursos do IPHAN e da política cultural com base no bem cultural popular e demonstra o contexto da política de patrimonialização do Município circunscrita pela Lei 7.709/94 de 18 de maio de 1994⁵ que estabelece a criação de Conselho de Patrimônio Cultural e versa sobre patrimônio como bens materiais e imateriais acionando aspectos de identidade e memória como “formas de expressão” e “modos de criar e fazer”, contudo os dispositivos dessa lei aprofundam os processos de tombamento sem deixar claro como proceder com o patrimônio imaterial. A regulamentação municipal do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial será dada pela Lei 101810 de 11 de agosto de 2021⁶ que estabelece quatro livros de Registros, as referências e relevância cultural e os procedimentos e documentos técnicos. Assim o reconhecimento do pré-carnaval como patrimônio imaterial ocorreu como projeto da Câmara Municipal, sem disponibilidade de consulta do levantamento técnico. Infere-se a natureza do bem, e seu posterior tombamento, justificado por uma festa popular, cuja referência e relevância cultural se desenha na constituição dos blocos Fofó, que são gratuitos, e de cultura das marchinhas carnavalescas dos quais só se identificou dois blocos. Entretanto, durante a votação e aprovação do projeto e na sessão de titularidade do bem na Câmara Municipal o discurso se centralizou na constituição de geração de renda, na economia local e geração de divisas, o que apontava a patrimonialização como vetor disciplinar e organizacional do pré-carnaval.

A partir de março de 2020, com a proliferação de casos de COVID-19, os blocos de pré-carnaval passam a enfrentar uma nova realidade. Neste sentido, estima-se a viabilidade de comparação do modo de realização dos arrastões antes e durante a pandemia (Quadro 1).

⁵ Extraído de <https://cm-belem.jusbrasil.com.br/legislacao/583044/lei-7709-94>, acessado em 22 de maio de 2021.

⁶ <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOM-BELEM/2021/Agosto>, acessado em setembro de 2021.

Quadro 1 - Dos fazeres e blocos do pré-carnaval durante o período pandêmico (2020-2022)

| PERÍODO DE REALIZAÇÃO | DEZEMBRO A FEVEREIRO | |
|--|--|--|
| ASPECTOS GERAIS DOS BLOCOS DO PRÉ-CARNAVAL | | |
| Blocos com Abadás | Com trios elétricos, bandas e ritmos vinculados ao Tec, Funk, Sertanejo, Pagode, Pop e principalmente Axé. Vestimenta padronizada e obrigatória ao grupo desfilando nas adjacências imediatas dos trios elétricos e ao acesso das casas de shows. Vestimentas livre e improvisadas ao público que acompanha o desfile se deslocando mais afastado de trios. | |
| Blocos com Fantasias | Com trios elétricos, bandas e ritmos vinculados a Músicas Regionais Marchinhas de Carnaval, Música Popular Paraense e regional. Vestimenta livre – não obrigatória e/ou improvisadas. | |
| QUADRO PANDÊMICO NA CIDADE DE BELÉM | | |
| Em 2020 | Em 2021 | Em 2022 |
| Sem quadro pandêmico oficial na cidade de Belém até março de 2020. | Estabelecimento da situação de emergência de saúde pública regulada pelo Decreto Estadual 609/2020 e Decreto Municipal 95.955/2020 com protocolos sanitários com suspensão, restrições e uso de EPIs. | Com flexibilização das restrições e protocolos sanitários com restrições e controle de aglomerações pela regulação de uso de EPIs. |

| Blocos com Abadás | | |
|--|---|--|
| <p>14 BLOCOS:</p> <p>Não Era Amor, I Love Pagode, Kalango, do trio, Pump, Amor de Carnaval, Bregaço, Filhos da Fruta, Simbora, da Sé, Fuxico, Xibé da Galera e Amigos do Urubu</p> <p>Principal evento realizado:</p> <p>1. na Avenida Tamandaré – Abertos e pagos na rua. (Uso de vestimenta padronizada e livre)</p> <p>2. no Circuito indoor -Privados e pagos (casas de Shows com destaque para: Açáí Biruta, Mormaço e Insano Marina Club)</p> <p>(Uso de vestimenta padronizada)</p> | <p>SEM BLOCOS</p> <p>VIRTUAL no canal do YOUTUBE da LBCV. Dois dias de <i>Lives com</i> apresentações/ Shows com músicos e dançarinos.</p> <p>Bloco SIMBORA</p> <p>VIRTUAL no canal do YOUTUBE da Banda.</p> <p><i>Live Carnaval do Miserê</i> (Banda do Bloco)</p> | <p>17 BLOCOS;</p> <p>Do Trio, Bregaço, Na Vibe, Amigos do Urubu, Pump, do I Love Pagode, Não era Amor, Tô Fazendo Nada, Se Joga, Amor de Carnaval, Kalango, Fuxico, Diretoria do Samba.</p> <p>Circuitos indoor privados e pagos - apenas com shows durante 6 finais de semanas.</p> <p>Em casas de Shows: Insano Marina Club, Mormaço Bar/Art, Açáí Biruta e Casa Samba.</p> <p>Com exigência de comprovação vacinal e Protocolos do uso de EPIs.</p> |

| Blocos com Fantasias | | |
|---|--------------------------------------|--|
| <p>BLOCO DO LINO</p> <p>BLOCO do FOFÓ DE BELÉM</p> <p>na Avenida Tamandaré – Abertos e gratuito na rua.</p> <p>(vestimenta livre)</p> | <p>Sem realizações identificadas</p> | <p>BLOCO DO FOFÓ DE BELÉM</p> <p>Circuitos indoor privados e pagos - apenas com shows</p> <p>Em casa de Shows: Mormaço Bar/Art.,</p> |
| <p>BLOCO CARNAPET</p> <p>na Praça da Sé</p> <p>Abertos e gratuito na praça e suas adjacências.</p> <p>(vestimenta livre)</p> | | <p>Com exigência de comprovação vacinal e Protocolos do uso de EPIs.</p> |

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos documentos analisados e monitoramento das redes sociais dos Blocos e da LBCV.

No ano de 2020, conforme informações disponibilizadas em plataformas e redes virtuais da LBCV, ocorreram 17 blocos de carnaval associados à liga. Os desfiles foram realizados em um primeiro momento na Avenida Tamandaré e posteriormente dirigiam-se para casas de show, onde a festa continuava. O Carnapet foi realizado com cortejo da Praça da Sé até a Praça do Carmo. Os blocos do Lino e Fofó de Belém desfilaram todos os domingos do pré-carnaval.

No ano de 2021, apenas o Bloco Simbora realizou, no período de carnaval, uma *live*, no dia 13 de fevereiro. Por conseguinte, no ano de 2022, 13 blocos realizaram festas de carnaval de acordo com as medidas de segurança e minimização da proliferação da COVID-19, todas as festas foram no modelo indoor. Os blocos Fofó de Belém e Bloco do Lino não realizaram eventos neste ano.

4. CONCLUSÃO

As análises estabelecidas neste estudo, apresentaram o processo de fomento da LBCV, por meio dos blocos de carnaval, dentro da patrimonialização de bens imateriais. Em um primeiro momento, a Liga de Blocos da Cidade Velha inicia a organização dos blocos e o reconhecimento como um bem de interesse imaterial e cultural, em nível municipal e posteriormente estadual.

Desse modo, após o reconhecimento em nível municipal, ocorre a pandemia da COVID-19 que aflorou as fragilidades de diversos setores, e de um modo ainda mais significativo e prejudicial para setor de serviços, assim como empresas organizadoras de eventos e organizadoras de eventos culturais. O setor de eventos não tem a totalidade de números de contratações e demissões durante a pandemia, infere-se que a informalidade na atividade possa ser um dos motivos.

Todavia, a LBCV, diante da impossibilidade de realização de eventos, seguindo os decretos do governo estadual, se manteve ativa e reivindicou melhorias e direcionamentos para o setor cultural. Nesta perspectiva, no ano de 2021, o carnaval e o pré-carnaval se tornam patrimônio imaterial em nível estadual. Logo, o carnaval de 2022, no tocante aos blocos privados, pôde ser realizado de acordo com os protocolos sanitários, no entanto não houve a gratuidade para o acesso a esse bem cultural estadual. O acesso aos eventos de pré-carnaval foi condicionado à compra de ingressos e abadás.

Entretanto, os Fofós não realizaram seus desfiles pelas ruas, devido às restrições sanitárias vinculadas as medidas de segurança e combate a Covid-19. Os demais blocos pertencentes a LBCV organizaram eventos em

casas de show, onde poderiam controlar o número de participantes, assim como a fiscalização do uso de máscaras e vacinação.

Cabe o questionamento para as próximas edições do pré-carnaval em relação ao modelo de evento e se o bem cultural proporcionado pelo carnaval será lazer ou entretenimento? Essa dúvida nos remete ao papel do bem cultural, carnaval e pré-carnaval, frente ao consumo da população. Esse acesso será apenas por meio da compra de abadás ou também gratuitamente, cabe esperar o próximo carnaval para descobrir.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Isabel Pinto. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVAREZ, Isabel Pinto; VOLOCHKO, Danilo. *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015.

BEZERRA, J., BARBALHO, A. As culturas populares nas políticas culturais: uma disputa de sentidos. *PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, ano 5, n. 8, out./2014 a mar./2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM. Sessão solene comemora título concedido à Liga de Blocos de Carnaval da Cidade Velha (2017). Disponível em: <https://www.cmb.pa.gov.br/sessao-solene-comemora-titulo-concedido-a-liga-de-blocos-de-carnaval-da-cidade-velha/>. Acesso em: 23 set. 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A tragédia urbana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015.

CRUZ, Rita de Cassia Ariza da. *Patrimonialização do patrimônio: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço*. São Paulo: Geousp - Espaço e Tempo, n. 31, p. 95-104, 2012.

DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DESLANDES, Suely. Cap. II - A Construção do projeto de Pesquisa. p. 31-49. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, M. C. de S. (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

LIGA DOS BLOCOS DA CIDADE VELHA (LBCV). E saudade... Belém, 6 maio 2021. Instagram: @precarnavalbelem. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/COidRgSDQmZ/>. Acesso em 29 set. 2021.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

REDE PARÁ. Em reunião com blocos, Prefeitura começa a organizar o pré-Carnaval de Belém. (2018). Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/178570/em-reuniao-com-blocos-prefeitura-comeca-a-organizar-o-pre-carnaval-de-belem>. Acesso em: 23 set. 2021.

RUBIM, A. A. C. Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *In*: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (org.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDFBA, 2007.

SIMIS, A. A política cultural como política pública. *In*: RUBIM, A. A. C., BARBALHO, A. (org.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDFBA, 2007.



ESTRATÉGIAS DE APROPRIAÇÃO DISCURSIVA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE BELÉM: ESTUDO SOBRE O PROJETO CIRCULAR CAMPINA-CIDADE VELHA

Magaly Caldas Barros¹
Maria Goretti da Costa Tavares²

1. INTRODUÇÃO

O Centro Histórico de Belém (CHB) é um espaço habitado. Esse é nosso ponto de partida, mas não será focada na moradia que desenvolveremos nossa análise, mas sim no que o habitar pressupõe como estilo de vida urbano ao sujeito que consolida o patrimônio. As organizações sociais não institucionais conjecturam uma ideia de cidade poucas vezes percebida por quem estuda os edifícios patrimonializados. Diante disso, deparamo-nos com uma problemática sobre as estratégias de apropriação dos centros históricos, em especial do CHB. Esta pesquisa objetiva analisar como o Projeto Circular Campina-Cidade Velha se apropria do espaço patrimonializado do CHB e assimila uma produção discursiva sobre seu patrimônio. Para tanto, elegemos elementos teóricos e empíricos que evidenciam as formas de uso e apropriação do espaço patrimonializado a partir da efetivação do Projeto Circular, seguindo as bases teóricas de Lefebvre (2013), Santos (2017), Bourdieu (2011) e Certeau (2013).

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. Compõe o Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo (GGEOTUR) vinculado à UFPA. E-mail: magalycaldasb@gmail.com.

² Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo (GGEOTUR) vinculado à UFPA. E-mail: mariagg29@gmail.com.

Buscamos defender a hipótese de que a dinâmica de produção do espaço do CHB envolve sujeitos que estabelecem relações de uso e apropriação do espaço expressas pelo domínio hegemônico (simbólico e concreto) dos grupos que levam vantagem nas disputas espaciais, em diferentes escalas de atuação. Para tanto, dois pontos merecem ser destacados sobre as relações na produção espaço do CHB: o primeiro reside no papel central do sujeito, pois revela a continuidade e a ruptura das relações sociais, isto é, faz-se suspensa a ideia de “começo” e em vez disso tem-se a sucessão ou o corte das estruturais discursivas, das práticas, das linhas de pensamento, dos gestos que, em seus interstícios, dão significado às possibilidades de fazer-se existência – “A través del cuerpo se percibe, se vive y se produce el espacio” (LEFEBVRE, 2013, p. 210); o segundo ponto trata dos enfrentamentos cotidianos experimentados durante as atividades do Projeto Circular, como os problemas de mobilidade urbana, coleta de lixo e segurança pública, que, apesar de atravancar a participação dos setores mais distantes do centro histórico, não impede a presença desses sujeitos nas atividades.

O CHB é marcado pela presença de edifícios comerciais, comércio popular, atividades administrativas ligadas ao poder público, residências e expressivos fluxos de mercadorias e de pessoas. De acordo com Tourinho e Lima (2015), algumas intervenções realizadas desde 1970 contribuíram para a diversificação de atividades, principalmente ligadas ao turismo – antes pouco exploradas. As formas modernas de dominação e de exploração mantidas pela maneira colonizadora de produzir o território e o pensamento na América Latina nos ajudam a compreender que as requalificações evidenciadas na imagem acima assumem os recursos espaciais também na dimensão do poder fragmentado e sólido que o espaço reivindica no ato de produzir(-se). Nesse sentido, o enfoque dado às requalificações no CHB exige uma avaliação que segue a lógica da colonialidade do poder para percebermos as singularidades situadas nos usos do patrimônio cultural. Por ser memória-fato, espaço-tempo, matéria-imatéria, o patrimônio é, paradoxalmente, consistência aos processos produtivos desiguais da cidade.

A dinâmica de produção do espaço reivindicada aqui explora as relações de poder concernentes ao movimento de fazer-atuar do Projeto Cir-

cular. Este, criado no âmbito das atividades culturais, econômicas e de planejamento urbano, assume um discurso que a priori não privilegia pessoas que o consomem. Trata-se de sujeitos que ocupam lugares na estrutura social expostos aos constrangimentos da vida cotidiana. Assim, nem sempre a descrição mais precisa da relação humano-sociedade, e do *script* um tanto fixo segundo o qual se desenvolvem as negociações, pode ser vista como total (ou totalizante).

2. O PROJETO CIRCULAR CAMPINA-CIDADE VELHA

O Projeto Circular iniciou em dezembro de 2013, idealizado por Makiko Akaó, objetivando criar atividades culturais para

melhorar a apropriação e a utilização das estruturas e edificações do Centro Histórico de Belém, subutilizadas sobretudo nos finais de semana, ao estimular a criação e o fortalecimento de empreendimentos culturais e associados, desenvolvendo uma economia criativa e solidária, bem como o potencial turístico da região [...] (PROJETO CIRCULAR, 2021).

Esse projeto tem por objetivos específicos promover atividades culturais no Centro Histórico de Belém e nos espaços integrantes do projeto; atuar na divulgação em redes e mídias sociais de atividades culturais promovidas por grupos integrantes e parceiros do projeto; fomentar atividades educativas contínuas dos grupos parceiros; integrar entidades, coletivos e iniciativas ao poder público na intenção melhorar social e ambientalmente o Centro Histórico; e, a partir de iniciativas culturais, fomentar a economia criativa e solidária.

As atividades ocorrem nos bairros Campina, Cidade Velha, Reduto e Batista Campos,

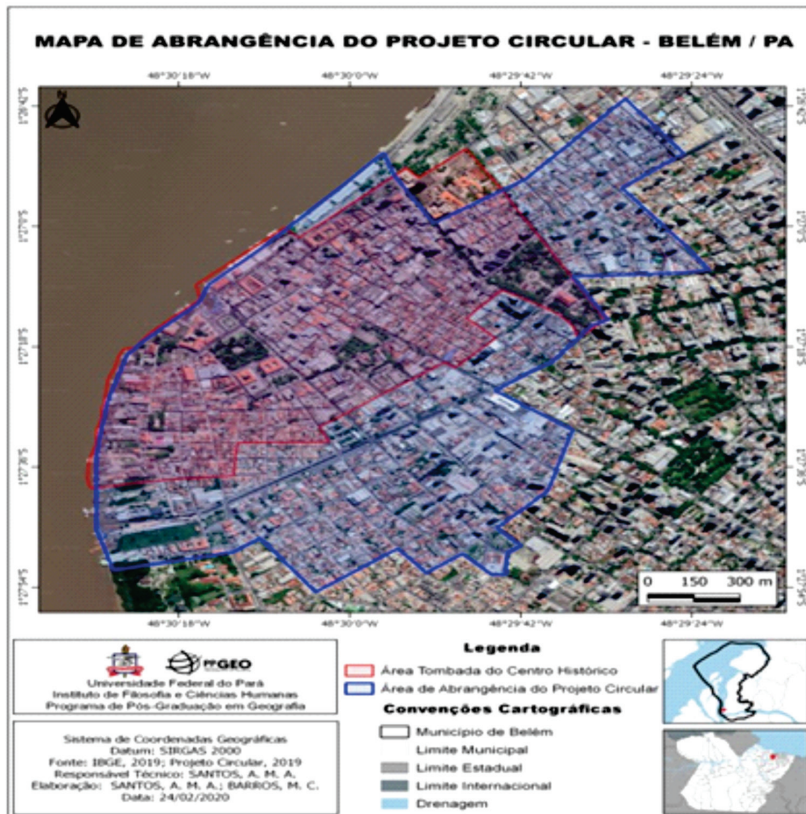
no entanto, houve uma centralização das ações do projeto nos bairros da Campina e da Cidade Velha, devido às heranças arquitetônicas, sociais e espaciais históricas destes e da dificuldade logística e técnica para continuar aceitando participantes de outros bairros. Por tanto há micro ações culturais nos bairros de Batista Campos e Reduto e o Projeto continua se desenvolvendo nos bairros da Campina e da Cidade Velha (VIEIRA; SILVA, 2016, p. 301).

O projeto efetivou edições envolvendo 45 parceiros, entre ações, ateliês, galerias, museus, coletivos, restaurantes, associações e espaços culturais e musicais. Cada parceiro elabora de forma autônoma sua programação, podendo apresentar qualquer modalidade de evento cultural, desde que implementado nos bairros supracitados e durante a realização do projeto, cuja duração é de um dia. O projeto Roteiro Geo-Turístico é um dos parceiros, o que nos possibilitou uma proximidade com as atividades realizadas no Centro Histórico e despertou a necessidade de refletir sobre as práticas desenvolvidas pelo Projeto Circular. Este possui, ainda, parceria com a Polícia Militar do Estado e com o Sistema Integrado de Museus.

A Figura 1 evidencia a espacialidade das atividades do Projeto, a expansão das ideias e de princípios propostos pelos parceiros e a potencialidade do CHB.

O Projeto Circular é estruturado por uma equipe composta de Coordenação, Produção Executiva, Comunicação e Assessoria de Imprensa, Designer Gráfico, Desenvolvedor de Software, Fotógrafos, Coordenação do Fórum Circular, Conselho Consultivo Circular e Suplentes. Essa equipe é responsável por gerenciar as ações desenvolvidas pelos parceiros, mediar diálogos entre as instituições, promover e divulgar temáticas voltadas ao espaço urbano do centro histórico e dos bairros Campina, Cidade Velha e Reduto.

Figura 1 - Mapa de Abrangência do Projeto Circular – Belém/PA



Fonte: Barros, 2021.

Somada a equipe gestora, o Projeto conta com o apoio institucional da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, na figura da Polícia Militar do Estado do Pará; do Instituto Fórum Landi; do Grupo de Pesquisa e Extensão em Geografia do Turismo da UFPA; do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional; da Secretaria de Cultura do Estado; da Imprensa Oficial do Estado. Entre os patrocinadores diretos estão Banco da Amazônia, Programa Casa Cidades, Associação Amigos de Belém, Lei de Incentivo à Cultura e Ministério da Cidadania, além da Rede de Comunicação Cultural como copatrocinio.

O Projeto Circular difunde conceitos característicos dos espaços do centro histórico e adjacências, possibilita uma leitura geográfica de uma secessão estruturada de momentos, como um quadro absoluto de referências que origina a ideia permanente e cambiante dos usos contemporâneos do CHB. Tais usos fruem de técnicas e novas tecnologias, como a transmissão em tempo real dos acontecimentos por meio das mídias sociais, ou como a publicação de editoriais e matérias na Revista Circular a respeito das ações produzidas e desencadeadas pelo Projeto.

3. PROJETO CIRCULAR E AS ESTRATÉGIAS DE APROPRIAÇÃO DISCURSIVA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Escolhas individuais, operadas por sujeitos recíprocos e que têm posse (teórica ou prática) das pressões estruturais, são suscetíveis de serem interpretadas por uma lógica mecânica de concentração – no sentido de agrupamento do termo – que delibera sobre os objetos, sobretudo os patrimoniais, a partir da inflação de memórias. No caso do Projeto Circular, memórias já consolidadas do CHB são reativadas pela leitura decolonial do espaço. Desse modo, as pressões estruturais que incidem sobre os sujeitos que participam do evento, sejam eles parceiros, sejam participantes, são responsáveis por uma parte, um tanto ampla, da produção atual do CHB. Tais pressões não se restringem às necessidades talhadas num determinado espaço de tempo nem nas disposições econômicas urgentes ou na velocidade das relações sociais: é toda a estrutura social – colonial, racista, machista, discriminatória, elitista e segregadora – que pesa sobre as decisões de todos, desde a escolha de sair de casa para participar das atividades do Projeto até as estratégias publicitárias de divulgação das atividades.

As práticas de consumo produzidas pelo Projeto Circular partem do deslocamento da atenção dada ao consumo dos bens patrimoniais. Para Certeau (2013), “é preciso interessar-se não pelos produtos culturais oferecidos no mercado de bens, mas pelas operações dos seus usuários” (p. 13) e ocupar-se com as diversas formas de delimitar socialmente (lê-se econômica, prática e discursivamente) o desvio trabalhado num recorte

espacial por uma prática. Assim, voltamo-nos para a reprodução das práticas do Projeto Circular, que podem ser perecíveis ou duradouras, mas que sobretudo parecem irromper o cotidiano do CHB e reunir sujeitos circunscritos por essas práticas. Tal perspectiva toma como referência principal a variabilidade existencial do arranjo ativador das práticas, nesse caso, o discurso de apropriação e consumo do espaço patrimonializado do CHB, além da pluralidade das práticas na regularidade do calendário de ações do Projeto Circular.

É importante frisar que o planejamento urbano não é capaz de criar um discurso mitigador, que coloca os especialistas num lugar confortável para operar os sistemas políticos decisórios. A dimensão política do planejamento compreende a capacidade desses sujeitos quando os coloca em posições que alçam campos de expressões de fazer no e com o espaço. Para que a experiência do corpo encontre lugar no espaço é necessário a “domesticação” das formas de fazer, isto é, o planejamento com suas taxonomias da ordem imposta. Tudo isso restringe a memória cultural (corporeidade) do corpo no espaço próprio.

A experiência do corpo evocada nesta análise se restringe às formas de agir do sujeito sobre as quais Bourdieu (1992; 2007) e Lefebvre (2013) documentaram. Como soma à nossa análise do uso e apropriação do espaço do CHB, veremos brevemente como o conceito de subjetivação coletiva de Guattari (2012) amplia a perspectiva empreendida sobre o Projeto Circular, a fim de marcarmos a dimensão simbólica da produção espacial.

As contribuições de Guattari (2012) nos ajudam a pensar sobre a subjetividade enquanto produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais, fazendo-a polifônica e heterogênea. Segundo o autor, há um desenvolvimento de produções maquínicas de subjetividade em que

Os fatores subjetivos sempre ocuparam um lugar importante ao longo da história. Mas parece que estão na iminência de desempenhar um papel preponderante, a partir do momento em que foram assumidos pelos *mass media* de alcance mundial (GUATTARI, 2012, p. 12).

De modo geral, a história contemporânea tem mostrado diversos momentos de reivindicação por lugar de fala (RIBEIRO, 2017), por espaços democráticos, reivindicações de singularidade subjetiva, que criam grupos sociais cada vez mais particularizados para ocupar espaços definidos objetivamente na lógica hegemônica de produção. Guattari (2012) entende que a produção de subjetividade é realizada por Equipamentos Coletivos; essa produção pode ser direcionada para duas vias, uma ligada à criação, “a invenção de Universos de referência”, outra ligada à *mass*-mediação.

Aqui pretende-se analisar as dinâmicas espaciais que partem do confronto *sujeito x objeto* para então definirmos a produção discursiva do Projeto Circular sobre o patrimônio do CHB. O caminho seria identificar o cruzamento entre os Universos de referência e o uso direcionado do espaço urbano. É inevitável não pensar no CHB quando a apropriação discursiva por vezes camufla a multiplicidades de significados do objeto diante do sujeito. Um exemplo desse movimento são as fachadas da maioria dos prédios históricos cobertas por grandes placas comerciais que impedem a visualização do traçado arquitetônico tombado, como vemos na Figura 2.

Figura 2 - Sem título. Autor: Marcelo Lelis



Fonte: Revista Circular, 2016.

Outro exemplo é a narrativa visual empregada para explorar um contexto de apropriação do CHB em plena consonância com os interesses patrimoniais, retirando o foco das fachadas, dos fios de energia e de telefonia expostos, de tudo que pode ser entendido como um ruído ao discurso patrimonial, como representam as figuras 3 e 4:

Figuras 3-4: Atividades do Projeto Circular no bairro Campina. Autor: Otávio Henriques



Fonte: www.projetocircular.org.

É interessante perceber também que as imagens compõem a prática discursiva do Projeto Circular quando evidenciam as pessoas na rua, nas praças, nos estabelecimentos, consumindo e criando formas de uso *para o* e *no* centro histórico. O urbano fotografado não é apenas cenário da narrativa patrimonial, mas também “sujeito” central das práticas discursivas.

Uma análise comparativa entre os conceitos vinculados aos autores Bourdieu (1992, 2007) e Lefebvre (2013) demonstra o entrelaçamento entre a produção do espaço, linguagem e cultura. Além disso, situa nosso entendimento sobre os sujeitos urbanos que agem *no* e a *partir do* espaço patrimonializado do CHB, definindo-os como aqueles que modificam as formas de uso e de apropriação do espaço urbano por meio de suas práticas cotidianas atravessadas pela estrutura do Estado na forma de normatização do espaço.

Nesse sentido, o sujeito ativado pelo Projeto Circular é, sobretudo, um sujeito político que concebe seu espaço, bem como seu patrimônio cultural, a partir das relações de uso, do convívio com outros sujeitos, das trocas

simbólicas, das mediações econômicas a respeito do consumo do espaço, etc. A relação estabelecida com o patrimônio encerra-se no domínio do passado e do futuro, fazendo do ato de consumir os equipamentos urbanos ligados à temática patrimonial uma forma objetiva de se trabalhar o devir e o porvir dos centros históricos. Segundo Lada (2015),

O sujeito político moderno concebe seu presente como capaz de realizar um princípio de totalização, tais como de cidadania e justiça social, e postula sua relação com o passado de maneira objetivante e analítica, a fim de que o domínio sobre estruturas causais que atuam na história permita a pluralidade de possibilidades do agora se constituir um futuro único e universal (LEDA, 2015, p. 111).

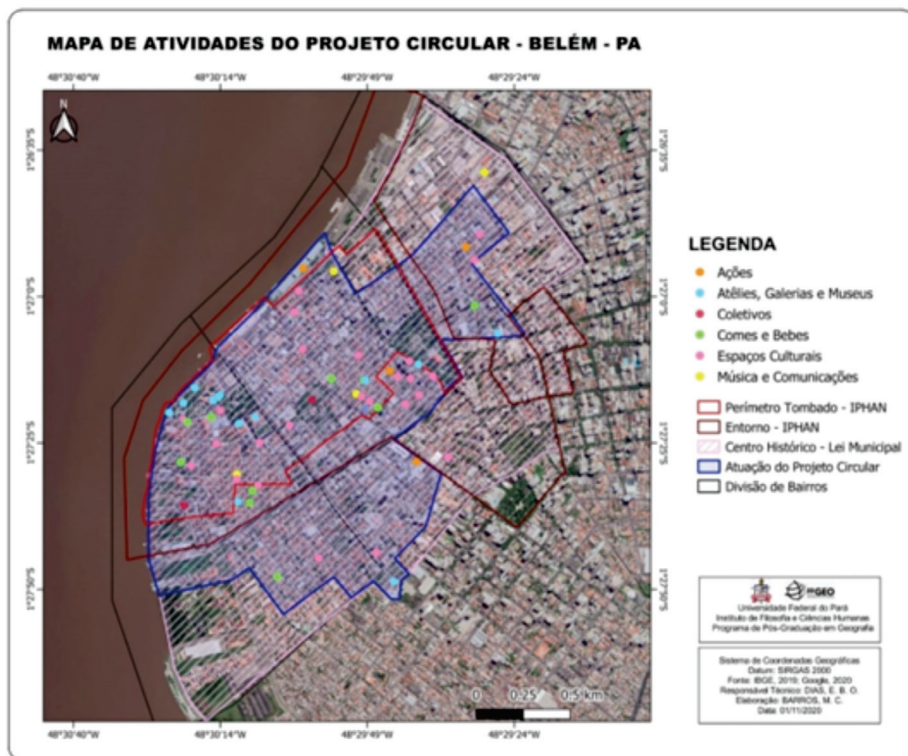
Guattari (2012) entende que “o porvir da humanidade parece inseparável do devir urbano” (p. 150). Isto é, somente é possível pensar a subjetividade humana quando aliada à dimensão urbana da vida, desenvolvendo reflexões sobre a cidade e as experiências urbanas nela produzidas. As práticas do Projeto Circular operam, entre outros modos, no aspecto subjetivo do sujeito que, apesar de ser travessado por estruturas sociais, tem a possibilidade de criar uma nova leitura estética sobre o urbano; a isto Guattari (2012) chamou de “modalidades de subjetivação”. Nesse processo, todos os fatores urbanos contribuem para uma nova forma de relação, na qual o sujeito reconhece sua potência no *estar* no espaço.

4. O MOVIMENTO ENTRE A APROPRIAÇÃO DISCURSIVA E A APROPRIAÇÃO PRÁTICA

A escolha cartográfica que segue oportuniza a observação da distribuição dos usos produzidos pelo Projeto Circular no CHB e entorno. A Figura 5 indica a área tombada pelo Iphan, a área tombada pelo município de Belém e a área de atuação do Projeto Circular sobrepostas aos pontos onde se localizam as práticas desenvolvidas pelos parceiros. Notamos que as atividades se espalham por entre as duas áreas institucionalizadas e avançam os recortes que

contornam essas áreas, caracterizando a dimensão espacial que contempla o centro expandido de Belém. O mapa também revela que as práticas dos diferentes parceiros não dependem da localização que ocupam na malha urbana. Independentemente das vantagens ou desvantagens, as práticas impõem-se sobre a posição, que, atrelada ao poder discursivo de ativação de sujeitos, engendra posicionamentos decisórios, no que tange o contexto democrático de participação, que desafiam ou reafirmam a ordem estabelecida.

Figura 5 - Mapa de ações do Projeto Circular – Belém-PA



Fonte: Barros, 2021.

A estrutura das relações objetivas entre os parceiros, a coordenação do Projeto Circular e os participantes constitui a base do arranjo em que se configuram as práticas do Projeto. A legitimidade das práticas pode ser

conferida pela influência direta na forma e no tempo de apropriação dos bens simbólicos, pois é pelo controle do tempo e do *habitus* (BOUDIEU, 2007) que é possível apressar ou atrasar uma reação. Segundo Bourdieu (2007):

Tendo em mente tudo o que precede e, em particular, o fato de que os esquemas geradores do *habitus* aplicam-se, por simples transferência, aos mais diferentes domínios da prática, compreende-se imediatamente que as práticas ou os bens que estão associados às diferentes classes nos diferentes domínios da prática organizam-se segundo estruturas de oposição que são perfeitamente homólogas entre si por serem todas homólogas do espaço das oposições objetivas entre as condições (BOURDIEU, 2007, p. 167).

As práticas dos parceiros, reunidos em categorias, compõem um mosaico que transmuta cada uma delas em discursos adaptáveis a qualquer campo de interação no/com o espaço patrimonializado, pela razão de serem consequência das trocas entre sujeitos que buscam exercer, nas práticas, ações sobre o espaço. A ação real – aqui destacada didaticamente da virtual, operada pelos meios de comunicação – transforma o conteúdo simbólico dos bens patrimoniais quando atribui o aspecto identitário, familiar, ao relacionamento com o patrimônio. Isto é, atitudes facilmente perceptíveis que partem do reconhecimento com o objeto, material e imaterial, seus traços e estilos, como se reconhecesse o rosto ou a maneira de andar de um amigo. Tal familiaridade sugere comportamentos mecânicos provocados fundamentalmente pela internalização passiva das experiências práticas. Todavia as experiências também engendram comportamentos que suplantam as estruturais discursivas do Projeto Circular e do planejamento urbano, por meio das palavras, dos gestos, dos objetos e das ações; essas disposições partem dos universos de referência individuais, formados dentro das relações coletivas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos encarar o Projeto Circular como um espaço de abertura aos segmentos populares e sua forma de participação institucional a partir da representatividade do Projeto. Apesar de ele não possuir uma orientação clara de inserção, por conta de sua natureza heterogênea e pela fragmentação de interesses, o Projeto Circular cria condições de influência nas políticas públicas. O tipo de participação organizado pelo Projeto não se dá num espaço hegemônico, mas é indispensável para o avanço político que consolida a sociedade organizada como sujeito central no processo democrático e na conquista de direitos sociais.

A variedade de frentes de atuação desse Projeto (Figura 5) indica ainda uma tendência em construir espaços de legitimação das relações de poder. A capacidade do Projeto em captar recursos e revertê-los em investimentos sociais é uma estratégia de subsidiar atividades sem acesso institucional. De acordo com o site do Projeto Circular, existem atualmente quatro modos de captação de recursos: Apoio Institucional, oferecidos pela Polícia Militar, Fórum Landi – UFPA, Grupo de Pesquisa Geografia do Turismo (GGEOTUR) – UFPA, IPHAN, Secretaria de Cultura do Estado (Secult), Imprensa Oficial do Estado (IOE), Milton Kanashiro – Arte Cultura Cidadania; Realização e Patrocínio, Banco da Amazônia, Alubar, Programa Casa Cidades, Associação Amigos de Belém, Lei de Incentivo à Cultura, Ministério da Cidadania; Copatrocínio, Rede de Comunicação Cultural; Prêmios, Prêmio IPHAN Rodrigo Melo Franco de Andrade. O Projeto também capta recursos de pessoas físicas por meio da Lei Rouanet, cujo valor contribuído é abatido diretamente no imposto de renda.

Dessa maneira, a estratégia de obtenção de recursos financeiros e humanos para desempenhar atividades no CHB e bairros adjacentes atua como uma forma de estimular a produção de ações ligadas ao patrimônio e à economia criativa no espaço central da cidade, empregando dinamismo novo à produção do espaço do CHB por envolver sujeitos que estabelecem uma relação simbólico-cultural com o espaço. A prática discursiva enfatizada neste texto é construída de maneira formal e criativa, o que contribui para a reprodução das identidades sociais, das relações, das formas de saber,

da crença (FAIRCLOUGH, 2001). As relações travadas durante as atividades do Projeto Circular, que estão sob o contexto da apropriação e do uso patrimonial, dependem da coerência de ideias e constância dos padrões discursivos (palavras e imagens) dentro e fora do CHB para que a reprodução das práticas discursivas do Projeto Circular ocorra.

Portanto entendemos que o Projeto Circular concebe o espaço a partir das estruturas públicas e privadas preexistentes, percebe nestas estruturas novas formas de atuação, por meio da prática discursiva, e vivencia o espaço através das atividades elaboradas pelos parceiros. O domínio do discurso subjetivo e da prática participativa são alcançados por meio e a partir da vivência no espaço. A experiência do Projeto Circular nos permite afirmar que, se os sujeitos são impedidos, de alguma forma, de vivenciar o CHB, então o movimento discursivo e a participação, tão necessários às políticas públicas atuais, se somam às barreiras da estrutura social que impedem o exercício, em primeira e última linha, da cidadania.

REFERÊNCIAS

- BARROS, M. C. *Projeto Circular Campina-Cidade Velha: uma análise das formas de uso e apropriação do espaço patrimonializado no centro histórico de Belém*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, IFCH, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2021.
- BOURDIEU, P. *Language and symbolic power*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- BOURDIEU, P. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz (português de Portugal) – 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- CERTEAU, M de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Tradução Isabel Magalhães. Brasília: UnB, 2001.

GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. – São Paulo: Editora 34, 2012.

LEDA, M. C. Teorias Pós-Coloniais e Decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade. *Revista Temáticas*, Campinas, 23, n. 45/46, p. 101-126, fev./dez., 2015.

LEFEBVRE, H. *La producción del espacio*. Introducción y traducción: Emilio Martínez Gutiérrez. Capitán Swing Libros, S. L.: Madri, 2013.

PROJETO CIRCULAR. www.projetocircular.org. 2021.

PROJETO CIRCULAR. *Revista Circular*, n. 1. set., 2016.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Feminismos Plurais).

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2017.

TOURINHO, H. L. Z.; LIMA, D. B. O. Planos Urbanos e Centro Histórico de Belém. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v. 22, n. 30, 2. sem., 2015.

VIEIRA, M.; SILVA, H. F. Projeto Circular: capital social e experiências culturais na cidade de Belém. *Culturas Midiáticas*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPB. Ano IX, n. 17, jul./dez., 2016.



RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO PARA O TURISMO PELAS ELITES AGRÁRIAS EM SOURE, MARAJÓ, PARÁ

Thiliane Regina Barbosa Meguis¹
Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues²

1. INTRODUÇÃO

Em Soure, recorte empírico do estudo, predomina a pecuária extensiva bovina e bubalina, seguida pela pesca artesanal e pelo comércio. Fora da sede municipal, as fazendas complementam sua renda com o turismo rural e as comunidades praianas com o turismo de “sol e praia” e o turismo de base comunitária (TBC). Entre as novas dinâmicas, chama a atenção a implementação da Rodovia Estadual PA-154, conhecida como Transmarajoara, em 2017, que se estende do Porto de Camará até Soure, chegando até as comunidades do Céu e Caju-una. A circulação pela rodovia preocupa alguns gestores públicos, moradores e turistas, devido a perpassar por uma grande propriedade privada que, geralmente, cobra uma taxa de entrada para visitantes e controla a entrada e saída dos moradores.

O acesso ao Marajó pode ser via fluvial ou aéreo, devido à existência de portos e pequenas pistas de pouso em sua maioria particulares. No que diz respeito às práticas turísticas, ganham destaque os municípios de Soure e Salvaterra, considerados “os portões de entrada” do arquipélago, localizados a cerca de 80 quilômetros de distância de Belém a partir do porto de Camará, localizado em Salvaterra.

Em relação aos aspectos econômicos, reforça-se que Soure, assume relevância por sua pecuária extensiva bovina e bubalina, instituída a partir

¹ Turismóloga, Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA). E-mail: thilianemeguis@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2120069516706032>

² Turismóloga, Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA). E-mail: agflaviana@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2418453374423378>.

do século XVII, de grande aproveitamento comercial, a partir do consumo da carne, do leite e de seus derivados. O animal também é usado como meio de transporte de mercadorias e pessoas. A pesca, predominantemente artesanal, é a segunda maior atividade econômica, seguida pelo comércio, que, por sua vez, não tem uma expressão economicamente significativa, com baixo rendimento e empregabilidade. A agricultura apresenta pouco destaque na geração de renda, sendo seus índices de produção modestos (PARÁ, 2009). Destaca-se ainda o coco e o caranguejo como expressivos na economia extrativista (MIRANDA NETO, 2005).

Desse modo, o presente estudo objetivou analisar as formas de acesso, uso e ressignificação dos espaços potencialmente turísticos pelas elites agrárias e pelas comunidades praianas de Soure, a fim de compreender as relações estabelecidas entre moradores, turistas, lideranças políticas e comunitárias com as elites agrárias locais.

Entende-se que as elites agrárias, nesse caso, representadas por uma fazenda que funciona de “porteiras fechadas”, limitam o acesso de visitantes às comunidades do Céu e Caju-una pela Rodovia PA-154, estando autorizada a entrada somente de funcionários, moradores reconhecidos das comunidades e turistas, estes últimos somente mediante pagamento de taxa. A Fazenda se apropria e ressignifica o espaço até as praias em prol de interesses particulares que vão de encontro aos interesses das comunidades.

Para este capítulo, foram utilizados pesquisa bibliográfica em publicações científicas, jornais, revistas sobre a formação social de Soure, análise documental do Plano Diretor de Soure, do Inventário da Oferta Turística, do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Soure, além de cartas e documentos do acervo do Arquivo Público do Estado do Pará. Contou-se ainda com coleta de dados sobre as percepções de turistas em redes sociais virtuais como *Facebook* e *Instagram*. A pesquisa de campo ocorreu em dezembro de 2020, com a realização de entrevistas semiestruturadas³ e participação no I Seminário de Pesquisas da Reserva Extrativista Marinha de Soure (RESEXMAR).

Além da introdução e conclusão, o texto subdivide-se em duas seções, que correspondem ao processo de formação histórica, econômica e social

³ Foram entrevistados representantes das agências de receptivo turístico, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), vice-presidente da Associação de Moradores da Comunidade do Céu (AMPOC), moradores das comunidades e turistas.

de Soure e, por fim, destacam-se os conflitos pelo uso do espaço em prol do turismo.

2. CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E SOCIAL DE SOURE

A ilha Grande de Joanes, denominação dada ao Marajó no período colonial, possui registros de ocupação humana há 3.400 anos a.C., atingindo alta densidade populacional antes do contato com os europeus. Inicialmente, os pequenos grupos eram dedicados à pesca e coleta de moluscos e, posteriormente, viveram em assentamentos atuando na horticultura, caça, pesca e coleta (MARIN, 2009).

Os registros históricos também marcam a presença de espanhóis, portugueses e outros exploradores estrangeiros, antes da data oficial de “descobrimto” do Brasil. Vicente Pinzon, explorador espanhol, percorreu o rio Amazonas e a ilha do Marajó por volta de 1499, indo até Pernambuco, onde defendeu os embates políticos decorrentes do Tratado de Tordesilhas e do contexto da União Ibérica. Assim, espanhóis e portugueses expulsaram outros estrangeiros da foz do rio Amazonas, considerado ponto estratégico de dominação do continente. Além dos invasores, outro problema enfrentado pelos conquistadores foi estabelecer o controle sobre os grupos indígenas originários (CORRADI, 2009).

Em 1665, os grupos originários, em busca de defesa contra a escravização, valeram-se de estratégias de desmembramento das povoações pelo território. Os embates seguidos de roubos e mortes para ambos os lados, resultou na escravização e dizimação de diversas comunidades indígenas (MARIN, 2009).

O controle sobre os grupos indígenas, mesmo com alguns levantes, ocorreu a partir de 1665, quando o Marajó é doado como capitania ao então secretário de Estado, Antônio de Souza Macedo, que foi sucedido pelo seu filho Luiz Gonçalo de Souza Macedo, o 1º Barão de Joanes. As posses da família foram reintegradas à Coroa portuguesa no ano de 1754 (CORRADI, 2009).

Particularmente, interessa-nos aprofundar a discussão em torno do perímetro rural de Soure, que durante o período colonial e mesmo na

Belle Époque do Ciclo da Borracha foi valorizado pelos campos naturais de planícies, propício para a criação de bovinos e bubalinos cuja carne, leite e derivados abasteciam, principalmente, Belém e arredores.

A origem do município de Soure está ligada à aldeia dos índios Maruanazes, da tribo dos Aruans, que foi missionada pelos capuchos de Santo Antônio. Depois, o lugar obteve a condição de freguesia do Menino Deus. Inicialmente, a Coroa portuguesa estimulou a implantação de empreendimentos agrícolas, na suposição de que constituíram base estável para a colonização europeia. Contudo, as características da terra eram mais propícias ao pasto e ao extrativismo, tornando-se a principal fonte da economia (HOSHINO, 2007).

Para além das fazendas de gado, existiam plantações de cana-de-açúcar, engenhos voltados para a produção de aguardente, o pesqueiro real, as roças de mandioca para produção de farinha e a produção de arroz em locais alagados. A exploração mais intensa da região de florestas ocorreu no período da exploração da borracha, a partir da segunda metade do século XIX (SOARES, 2010).

O poderio dos missionários chamou a atenção da Coroa portuguesa, por sua forma de conduzir a exploração da pecuária e das drogas do sertão nas grandes extensões de terra sob seus domínios, ocasionando sua expulsão a partir de 1760. Assim, no século XVIII, Marquês de Pombal inicia o projeto de reformulação da Amazônia, provocando inúmeras mudanças socioeconômicas no espaço, tornando-o mais lucrativo para a metrópole portuguesa (COSTA, 2013).

Desse modo, nas cidades amazônicas, planejadores territoriais iniciaram um trabalho dedicado à construção de uma face mais lusitana, aldeias foram transformadas em vilas e as casas construídas sob certa uniformidade e retinilidade. Boa parte das cidades tiveram seus antigos nomes substituídos por outros que valorizavam a soberania de Portugal, os estabelecimentos comerciais passaram a negociar cada vez mais produtos de origem portuguesa que aos poucos se mesclavam com os da região (COSTA, 2013).

Em Soure e Monforte (outra denominação para Joanes), mesmo a

população sendo “constituída em sua maioria de índios” (MARIN, 2009), a distribuição das propriedades dos religiosos ocorreu entre autoridades, principalmente, militares. Um universo dominado por grandes famílias, com grupos de parentelas definidos muitas vezes pela prática do compadrio e do matrimônio, cuja obrigatoriedade do trabalho nas tropas, a criação de áreas agrícolas, a produção de arroz e de farinha, a criação de animais, o roubo de gado, as disputas com outros fazendeiros, o comércio clandestino de couros e carnes e a movimentação de sujeitos criavam tramas fomentadas no decorrer do tempo (SOARES, 2010).

As mudanças de cunho turístico ganham evidência a partir da segunda metade do século XX, com a elaboração das políticas públicas de turismo, que tomam forma com a elaboração do I Plano de Turismo da Amazônia (PTA), no ano de 1977 (NÓBREGA, 2006), coordenado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Com o esgotamento do Estado, priorizou-se a descentralização do governo federal por meio da criação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), em 1994 (CORDOVIL, 2017). Dentro das premissas do PNMT, chamou-se a atenção para a elaboração de estratégias que incluíam a criação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e do Fundo Municipal de Turismo. No entanto Soure não alcançou essa etapa e o programa foi interrompido (HOSHINO, 2007).

Outro movimento político criado em 2002 foi a Associação de Turismo Rural no Marajó (ATURMA), constituída por proprietários de fazendas e meios de hospedagem interessados em gerir ações promocionais em parceria com a antiga Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) e com o Serviço Nacional de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE). Para Hoshino (2007), o encerramento das atividades da ATURMA, em 2004, ocasionado pelos conflitos entre associados, demonstrou um campo de forças negativas no processo de auto-organização social.

As elites agrárias sempre buscaram estar à frente das decisões econômicas e políticas de Soure, sendo em alguns casos as primeiras contempladas pelas oportunidades de desenvolvimento propiciadas pelas políticas públicas até o final do século XX. Meguis (2018) afirma que a relação da população marajoara com a terra era, e ainda é, consideravelmente influenciada pela existência do baronato e coronelato, que é articulado ao

poder público, exercendo forte influência sobre as políticas e intervenções, ocasionando conflitos de interesse entre os fazendeiros e as comunidades locais.

3. OS CONFLITOS PELO USO DO ESPAÇO EM PROL DO TURISMO NA ÁREA RURAL DE SOURE

Os rios desempenharam papel fundamental no processo de ocupação da Amazônia, permitindo a colonização desde os tempos primórdios até os dias atuais, desempenhando papel relevante para os deslocamentos humanos e o escoamento de mercadorias, cujas relações comerciais e simbólico-culturais aproximam as localidades mais distantes geograficamente dos centros industriais e financeiros.

Nas cidades amazônicas, os cursos d'água ainda se fazem importantes para uma série de indivíduos e grupos sociais, compondo elementos da paisagem, das relações de trabalho e de sobrevivência, sobre o qual se aglomeram conhecimentos. Especificamente, observa-se que, em locais que possuem vínculos com os elementos naturais, a modernidade incorporada pela dinâmica do turismo caminha lado a lado com a tradição (RODRIGUES, 2018).

O ambiente rural de Soure, situado na faixa litorânea para além das fazendas, pode ser considerado um exemplo de tentativa de inserção dessa dinâmica. Nele, existem comunidades que fazem parte da RESEXMAR, criada em 2001, pelo Decreto s/nº de 22/11/2001, tendo os "objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local" (BRASIL, 2001, s.p.).

As comunidades que fazem parte da RESEXMAR são constituídas de 1.298 famílias extrativistas distribuídas em seis comunidades no interior da Unidade de Conservação (UC): Araruna, Barra Velha, Pesqueiro, Céu, Cajuna e Pedral; e em nove bairros urbanos fora dos limites da Resex: Centro, São Pedro, Matinha, Umirizal, Pacoval, Macaxeira, Bom Futuro, Bairro Novo

e Tucumanduba, que sobrevivem de recursos pesqueiros, florestais não madeireiros, criação de pequenos animais e atividades ligadas ao turismo.

O plano de Manejo da RESEXMAR, lançado em 2018, propõe destaque para o Turismo de Base Comunitária (TBC), com protagonismo das comunidades praieiras da UC, sobretudo Pesqueiro, Céu e Caju-una. Na Comunidade do Céu, reforçam-se as possibilidades para esse tipo de turismo, visto que há oferta de serviços de hospedagem e restaurante conduzido pelos próprios moradores a partir da associação local que atua na vila (AMPOC).

Portanto, por meio das leituras de artigos científicos e da visita *in loco* durante o trabalho de campo, observou-se como vem sendo (re)organizado o espaço dessas comunidades para o uso turístico e como são estabelecidas as relações com as fazendas que as cercam, responsáveis por dispor das principais vias de acesso às praias, possibilitando ainda determinar a distribuição territorial dos atrativos, dos empreendimentos e dos agentes.

Nesse sentido, destaca-se entre as demais comunidades a Vila do Céu, com cerca de 45 famílias, situada a 20 km da sede de Soure. O deslocamento, geralmente, ocorre por meio da estrada estadual PA-154, passando por uma propriedade privada, que cobra uma taxa para que visitantes⁴ circulem por seu terreno. Outra possibilidade de acesso é por meio da condução de embarcações com saídas frequentes a partir da comunidade do Pesqueiro⁵, o nível de dificuldade desse tipo de locomoção é definido pelo fluxo das marés e pela acessibilidade (MEGUIS, 2018).

Nas fazendas de Soure (quadro 01), geralmente, ocorre o turismo de um dia ou de visitação temporária, atribuído àqueles consumidores dos serviços turísticos que, de acordo com a OMT (2001), podem ser classificados como turistas, excursionistas e visitantes.

⁴ Mais próxima do centro de Soure, cerca de 3 quilômetros, encontra-se a praia da Barra Velha cujo acesso principal também ocorre por via terrestre adentrando os domínios de outra fazenda. Contudo, diferentemente do que ocorre na visitação às praias da Vila do Céu, a porteira desta propriedade fica aberta com livre acesso de moradores e turistas.

⁵ É importante considerar que a localização do Pesqueiro facilita o acesso de visitantes e, por consequência, tem infraestrutura mais adequada para recebê-los, se comparada à Comunidade do Céu (HAMOY, 2018).

Quadro 1 - Principais fazendas que comercializam atividades turísticas em Soure: dados dos anos de 2009 e 2019

| Fazenda | Principais atividades em 2009 | Principais atividades em 2019 | Outras atividades | Contradições e conflitos |
|--------------|---|---|--|--|
| São Jerônimo | Passeios de búfalo; Alimentação; Hospedagem. | Passeios de búfalo; Trilha ecológica; Passeio de barco; Alimentação. | Cultivo de coco; Criação de rebanho bubalino e cavalo marajoara. | Valor cobrado pelos serviços turísticos; ausência de atividades guiadas que apresentem a história e cultura local; ausência de sinalização; não é permitido banho na praia; ausência de cuidados com os animais. |
| Bom Jesus | Passeios. | Montar em búfalo; Observação de aves; traslado; Trilhas e caminhada; Alimentação; Passeio de barco; Visitação à capela para visualização de arte sacra; | Criação e comercialização de rebanho bovino e bubalino; Cultivo de coco. | Ausência de sinalização; acesso à vila e à praia do Céu; valor cobrado pelos serviços turísticos. |
| Araruna | Hospedagem e passeios. | Passeios de búfalo; alimentação; venda de produtos regionais; loja de artesanato; hospedagem; passeio de barco. | Criação de rebanho bubalino; Cultivo de coco. | Valor cobrado pelos serviços turísticos; ausência de atividades guiadas que apresentem a história e cultura local. |
| Sanjo | Hospedagem, alimentação e passeios. | Hospedagem; cavalgada em cavalo marajoara; montar em búfalo; trilhas e caminhadas; passeio de barco; pescaria; observação da fauna e flora; alimentação | Criação de rebanho bubalino. | Não identificado nesta pesquisa. |
| Mironga | Não participou da pesquisa de Corradi (2009). | Comercialização de produtos artesanais. | Produção de queijo de búfala. | Não identificado nesta pesquisa. |

Fonte: Corradi (2009) e coleta de dados via redes sociais virtuais realizada em dezembro de 2019.

Todas as fazendas do Quadro 1, além das atividades primárias, como a criação e comercialização de produtos provenientes dos rebanhos bovinos e bubalinos, possuem em sua maioria pequenas plantações de produtos regionais como o coco, entre outras frutas. Esses espaços prestam serviços turísticos, além do comercializar produtos produzidos nas fazendas, estando entre as paisagens mais retratadas nos veículos de comunicação empresariais e governamentais. As revistas trazem em seu conteúdo as novas tendências em técnicas oferecidas pelo mercado, apresentam novos atrativos turísticos e impõem novas regras de comercialização, além de tornar as pequenas agências de viagens organizadas e normatizadas.

Nas propriedades agrárias, os visitantes, geralmente, adquirem pacotes nos quais está inclusa a vivência em uma propriedade rural amazônica. Tais serviços variam de acordo com o valor pago, que varia entre R\$ 70,00 e R\$ 400,00, em média, dependendo do número de atividades e serviços de alimentação adquiridos. Com exceção da fazenda Mironga e da Araruna, que permitem a livre circulação de pessoas, as demais propriedades cobram taxa de entrada independentemente da aquisição de pacotes e roteiros turísticos.

A veiculação de imagens do Marajó em programações televisivas (programas de televisão, noticiários, documentários, filmes, etc.) e em eventos evidencia, inclusive, a participação de fazendeiros e representantes comunitários em ações que visam atrair investimentos de cunho turístico e imobiliário para o local. Nos últimos anos, o município de Soure teve sua imagem atrelada a uma série de ações midiáticas empresariais e governamentais, entre elas encontra-se a Fazenda São Jerônimo, localizada na estrada do Pesqueiro, que no início dos anos 2000 foi palco de um reality show e, pouco depois, cenário de uma novela em uma das maiores emissoras de televisão do Brasil.

Entre os desafios da atividade turística das comunidades do Céu, Pesqueiro e Caju-una está o processo de planejamento e de gestão pública, que tem como finalidade compatibilizar os ideais de uma área natural a ser conservada com os interesses de visitantes e moradores. Das três comunidades, o Pesqueiro é a única que possui infraestrutura de acesso com transporte público e privado (ônibus, táxi, motos).

No que diz respeito às contradições observadas, chama a atenção a Vila do Céu, onde o deslocamento, geralmente, ocorre por meio da estrada estadual PA-154, passando por uma propriedade privada, que cobra uma taxa para que visitantes circulem por seu terreno. Outra possibilidade de acesso é por meio da condução de embarcações com saídas a partir do Pesqueiro, cujo nível de dificuldade de locomoção é definido pelo fluxo das marés (MEGUIS, 2018).

O turismo vem sendo apontado tanto pelas fazendas quanto pelas comunidades da RESEXMAR de Soure como possibilidade de complementação na renda e garantia de permanência das antigas atividades tradicionais. Contudo o acesso pela rodovia PA-154, que deveria ser a principal via de entrada para a praia da Vila do Céu, torna o ambiente conflituoso e dificulta o desenvolvimento da atividade. Os entrevistados apresentaram opiniões divergentes a respeito desse assunto, pois para o ICMBio a criação da barreira física na fazenda trata-se apenas de uma ação de controle, não sendo “uma proibição”, apenas uma “restrição necessária”. Portanto, para acessar as comunidades, os moradores utilizam canoas a partir da comunidade do Pesqueiro, porém é necessário andar alguns quilômetros, dependendo do fluxo das marés, não sendo um deslocamento acessível, principalmente, para pessoas com dificuldade de locomoção.

Infelizmente, durante o trabalho de campo não foi possível realizar entrevista com a proprietária da Fazenda que limita o acesso às comunidades do Céu e Caju-una, mas, na pesquisa de Falcão (2013), houve a compreensão de que o controle imposto nos limites se estabelece pelo discurso de concentração de esforços para resguardo do patrimônio natural, o que de certa forma acaba por complementar o processo de fiscalização do ICMBio.

Há anos essa problemática vem sendo debatida em encontros com representantes do poder público, moradores e fazendeiros, não sendo possível até o momento chegar a uma solução comum e viável para ambos os lados. No decorrer das pesquisas de campo, foi possível identificar que a Comunidade do Pesqueiro é a mais estruturada para receber turistas. Contudo o proprietário da agência informou que, mesmo com as dificuldades, prefere indicar a Comunidade do Céu para receber visitantes, pela forma de organização das comunidades.

Por vezes, a conectividade de um espaço, especialmente em Soure, pode ressignificar a sua inclusão em redes globais que, contudo, só privilegiam a acumulação capitalista, ficando a população local e originária subordinada à uma elite agrária dominante, aumentando a rede de tensões e relações de poder, que raramente gera algum benefício ou perspectiva de desenvolvimento socioeconômico que possa incluir mais agentes na dinâmica turística.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fazenda em destaque funciona de porteiros fechadas e regula os horários de entrada e saída de moradores, bem como cobra taxa para o deslocamento de turistas. Esse controle de acesso e uso da estrada representa assim uma forma recente de dominação por parte da elite agrária de Soure, que se apropria e ressignifica o espaço até as praias em prol de interesses particulares que vão de encontro aos interesses das comunidades do Céu e Caju-una.

Nas limitações encontradas pela pesquisa, entende-se que houve pouco tempo hábil para aprofundar a leitura sobre disputas e conflitos em áreas de terreno de marinha pertencentes à União, bem como a análise dos processos promovidos pelo poder público para “reintegração de posse” de elementos públicos como uma rodovia estadual.

A partir da análise dos dados, pode-se perceber que os entrevistados e as informações contidas nas páginas virtuais concordam que a infraestrutura de acesso, considerada parte integrante dos serviços e direitos públicos básicos, como o ir e vir, não correspondem ao que se espera de um local turístico. Os relatos demonstraram que o ambiente se encontra desamparado pelo poder público. Isso aponta que as políticas e intervenções não seguem o mesmo ritmo das imagens que vêm sendo projetadas sobre o lugar, sendo a prática diferente do discurso. As fazendas tornam-se obstáculos para o desenvolvimento ampliado e maior inclusão de outros agentes locais nas atividades turísticas de Soure. Destaca-se a existência do turismo, que se estabelece condicionado por barreiras simbólicas e físicas causadas pelas porteiros que se apropriam e ressignificam o espaço.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto s/n, de 22 de novembro de 2001. Cria a Reserva Extrativista Marinha de Soure, estado do Pará, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 23 nov. 2001.

CORDOVIL, J. C. S. *Turismo na Amazônia: políticas públicas e desenvolvimento nos municípios de Cametá e Santarém no Estado do Pará*. 2017. 313 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

CORRADI, A. O turismo rural como oportunidade de negócios no Marajó Ocidental – Soure e Salvaterra. 2009. 193 f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém. 2009.

COSTA, G. G. As Cidades Amazônicas na América Portuguesa. In: Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 5, Petrópolis. *Anais eletrônicos...* Petrópolis: UFRJ, 2013.

FALCÃO, L. *Turismo em Resex: perspectivas de desenvolvimento, participação social e políticas públicas nas Resex de Soure e de Curuçá no Pará*. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo do Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Belém. 2013.

HAMOY, J. A. *Turismo em Unidades de Conservação e o desenvolvimento local em Soure-PA*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento do Trópico Úmido) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

HOSHINO, Y. *Políticas públicas e participação em programa de turismo no município de Soure, PA*. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado Planejamento do Desenvolvimento) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MARIN, R. E. A. Quilombolas na ilha de Marajó: território e organização política. In: GODOI, E. P. de., MENEZES, M. A. de; MARIN, R. E. A. (org.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleos de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. v. 1, p. 209-228. 2009.

MEGUIS, T. R. B. *Transporte fluviomarítimo e turismo: a viagem a Soure e as perspectivas de desenvolvimento local*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

MIRANDA NETO, M. J. *Marajó: desafio da Amazônia – aspectos da relação a modelos exógenos de desenvolvimento*. Belém: EDUFPA, 2005.

NÓBREGA, W. R. M. *Participação popular e as políticas públicas de turismo na Amazônia: o Proecotur no distrito de Mosqueiro, Belém – PA*. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em cultura e turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Universidade Federal da Bahia, 2006.

Organização Mundial de Turismo (OMT). *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

PARÁ. Companhia Paraense de Turismo. *Diagnóstico da área e das atividades turísticas do Polo Belém – PA*. Belém: PARATUR; CHIAS Marketing, 2009.

RODRIGUES, A. F. A. C. *A produção do espaço pelo e para o turismo na Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu (Belém-PA)*. 2018. 332 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SOARES, E. C. L. *Família, compadrio e relações de poder no Marajó (séculos XVIII e XIX)*. 204 f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica da São Paulo, Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2010.



IMPACTOS DA COVID-19 NO NÚMERO DE EMPREGOS E DESEMPREGOS: UMA ANÁLISE DAS REGIÕES TURÍSTICAS DE BELÉM E CAMPOS DO MARAJÓ

Kassia Suelen da Silva Farias¹

Milene de Cássia Santos de Castro²

Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues³

1. INTRODUÇÃO

Há mais de dois anos, o Brasil tem enfrentado uma das maiores crises de saúde pública, notadamente ocasionada pela forte dispersão da pandemia da COVID-19 no país. A conjuntura global da pandemia descortinou as diversas fragilidades da sociedade capitalista, tanto no âmbito político quanto no econômico e no social, demonstrando as desigualdades entre países periféricos e desenvolvidos, como também entre as diferentes regiões de um mesmo país, como o Brasil (RODRIGUES *et al.* 2020). Assiste-se, assim, a contradições, não só em relação à retomada dos setores econômicos, como, principalmente, à distribuição desigual de vacinas no mundo, onde prevalece, em sua maioria, a relação proporcional entre países pobres e baixos índices de vacinados⁴.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: kassiafarias@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2566-7876>. Brasil.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria pela Universidade Vale do Itajaí (UNIVALI). E-mail: castro.milene2010@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5887-2261>. Brasil.

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: agflaviana@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2566-7306>. Brasil.

⁴ “Quase 900 milhões de doses de vacinas foram distribuídas globalmente, mas mais de 81% foram para países de rendimentos médios/altos a altos, enquanto os países de baixos rendimentos receberam apenas 0,3%”, disse o diretor geral da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021).

No Brasil, a polarização política do atual governo teve grande importância para agravar ainda mais a crise, caracterizada pelo negacionismo e pelo menosprezo em relação à gravidade da COVID-19, tanto em março de 2020, quando o número de casos se espalhou pelo país de forma vertiginosa, quanto no final de abril de 2021, quando se assistia a uma nova “onda” das infecções do vírus no país. Esse descompasso retardou o retorno dos setores econômicos, entre eles o turismo.

Tavares *et al.* (2021) ressaltam que, no Pará, a diversidade territorial pulverizou os impactos negativos ocasionados na atividade turística de forma diferenciada nas suas sub-regiões. Conforme os autores, as mudanças ocasionadas no turismo foram diversas, obrigando forte reestruturação dos fluxos econômicos, seja nas relações de trabalho, seja nas questões que passam pela produtividade.

Desse modo, o presente estudo, assentado na abordagem da produção do espaço turístico, apresenta parte dos resultados da pesquisa iniciada em 2020 sobre os impactos da pandemia da COVID-19, em particular nos postos de trabalho formal das Atividades Características do Turismo (ACTs)⁵ no estado do Pará. Para tanto, foi considerado um marco temporal de 2012 a 2021, com o objetivo de analisar o índice dos empregos dos últimos dez anos. Os dados foram coletados no *site* do governo federal sobre o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) em três municípios emblemáticos para o turismo no território paraense: Belém, Salvaterra e Soure. O primeiro, capital do estado, faz parte da Região Turística de Belém; o segundo e o terceiro compõem a Região Turística dos Campos do Marajó⁶.

⁵ As ACTs consideradas foram: 1) Hotéis e similares; 2) Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente; 3) Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas; 4) Locação de automóvel sem condutor; 5) Agências de viagens; 6) Operadores turísticos; 7) Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente e 8) Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos

⁶ No reordenamento turístico do Estado do Pará, disponível na Portaria nº 164/2019/Geps/Setur, encontram-se 14 Regiões Turísticas (PARÁ, 2020). A Região Turística de Belém, composta pelos municípios de Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará, concentra as atividades turísticas na parte central da capital, direcionadas principalmente ao segmento de negócios, lazer e cultura, cujos projetos e ações recentes destacam a gastronomia e a interação com a natureza. No arquipélago do Marajó, encontram-se as regiões turísticas de Florestas do Marajó e Campos do Marajó, ganhando maior projeção a última, constituída pelos municípios de Soure, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Salvaterra e Santa Cruz do Arari. Em Soure, ganham relevância os atrativos naturais e culturais nas comunidades, fazendas, praias, lagos, rios e igarapés.

A seleção dos municípios se justifica pela centralidade política e econômica que exercem de forma diferenciada em suas respectivas sub-regiões, pelas especificidades e diversidade socioespacial, intenso fluxo de pessoas e mercadorias, como também pela infraestrutura urbana (sistema viário, saúde, segurança, transporte, abastecimento de água, iluminação, lazer, etc.) e de equipamentos turísticos (meios de locomoção, hospedagem, agenciamento, bares e restaurantes, etc.).

As informações obtidas no CAGED foram interpretadas e confrontadas com os documentos e as entrevistas do tipo semiestruturada, realizadas de forma virtual nos meses de novembro e dezembro de 2020 pela plataforma *Google Meet*. Consideraram-se as falas dos representantes de diferentes entidades civis ligadas à atividade turística nos municípios escolhidos, como: Associação Brasileira de Assessores e Cerimonialistas (ABRACS-PA); Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH-PA); Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no Estado do Pará (CETUR/FECOMERCIO-PA) e Associação de Turismo do Marajó (ATM).

O texto subdivide-se em duas seções, que correspondem a um breve panorama das intervenções de interesse turístico nos municípios em análise e, por fim, destacam-se os impactos da pandemia no número de empregos formais e suas contradições.

2. UM BREVE PANORAMA DOS ESPAÇOS TURÍSTICOS DE BELÉM, SOURE E SALVATERRA

Nos últimos anos, Belém, Soure e Salvaterra ganharam evidência pelas inúmeras tentativas de valorização do espaço em prol da atividade turística. Entretanto, é importante analisar se as novas práticas não constituem estratégias que reproduzem lógicas de apropriação e de gestão que pouco priorizam as demandas e a realidade local, revelando contradições entre os diversos agentes que produzem o espaço turístico.

Em Belém, na década de 1960, período de inserção de políticas territoriais de integração da Amazônia ao restante do País, foram estabelecidos

subsídios para mobilidade e atração de investimentos, como a construção da rodovia Belém-Brasília e a abertura da base militar de Val-de-Cans para o tráfego de passageiros domésticos e internacionais. Na hotelaria, destacou-se a implementação de serviços de luxo como os da Rede Horsa (ANDRADE; TAVARES, 2012) e da cadeia de hotéis Hilton. De acordo com Cardoso e Ventura Neto (2013), houve ainda iniciativas de refuncionalização da parte central da cidade, por meio de projetos de macrodrenagem que (re)organizaram o lugar, no qual vilas operárias e assentamentos informais deram lugar aos arranha-céus, centros comerciais e serviços de luxo, além da implementação dos distritos industriais de Icoaraci e de Ananindeua.

Na década de 1990, inicia-se o processo de abertura da orla de Belém, criando-se ambientes propícios à valorização imobiliária e turística, como o “Complexo Estação das Docas” e o “Núcleo histórico Feliz Lusitânia”, de iniciativa do governo estadual; o “Projeto Ver-o-Rio” e o “Complexo do Ver-o-Peso”, implementados pela prefeitura municipal (AMARAL, 2005). Em direção à parte sul, encontra-se o Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), conhecido como “Portal da Amazônia”, iniciado pela gestão municipal em 2006, com o apoio do Ministério do Turismo (MALHEIRO, 2009).

Recentemente, chama-se a atenção para projetos e ações de marketing que valorizam a cultura regional e o meio ecológico, como o título de Cidade Criativa da Gastronomia conferido pela UNESCO, em 2015; a reabertura do Parque Estadual do Utinga, criado em 1993, e reformado em 2018; e atividades de lazer e turismo na Área de Proteção Ambiental da ilha do Combu (APA COMBU), criada em 1997, na parte sul da cidade, cujas estratégias se voltam para a classe média e turistas (RODRIGUES, 2018). Em Belém, são oferecidos, cada vez mais, todos os tipos de atrativos para atrair capitais, empresariando a sua gestão (HARVEY, 1996), uma vez que as políticas sociais não acompanham o mesmo ritmo das intervenções urbanísticas e do progresso econômico.

Por sua vez, Soure e Salvaterra, desde antes de 1754 – período pombalino no qual boa parte das cidades amazônicas passaram por intensa modificação na paisagem –, têm, nas atividades agrárias, estabelecidas pelas fazendas, a forte concentração fundiária, o controle de terras aráveis

e os recursos hídricos (MARIN, 2015), como a rizicultura que tem impactado substancialmente a vida das comunidades tradicionais localizadas nos limites das fazendas de Salvaterra e Cachoeira do Arari. Outra prática característica dessa região é a criação de bubalinos, animais de tração, de produção de carne e derivados do leite, atualmente muito valorizados como atrativo turístico.

O turismo passa a atrair a atenção de investidores somente a partir da década de 1970, quando Soure desponta por sua “vocação natural” para as práticas turísticas, sendo inserida no âmbito das políticas de desenvolvimento para a Amazônia (FIGUEIREDO, 1998). Tanto o primeiro quanto o segundo Plano de Turismo da Amazônia (PTA), coordenados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), visavam contribuir para a ocupa o territorial ordenada e a participa o no desenvolvimento econ mico, por meio da gera o de emprego e renda com os menores custos econ micos e sociais possíveis (NÓBREGA, 2006).

A partir da década de 1990, tem-se a descentraliza o do governo federal e o destaque para a gestão dos municípios, por meio da cria o do Programa Nacional de Municipaliza o do Turismo (PNMT), posteriormente substituído pelo Programa de Regionaliza o do Turismo (PRODETUR), que passou a ter o mesmo significado em escala regional (CRUZ, 2007). As estratégias advindas de ambos não obtiveram o alcance esperado, uma vez que o PNMT não deu avanço às inúmeras etapas e o programa teve descontinuidade.

No PRODETUR, a falta de articula o entre os envolvidos foi uma das principais causas do seu limitado desempenho na região (FARIAS, 2018; RODRIGUES, 2018). A exemplo da Associa o de Turismo Rural no Marajó (ATURMA), criada em 2002 por hoteleiros e fazendeiros, em parceria com órgãos públicos responsáveis pelo turismo, como a antiga Companhia Paraense de Turismo (PARATUR). A ATURMA teve breve atua o, encerrando as atividades em 2002, devido a conflitos de interesses entre membros (HOSHINO, 2007).

Nos municípios dos Campos do Marajó, as comunidades de remanescentes quilombolas lutam pela permanência em territórios ocupados historicamente em face do avanço das fazendas com suas

porteiras e cercas elétricas, do movimento dos especuladores urbanos, entre eles alguns agentes de turismo que configuram constantes ameaças (MARIN, 2009). Por outro lado, desde 2005, o turismo tem ganhado novos significados, conforme demonstrado pela Associação de Mulheres e Moradores da Vila do Pesqueiro (ASMUPESQ), com a experiência do Turismo de Base Comunitária. São práticas criativas de resistência ao modelo de desenvolvimento desigual tão característico do Marajó (BOULHOSA; FARIAS; FIGUEIREDO, 2021).

Em 2017, por meio da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), cria-se o Projeto “Rota do Queijo do Marajó” envolvendo os municípios de Cachoeira do Arari, Soure e Salvaterra. Recentemente, no ano de 2021, os dois últimos receberam o registro de Indicação Geográfica (IG) pela produção do queijo do Marajó, derivado, em sua grande maioria, do leite bubalino⁷.

Com a pandemia da COVID-19, várias ações no âmbito do planejamento estadual e municipal das regiões turísticas foram interrompidas. Como proposta de retomada, destaca-se o Projeto “Abre Caminho”, elaborado pela SETUR, corroborado pelo Decreto estadual nº 800, de 31 de maio de 2020, que institui o Programa RETOMAPARÁ, que visa à aplicação de medidas de distanciamento controlado e protocolos específicos para reabertura gradual e funcionamento de segmentos de atividades econômicas e sociais (PARÁ, 2020). Considera-se que, nos três municípios, houve um intenso impacto social e econômico, principalmente nos empregos na hotelaria, nos transportes, nas organizadoras de eventos e viagens e nas atividades informais, apesar de não ser possível mensurar, nesse momento, os impactos nessa última categoria.

O baixo nível de capital dos estabelecimentos e a falta de previsão de retomada total das atividades dos agentes do setor têm inviabilizado a retomada (TAVARES *et al.*, 2021). Assim, as contradições e as tensões no espaço são afloradas, devido ao enfraquecimento da economia e das ações desarticuladas ano após ano entre sociedade, mercado e esferas do poder público, o que se reflete nos dados do emprego formal, conforme serão demonstrados na próxima seção.

⁷ O selo IG reconhece a produção do queijo em sete municípios do Marajó: Chaves, Soure, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Ponta de Pedras, Muaná e Cachoeira do Arari

3. ANÁLISE DO EMPREGO NAS REGIÕES TURÍSTICAS DE BELÉM E CAMPOS DO MARAJÓ NO PERÍODO DA PANDEMIA

Considerando a Pandemia da COVID-19 como um desastre global (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020), houve intensa mobilização das instituições políticas e sociais, seja para conter o avanço das infecções, seja para encontrar medidas sociais e econômicas de enfrentamento diante de diferentes realidades. Em meio a este processo, instituições de representações sociais e empresariais tiveram grande importância para direcionar ações e estratégias para o *trade* turístico. As associações locais, associações da indústria de hotéis, associações de agências de viagens, associações de guias de turismo, entre outras instituições, criaram protocolos sanitários próprios e fortaleceram sua rede interna para divulgar informações direcionadas para cada setor.

Setores como o de eventos permaneceram com maior número de dias com as atividades suspensas e, gradualmente, com o avanço nas medidas de flexibilização, têm normalizado suas atividades, mesmo sob a manutenção de algumas restrições, como lotação máxima da capacidade de estabelecimentos como bares e restaurantes. Conforme observou a representante da ABRACS, o setor ligado ao evento sofreu com a falta de assistência financeira e dificuldades de comunicação por parte do poder público e completa:

Enquanto política pública, especificamente, para o setor de eventos não aconteceu. O que nós temos é o órgão federal que abrange todo mundo, que não é exclusivo para o setor de eventos, mas políticas públicas direcionadas para o setor de eventos não existiu. (...) O que gente não concorda enquanto entidade associativa é com as questões das restrições sem chance de articulação (...).

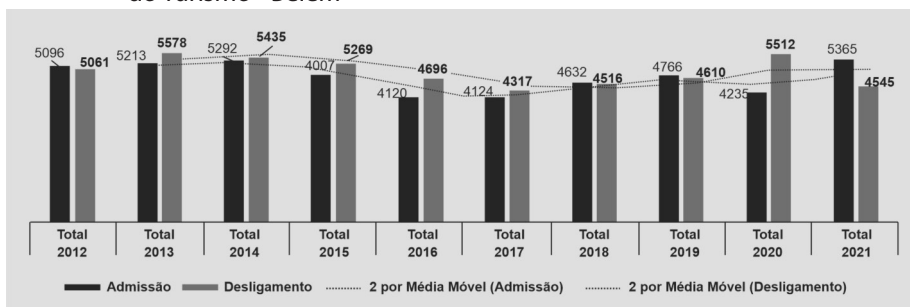
A ausência de articulação entre os governos municipais, estaduais e federal foi nítido não só em relação ao setor econômico do país como, e principalmente, no que se refere ao planejamento voltado para inibir o acelera-

do avanço do vírus no Brasil. Para os setores econômicos do turismo, muitas organizações que os representavam ficaram à mercê de ações pontuais para o turismo, como reforçou o representante do Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Pará (CETUR/FECOMERCIO):

(...) esse turismo de negócios foi atingido em quase que 100% nesse período de pandemia. Nos leva a constatar que tanto o setor hoteleiro quanto o setor de turismo receptivo, ou seja, as agências de turismo receptivo estão com problemas muito sérios. (...) Quase que 70 a 80% das vagas foram perdidas (...). O expoente Hotel Regente que fechou e que dificilmente retornará às suas atividades, assim como a maioria dos hotéis menores (CETUR/FECOMERCIO, dezembro de 2020).

Vale ressaltar que o trabalho dessas empresas, bem como aquelas ligadas a eventos, guias de turismo, realiza-se sob limitada modernização tecnológica, operando em unidades residenciais ou em ambientes reduzidos com poucos cômodos. De forma mais negativa, tem-se o alto índice de informalidade nos municípios de Belém, Soure e Salvaterra (RODRIGUES *et al.*, 2021) e, quando se analisam os dados totais de admissão e desligamento das ACTs, no município de Belém, entre o período de 2012 e 2021, é expressivo o alto índice de desligamento em relação às admissões (Gráfico 1). Ao considerar o período da Pandemia, no mesmo município, comparando-o ao mesmo período de 2019, constatou-se uma diminuição drástica de empregados, sobretudo entre os meses de fevereiro e maio de 2020, chegando a uma variação total 37% no número de desligamento no setor de hotéis, 14,9% no setor de restaurante e serviços de alimentação, 82,9% em locação de veículo sem condutor e 120% no setor de organização de eventos.

Gráfico 1 - Saldo total de admissão e desligamento das Atividades Características do Turismo - Belém



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados disponíveis no CAGED (2021).

Uma das saídas encontradas para muitos estabelecimentos com limitado capital econômico foi a concessão de empréstimos, derivados de ações mitigadoras do estado, para reduzir o impacto aos setores econômicos. Entre esses está o “Fundo Esperança”, um programa estadual em parceria com o BANPARÁ e o SEBRAE que disponibilizou um limite de crédito para empresários que atendiam aos requisitos⁸. No entanto, como observou o representante da ABIH e ATM:

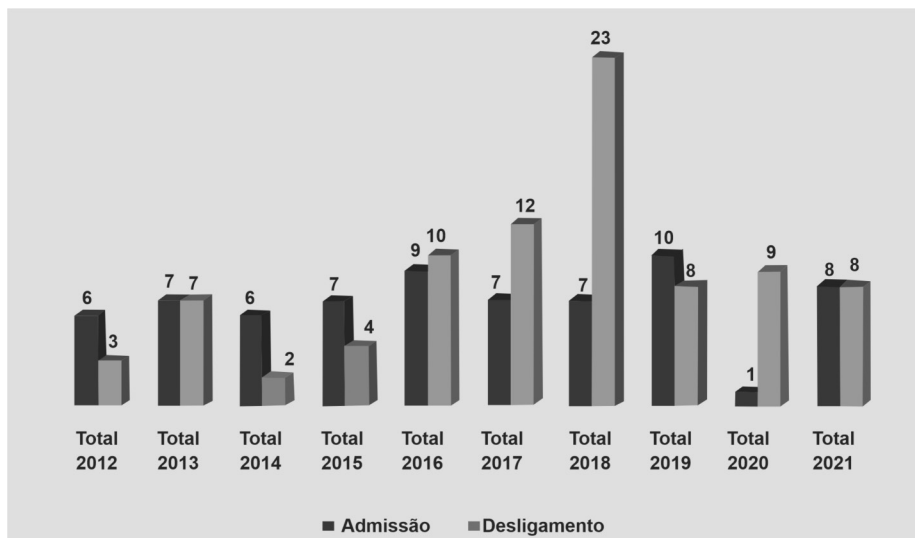
Muitos hotéis não tiveram apoio do governo, daqueles financiamentos, haja vista que a maioria dos hotéis (...) está negativado (...). E isso foi muito ruim para a maioria, pois poucos tiveram acesso. (...) (REPRESENTANTE ABIH, dezembro de 2020).

Ficamos de março até julho sem receita alguma, de nada! Também tivemos alguns acessos à questão de crédito, (...), mas teve muitos colegas do trade de hotel, de transporte e restaurante que, infelizmente, tiveram que fechar suas portas (...) (REPRESENTANTE ATM, dezembro de 2020).

⁸ Para mais informações sobre as políticas mitigadoras dos impactos da pandemia da COVID-19 e seu desdobramento para o turismo no Pará, ver Rodrigues *et al.* (2021).

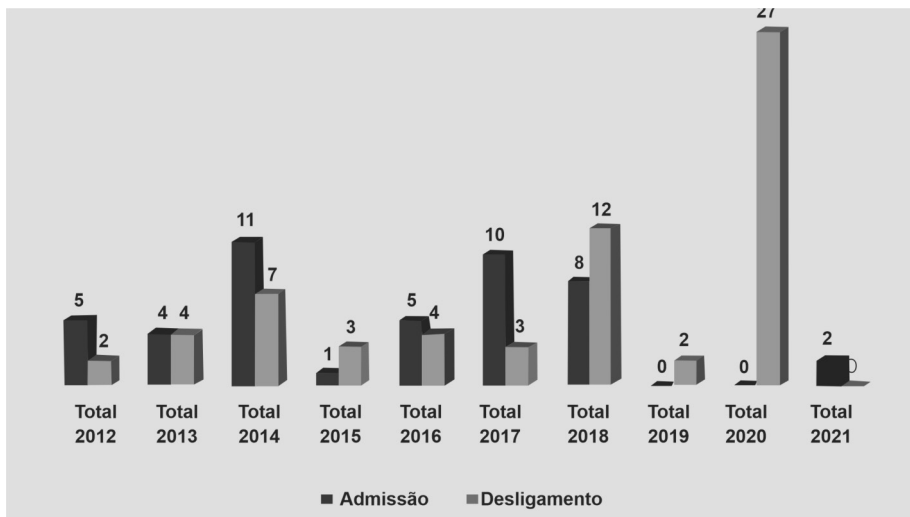
O baixo nível de capital dos estabelecimentos e a falta de previsão de retomada total das atividades desses agentes inviabilizam, por vezes, o pagamento do crédito contratado, tornando o trabalhador pobre inadimplente no Banco, o que pode ocasionar a falência de seu meio de sobrevivência. Tomando como análise o caso do Marajó, ainda que, em números, o desemprego pareça pequeno (Gráficos 2 e 3), sabe-se que uma grande quantidade de trabalhadores não formalizados sofreu economicamente com a Pandemia, tanto aqueles que prestavam serviços a hotéis, bares e restaurantes quanto ambulantes, que dependem diretamente do fluxo de visitantes no município.

Gráfico 2 - Saldo total de admissão e desligamento das Atividades Características do Turismo – Soure 2012 - 2021



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados disponíveis no CAGED (2021).

Gráfico 3 - Saldo total de admissão e desligamento das Atividades Características do Turismo – Salvaterra 2012 – 2021



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados disponíveis no CAGED (2021).

A realidade de desligamentos e contratações em Soure, em sua maioria, direciona-se para a hotelaria. Por meio dos dados apresentados no gráfico 2, percebeu-se um aumento de desligamentos nos anos de 2016, 2017 e 2018, isto é, maior número de interrupções no emprego que no período pandêmico. Nos anos que antecederam grandes eventos nacionais, como a Copa e as Olimpíadas, os números de contratação permaneceram estáveis.

Em Salvaterra, as contratações e os desligamentos foram mais expressivos no período pandêmico; anteriormente, o saldo de contratações seguia positivamente a partir de 2012 até 2014, período anterior à Copa. Em 2016 e 2017, os números de contratações cresceram, no entanto, em 2018 e nos anos posteriores, as demissões superaram as contratações.

De acordo com o representante da ATM, “os impactos da COVID foram devastadores para todos os associados” (REPRESENTANTE ATM, dezembro de 2020), principalmente para os que não possuíam uma reserva financeira para amenizar as perdas de receita. Neste sentido, apesar do acesso às

linhas de crédito, as empresas sem reservas não conseguiram honrar os pagamentos dos funcionários e as demais despesas do empreendimento. Assim, um número expressivo de hotéis, empresas de transporte e restaurantes precisaram fechar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise motivada pela COVID-19 acentuou a complexidade nas ACTs, por evidenciar a vulnerabilidade do setor e a dificuldade em verificação de dados relacionados ao trade turístico.

Estima-se que tais dificuldades se devem ao grande número de informalidade e à ausência de repasse de informações para fontes oficiais, como o CAGED.

No caso de Belém, as políticas e os projetos voltados para o turismo apresentaram centralidade econômica em relação a outras localidades do estado. Neste sentido, o representante da ATM sinaliza, em Soure e Salvaterra, a dificuldade de políticas e projetos para o fomento turístico, o que estimula a Associação a reivindicar meios para suprir as necessidades dos empreendimentos do Marajó, como desonerar algumas taxas para o funcionamento dos estabelecimentos no período pandêmico.

Em Belém, os dados disponíveis no CAGED apontaram para os impactos da sazonalidade, sendo possível observar a retomada de contratações em 2020 entre os meses de julho – período de férias escolares – até novembro – após o tradicional mês do Círio de Nazaré –, enquanto, no ano seguinte, a retomada se deu entre os meses de maio e abril com o ponto máximo nos meses de setembro e outubro do mesmo ano. Em Soure e Salvaterra, o período de retomada ocorreu de maneira ínfima somente em 2021, com contratações nos meses de janeiro, agosto e setembro em Soure e no mês de abril e setembro em Salvaterra. Conclui-se que o Estado, principal mediador das ações em prol do turismo nas sub-regiões, cria e implementa políticas e projetos que ainda se mostram pouco esclarecidos e insuficientes para a retomada do turismo, visto que muitas demandas e necessidades antecedem o período pandêmico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. K.; TAVARES, M. G. O projeto de integração amazônica visto pela turistificação dos lugares. *Confins*, Paris, v. 14, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/7466>. Acesso em: 29 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Cadastro geral de empregados e desempregados - Caged. Base de dados online, 2020a. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BOULHOSA, M.; FARIAS, K. S. S.; FIGUEIREDO, S. L. Políticas públicas e desenvolvimento na Ilha de Marajó, Brasil: participação e exclusão no turismo. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, v. 36, n. 1, p. 313-323, 2021.

FARIAS, K. S. S. *Governança do turismo na Ilha do Marajó - Pará: uma análise das redes de relações estabelecidas nas políticas públicas de turismo*. 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

FIGUEIREDO, S. J. L. *Turismo e Cultura: mudança cultural em Soure (Marajó-PA) em decorrência da exploração do ecoturismo*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)- Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1998.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (Cepedes). *A gestão de riscos e governança na pandemia por COVID-19 no Brasil: análise dos decretos estaduais no primeiro mês, relatório técnico e sumário executivo*. Rio de Janeiro: Cepedes/ENSP/Fiocruz, 2020.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates*, São Paulo, ano 16, n. 39, p. 48-64, 1996.

HOSHINO, Y. *Políticas públicas e participação em programa de turismo no município de Soure, PA*. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém. 2007.

MARIN, R. E. A. Quilombolas na ilha de Marajó: território e organização política. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. E. A. (org.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleos de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. v. 1, p. 209-228. 2009.

MIRANDA NETO, M. J. *Marajó: desafio da Amazônia – aspectos da reação a modelos exógenos de desenvolvimento*. Belém: EDUFPA, 2005.

NÓBREGA, W. R. M. *Participação popular e as políticas públicas de turismo na Amazônia: o Proecotur no distrito de Mosqueiro, Belém – PA*. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Universidade Federal da Bahia. 2006.

RODRIGUES, A. F. A. C. *A produção do espaço pelo e para o turismo na Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu (Belém-Pará)*. 2018. 331 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

RODRIGUES, A. F. A. C. *et al.* Planejamento e gestão do turismo durante a COVID-19 nas regiões turísticas de Belém e Campos do Marajó. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 39, 2021.

TAVARES, M. G. *et al.* O turismo no Pará e a COVID-19: diversidade econômica e políticas públicas regionais a partir do impacto da pandemia. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 39, 2021.

PLANO NACIONAL DE TURISMO BRASIL (2018-2022) E OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO PLANEJAMENTO

Stephanni Gabriella Silva Sudré¹

Fernando Campelo Pãozinho²

Meiriane da Trindade Lopes³

Silvio Lima Figueiredo⁴

1. INTRODUÇÃO

O planejamento nasce na intenção de previsões em relação à realidade desejada e, no turismo, é o desafio mais importante de uma gestão. No âmbito macro do turismo brasileiro, o Plano Nacional de Turismo (PNT) é o principal norteador das políticas públicas, desde o final do século passado, buscando sempre ampliar a competitividade dos destinos e serviços em relação ao mercado internacional. E em 2020, o planejamento turístico encontrou limitações no cenário mundial de crise sanitária com a pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2) e suas variantes.

¹ Mestre em Ciências Ambientais. Universidade Federal do Tocantins. E-mail: stephanni@uft.edu.br

² Mestre em Ecoturismo e Conservação. Universidade Federal do Tocantins. E-mail: nando.camp@hotmail.com

³ Especialista em Educação Especial e Inclusiva/Psicopedagoga. Secretaria Municipal de Educação (SEMED) Salvaterra-Marajó. E-mail: meirianelopes2@gmail.com

⁴ Pós-Doutorado em Sociologia na Université Rene Descartes, Paris V, Sorbonne. Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. E-mail: silviolimafigueiredo@gmail.com

A partir dessa realidade, o presente texto apresenta os seguintes questionamentos: quais as características e os avanços da implementação do mais recente PNT (2018-2022) antes do cenário adverso da pandemia da Covid-19? A partir de 2020, quais foram os impactos da pandemia no planejamento turístico? Quais os avanços da implementação do PNT (2018-2022) com os impactos da pandemia nesse planejamento turístico?

O objetivo central é analisar os efeitos da pandemia na execução do Plano Nacional de Turismo (2018-2022); os objetivos específicos são: a) apresentar os elaboradores e a estrutura do PNT; b) destacar os elementos que compõem o plano; e c) analisar fatores de impacto sobre o planejamento causados pela pandemia.

O estudo foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA).

2. PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TURISMO NA PANDEMIA DE COVID-19

Para o cumprimento dos motivos de seu desenvolvimento e prática, o turismo, analisado tanto sob uma perspectiva fenomenológica quanto mercadológica, necessita de uma estrutura eficiente para que sua execução atenda principalmente aos princípios pautados na sustentabilidade. Diante das suas demasiadas facetas, é relevante destacar que este pode traduzir-se em uma atividade econômica capaz de gerar impactos tanto positivos quanto negativos e que isso depende principalmente de quem está executando e de como essa execução ocorre.

O planejamento é uma etapa fundamental para o desenvolvimento, por meio de um processo técnico e instrumental de previsão dos eventos futuros possíveis, realizado para atingir objetivos previamente estabelecidos para uma atividade, localidade, entre outros (SILVA, 2006; SOUZA, 2010). Um plano resulta de um processo de planejamento estratégico, servindo para orientar futuros rumos, atividades, programas e ações (HALL, 2004).

No setor do turismo, o planejamento envolve um processo de mudanças e transformações nos espaços, naturais ou culturais, e representa um agente de grande influência nas várias dimensões da atividade (NOVO; SILVA, 2010).

No Brasil, o documento norteador é o Plano Nacional de Turismo, que pretende favorecer as condições necessárias para o desenvolvimento dessa atividade, que frequentemente permeia inúmeros aspectos direcionados para a composição econômica de uma localidade. Os PNTs materializam seus programas e projetos a partir das mais diversas versões criadas, sendo referentes aos períodos de 1992-1996; 2003-2007, 2007-2010; 2013-2016 e, por fim, 2018-2022 (VILELA; COSTA, 2020).

Lançado em março de 2018, o PNT 2018-2022 teve como título “Mais Emprego e Renda para o Brasil” e foi elaborado por técnicos e agentes públicos e privados que fazem parte do Conselho Nacional de Turismo e da Câmara Temática do Plano Nacional de Turismo (BRASIL, 2018). O Conselho não imaginava que a atividade iria ser quase totalmente paralisada em função da Pandemia da Covid-19, que assolou o mundo no fim de 2019 e chegou ao Brasil em fevereiro de 2020.

A pandemia chegou ao Brasil em fevereiro e, desde então, o país convive com uma nova forma de se socializar, trabalhar em meio a uma grande quantidade de mortos e, por isso, um luto constante nas famílias brasileiras (FIGUEIREDO, 2020, p. 3).

A pandemia deixou evidentes as fragilidades na capacidade de planejamento turístico diante de grandes e rápidas modificações sociais e econômicas. Entre os vários aspectos“(...) alterou e interrompeu muitas dessas práticas, mas suas essências se mantiveram e serviram para o entendimento do turismo que pode ser percebido na região”(FIGUEIREDO, 2022, p. 1).

Com o colapso global, o mercado e os destinos do turismo têm refeito seus planejamentos diante de números nunca antes percebidos diretamente, como números de mortos, doentes internados, doentes infectados, pessoas isoladas, decretos de governos locais, tamanho do distanciamento, cidades em quarentena, entre outros.

Tal quadro gerou a necessidade de novos parâmetros de atuação do planejamento público, frente aos incalculáveis impactos da pandemia no turismo, impactos de difícil dimensionamento. Soma-se a isso a necessidade de desenhar políticas públicas adequadas para enfrentar um novo cenário, diante da permanência da pandemia de Covid-19 (VILELA; COSTA, 2020).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia empregada neste trabalho consistiu no desenvolvimento de pesquisa aplicada, qualitativa, descritivo-exploratória, de investigação bibliográfica e documental a partir de análise de conteúdo. E foi dividido em três fases: 1) Pesquisa Bibliográfica; 2) Análise documental do PNT (20178-2022); e 3) Análise de conteúdo.

Em uma fase inicial de pesquisa bibliográfica, foram utilizados, como ferramentas de pesquisa, os principais portais e bases de dados disponíveis para consulta de trabalhos acadêmicos, como Google Acadêmico, Scielo e periódicos da Capes. Com o uso do termo de busca “Plano Nacional de Turismo do Brasil (2018-2022) e pandemia”, foi localizado apenas um artigo tratando diretamente do plano em vigência e nove tratando diretamente de planos de anos anteriores.

Dessa pesquisa documental, empreendeu-se analisar o Plano Nacional de Turismo (2018-2022), adotando a Análise de Conteúdo descrita por Bardin (2011), com a) pré-análise de dados; b) exploração do material; e c) interpretação dos dados. Foi elaborado o Mapa Conceitual, método esse de categorias que permite a classificação dos componentes do significado da mensagem.

4. ANÁLISE DO PLANO NACIONAL DE TURISMO 2018-2022

O Plano Nacional de Turismo é um instrumento de políticas públicas que teve em sua elaboração o apoio das áreas técnicas do Ministério do Turismo, Embratur e agentes públicos e privados, cuja realização ocorreu

PLANO NACIONAL DE TURISMO BRASIL (2018-2022)
E OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO PLANEJAMENTO

por meio da Câmara Temática do Plano Nacional de Turismo, presidida pelo presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA), Alexandre Sampaio, com demais membros da câmara; o professor Dr. Osíris Marques, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e servidores do Ministério do Turismo que constituem o Conselho Nacional de Turismo (CNT).

Quadro 1 - Plano Nacional do Turismo 2018-2022

| PLANO NACIONAL DO TURISMO | | | | |
|---------------------------|-----------------------|-------------------|---------------------|-----------------------------|
| Diagnóstico | CENÁRIO ECONÔMICO | | | |
| | TURISMO INTERNACIONAL | | TURISMO NACIONAL | |
| Metas Globais | META 1 | META 2 | META 3 | META 4 |
| | Aumento de turistas | Aumento de gastos | Aumento de turistas | Aumento de emprego |
| Diversos | Competitividade | Sustentabilidade | Regionalização | Inovação |
| Linhas de atuação | Ordenamento e gestão | | Estruturação | Formalização e qualificação |
| | Turismo responsável | | Comercialização | |

Fonte: Adaptado de Brasil, 2018.

A estrutura do PNT analisada, como disposto no Quadro 1, é composta por quatro sessões principais: *Diagnóstico*, *4 Metas globais*, *4 Diretrizes* e *5 Linhas de atuação*, que se conectam a 17 *iniciativas* e que, por sua vez, apresentam 44 *propostas estratégicas*.

O *Diagnóstico* apresenta o cenário econômico e as projeções para o período de 2018 a 2022, com expectativas e previsões otimistas, sugerindo um crescimento em 2020 de 2,9% e com perspectivas de alta. O aumento no consumo das famílias após 2017 e as projeções de crescimento no PIB do turismo foram citadas sinalizando um ambiente favorável para o setor.

As *Metas Globais* são quatro, focadas no crescimento da atividade e da importância e ampliação da atratividade do país no mercado internacional, e da geração de empregos e do fortalecimento e organização do turismo doméstico. As Diretrizes estão concentradas no desenvolvimento, enquanto as Linhas de Atuação equilibram a atuação dos agentes públicos federais, estaduais e municipais em conjunto. A partir da definição dessas linhas de atuação, são previstas ações de gestão, estruturação e divulgação do turismo no mercado internacional.

O modelo estrutural do PNT (2017-2022) segue os pressupostos básicos para um plano, e um aspecto observado é a ausência de elementos essenciais como o Cronograma de Execução, Previsão Financeira ou Fontes Orçamentárias, Agentes e suas respectivas responsabilidades. Em relação à participação na elaboração do plano, a composição do PNT não demonstrou favorecer metodologicamente a construção coletiva, bem como evidências de utilização de ferramentas e métodos de planejamento participativo.

Embora a situação pandêmica atual seja ímpar no cenário do Turismo, pelo impedimento de contatos e aglomerações, não há qualquer menção no plano em estratégias de planejamento de situações semelhantes, mesmo que a atividade já tenha sido impactada por disseminação de vírus em anos anteriores, como as epidemias do vírus SARS e de Influenza (gripes aviária, suína, etc.), desde a segunda metade do século XX até o início do século atual. Não há, portanto, nenhuma citação de garantias e socorros à cadeia produtiva do turismo em caso de limitações externas.

5. EFEITOS DA PANDEMIA E O PNT (2018-2022)

O PNT (2018-2022) acabou sendo comprometido devido a perspectivas que não foram adequadamente estabelecidas para esse momento de pandemia. O diagnóstico, que por definição deveria orientar todos os processos do plano, foi o aspecto mais afetado com a pandemia. Ele apresenta as análises turísticas e o ambiente do setor (BRAGA, 2007) e uma investigação, reflexão e compreensão da realidade, bem como identificação de fatos e tendências (RUSCHMANN, 1997).

Para o ano de 2018, estimava-se um crescimento da economia global de 3,1%, mantendo-se positivo em relação ao ano de 2017, porém com indícios de leve declínio em 2019. Um importante aspecto para a retomada da atividade econômica, sinalizada em 2017, foi percebido pelo consumo das famílias naquela ocasião, impulsionado pela desaceleração da inflação e pela redução da taxa de juros em alguns países.

Em dados concretos, em 2016 a economia direta do turismo alcançou a marca de US\$ 56,8 bilhões, o equivalente a 3,2% do PIB. Já a contribuição total do setor somou US\$ 152,2 bilhões, 8,5% do PIB. O World Travel & Tourism Council⁵ (WTTC) (2021) estimou que até 2027 o crescimento fosse de 3,3%, chegando a 9,1% do PIB a contribuição total do setor na economia, o equivalente a US\$ 212,1 bilhões.

Os indicadores econômicos do turismo na pandemia mostraram o decréscimo de 4,3%, com retomada de crescimento expressivo em 2021 de 4% (SHALAL, 2021). O PIB do setor teve perda de 21,5% na produção total do período (FGV, 2020), além da redução de voos, com mais de 90% de paralisação (KPMG, 2020). Houve também o fechamento de instituições, monumentos e atrações turísticas (IBRAHIMOVA, 2021).

Ao analisar-se a utilização do transporte aéreo no Brasil nos últimos anos antes do período de pandemia da Covid-19, identificou-se um crescimento relativo frente aos problemas dos anos anteriores. Em 2017, o número de desembarques de passageiros nos aeroportos brasileiros voltou a aumentar, após um ano de queda, e somou uma expansão de 2,1% em relação ao ano anterior.

A pandemia obrigou, portanto, a revisão total dos dados econômicos e, principalmente, das bases de crescimento em setores como o de serviços, que se apresentava com grande potencial de participação nos avanços econômicos e que sofreu mudanças drásticas com a pandemia.

Os desafios econômicos e políticos do turismo foram apresentados nas projeções da WTTC (2021), em seu último relatório, que demonstrou os impactos da pandemia sobre o setor com 62 milhões de empregos perdidos. Em 2021, o setor do turismo registrou 272 milhões de empregados, em comparação com os 334 milhões em 2019, em uma queda de quase 20%,

⁵ Conselho Mundial de Viagens e Turismo.

isso em ano de modesta recuperação das viagens em função da vacinação a partir do segundo semestre.

Com a redução das viagens internacionais por causa da pandemia Covid-19, as viagens domésticas surgiram como uma oportunidade para o Brasil devido a sua diversidade natural e dimensões continentais [tradução nossa] (LOHMANN, *et al.*, 2021, p. 15).

O relatório da Fundação Getúlio Vargas (2020) apresentou estimativas que apontam o impacto da pandemia em muitas atividades do turismo e relatam que o mercado brasileiro de viagens é um dos setores mais afetados.

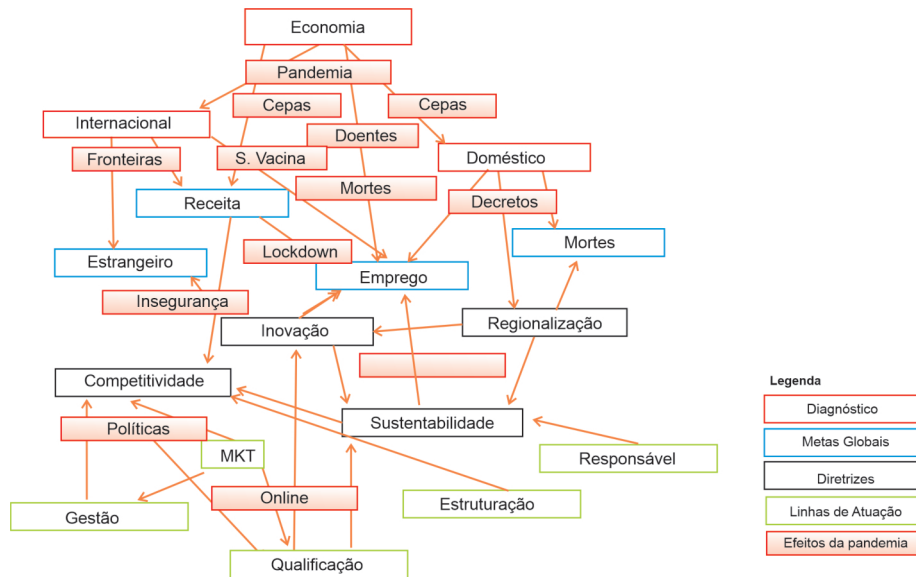
Os agentes do mercado têm sofrido para buscar as medidas de adaptação interna diante dos problemas, que passam por questões sociais e políticas como maiores ameaças, e são as pandemias dentro da pandemia. Para muitos desses agentes, focar no turismo doméstico representa entender e reforçar a necessidade de melhorias na qualidade de vida da população do país.

Como destaca Matus (1989, p. 156), o “planejamento é uma mediação entre o conhecimento e a ação” e, nesse sentido, depende das escolhas de seus executores. No caso brasileiro, as escolhas do atual governo prejudicaram bastante o país e o turismo, pois agravou e prolongou a pandemia (FIGUEIREDO, 2020). Neste período, o governo federal conduziu o país com graves erros na contenção da pandemia de covid-19 (SOUZA, 2021).

Como se não bastasse a pandemia, muito antes dela, o governo atual (2017-2022) destacou-se por errar em políticas públicas (saúde, educação, conservação do meio ambiente) e por direcionar tais políticas esparsas a partir de ideologias neoliberais, tecnicistas e, no caso da pandemia da Covid-19, negacionistas, indo inclusive de encontro ao conhecimento científico. Souza (2021) demonstra que as ações para beneficiar o setor do turismo não estão sendo direcionadas pelo Ministério do Turismo, mesmo que esse tenha integrado o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública para o novo coronavírus.

O Mapa Conceitual como disposto no Quadro 2, apresenta as relações entre os conceitos e categorias apresentados nas diretrizes e objetivos do PNT (2018-2022), permeado dos problemas enfrentados durante os anos da pandemia, demonstrando que os efeitos da pandemia sobre o PNT se deram por se tratar de um documento formado basicamente pelos aspectos econômicos do turismo, que foi atingido de forma central nesse período. Portanto todas as medidas de enfrentamento e retomada do setor foram tímidas ações diante da grandeza dos fatos e importância dos impactos no mercado. E, ainda, demonstra que todas as ações previstas no Plano tiveram alguma consequência na pandemia.

Quadro 2 - Mapa conceitual do PNT e a Pandemia da Covid-19



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

As ações do governo como executor do PNT têm apresentado atuações muitas vezes desconectadas com a realidade pandêmica (em 24/01/2022 com 623 mil mortos). Por exemplo, com o Plano de Retomada do Turismo Brasileiro, induziu o retorno das atividades apresentando um

cenário “normalizado”, que não se concretizou. E ainda, previa atividades presenciais, e as qualificações profissionais e adequação das empresas para receber os turistas, no momento de novo crescimento da infecção no país (SOUZA, 2021).

Nesse sentido, embora guardando alguma relação com o PNT, as medidas necessárias para o socorro ao setor durante o ano de 2020, por exemplo, incidiram sobre tentativas realizadas após as solicitações dos representantes do trade (ABAV, ABEOC, ABIH, BRACORP, Brasil Convention & Visitors Bureau, BRAZTOA, CLIA Brasil, FBHA).

A primeira medida foi a criação do Comitê Setorial de Crise, e seguiram-se o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, aumento de verbas para o FUNGETUR, Selo Turista Protegido, Selo Turismo Responsável, até o lançamento da Portaria nº 754, de 10 de novembro de 2020, e lançamento do Programa de Retomada do Turismo Brasileiro (FIGUEIREDO, 2020). Como um novo “plano”, essas medidas praticamente anularam o planejamento anterior, e em quesitos como a dinamização do turismo doméstico, esbarraram em problemas impossíveis de serem resolvidos em curto prazo, como a renda das famílias, que continuou a cair durante a pandemia.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como principal objetivo realizar uma análise crítica acerca dos PNTs do Brasil, especialmente durante o período da pandemia da Covid-2019, ou seja, com diagnóstico afetado pela situação. Observou-se ser um plano não participativo, não transparente, privilegiando ações ligadas apenas aos interesses das empresas. Observa-se também a falta de cuidados em relação às atividades relacionadas ao setor de turismo, mesmo com o agravar da pandemia, a falta de suporte ao trabalhador e a construção do plano sem participação social. Os destinos e comunidades receptoras menores tiveram dificuldades em manter suas rendas com a interrupção das viagens nacionais e internacionais.

O discurso formatado para o Plano Nacional de Turismo coloca o instrumento em um patamar de concepção colaborativa, porém verifica-se uma ausência dos cenários regionais (diversificados), imersos na linearidade proposta por suas diretrizes e campos de atuação. Isso o torna pouco estratégico e mais normativo, principalmente diante do objetivo por ele indicado de diferenciação do produto turístico brasileiro para o exterior, além da superficialidade de tratamento dos territórios, permitindo inferi-lo como um plano mais informativo do que estratégico. A ideia de incentivo ao turismo doméstico esbarra na diminuição do poder de compra das famílias brasileiras, e no aumento do desemprego, mesmo antes da pandemia, relacionado com as crises econômicas e políticas a partir de 2016.

Dessa maneira, fica evidenciado que o plano necessita de melhorias, em especial no que se refere às estratégias para o setor do turismo a partir da pandemia da Covid-19, incorporando, dessa forma, essa realidade como anexo. A partir dos apontamentos destacados anteriormente, observa-se a necessidade de definição de novos objetivos e metas e de um conjunto de novas intervenções. Destaca-se a importância de ordenar indicadores que facilitem a compreensão sobre os possíveis avanços em relação aos anos futuros. Esse mecanismo possibilitará a contribuição sobre a análise e evolução do turismo brasileiro.

Nota-se ainda que as políticas públicas federais de turismo, evidenciadas neste PNT 2018/2022, caminharam de forma tímida, em especial quando se leva em consideração o momento vivido. Destaca-se que, mesmo que não tenha sido foco deste estudo a comparação entre os planos anteriores, percebeu-se uma falta de clareza sobre os resultados e cumprimento das metas relacionadas e alcançadas. Eles tendem a ser compartimentados em gestões de quatro anos, sem demonstrativo de resultados claros ao final, o que limita uma visão sobre os eventuais avanços.

Por fim, esta análise apresenta certas limitações, que se justifica pela ausência de algumas informações disponíveis no Plano. Como colaboração e enriquecimento para trabalhos futuros, sugere-se introduzir elementos da execução das proposições e seu monitoramento, bem como seu relacionamento com outras atividades executadas pelo Ministério do Turismo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRAGA, D. C. *Planejamento turístico: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRASIL, H. S.; PLANELLO, P. B. *Plano Nacional de Turismo (2003-2006): considerações e críticas*. I Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Universidade de Caxias do Sul, RS, 2003.

BRASIL, Ministério do Turismo. *Plano Nacional do Turismo 2019-2022*. Brasília: Ministério do Turismo, 2018.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. *Impacto Econômico do Covid-19: propostas para o turismo brasileiro*. 2020. Disponível em: https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/01.covid19_impactoeconomico_v09_compressed_1.pdf Acesso em: 15 out. 2021.

FIGUEIREDO, S. L. Alternativas de Turismo de Base Comunitária na Amazônia Legal brasileira. *Confins – Revue franco-brésilienne de géographie*. Edição 54 (Dossiê Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas). Disponível em: DOI <https://doi.org/10.4000/confins.45154> Acesso em: 25 maio 2022.

FIGUEIREDO, S. L. Turismo e pandemia: impactos e estruturação das práticas e políticas no Brasil e estado do Pará. *Paper do Naea 2020*, v. 1, n. 1, Edição/Série 473 (Dossiê Crise e Pandemia), 2020.

HALL, R. H. *Organizações: estrutura, processos e resultados*. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

KPMG. KPMG Brasil. *Uma análise do impacto econômico da COVID-19 na América do Sul*. 2020. Disponível em: <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/br/pdf/2020/08/analise-impacto-covid-19-america-sul.pdf> Acesso em: 5 out. 2021.

LOHMANN, G. *et al.* Tourism in Brazil: from politics, social inequality, corruption and violence towards the 2030 Brazilian tourism agenda. *Tourism Review*. Disponível em: DOI <https://doi.org/10.1108/TR-07-2020-0323>. Acesso em: 15 out. 2021.

MATUS, C. Fundamentos da Planificação situacional. *In*: RIVERA, F. J. U. (org.). *Planejamento e programação em saúde: em enfoque estratégico*. Rio de Janeiro: Cortez/ ABRASCO, 1989. p. 107-123.

NOVO, C. B. M. C.; SILVA, G. T. *Planejamento e organização do turismo*. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010.

RUSCHMANN, D. V. de M. *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

SHALAL, A. O Banco Mundial prevê salto de 4% no PIB global em 2021. *Agência Brasil*: Brasília, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-01/banco-mundial-preve-salto-de-4-no-pib-global-em-2021> Acesso em: 15 out. 2021.

SILVA, J. G. B. *Planejamento Estratégico*. Apostila. João Pessoa: SENAC/DRPB, 2008.

SOUZA, M. C. C. O Estado e o turismo no Brasil: análise das políticas públicas no contexto da pandemia da COVID-19. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 15 (1), 2137, jan./abr., 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v15i1.2137>. Acesso em: 15 out. 2021.

VILELA, G. J. P.; COSTA, H. A. Políticas Públicas de Turismo: uma análise crítica dos planos nacionais de turismo do Brasil (2003-2022). *Revista Turismo em Análise*, v. 31, n. 1, p. 115-132. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v31i1p115-132>. Acesso em: 5 de jun. 2022.

WTTC. World Travel & Tourism Council. *Economic impact reports*. 2021. Disponível em <https://wttc.org/Research/Economic-Impact>. Acesso em: 6 out. 2021.



“A GENTE SÓ TEM LAZER QUANDO TEM PROVA”: DO COTIDIANO AO ANTICOTIDIANO DE CONCURSEIROS VIAJANTES NO BRASIL

Flavio Henrique Souza Lobato¹

Juliana Azevedo Hamoy²

Mirleide Chaar Bahia³

1. INTRODUÇÃO⁴

Um escritor, com o projeto do novo livro em andamento, aceitou o convite para passar uma temporada no sítio de seu amigo, o que foi visto como uma boa oportunidade de avançar com a escrita.

Uma vez lá instalado e com algumas ideias em mente, deu uma volta pelas imediações e, diante da convidativa rede na varanda, não resistiu: acomodou-se nela e logo alguns dos personagens foram tomando forma.

¹ Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), pertencente ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: flaviohslobato@gmail.com

² Mestra em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), pertencente ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: julianahamoy@gmail.com

³ Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), pertencente ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: mirleidebahia@gmail.com

⁴ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O caseiro, que por ali passava, comentou:

– Descansando, hein, professor?

– Não. Trabalhando!

Transcorrido algum tempo, com o primeiro capítulo já estruturado, o autor resolveu dar outra volta e viu uma enxada encostada na cerca da horta: não se fez de rogado, empunhou a ferramenta e pôs-se, concentrado, mas um tanto canhestramente, a capinar no canteiro em frente.

O caseiro, de volta de sua lida, arriscou, de novo:

– Trabalhando, hein, professor?

– Não. Descansando! (MAGNANI, 2018b, p. 13).

A breve história, narrada acima, revela que a compreensão de lazer do caseiro é a mesma que, por muito tempo, foi difundida no Campo de Estudos do Lazer no Brasil e ainda é utilizada em outros campos, qual seja: a polarização entre trabalho – tempo de obrigação, de produção e de acumulação – e lazer – tempo disponível para o descanso, o prazer, a fruição e, entre alguns, para a preguiça, a ociosidade e a improdutividade (MAGNANI, 2018a). Em face dessa oposição, os Estudos do Lazer ainda são perfilados pela coexistência de lógicas diferentes que o caracterizam como um campo expresso por complexidades e contradições.

Para Gomes (2014, p. 13), o lazer deve ser entendido “[...] como dimensão da cultura caracterizada pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espaço social”. Isto posto, enquanto elemento da vida social, o lazer pode ser experienciado e estar presente em momentos, práticas e espaços considerados improváveis. Para Bahia (2012, p. 216), as práticas de lazer também podem ser entendidas como “[...] experiências vividas pelos indivíduos, de forma prática, relacionadas a uma ação-reflexão alicerçada nas construções culturais acumuladas ao longo de suas vidas [...]”. Concomitantemente, o lazer também “[...] é tempo/espaço de manifestação do tradicional e da novidade, de conformismo e de resistência. Sua ambiguidade indica que ora é mera reprodução da ordem social, ora produtor do novo [...]” (GOMES, 2014, p. 13). De posse de tal concepção,

não se pode pensar, ingenuamente, o lazer dissociado do capital, pois vários estudos, ao longo da história, evidenciam o poder de dominação do capitalismo (MASCARENHAS, 2005).

Nesse sentido, desde a Revolução Industrial, em meados do século XVIII, o tempo passa a ser marcado pela produtividade, com jornadas laborais que excediam 12 horas (CAMARGO, 1986). Atualmente, o processo de produção é fragmentado, o tempo mecanizado e as relações ficaram despersonalizadas. Ao seguir essa lógica, formas clássicas de lazer vêm sendo concebidas como atividades vivenciadas em um “tempo livre”, oposto ou apartado do trabalho e das demais obrigações sociais. Ademais, o lazer também vem sendo utilizado como um instrumento, seja de alienação, para dominar e usurpar a visão crítica dos indivíduos, seja de compensação, para recarregar as energias do trabalhador, seja de controle social, para conter os ânimos ou ocultar os conflitos e as negligências contra a vida humana (LOBATO, 2021).

É nesse contexto que o lazer passa a ganhar relevância na sociedade de consumo. De valor de uso passa a ter valor de troca. Esse valor, abordado por Krippendorf (2001, p. 27) a partir do “ciclo da reconstituição”, é observado na relação cíclica “trabalho-moradia-lazer-viagem”, na qual a prática do lazer aconteceria durante as viagens, em uma perspectiva baseada na fuga do cotidiano. Em outras palavras, a lógica atual do trabalho e suas condições geram estresse, tédio e o esgotamento físico e psicológico; o lazer e a viagem funcionam como o anticotidiano, que compensa a saturação do exaustivo cotidiano. Como o ciclo é contínuo, o indivíduo trabalha para viajar e viaja para retomar forças e voltar a trabalhar. É dessa repetição permanente de necessidades insaciadas e insaciáveis que o ciclo tira sua dinâmica própria.

Ao entender o lazer como um momento de não trabalho, essa compreensão hegemônica e polarizada, segundo Gomes (2011), tem historicamente condicionado e, com efeito, limitado o entendimento de lazer, como é possível observar em diversos grupos sociais. Dentro desse contexto, alimentando essa concepção, estão os concurseiros que se privam de contatos sociais, de reuniões com a família e de espaços/tempos de lazer e sociabilidades para focar nos estudos. Para eles, como estudo é uma espécie de vocação/profissão, qualquer distração pode implicar o fracasso

ou o não alcance de um objetivo de vida: a estabilidade social e econômica, teoricamente, oportunizada por um cargo público.

Diante disso, este estudo analisa a vivência de concurseiros viajantes e suas práticas de lazer nas viagens motivadas por concursos públicos. Concurseiros são pessoas que dedicam horas de seus dias para o estudo, com o objetivo de ser aprovado e, posteriormente, nomeado em um concurso público. Por vezes, esses concurseiros se deslocam para outras cidades/estados e, considerando o investimento feito, aproveitam para passear e conhecer o novo lugar (LOBATO; ALBERTO, 2019).

Metodologicamente, este estudo, com abordagem qualitativa e perspectiva exploratória e descritiva, se utilizou de pesquisas bibliográfica e de campo. Esta última, ambientada na rede social *Facebook*, foi realizada mediante uma abordagem “netnográfica⁵” – uma tentativa de aplicar as premissas da etnografia no ambiente virtual (GONDIM *et al.*, 2020; NOVELI, 2010). O uso de novas tecnologias nas coletas de dados de pesquisas científicas tem se tornado cada vez mais frequente. Sobre o uso das redes sociais, ainda que estas tenham surgido com caráter pessoal de interação, essas ferramentas contribuem para a interação de grupos diversos a partir de afinidades e interesses. Entendendo esse espaço de interação, pesquisadores começam a utilizá-lo em suas pesquisas, e as redes sociais tornaram-se também “[...] canal para estudos científicos e empíricos, servindo como meio para coleta de dados, para divulgação de resultados e [...] observar comportamentos sociais” (COSTA, 2018, p. 16).

Para este estudo, a observação participante nos grupos ocorreu entre 2016 e 2019, com a participação e interação diária em mais de 100 grupos de concursos públicos do *Facebook*. Os dados também foram coletados com a aplicação de 500 questionários *on-line*, com o critério de que somente os *concurseiros* que viajavam poderiam participar da pesquisa. Por não ter sido localizado um estudo anterior que tenha delimitado o número de candidatos que prestam provas de concursos públicos no Brasil (universo), não houve como determinar uma amostra probabilística para esta investigação.

⁵ A principal diferença entre a netnografia e sua precursora, a etnografia, seria que a primeira parte da observação do discurso textual no contexto online, e a identidade do informante nesse contexto é duvidosa; enquanto a etnografia foca no discurso e no comportamento observado durante a etnografia face a face, na qual as pessoas buscam apresentar uma autoimagem mais cuidadosamente cultivada e controlada (KOZINETZ, 2002 apud NOVELI, 2010, p. 115).

Convém pontuar que os dados foram coletados também por meio de observações *on-line*, capturas de tela (*Print Screens*), conversas e informações divulgadas pelos perfis individuais de concurseiros e nos grupos de concursos no *Facebook*. A adoção dessa construção metodológica, baseada em tais técnicas de pesquisa, ajudou a coletar dados de grande relevância para o entendimento do lazer desse grupo social. Dencker (2015) aponta que investigações voltadas à identificação de novas tendências têm utilizado as *netnografias* como metodologias de investigação.

2. ENTRE TRABALHO E LAZER: DO COTIDIANO AO ANTICOTIDIANO DE CONCURSEIROS VIAJANTES NO BRASIL

Hodiernamente, no Brasil, nota-se um volume acentuado de pessoas viajando pelo país motivadas a realizar provas de concursos públicos, com o objetivo de conquistar cargos e/ou funções públicas, visto que estes oferecem inúmeras vantagens e, sobretudo, a almejada estabilidade econômico-social. Em virtude disso, a carreira no serviço público é um sonho concebido ainda no seio familiar. Desde muito cedo as crianças são informadas sobre o *status* e a almejada estabilidade econômico-social inerentes a um cargo público. Essa mentalidade tem criado no Brasil uma espécie de “cultura dos concursos públicos”, a qual tem movimentado anualmente milhões de brasileiros em busca de vagas pelos diferentes estados do país (LOBATO; ALBERTO, 2019).

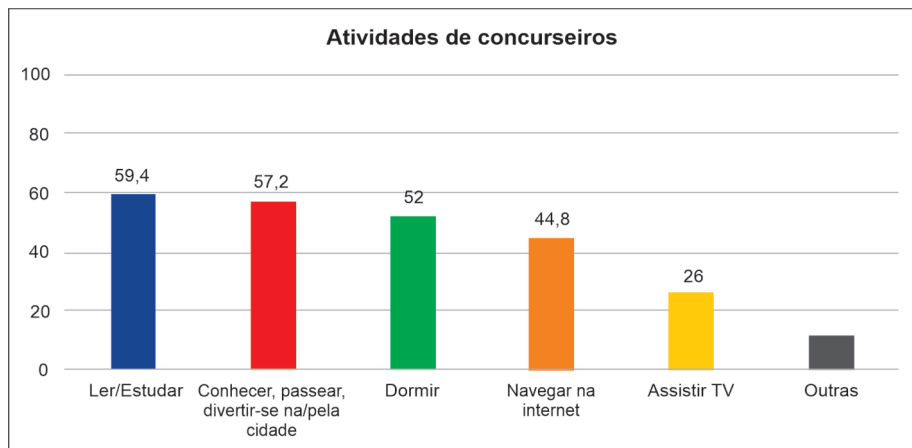
O investimento em direção à sonhada nomeação em um cargo público é alto, tanto que estes se privam de tempo disponível, afastam-se de seus empregos (FIUZA, 2015), exercem duplas e até triplas jornadas: trabalho, estudo e família, bem como investem na compra de livros, na preparação em cursos específicos e até em viagens, que têm forjado e materializado uma nova motivação para viajar. Contudo a rotina intensa de estudos, bem como a privação de momentos de lazer, somada ao cotidiano dos centros urbanos, têm provocado desgastes físicos, mentais e nas relações sociais dos ditos “estudantes profissionais”.

Nas viagens, os concurseiros não escolhem o destino de forma autônoma. A viagem é condicionada pela ocasião do certame, sendo o

deslocamento, comumente, realizado para cidades com pouca tradição turística. Sendo assim, essas viagens, para 75,80% dos participantes da pesquisa, são oportunidades de conhecer novas cidades, regiões e culturas, destacando que: “Toda viagem é uma oportunidade de mudar de ares e conhecer algo diferente”, conforme informado por um dos concurreiros. Em muitos locais, embora não haja a presença de um turismo consolidado, há a utilização das infraestruturas básicas e turísticas, além de gastos com os serviços de alimentação, meios de hospedagens, transportes, lazer, etc.

Na pesquisa, constatou-se ainda que, durante a estada nas cidades dos locais de prova, os candidatos costumam: “Ler/Estudar” (59,40%), “Conhecer, passear, divertir-se na/pela cidade” (57,20%), “Dormir” (52%), “Navegar na internet” (44,80%), “Assistir TV” (26%) e outras atividades (11,60%) (Gráfico 1). Com estes dados, evidenciou-se que existe uma quantidade de concurreiros que busca a prática do lazer, o passeio e a diversão na cidade destino. Porém a responsabilidade e a lógica produtivista alcançam o maior número de adeptos, uma vez que quase 60% dos candidatos optavam por ler e/ou estudar antes ou após a realização dos concursos. Assim, muitos costumam assistir a “aulões” de véspera, fazer revisões, assim como verificar onde se localiza e qual a melhor maneira de chegar ao local de prova.

Gráfico 1 - Atividades realizadas pelos candidatos nas cidades onde ocorrem as provas



Fonte: pesquisa de campo (2016-2019).

Entre os que apontaram que preferem conhecer o destino visitado, seguem alguns relatos: “depois da prova a ideia é relaxar, curtir uma *night*

é uma boa” e “ir em festas, conhecer as casas noturnas, depois da prova”. Segundo um dos depoentes, “Entre concurreseiros, a brincadeira é que concurreseiro só faz turismo/lazer quando tem prova!”. Logo, percebe-se haver uma conciliação de interesses. Encontra-se, portanto, diante de uma chance de explorar um lugar que pode ser até então desconhecido, assim: “[...] aproveito para conhecer o lugar, que não sei se vou voltar, e relaxar um pouco depois da prova!”.

Muitos concurreseiros desfrutam do que as cidades têm a oferecer: degustam os sabores de suas comidas típicas, vestem de suas roupas ou adereços, sentem os seus cheiros, olham e se encantam com as suas cores, tocam as suas formas e ouvem os seus sons. Para os candidatos, essas são formas de aproveitar e de vivenciar novas e/ou antigas experiências, uma vez que o investimento na viagem e nos estudos, normalmente, é grande. Além disso, essas práticas de lazer e turismo possibilitam aliviar a tensão e os ânimos, bem como se desprender, por alguns dias ou algumas horas, da pressão rotineira de estudos, do trabalho e das demais exigências sociais.

Dias (2003, p. 19) aponta que nesses momentos o indivíduo acaba [...] deixando para trás os diferentes papéis que desempenha (profissional, econômico, social, etc.) e assumindo o papel de turista”. Tais respostas remetem ao pensamento de Ruschmann (2001), a qual afirma que as práticas realizadas nas viagens são experiências vivenciais. Além da experiência proporcionada pelo deslocamento, é possível também conhecer outros concurreseiros e se ambientar na cidade onde, possivelmente, irá trabalhar, em caso de aprovação e nomeação.

Nos dados coletados, alguns apontaram ter viajado mais para fazer turismo do que para fazer a prova. Para muitos, a viagem é a melhor parte: “[...] é o momento da diversão, da recompensa, pelos dias incansáveis de estudo [...]”. Ela, pois, é percebida por uma parcela dos candidatos como uma compensação pelo esforço, pela dedicação, pelo longo caminho trilhado para chegar até ali. Ademais, é uma oportunidade de usufruir das práticas turísticas ofertadas pelas/nas cidades, pois, para estes, os investimentos com deslocamento, hospedagem, alimentação e preparação, não podem ser utilizados apenas para fazer as provas. Nas palavras de um entrevistado,

elas são “Um momento propício ao lazer/prazer ante todo o sofrimento e as abdições que tiveram que ser feitas durante o período de preparação para as provas”. Portanto, dentro dessa lógica produtivista, as viagens são vistas como capazes de pintar “[...] manchas coloridas na tela cinzenta da nossa existência. Elas devem reconstituir, recriar o homem, curar e sustentar o corpo e a alma, proporcionar uma fonte de forças vitais e trazer um sentido à vida” (KRIPPENDORF, 2001, p. 36).

Pelo exposto, no transcorrer das viagens de concurseiros, as atividades de lazer e de turismo seguem, por vezes, a lógica do ciclo de reconstituição do ser humano, a qual compreende as viagens sob uma perspectiva funcionalista e instrumentalizada. Desse modo, a viagem motivada por concurso público é, por diversas vezes, percebida como uma compensação pelo longo caminho trilhado para chegar até ali. Um momento propício ao lazer, ante todo o desgaste do período de preparação para as provas. Seguindo, portanto, o ciclo de reconstituição (trabalho-moradia-lazer-viagem) criticado por Krippendorf (2001).

Acerca desse ciclo, característico da sociedade urbano industrial, o autor pontua que as viagens são vistas como uma válvula de escape que compensa a fadiga da vida cotidiana. Esta, pois, é fortemente norteadada pela produtividade, oferecendo poucos ou quase nenhum momento para que o trabalhador possa sequer estabelecer contatos com si mesmo e com o outro. Assim, segundo Krippendorf (2001), o discurso a favor do ciclo ressalta que enquanto o cotidiano da cidade moderna afasta as pessoas, o anticotidiano possibilita uma aproximação ou, ainda, um encontro consigo. Porém, a verdade é que o anticotidiano, com o distanciamento, também afasta e enfraquece alguns laços com o grupo social ao qual o indivíduo pertence.

Ao utilizar-se dos postulados de Gomes (2004), nota-se que a existência desse ciclo de reconstituição – que polariza cotidiano e anticotidiano, trabalho e lazer – é muito estimulada por uma compreensão hegemônica que tende a dissociar essas esferas da vida social. Para a autora:

Trabalho e lazer, apesar de possuírem características distintas, integram a mesma dinâmica social e estabelecem relações dialéticas. É preciso levar em conta o dinamismo desses fenômenos, atentando para as inter-relações e contradições que eles apresentam. Em virtude desse aspecto, trabalho e lazer não constituem pólos [sic] opostos, representando faces distintas de uma mesma moeda [...]. É importante enfatizar que, na vida cotidiana, nem sempre existem fronteiras absolutas entre o trabalho e o lazer, tampouco entre o lazer e as obrigações profissionais, familiares, sociais, políticas, religiosas. Afinal, não vivemos em uma sociedade composta por dimensões neutras, estanques e desconectadas umas das outras, como o conceito de lazer proposto por Dumazedier nos faz pensar (GOMES, 2004, p. 121).

Segundo Figueiredo (2018), romper com essa dicotomia permitirá construir categorias capazes de reconhecer o lazer nas práticas atuais. Afinal, na conjuntura moderna, essas práticas estão intrincadas em diferentes lugares e temporalidades.

De posse desses dados, fica evidente que grande parte dos concurseiros entende o lazer como distração ou compensação (MARCELLINO, 1987) e não como uma necessidade repleta de possibilidades (GOMES, 2011). Nesse sentido, é necessário pensar as vivências dos concurseiros nessas viagens, de uma forma mais livre e leve, como assinala Krippendorf (2001). Para o autor, no “turismo leve”, o indivíduo é um ser em processo de emancipação, uma vez que a viagem não seria tão somente uma compensação, mas uma oportunidade de experienciar, aprender e desenvolver novos valores e conhecimentos sobre o mundo e sobre si próprio. Assim, o lazer do concurseiro nessas viagens poderia ser uma prática voltada também para a apreensão de valores não materiais, como: respeito, alteridade, empatia, educação, saúde e convívio com a natureza.

Para Bramante (1998), o lazer pode ser traduzido como uma dimensão privilegiada acerca da expressão humana, em um tempo fruto de conquista,

a qual pode ser materializada por meio de uma experiência pessoal criativa e prazerosa, que não é possível repetir da mesma maneira, em que o objetivo principal é a ludicidade. Bramante (1998) destaca ainda que, mesmo tratando-se de uma experiência pessoal, o lazer pode ser potencializado pela sociabilidade, como um encontro com amigos. Além da ludicidade e satisfação pessoal, o lazer também pode ser marcado por um contexto de liberdade, para então praticar o que lhe dá prazer.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da vivência de concurseiros viajantes e de suas práticas de lazer nas viagens motivadas por concursos públicos, a partir dos resultados alcançados, permitiu compreender que essas viagens possibilitam aos candidatos conhecer novos destinos, pessoas e culturas. Assim, percebe-se que a prática do lazer, no decorrer dessas viagens, alimenta o ciclo da reconstituição, de modo que apenas a fuga da própria rotina não dá conta de minimizar as tensões do cotidiano. Mas isso se dá pela própria dinâmica da vida moderna que exige uma produtividade constante. Entende-se, de fato, que o turismo realizado em decorrência de viagens para participação de provas em concurso público é uma realidade, contudo muitos estudos ainda devem ser realizados para descortinar novas nuances, como um segmento do turismo e como uma das possibilidades de lazer para esse grupo social.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, Mirleide Chaar. *O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará*. 2012. 301 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- BRAMANTE, Antônio Carlos. Lazer, concepções e significados. *Revista Licere*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-18, 1998.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986

COSTA, Barbara Regina Lopes. Bola de neve virtual: o uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 7, n. 1, 2018.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Pesquisa de mercado em turismo: identificação de novos segmentos. *In: PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M.*

G.D.R. (org.). *Produtos turísticos e novos segmentos de mercado: planejamento, criação e comercialização*. Barueri, SP: Manole, 2015. p. 35-54.

DIAS, Reinaldo. *Sociologia do turismo*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FIGUEIREDO, Silvio José de Lima. O campo do lazer, festa e política nos espaços públicos urbanos. *In: BAHIA, Chaar Bahia (org.). Novas leituras do lazer contemporâneo*. Belém: NAEA Editora, 2018. p. 151-161.

GONDIM, Cibelle Batista *et al.* Netnografia como método de pesquisa em turismo: análise de estudos de Pós-graduação no Brasil. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 19-36, 2020.

FIUZA, Michele Vilhena. *Paralelo entre o concurso público brasileiro vigente e o concurso público originado na China Antiga: um estudo comparado de história do direito e legislação correspondente*. 2015. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2015.

GOMES, Christianne Luce. Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento. *LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 1-26, 2011.

GOMES, Christianne Luce. Lazer – Concepções. *In: GOMES, Christianne Luce (org.). Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p. 119-125.

GOMES, Christianne Luce. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-20, 2014.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2001.

LOBATO, Flavio Henrique Souza. Matando a fome de lazer “lá no meu setor”: práticas e sociabilidades na periferia de Belém (PA). 2021. 241 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

LOBATO, Flavio Henrique Souza; ALBERTO, Diana Priscila Sá. “O estudo é com você, a viagem é com a gente” 1: As agências de turismo especializadas em viagens a concursos públicos no Brasil. Turismo: Visão e Ação, Balneário Camboriú, v. 21, n. 2, p. 82-101, 2019.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Do mito de origem aos arranjos desestabilizadores: notas introdutórias. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor; SPAGGIARI, Enrigo (ed.). Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica. São Paulo: Edições Sesc, 2018a. p. 12-34.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Dos adjetivos aos verbos (e outras inversões praticadas): notas finais. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor; SPAGGIARI, Enrigo (ed.). Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica. São Paulo: Edições Sesc, 2018b. p. 304-307.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e educação. Campinas: Papirus, 1987.

MASCARENHAS, Fernando. Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do Lazer. 2005. 308 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NOVELI, Márcio. Do off-line para o online: a netnografia como um método de pesquisa. Organizações em Contexto, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 107-133, 2010.

RUSCHMANN, Doris Van Meene. Marketing turístico: um enfoque promocional. 7. ed. Campinas: Papirus, 2001.

POLÍTICAS PÚBLICAS EM TURISMO NA AMAZÔNIA LEGAL: METODOLOGIA PARA ANÁLISE DA ATIVIDADE POLÍTICA DOS DEPUTADOS FEDERAIS

Filipe Guimarães¹

Alex Pizzio²

Jadson Luís Rebelo Porto³

1. INTRODUÇÃO

O objetivo central deste capítulo é apresentar uma perspectiva metodológica objetivando análises das políticas públicas realizadas por deputados federais, voltadas aos estados da federação, representados por estes, que integram o território da Amazônia Legal, podendo ser estendida para os demais estados. A metodologia elaborada, que tem norteado nossas pesquisas pós-doutorais no âmbito do Turismo e Desenvolvimento Regional na Amazônia Legal⁴, na UNIFAP e na UFT, de natureza quantitativa, utiliza-se, principalmente, de fontes primárias colhidas no portal da Câmara dos Deputados. Como resultado, obtém-se dados e análises de natureza historiográfica sobre políticas públicas no âmbito da Câmara dos Deputados.

¹ Pós-doutorando em Desenvolvimento Regional e Turismo pelo PNPd/CAPES, vinculado ao PPGMDR da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5613-8477>. E-mail: filipeoligui@gmail.com.

² Doutor em Ciências Sociais, docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Tocantins (UFT), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7181-6355>. E-mail: alexpizzio@uft.edu.br.

³ Geógrafo; Doutor em Economia; Professor Titular da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil. Docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional na UNIFAP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0316-3898>. E-mail: jadsonporto1967@gmail.com.

⁴ Fomentos à pesquisa oriundos do PNPd/CAPES e FAPEAP.

O capítulo está estruturado em quatro seções. Na segunda, trabalhamos conceitos basilares que servem de suporte para a construção da pesquisa. Sequencialmente, apresentamos o esboço metodológico que ampara nossas análises, consistindo no cumprimento de oito passos, ou oito etapas.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO NO TERRITÓRIO AMAZÔNICO

Políticas Públicas podem ser definidas como ações empreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo por objetivo gerar melhores condições para que todos possam obter qualidade de vida compatível com a dignidade humana (DIAS, 2012).

Por “ações empreendidas”, deve-se entender toda e qualquer atividade, independentemente de sua implementação, que indique uma intenção por parte das autoridades constituídas, desde um discurso, proposição documental em análise ou arquivada, ou mesmo a execução de um projeto, que, neste caso, gerou efeitos sensíveis, bem como decisões pela não realização dos projetos. A partir desta perspectiva, adota-se aqui o entendimento de políticas públicas na Câmara dos Deputados, pois

A política pública é realizada em nome do “público”, geralmente feita ou iniciada pelo governo, interpretada e implementada por atores públicos e privados, e, ainda, o que o *governo pretende fazer e o que escolhe não fazer*. Percebe-se, então, que a política pública está diretamente ligada às atividades políticas do governo ou a seus planos de ação (MOSER; CARVALHO, 2021).

O Estado tem primazia decisória na elaboração de políticas públicas e gestão dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento sustentável. É de sua competência ações voltadas à coordenação, legislação, regulamentação, planejamento, empreendimentos, incentivos financeiros, encorajamento à atuação social e à promoção do turismo sustentável (DIAS;

MATOS 2012; BENI, 2006; BRAMWEL, 2001; PLATTNER, 2013). Desta forma, deve-se estabelecer como fundamento da pesquisa em políticas públicas em turismo a identificação de como o Estado, através de seus representantes, tem atuado na área (HALL, 2011).

Embora as primeiras ações de políticas públicas de estímulo à economia regional amazônica sejam remetidas ao início do século XX, por conta da crise da exploração da borracha, pela criação da Superintendência da Borracha (SUDHEVEA); passa pela criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), mediante o seu plano de valorização econômica regional, em 1958; avança na substituição desse órgão pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Porém é somente a partir da década de 1970 que são criadas as primeiras políticas públicas voltadas para a busca do desenvolvimento, exposto no Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) que provocou a criação do decreto lei 1.376/1974, responsável pelo nascedouro do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM). Assim, começava-se a organização de cenários para estimular o Turismo na Amazônia Legal (FARIAS, 2014).

Em 1977, a SUDAM lança o I Plano de Turismo da Amazônia (I PTA), cujas ações deveriam ser implementadas entre os anos de 1980 e 1985, que continha como premissas: a proteção da natureza, os benefícios à participação e o respeito às culturas locais, e o desenvolvimento econômico. O documento defende que,

Sem dúvida alguma, uma das grandes vantagens comparativas que a Amazônia tem reside no conjunto de atrativos culturais, históricos, artísticos e, acima de tudo, naturais que possui. Este conjunto forma um produto turístico de grande potencial, capaz de gerar fluxos de turistas que, ao gastar dinheiro na região, podem aumentar a renda regional [...] (FARIAS, 2014).

No ano seguinte, 1978, o poder público assina o “Tratado de Cooperação Amazônica” (TCA), que teve como signatários os Estados: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, com o objetivo de promover ações conjuntas para o desenvolvimento da Bacia Amazônica associado à preservação ambiental e à proteção da cultura indígena, o que

incluía o turismo (GRUBER SANSOLO, 2013). Segundo o artigo XIII do TCA, as Partes Contratantes deveriam cooperar “para incrementar as correntes turísticas, nacionais e de terceiros países, em seus respectivos territórios amazônicos, sem prejuízo das disposições nacionais de proteção às culturas indígenas e aos recursos naturais”.

Apesar de todo o incentivo do primeiro plano, o Governo Federal entende que a situação do Turismo na Amazônia Legal ainda era muito frágil e precisava avançar para um estágio de maior amadurecimento. Assim, a SUDAM, em 1992, decidiu criar o II Plano de Turismo da Amazônia (II PTA) inaugurando um novo ciclo, cuja ênfase estava no Ecoturismo. Neste rumo,

A situação atual do ecoturismo no Brasil e, particularmente, na Amazônia é ainda incipiente, pouco se sabendo sobre o que é, realmente, o ecoturismo e quais as suas características. Por consequência, menor ainda é sua aplicação efetiva aos aspectos construtivos e operacionais da infraestrutura existente (FARIAS, 2014).

Diferentemente das diretrizes traçadas no I PTA, as estratégias que direcionavam o II PTA não eram voltadas apenas para o setor econômico. Nesta fase, além da preocupação econômica, a SUDAM passou a enfatizar a necessidade de se adequar à influência mundial, relacionando a atividade turística à sustentabilidade ambiental e social. É nesta circunstância que o turismo, em especial o Ecoturismo⁵, é posto como alternativa para o desenvolvimento da Amazônia (NASCIMENTO, 2009).

Assim, a principal modalidade turística eleita para ser trabalhada no âmbito da Amazônia Legal foi o Ecoturismo, porém ainda era necessário avançar em sua compreensão. Utilizando-se do Programa Nacional de Ecoturismo (PNE), criado em 1996, o Governo Federal desenvolve uma ramificação chamada Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR), no ano de 1999, para pensar as ações turísticas voltadas a esta região.

⁵ A Amazônia Legal possui 15 polos ecoturísticos (no total abrangem 152 municípios), a saber: Polo Vale do Acre (AC), Polo Vale do Juruá (AC), Polo Amazonas (AM), Polo Sateré (AM), Polo Floresta dos Guarás (MA), Polo Floresta dos Guarás (MA), Polo Amazônia Mato-grossense (MT), Polo Guaporé (MT), Polo Tapajós (PA), Polo Belém / Costa Atlântica (PA), Polo Marajó (PA), Polo Rondônia (RO), Polo Cantão (TO), Polo Jalapão (TO), Polo Amapá (Todos os municípios); Polo Roraima (Todos os municípios) (MMA, 2010).

O PROECOTUR foi estruturado em duas fases (pré-investimentos e investimentos). Na primeira, entre 2000 e 2005, as principais ações realizadas foram: planejamento do Ecoturismo na Amazônia, gerenciamento do Ecoturismo nas áreas selecionadas, fortalecimento do segmento ecoturístico e gerenciamento do programa. Porém existiram outras ações como a realização do diagnóstico da oferta turística efetiva e potencial da Amazônia, estudos de mercado do turismo sustentável para a Amazônia, elaboração da estratégia de turismo sustentável para a Amazônia e a realização de 45 cursos de capacitação nos polos da Amazônia (GRUBER SANSOLO, 2013).

A segunda fase do PROECOTUR, com características mais robustas, teve como marco o ano de 2007. Nessa época investimentos foram realizados objetivando o fortalecimento da instituição, gerenciamento, assistência técnica e capacitação (NÓBREGA, 2008).

Como resultado dessas políticas públicas, a imagem do que seja Turismo na Amazônia Legal ficou fortemente atrelada ao Ecoturismo. Atualmente, este seguimento é o segundo mais procurado pelos turistas internacionais que visitam o Brasil e o terceiro na esfera do turismo doméstico (BRASIL, 2019).

3. CAMINHO METODOLÓGICO PARA INVESTIGAÇÕES EM TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Apesar de sua relevância, as pesquisas sobre *Políticas Públicas em Turismo na Amazônia Legal* são incipientes no meio acadêmico, um convite à investigação. Levantamentos realizados nas plataformas *Scielo*, *Scopus* e *Periódicos CAPES/MEC* elucidam esta afirmação.

Pela plataforma *Scielo*⁶, ao pesquisar as *strings* “políticas públicas turismo”, conjuntamente, a busca retornou com 102 artigos. Quando a busca foi refeita acrescentando a *string* “Amazônia”, só foi encontrado um artigo de 2011 sobre políticas públicas no estado do Pará⁷. Do mesmo modo, ao procurarmos por “Políticas Públicas Turismo Câmara dos Deputados” ou por “Políticas Públicas Turismo Deputados”, foi encontrado apenas um

⁶ SCIELO. Disponível em: <https://www.scielo.org/>. Acesso em: 01 mar. 2021.

⁷ Título do artigo: “Os participantes da política pública de turismo do Pará a partir do modelo de fluxos múltiplos – 2007-2011”.

artigo, o mesmo documento nos dois casos⁸. Quando foi realizada a busca por “Políticas Públicas Turismo Amazônia Legal”, nenhum documento foi encontrado.

Já na plataforma *Scopus*, ao realizarmos a busca: “Políticas Públicas Turismo Amazônia Legal”, foram indicados 8.576 registros⁹, entre revistas científicas, livros e páginas na internet. Contudo, após o exame de todos os títulos dos documentos, evidenciou-se que, semelhantemente, nenhum deles tinha conexão direta com a temática, sugerindo concluir que o programa sugerira documentos aleatórios, a maioria em inglês, vinculados a áreas como: saúde, ciências jurídicas, economia, inteligência artificial.

O Portal de Periódicos CAPES/MEC¹⁰, por sua vez, indicou apenas dois artigos vinculados diretamente à temática “Políticas Públicas Turismo Tocantins”¹¹. Tais resultados fortalecem a convicção da necessidade de realização de trabalhos exploratórios voltados a esta temática.

Almejando conhecer as discussões e ações voltadas ao Turismo por parte dos Deputados Federais, buscam-se levantamentos documentais que forneçam informações sobre projetos turísticos, dados para elaboração de quadros estatísticos, conhecimento sobre as principais atividades turísticas e nomes de cidades consideradas turísticas no estado.

O estudo em políticas públicas não dispõe de um método uniforme. É uma pesquisa desenvolvida sobre as bases da instabilidade institucional do Estado. Por isso deve levar em conta a multiplicidade, a volatilidade e inconstância dos arranjos institucionais e dos processos políticos que dificultam a construção de afirmações com um grau de generalização muito elevado (BEYME, 1985).

O trabalho utiliza a metodologia quantitativa, realizada a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como principal fonte de documentos os registros encontrados no site da Câmara dos Deputados (<https://>

⁸ Título do artigo: “Legislado sobre o esporte: as comissões permanentes da Câmara dos Deputados em foco”.

⁹ SCOPUS/ELSEVIER. Disponível em: <https://www.elsevier.com/pt-br/search-results?query=Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Turismo%20Amaz%C3%B4nia%20Legal&page=1>. Acesso em: 2 mar. 2021.

¹⁰ PERIÓDICOS CAPES/MEC. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>. Acesso em: 3 mar. 2021.

¹¹ Artigos intitulados “Os instrumentos de gestão territorial de apoio ao Ecoturismo no Parque do Jalapão-TO” e “Regiões: características culturais, econômicas e sociais das cinco regiões brasileiras”.

www.camara.leg.br/). De posse dos dados obtidos, realiza-se uma categorização e descrição estatística. As etapas metodológicas que devem nortear a pesquisa são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Principais etapas estruturantes da metodologia para análise de Políticas Públicas em Turismo no âmbito da Câmara dos Deputados

| ETAPAS | EXECUÇÃO |
|---|---|
| Estruturação do trabalho a partir da questão orientadora. | Quais foram, e de que tipo, as políticas públicas em turismo desenvolvidas pelos Deputados Federais do estado analisado ¹² no âmbito da Câmara dos Deputados? |
| Levantamento dos discursos dos Deputados Federais. | Acesso aos registros no site da Câmara dos Deputados (https://www.camara.leg.br/). |
| Seleção dos discursos com vínculos diretos com o Turismo. | A palavra turismo tem de ser mencionada no discurso selecionado. |
| Organização dos discursos em ordem cronológica. | Identificar a cronologia dos discursos e correlacioná-los ao contexto histórico e geográfico do ente federativo analisado. |
| Construção de sua cronologia. | Identificação dos elementos centrais apresentados em cada discurso no que se refere ao Turismo. |
| Registro dos municípios mencionados como turístico. | Identificação e correlação dos municípios mencionados como turísticos pela estrutura econômica e geográfica do ente federativo e a sua apropriação nos discursos apresentados pelos representantes políticos, com ênfase na Câmara dos Deputados. |
| Esquematização em quadros e tabelas. | Elaboração de quadros e tabelas que apresentem todos os Deputados do período histórico que se deseja analisar, contendo os seguintes elementos: Nome do candidato, partido, exercício do mandato, quantidade de proposições gerais, quantidades de proposições relatadas, proposições abordando o turismo, discursos abordando o turismo, número de emendas para o turismo, municípios de interesse para o turismo. |
| Esquematização dos discursos por município citados como lugares turísticos. | Organização das manifestações discursivas por municípios identificados como turísticos. |

Fonte: os autores

¹² Nossas pesquisas concentram-se em investigar as políticas públicas dos Deputados Federais dos estados do Tocantins e Amapá.

Os dados e análises gerados, além de ampliarem a percepção da atuação da bancada do estado no Parlamento na história, servem de base para a construção de uma historização e identificação de fases sobre o comportamento do setor do turismo na unidade da federação investigada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os passos metodológicos aqui apresentados têm adensado nossas pesquisas pós-doutorais, revelando-se uma ferramenta relevante para garimparmos dados e sistematizarmos as informações no âmbito do Turismo e Desenvolvimento Regional na Amazônia Legal. Neste rumo, temos como objetivo continuar utilizando e incentivando o uso da metodologia nos próximos anos, de forma a construirmos um quadro geral mais tangível do cenário das políticas públicas em turismo no território amazônico mapeando as ações dos governantes.

Estudos sobre políticas públicas para o setor Turismo, enfatizando as propostas apresentadas na Câmara dos Deputados pelos seus representantes estaduais, não dispõem de um método uniforme, pois este tipo de investigação é desenvolvido sobre as bases da instabilidade institucional do Estado e deve considerar a multiplicidade, a volatilidade e inconstância dos arranjos institucionais e dos processos políticos ali ocorridos.

Na tentativa de avançar em tais análises, este artigo resgata uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como principal fonte de documentos os registros encontrados no site da Câmara dos Deputados. De posse dos dados obtidos, categoriza-se e descreve-se estatisticamente.

REFERÊNCIAS

BENI, Mario Carlos. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.

BEYME, Klaus Von. Policy Analysis und Traditionelle Politikwissenschaft. In: Hans-Hermann Hartwich (org.): *policy-Forschung in der Bundesrepublik Deutschland*. Ihr Selbstverständnis und ihr Verhältnis zu den Grundfragen der Politikwissenschaft. Opladen: Westdeutscher Verlag, p.7-29, 1985.

FREY, Klaus. Análise de Políticas Públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira. *Cadernos de Pesquisa*. Santa Catarina, n. 18, 1-36, 1999. Disponível em: https://www.academia.edu/2977746/An%C3%A1lise_de_pol%C3%ADticas_p%C3%ABlicas_algumas_reflex%C3%B5es_conceituais_e_suas_implica%C3%A7%C3%B5es_para_a_situa%C3%A7%C3%A3o_brasileira. Acesso em: 5 jul. 2021.

BRAMWELL, Bill. Selecionando instrumentos de política para o turismo sustentado. In: Theobald, W. F. (org.) *Turismo global*. São Paulo: SENAC, 375-392. 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. Boletim do Turismo Doméstico Brasileiro, terceiro trimestre de 2019. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-tur%C3%ADstica-nacional.html>. Acesso em: 15 jun. 2021.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. *Políticas públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas, 2012.

PLATTNER, Marc. Governança, Liderança e Democracia. *Nova Cidadania*, 51, p. 16-19, 2013.

FARIAS, Kássia Suelen da Silva. Principais políticas de fomento do turismo na Amazônia: análise dos primeiros planos de turismo da Amazônia (PTA I e II) e do PROECOTUR. *Revista de Turismo Contemporâneo*, v. 2, n. 2, p. 183-205, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336613203_Principais_politicas_de_fomento_do_turismo_na_Amazonia_analise_dos_primeiros_planos_de_turismo_da_Amazonia_PTA_I_e_II_e_do_PROECOTUR. Acesso em: 3 jul. 2021.

GRUBER SANSOLO, Davis. Políticas e planejamento do turismo na Amazônia. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 13, n. 1, p. 105-119, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1154/115426219007.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

HALL, Michael. A typology of governance and its implications for tourism policy analysis. *Journal of Sustainable Tourism*. 19(4), 437-457, 2011. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09669582.2011.570346>. Acesso em: 4 jul. 2021.

MOSER, Giancarlo; CARVALHO, Verônica Maria. *Intermitências na gestão pública em Turismo: um estudo sobre o Patrimônio Cultural edificado de Blumenau e políticas públicas voltadas ao turismo*. Turismo Visão e Ação, v23, n2, p391-414, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/6pqPBvw9ZSbbnGLKDLkL7D/?lang=pt>. Acesso em: 5 jul. 2021.

NASCIMENTO, Vânia Lúcia Quadros. *Políticas Públicas de ecoturismo e participação: a trajetória do PROECOTUR no Polo Belém/Costa Atlântica*. 2009. 212 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça. Perspectiva e entraves para o desenvolvimento de políticas setoriais de turismo na Amazônia: Discussões acerca do PROECOTUR no Estado do Pará. In: Figueiredo, S. L. (org.). *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: UFPA/NAEA, 2008.

UM OLHAR SOBRE A FOTOGRAFIA DO VERANEIO EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA

Ester Brito Parente¹

1. INTRODUÇÃO

Uma das formas de analisar a paisagem é por meio das fotografias, afinal, através das fotos é plausível um recorte espacial e temporal daquilo que se pretende analisar. Contudo as imagens são apenas representações e revelam – mas também escondem – um olhar sobre a realidade. Dessa forma, a análise das fotografias é um recurso possível quando se quer compreender a paisagem de um lugar, afinal a fotografia permite um olhar sobre o objeto (GOMES, 2013) podendo ocultar ou revelar o cotidiano do lugar (MARTINS, 2016).

A paisagem a ser analisada através da fotografia se encontra em Conceição do Araguaia, um município do sul paraense localizado às margens do rio Araguaia. No período de vazão do rio, normalmente por volta do mês de maio, surgem inúmeras praias ao longo do Araguaia e algumas delas emergem justamente defronte à cidade. Dessas praias, a principal é a Praia das Gaivotas, muito em razão da própria produção espacial da cidade, que faz dela, hoje, a centralidade máxima do veraneio araguaiano.²

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGE/UFRN). E-mail: esterparente@hotmail.com

² Trata-se de uma festividade sociocultural que acontece durante o mês de julho na cidade. Desde 2017, a sua principal atração são os shows gratuitos que acontecem na Praia das Gaivotas.

Por essa razão, o objetivo deste artigo é analisar as representações da festividade na Praia das Gaivotas em Conceição do Araguaia/PA através das fotografias em diferentes anos. Para isso, realizamos um recorte temporal selecionando fotografias que revelam o veraneio em dois momentos representativos: um no início da festividade e outra na última vez que ela acontece.⁹²

Desse modo, os procedimentos metodológicos consistem na seleção de fotos que evidenciam a Praia das Gaivotas nesses dois momentos distintos. Além disso, realizamos um levantamento bibliográfico, a fim de entender melhor como diferentes autores compreendem a análise da paisagem de um lugar a partir das imagens.

Além da sessão introdutória, o trabalho é dividido em dois tópicos: no primeiro busca realizar uma curta revisão teórica sobre as funções das fotografias ao analisar a paisagem do lugar; no segundo, faz uma análise das fotografias que evidenciam o espaço da Praia das Gaivotas. Ao final, esboçamos algumas conclusões sobre as fotografias analisadas.

2. A FOTOGRAFIA E A PAISAGEM

A paisagem sempre foi bastante estimulante aos olhos dos geógrafos. Afinal, ela faz parte da construção do espaço geográfico, evidenciando que ela é muito mais do que se observa, constituindo-se através das interações de vários elementos, naturais, culturais, visíveis e invisíveis.

Na perspectiva da geografia cultural moderna, a paisagem é compreendida pelo valor simbólico, artístico ou moral, uma vez que, nesse momento, entendia-se a “cultura como expressão da mente humana, de um pequeno grupo ou de um único indivíduo”, como uma abstração do real, momento no qual “O ponto de vista de onde se observa uma paisagem [...] torna-se importante nas análises e se confunde com o homônimo ponto de vista de quem expressa sua opinião [...]” (NAME, 2010, p. 173-174).

⁹² Em razão da pandemia, desde 2020 o veraneio encontra-se temporariamente cancelado. Sendo assim, 2019 foi o último ano que o veraneio aconteceu de forma consecutiva em Conceição do Araguaia.

Já em uma perspectiva da Geografia Pós-moderna, Cosgrove (apud NAME, 2010, p. 177) diz que a paisagem resulta de processos duradouros e inacabados, mas também é uma forma “[...] de se produzir, manipular e contemplar o espaço”. Assim, a paisagem, para Cosgrove, é associada ao “modo de ver” diante das transformações na sociedade; ela também possui um sentido político, formada por uma ideologia visual; e pode ser interpretada de acordo com qualquer atividade ou crenças humanas, além de outras contribuições que esse autor oferece para o entendimento da paisagem cultural (apud CORRÊA, 2011).

Indiscutivelmente, esses pensadores ofereceram uma gama de interpretação ao entendimento de paisagem cultural, contudo é Duncan (1990) que converte em método a transformação da paisagem em texto. Dessa forma, a noção de intertextualidade é uma herança da antropologia, na qual “[...] a paisagem facilmente também se converte, por analogia, em um texto, dada sua condição de espaço que é ao mesmo tempo produzido, contemplado, interpretado e muitas vezes consumido [...]” (NAME, 2010, p. 178), fazendo-se necessária a interação individual ou coletiva para o seu existir.

Quando se busca analisar fotos é preciso considerar as diferentes narrativas que podem ser expressas nas fotografias, uma vez que elas fazem “[...] parte do imaginário e cumpre funções de revelação e ocultação na vida cotidiana”; são as fotografias responsáveis por documentar, “[...] como atriz, a sociabilidade como dramaturgia. Ela é parte da encenação. Ela reforça a teatralidade, as ocultações, os fingimentos” (MARTINS, 2016, p. 47).

Assim, uma das formas de fazer registro dessas camadas de tempos presentes na paisagem é por meio da fotografia. Nas palavras de Kossoy (2001, p. 36-37), “A imagem do real retida pela fotografia [...] fornece o testemunho visual e material dos fatos aos espectadores ausentes da cena”, e com isso uma de suas qualidades é ser uma fonte histórica.

Vale considerar que a fotografia guarda o registro da forma pela qual o fotógrafo observa o mundo. Por essa razão, nela é expresso “[...] um duplo testemunho: por aquilo que ela nos mostra da cena passada, irreversível, ali congelada fragmentariamente, e por aquilo que nos informa acerca de seu autor” (KOSSOY, 2001, p. 50). Com isso, ao mesmo tempo que uma foto

pode ser entendida “[...] como um ato político de resgate de memória e de reivindicação do direito de narrar sua própria versão a partir dos seus próprios pontos de vista” (ANDRADE, 2019, p. 15), pode, também, estar regada de intencionalidades, favorecendo a visão dos sujeitos dominantes.

Para Lacoste (apud NAME, 2010, p. 174), é um determinado “[...] grupo dominante que escolhe o que é bom e o que é belo, e há uma estratégia implícita no que se quer revelar ou esconder”. Nessa mesma linha de pensamento, temos que a paisagem é dotada de um sentido político; desse modo, são constituídas paisagens próprias da cultura dominante, assim como aquelas paisagens que são alternativas (COSGROVE apud CORRÊA, 2011).

3. A FOTOGRAFIA COMUNICA A PAISAGEM DO VERANEIO NA PRAIA DAS GAIVOTAS

Na década de 1980, com a tentativa de atribuir uma nova funcionalidade ao rio como também em razão das tendências turísticas que se manifestam no Brasil, a gestão municipal, articulada com os comerciantes da cidade, promovem uma primeira tentativa turística em Conceição do Araguaia.

Naquele contexto, o veraneio inicia de maneira simples e isso se evidencia nas formas visíveis na paisagem da praia. Na Figura 1, é possível perceber várias estruturas retangulares nas cores branco e azul, com algumas palavras e símbolos inscritos, e logo a sua frente uma cobertura feita de palha, quase completamente dentro do rio. Tais estruturas são as barracas que comercializavam alimentos e bebidas aos frequentadores. Ao fundo há uma arquibancada e é possível visualizar alguns carros e pessoas dispostas no espaço.

Tal fotografia guarda o registro dessa primeira tentativa do turismo na cidade e revela o olhar de um membro da gestão municipal³ que visualiza a praia a partir da perspectiva da cidade. Com isso, de uma forma simples e robusta, há essa primeira apropriação do elemento natural – o rio Araguaia e suas praias – para a promoção de um evento sociocultural.

³ O senhor que cedeu essa imagem foi ex-secretário de cultura e esteve envolvido diretamente na organização do Veraneio no passado.

Figura 1 - Praia das Gaivotas, 1980.



Fonte: José Valdi, 1980.

Figura 2 - A Praia das Gaivotas, 2019, à noite.



Fonte: Prefeitura Municipal, 2019.

Ademais, com mais um salto temporal, verifica-se a configuração da praia em 2019 (Figura 2). É visível a ampliação do evento turístico na cidade. Desse modo, evidencia-se a modernização dos objetos e as novas funcionalidades que a Praia das Gaivotas possui nesse outro contexto.⁴

Fazendo um paralelo entre a primeira e a última vez que o veraneio acontece em Conceição do Araguaia, a mudança mais expressiva é essa apropriação da noite. A praia, espaço comumente frequentado durante o dia, passa a ter uma gama de frequentadores que vivenciam essa paisagem noturna em razão da festividade.⁵

Ao refletir sobre a cidade, Tuan (2013) comenta que, por um longo tempo, a vida noturna nas cidades era excepcionalidade e o advento da eletricidade foi um divisor de águas para que houvesse essa conquista da noite; contudo, apesar dessa conquista, apenas uma parcela da população pode vivenciar a amplitude de possibilidade da vida noturna; a outra parte necessita dela para o ócio ou ainda para o trabalho.

No veraneio, os principais shows aconteciam à noite, por esse motivo, enquanto uma porção dos frequentadores curte o evento, outro grupo trabalha em razão do evento. Esses sujeitos cumprem funções na parte técnica, na segurança, mas sobretudo nas vendas de lanches, bebidas e demais utensílios como caneca, camisetas e brinquedos personalizados. Os próprios cantores e sua equipe trabalham na vida noturna.⁶

É perceptível a vista aérea de uma praia bem iluminada durante uma noite de show, com muitas pessoas concentradas em frente ao palco. Percebe-se que a própria iluminação, no sentido da cidade em direção à praia, designa o caminho em direção ao aglomerado de pessoas que assistem ao show.

⁴ A partir de 2017, a cidade passa a receber incentivos federal e estadual para a promoção do veraneio. Segundo o portal de transparência da Prefeitura Municipal (2019), somente em 2019 foi autorizado um investimento de R\$ 3,6 milhões para a promoção do turismo na cidade. Com isso, a partir de 2017, o principal diferencial foram os shows gratuitos. Entre 2017 e 2019, já realizaram shows no veraneio de Conceição do Araguaia cantores como Wesley Safadão, Bruno e Marrone, Leonardo, Paula Fernandes, Joelma, Chitãozinho e Xororó, Eduardo Costa, entre outros.

⁵ Isso não significa que não há mais frequentadores durante o dia. Seja durante o dia ou à noite, a Praia das Gaivotas está repleta de frequentadores.

⁶ Outras pessoas que vivenciam a noite de uma outra forma são os coletores de material reciclado, pois enquanto os boêmios curtem a festa, os coletores aproveitam o momento para recolher as latinhas descartáveis. Além do mais, ainda no próprio espaço da praia, durante o acontecer da festa, existem aqueles que dormem em suas barracas na intenção de proteger e fiscalizar os seus pertences.

Ao analisar especificamente essas fotografias, além de uma vista área do veraneio há também símbolos que evidenciam os promotores do evento. Implicamente a imagem comunica uma intencionalidade, que é justamente um convite para o veraneio. Trata-se de uma imagem comum, divulgada nas mídias sociais promovendo o evento. Sendo esta uma forma de atrair os frequentadores, os novos turistas e cada vez mais expandir o público da festividade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo a paisagem impregnada de simbolismos e valores (CASSIRER, 2001 apud CORRÊA, 2011), compreendemos que, em diferentes temporalidades, as fotografias analisadas revelam uma mesma paisagem, mas em diferentes contextos. A primeira revelando o início de uma festividade na década de 1980, sendo esta uma foto durante o dia. A segunda, em 2019, revela uma praia noturna bastante diferente da primeira imagem.

Com as transformações resultantes de uma primeira tentativa turística no município, as fotografias da década de 1980 revelam outra configuração espacial na praia, muito voltada a uma comercialização naquele espaço. Com um novo salto temporal, já em 2019, as fotografias revelam novas características para o veraneio, com estruturas modernas e padronizadas e que evidenciam as tendências desse novo contexto.

Desse modo, através das fotografias, é possível identificar como ocorrem as transformações de uma paisagem, quais os processos resultam no uso e a forma pela qual essa paisagem é percebida na atualidade.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, R. L. Denis Cosgrove – a paisagem e as imagens. *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, n. 29, p. 7-21, 2011.

COSTA, M. H. V. Filmes de Prédio: Espaço, Arquitetura e Heterotopia em Filmes. *Significação*, São Paulo, v. 48, n. 55, p. 74-95, 2021.

- DUNCAN, James. *The city as a text: The Politics of Landscape Interpretation in the Kandya Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- GOMES, P.C.C. *Olugardo olhar: elementos para uma geografia da visibilidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- KOSSOY, B. *Fotografia & História*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- MARTINS, J. S. *Sociologia da Fotografia e da Imagem*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- NAME, L. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. *GeoTextos*, v. 6, n. 2, p. 163-186, 2010.
- PREFEITURA Municipal. *Portal de Transparência*. Conceição do Araguaia, 2018. Disponível em: <https://conceicaodoaraguaia.pa.gov.br/portal-da-transparencia/programas-e-acoes/> Acesso em: 1 out. 2021.
- TUAN, Y. A cidade: sua distância da natureza. *Geograficidade*. v. 3, n. 1, p. 4-16, 2013.

A COMPREENSÃO DAS MULHERES AMAZÔNIDAS QUANTO AO TURISMO E AO LAZER

Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana¹

Ligia Terezinha Lopes Simonian²

1. INTRODUÇÃO

A definição de região amazônica perpassa pela sua compreensão enquanto território histórico-cultural constituído por populações heterogêneas – indígenas, seringueiros, agricultores, ribeirinhos, quilombolas, colonos agrícolas e populações urbanas (SCHMINK; GÓMEZ-GARCÍA, 2016; SIMONIAN, 2001, 2018). Esses povos manejam ativamente os recursos naturais diversos, tanto para sua subsistência quanto como elemento fundamental na representação identitária. Pode-se dizer que a riqueza do território amazônico brasileiro é composta por sua biodiversidade e sua sociodiversidade (WOLFF, 2011). Nesta direção, o destaque vai para as mulheres, representadas pelas caboclas, seringueiras, índias, ribeirinhas, mulheres urbanas quebradeiras de coco, castanheiras, pescadoras, com suas vidas e histórias.

¹ Doutoranda do PPGDSTU/NAEA – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia – Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestra em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Núcleo de Meio Ambiente – NUMA/UFPA. E-mail: janise_viana@hotmail.com

² Ph.D em Antropologia pela Universidade da Cidade de Nova Iorque (CUNY), Pós-Doutora, Professora Titular e pesquisadora do NAEA/UFPA. E-mail: simonianl@gmail.com

A importância da atuação e percepção feminina no contexto amazônico é múltipla e abrange aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. Seus conhecimentos antigos compõem um saber-fazer que concebe o social e o cultural de suas comunidades (SIMONIAN, 2011). Saber-fazer esse que inspira, segundo Chaves e César (2019), os caminhos do desenvolvimento econômico na região, mas que, por si só, não garante às mulheres a atuação decisória nem recursos destinados a suas atividades pelas políticas públicas.

É urgente e necessário o debate acerca dos papéis femininos, a reflexão sobre quem são essas mulheres amazônidas, o que pensam e como entendem o contexto em que estão inseridas. Para tanto, é imprescindível um (re)pensar (n)a transformação efetiva para além de papéis dicotômicos de homens e mulheres, para que, conjuntamente, exista a possibilidade do debate sobre suas produções de saberes, sobrevivências, interações e compreensões com o meio. Neste contexto, as mulheres da Amazônia paraense necessitam, *per si*, serem ouvidas, saírem da invisibilidade histórica, reivindicarem ainda mais seu valor e reconhecimento enquanto sujeitas pensantes e atuantes na sociedade.

Com base no exposto, definiu-se a seguinte problemática: como as mulheres, moradoras e trabalhadoras do entorno do Parque Estadual do Utinga, localizado na área urbana de Belém, compreendem a atividade turística e a prática do lazer? O objetivo foi analisar qual o entendimento e o significado do turismo e do lazer para esse grupo. Elegeu-se como objeto de análise um grupo de mulheres moradoras e trabalhadoras do entorno do Parque Estadual do Utinga, localizado na área urbana de Belém.

O percurso metodológico fundamentou-se em pesquisa bibliográfica, uso de entrevistas semiestruturadas com moradoras e trabalhadoras do entorno do Parque, utilização de observação simples, registros iconográficos, fotográficos e pesquisa *in loco*. Com base em Malterud (2001) e Yin (2016), privilegiou-se a pesquisa qualitativa, pois tal tipo de investigação representa um campo multifacetado, marcado por múltiplas orientações. Por sua vez, elas favorecem a realização de uma investigação científica aprofundada de temas variados e relacionados à realidade singular ou às múltiplas.

As coletas de dados ocorreram em novembro de 2021, nos períodos matutino e vespertino. A seleção das participantes fundamentou-se com

base no gênero feminino. Ressalta-se que estas foram esclarecidas sobre os objetivos do estudo. Foram efetuadas 10 entrevistas, as quais tiveram uma duração média de 45 minutos, sendo que se obteve autorização para serem gravadas e transcritas.

De acordo com o público feminino, conclui-se que, para um parque urbano, o Parque Estadual do Utinga possui atratividade turística, uma vez que apresenta elementos relevantes da biodiversidade e constitui um componente importante da representatividade histórica, cultural e social da Amazônia paraense. Ademais, combina particularidades que propiciam a apreciação e o entretenimento, fortalecendo também aspectos de aprendizagem, práticas de conservação ambiental e atividades desportivas.

2. A (IN)VISIBILIDADE DA MULHER AMAZÔNICA

Os estudos e pesquisas sob a perspectiva da mulher em contextos amazônicos têm-se expandido e isso vem se difundindo cada vez mais nos dias de hoje. Assim, têm-se olhares novos para o pensar e fazer ciência, visto que, no decorrer da história, o mundo científico tratou as mulheres apenas nas margens das grandes questões. Então, produziu-se o conhecimento a partir da visão soberana e dominante do universo masculino, promovendo inanidades e invisibilidades acerca do feminino. A respeito disso, Simonian (2001) ressaltou os silêncios de parte de intelectuais e acadêmicos e mesmo da sociedade mais ampla sobre as mulheres trabalhadoras da/na floresta.

Ao voltar-se no tempo e na Amazônia, Carvajal (2020) mencionou em 1511 a presença das Amazonas na área do rio Nhamundá, as conhecidas Icamíabas. Muito trabalhadeiras, elas eram também mulheres guerreiras. E desde então passaram a ser assim mencionadas na literatura regional. Mas de fato o que ficou de registro foi sua natureza mitológica.

Porém e de fato, no decorrer dos tempos, a mulher vem lutando para alçar espaços sociais, pois "... da História, muitas vezes a mulher é excluída" (PERROT, 1992, p. 75). Essas lutas ainda são persistentes, "... o que contribuiu significativamente para minorar o fosso de desigualdade existente entre os gêneros masculino e feminino. As mulheres lutam para reverter essas

desigualdades, calcadas em bases ideológicas desde os primórdios das civilizações” (TORRES, 2019, p. 121). Estudos são desenvolvidos, contudo ainda há muito o que avançar, a exemplo do caso das mulheres amazônidas. Ainda de acordo com Torres (2015, p. 19), nos termos de suas atuações e protagonismo demandam múltiplas pesquisas, pois “... é preciso quebrar o silêncio de gênero na floresta amazônica...”

A etimologia da palavra Amazônia é de origem grega, advém de “amazona”, “mulher guerreira” (MEIRELLES FILHO; MORENO; BUORO, 2017). Um dos primeiros relatos históricos a retratar oficialmente a Amazônia começa por descrever as mulheres.

Elas seriam altas e brancas, com cabelos enrolados na cabeça, andando nuas. Segundo seus relatos, um índio da região que fora aprisionado e indagado sobre essas mulheres disse que eram as amazonas. Elas não teriam maridos e sacrificariam os bebês do sexo masculino. As meninas seriam treinadas, desde pequenas, para a guerra (CHAVES; CÉSAR, 2019, p. 143).

Esses e outros informes conduzem a um entendimento de uma construção social simbólica acerca da Amazônia, composta por múltiplas interpretações particularizadas, em muitos casos, ilusórias e carregadas de alegorias que constituem o quadro de uma região inventada (TORRES, 2005). Remete a realidades múltiplas, nas quais a sua sociodiversidade abre espaço para várias interpretações.

À vista das compreensões rotuladas, deturpadas e/ou invisibilizadas, as mulheres amazônidas, com suas histórias, seus valores sociais e conhecimentos merecem destaque ao promoverem modos alternativos de compreensão e gestão das paisagens amazônicas. Para Viana e Simonian (2021), o olhar e a atuação feminina têm que ser considerados na historiografia da região, nas relações sociais vividas por indivíduos quer seja no ambiente urbano ou no cotidiano da floresta.

Dentro da lógica de superioridade que conduz a sociedade capitalista, as atividades das mulheres ainda são consideradas desvalorizadas e vulneráveis, sobretudo na Amazônia. Nesta, as mulheres estão expostas a diversos tipos de violência dentro de suas realidades e são estereotipadas simultaneamente por olhares externos, pela mídia e até mesmo pela própria academia. As amazônidas são negligenciadas pelas políticas públicas e pelo próprio universo científico. Destaca-se que, no decorrer da investigação bibliográfica para a construção deste artigo, encontraram-se poucos trabalhos que versavam sobre a questão da mulher enquanto fator humano essencial para a região amazônica.

3. A MULHER, O LAZER E O TURISMO

No Brasil, de acordo com os dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) do IBGE, obtidos no ano de 2019, o número de mulheres no Brasil é superior ao número de homens. Segundo a pesquisa, a população brasileira é constituída por 51,8% de mulheres e 48,2% de homens. Isto posto, observa-se a relevância de se fazer uma análise acerca de como as mulheres compreendem a atividade turística e a prática do lazer.

Em termos gerais, no contexto brasileiro, o lazer está relacionado à utilização do tempo livre para o desenvolvimento de atividades que ocasionem bem-estar e liberdade ao indivíduo (ROSA; NOGUEIRA, 2015). Destarte, manifesta-se enquanto uma enunciação que faz uma contraposição ao tempo destinado ao trabalho, cujo sujeito é inserido em um contexto regido por um conjunto de normas e obrigações. Por sua vez, estas o conduzem a executar suas atividades laborais, sem que tal tarefa tenha um vínculo com seu prazer físico e mental.

No entendimento de Dumazedier (2004, p. 34), o lazer significa:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Nota-se que, para o autor, há dois tempos opostos, que por sua vez, propiciam ao ser humano percorrer entre um tempo e outro, possibilitando, em ambos, a prática de um conjunto múltiplo de atividades. Ainda para Dumazedier (2001, 2004), o lazer apresenta três principais funções: 1 - o descanso, no intuito de recompor-se física e mentalmente da fadiga; 2 - a diversão e recreação voltados para o equilíbrio junto às limitações da dinâmica social; e 3 - o desenvolvimento da personalidade e sociabilidade, quando o sujeito obtém também informação e conhecimento.

Já para Gomes (2004, p. 125), o lazer envolve:

[...] uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo.

Nessa perspectiva, o lazer é entendido enquanto um fenômeno atrelado ao exercício da cidadania e à melhoria da condição de vida, apto, inclusive, de provocar ruptura com algumas limitações socioculturais e físicas daqueles que o desenvolvem. Como posto por Viana, Barbosa e Simonian (2020), é importante tratar o lazer enquanto um fator social, o que aponta para a necessidade de se criarem políticas que proporcionem condições para que seja realizado de maneira justa, saudável e acessível. Acessibilidade esta que perpassa por atender pessoas de diversas faixas etárias, incluindo os idosos, pessoas com deficiência e as mulheres. Há que se planejar práticas de lazer envolvendo aspectos sociais, ambientais, e culturais pautadas na perspectiva da sustentabilidade e da interdisciplinaridade.

Nessa conjuntura, a atividade turística se configura como uma das possibilidades múltiplas de lazer, que essencialmente abrange a locomoção das pessoas. O turismo pode ser compreendido como uma manifestação moderna do lazer. Isso porque a partir das viagens e dos deslocamentos, o ser humano busca fugir da rotina por meio do convívio com culturas diversas e/ou outros ambientes.

O protagonismo da mulher no Turismo é legítimo (ALARCÓN; MULLOR, 2018). Há uma participação expressiva das mulheres na atividade, nas suas práticas diversas. São artesãs, hoteleiras, guias de turismo, turismólogas, agentes de viagens, *chefs* de cozinha, além das mulheres que viajam sozinhas. Atuação esta que abre uma possibilidade real de dar visibilidade e autonomia para as mulheres se posicionarem perante a sociedade.

Portanto, é imprescindível que as mulheres participem das tomadas de decisões, possam acessar empréstimos, desenvolver autoconsciência acerca das desigualdades vigentes, assim como acreditar na própria capacidade de gestão, de fazer escolhas, tomar decisões estratégicas, superar barreiras (KABBER, 1999; SEM, 1985 apud MORGAN; WINKLER, 2020), bem como enfrentar situações de opressão e serem vistas e ouvidas pelos outros. Isto posto, faz-se necessário um olhar acerca das mulheres, suas atuações e entendimentos nas práticas de turismo e lazer, a fim de contribuir para a compreensão de estudos sobre gênero, turismo e lazer e inspirar ações de políticas públicas direcionadas para o público feminino.

4. O PARQUE ESTADUAL DO UTINGA, PARQUE AMBIENTAL DE BELÉM OU PARQUE ESTADUAL DO UTINGA CAMILLO VIANNA

Área representativa da flora e fauna amazônica, o Parque Estadual do Utinga está localizado nas adjacências dos núcleos urbanos da capital paraense. Apresenta, segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA, 2011), uma extensão territorial de 1.393,088 ha, na qual estão localizados os lagos Bolonha e Água Preta, responsáveis por 63,0% do abastecimento da Região Metropolitana de Belém (RMB). O Parque foi criado em 3 de maio de 1993, pelo Decreto Estadual nº 1.552/1993, com a denominação de Parque Ambiental de Belém. Para se adequar às normativas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), teve o nome alterado para Parque Estadual do Utinga, pelo Decreto nº 1330, de 2 de outubro de 2008, vindo a constituir-se como Unidade de Conservação de Proteção Integral.

A Unidade de Conservação de Proteção Integral engloba, conforme a lei do SNUC, as áreas voltadas à preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais, por meio de interpretação e educação ambiental, realização de pesquisas científicas e atividades recreativas ou de lazer. As categorias das UC de Uso Integral são: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional (Estadual ou Natural), Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. A seguir, uma fotografia do referido Parque.

Fotografia 1 - Parque Estadual do Utinga



Fonte: Viana (2021).

Dispondo de uma área com tipologia de florestas diversas – florestas de terra firme, de várzea, secundárias, capoeirões e capoeiras –, o espaço é habitado por uma rica fauna, contendo espécies de mamíferos, aves, répteis e anfíbios (SEMA, 2011). As finalidades substanciais do Parque, segundo Alves *et al.* (2015) são: assegurar a recuperação das áreas degradadas; oferecer

um espaço de turismo e lazer à sociedade, desenvolver atividades de cunho científico, cultural, educacional, turístico e recreativo e a conservação da fauna e flora locais.

As principais atividades desenvolvidas na área são: caminhadas, ciclismo, treinamentos desportivos, piqueniques, circuitos de aventura, trilhas, passeios de bicicletas, patins, skates, eventos de grupos diversificados (universitários, academias, igrejas). Destaca-se que algumas destas são pagas, como as trilhas guiadas, atividades esportivas como rapel, tirolesa, entre outras, assim como a taxa do estacionamento. São realizadas também palestras de educação ambiental, caminhadas e trilhas ecológicas, com o apoio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e do Batalhão da Polícia Militar (BPA).

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Parque Estadual do Utinga caracteriza-se como uma Unidade de Conservação de Uso Integral, onde são desenvolvidas atividades múltiplas, relacionadas especialmente à interpretação e educação ambiental, às pesquisas científicas e às atividades voltadas ao bem-estar, ao Turismo e ao lazer.

Com o intuito de compreender a atividade turística e o lazer sob o ponto de vista feminino, os resultados apontam que as entrevistadas entendem o espaço principalmente, como *locus* de experiências ímpares voltadas, sobretudo, para a contemplação e a prática do lazer. A escassez da presença de elementos da natureza nas grandes cidades faz com que praças, parques, jardins botânicos tornem-se espaços propícios para o aproveitamento de um lazer qualificado, tanto para habitantes locais como para visitantes. Os indivíduos estão cada vez mais à procura de práticas de lazer alternativas ao cotidiano do trabalho, em busca de apazibilidade e do usufruto do tempo livre via convívio com a natureza.

Sob o viés do Turismo, considera-se que o mais significativo no local é o fato de ele ser compreendido como espaço de conservação ambiental, de visitação e localização privilegiada, pois possibilita ao visitante um contato

com o ecossistema amazônico em pleno ambiente urbano. As entrevistadas destacaram a necessidade de mais divulgação e programações, sobretudo nos finais de semana e feriados para que o Parque obtenha mais destaque e visibilidade na mídia, na cidade e nos contextos turísticos.

Em uma análise à luz do lazer, tais entrevistadas concebem o espaço como elemento singular na capital paraense, em decorrência principalmente da carência de áreas naturais direcionadas para o lazer na cidade e da gratuidade. No entendimento das entrevistadas, está voltado para a prática de atividades físicas diversas (caminhas, corridas, ciclismo), contemplação e possibilidade de contato com algumas espécies da flora e da fauna amazônicas.

De acordo com a maioria das mulheres participantes deste estudo, ainda que reconheçam a importância do espaço, nunca o visitaram e não participam de ações desenvolvidas no Parque, tampouco das atividades voltadas para conservação e educação ambiental. Segundo elas, a comunidade do entorno necessita ter visibilidade, participar de ações e projetos que as possam incluir efetivamente no usufruto do Parque. Enfim, falta um envolvimento direto com o Parque e com o seu entorno, aliás, a exemplo do que Simonian (2018) discute sobre as e os extrativistas das Reservas Extrativistas – RESEX do interior da Amazônia.

6. CONCLUSÃO

Situado no centro urbano de Belém, o Parque Estadual do Utinga é de significância enorme por caracterizar-se como uma área com a presença da natureza amazônica no arranjo urbano. Simboliza a oportunidade de experiências singulares à comunidade local e aos turistas em seus tempos livres. Para um Parque urbano, o “Parque do Utinga” – como é popularmente denominado – possui atratividade turística, uma vez que apresenta componentes relevantes da natureza e da sociedade amazônica paraense. Além disso, combina elementos que propiciam o lazer, por meio da contemplação, e o entretenimento, fortalecendo ainda aspectos de ludicidade, aprendizagem, práticas de conservação ambiental e atividades desportivas.

Destarte, acredita-se que, segundo o público feminino, ter a comunidade do entorno envolvida e aliada no processo de uso, conservação e benefícios gerados pelo Parque Estadual do Utinga é essencial. Isso a fim de que haja ganhos socioculturais, econômicos e ambientais para a sociedade, bem como possa contribuir para que moradores e trabalhadores adjacentes tornem-se sujeitos ativos no contexto das Unidades de Conservação.

A atuação social – seja de mulheres, seja de homens – favorece o despertar de um sentimento de pertencimento pela área protegida. Portanto, a participação social proporciona individual e coletivamente abundantes informações acerca do espaço. Deste modo, propicia os elementos necessários para que o próprio Parque proporcione, por meio de seu uso sustentável, melhorias na qualidade de vida da sua população local e exógena.

REFERÊNCIAS

ALARCÓN, D. M.; MULLOR, E. C. *Dimensiones de género del trabajo turístico*. Barcelona: Alba Sud Editorial Serie Informes en Contraste, n. 4, 2018. Disponível em: <http://www.albasud.org/publ/docs/81.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

ALVES, R. J. M. *et al.* Aspectos socioambientais e participativos da população no entorno do Parque Estadual do Utinga, Pará. *Enciclopédia Biosfera*, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v. 11 n. 22, p. 352, 2015. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2015c/agrarias/aspectos%20sociambientais.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Quantidade de homens e mulheres*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-mulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnu,51%2C8%25%20de%20mulheres>. Acesso em: 16 fev. 2022.

CARVAJAL, Frei G. de. *La expedición de Francisco de Orellana al Amazonas*. Miraguano Ediciones, 2020. (Original de 1511).

CHAVES, F. N.; CÉSAR, M. R. de A. O silenciamento histórico das mulheres da Amazônia Brasileira. *Revista Extraprensa*, v. 12, n. 2, p. 138-156, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/157418>. Acesso em: 23 jan. 2021.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: SESC; Perspectiva, 2001.

MALTERUD, K. Qualitative research: standards, challenges, and guidelines. *Lancet*, n. 358, p. 483-488, 2001.

MEIRELLES FILHO, J.; MORENO, T.; BUORO, M. Amazônia, quando será a vez da Mulher? *Página 22*, n. 106, p. 23, 2017. Disponível em: <https://pagina22.com.br/2017/03/17/amazonia-quando-sera-vez-da-mulher/>. Acesso em: 3 fev. 2021.

MORGAN, M. S.; WINKLER, R. L. The Third Shift? Gender and Empowerment in a Women's Ecotourism Cooperative. *Rural Sociology*. v. 85, Issues 1, p. 137-164, mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ruso.12275>. Acesso: 10 ago. 2020.

PERROT, M. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ROSA, A. B. M.; NOGUEIRA, E. Percepção das mulheres quanto ao Lazer: um estudo exploratório no Parque Natural Municipal do Bosque da Freguesia, Rio De Janeiro. *Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica*, v. 17, n. 1, jan.-abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/rtva.v17n1.p.06-29>. Acesso: 3 fev. 2022.

SCHMINK, M.; GÓMEZ-GARCÍA, M. A. *Embaixo do dossel: gênero e florestas na Amazônia*. Documento Ocasional 152. Bogor, Indonesia: CIFOR. 2016. Disponível em: https://www.cifor.org/publications/pdf_files/OccPapers/OP-152.pdf. Acesso: 5 dez. 2019.

SEMA, Secretaria de Estado de Meio Ambiente. *Relatório do Parque Estadual do Utinga*. Belém: SEMA, 2011.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente* (UFPR). v. 48, p. 118-139, 2018.

SIMONIAN, L. T. L. Mulheres, Gênero e Desenvolvimento na Amazônia brasileira: resistência, contradições e avanços. *Mulheres da Floresta Amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: UFPA/NAEA, p. 33-68, 2001.

SIMONIAN, L. T. L. Introdução. In: SIMONIAN, L. T. L. (org.). *Mulheres pan-amazônidas: enciclopédia cooperativa de biografias*. Belém: NAEA, p. 3-18. 2011. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/219>. Acesso: 30 maio 2021.

TORRES, I. C. *As novas amazônidas*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

TORRES, I. C. (org.). *Entrelaçamento de gênero na Amazônia*. Manaus: Valer, 2015.

TORRES, I. C. O trabalho das agricultoras da Amazônia. *Revista Saberes da Amazônia: ciências jurídicas, humanas e sociais*, v. 4, p. 115-132, 2020. Disponível em: <https://www.fcr.edu.br/ojs/index.php/saberesamazonia/article/view/339>. Acesso em: 10 dez. 2021.

VIANA, J. M. M. R.; BARBOSA, H. D. de A.; SIMONIAN, L. T. L. Lazer e turismo nos jardins botânicos de Belém (PA): um estudo do jardim botânico Rodrigues Alves e do parque zoobotânico do museu Emílio Goeldi. *Paper do NAEA*, v. 29, n. 3, p. 39-61, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/10394>. Acesso: 17 fev. 2022.

VIANA, J. M. M. R.; SIMONIAN, L. T. L. Extrativismo, turismo de base comunitária e perspectiva de gênero: algumas reflexões. In: 3º Seminário Internacional América Latina: conflitos e políticas contemporâneas – SIALAT. *Anais [...]*. Belém: UFPA, p. 2202-2220, 2021.

WOLF, C. S. Mulheres da Floresta: outras tantas histórias. *Revista Estudos Amazônicos*, v. 6, n. 1, p. 21-40, 2011. Disponível em: https://leiaufsc.files.wordpress.com/2017/03/1-vi-2-2011-scheibe_wolff.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

YIN, R. K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2016.



ESPAÇO DO PATRIMÔNIO NATURAL: TURISMO E LAZER NO COMPLEXO MANGAL DAS GARÇAS, BELÉM-PA

Francisco Perpetuo Santos Diniz¹

1. INTRODUÇÃO

A revitalização de Centros Históricos tem sido marcada pela espetacularização do patrimônio cultural, processo denominado por Choay (2017) como a inserção do patrimônio na *indústria cultural*. Choay tece velada crítica à indústria cultural, que tem tratado o patrimônio a partir do consumo de bens culturais como restos de passados que devem ser exaltados e restritos a observações, análises e apreciações por parte de grupos sociais de alto poder aquisitivo e sujeitos especializados na temática do patrimônio, cujos locais são movidos e aproveitados como polos de realização turística e do lazer patrimonial.

É dentro do contexto do patrimônio cultural que o debate acerca do patrimônio natural se desenvolve, posto que o desenvolvimento urbano e o crescimento desordenado de cidades têm repercutido, em escala planetária, na reinvenção da natureza como objeto artificial frágil e ameaçado, mas de importante valor para a promoção da qualidade de vida e realização de negócios.

Para Henrique (2009), a natureza foi incorporada à temática patrimonial e passa a ser elemento importante de definição do patrimônio cultural, principalmente quando é projetada, como belos

¹ Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: fpsdiniz@gmail.com.

cenários, praças, hortos, parques e locais ameaçados que, por serem representativos de belezas únicas de certas realidades regionais, devem ser preservadas e conservadas. Em espaços envelhecidos de cidades, ou em locais turísticos de grande visitação com aproveitamento de belezas naturais, a natureza passa a ser incorporada discursivamente como patrimônio representativo de uma totalidade socioespacial e, principalmente, como “pano de fundo” ou excepcional cenário que tem a função de qualificar esteticamente o patrimônio cultural existente. O único discurso patrimonial considerado válido é parte integrante do Discurso do Patrimônio Autorizado que, segundo Smith (2006), define o que deve ser considerado patrimônio e acaba por invisibilizar e subalternizar discursivamente outras perspectivas patrimoniais.

Assim, é dentro da lógica de projeção de partes de cidades como locais de reprodução do urbano enviesada na realização espacial do turismo, lazer e patrimônio que a natureza no contexto do Centro Histórico de Belém (CHB) foi analisada. Num primeiro momento, é discutida a dinâmica socioespacial global responsável pela reprodução do espaço do patrimônio natural e suas relações com o turismo e lazer. No segundo momento, evidenciamos o patrimônio natural no contexto do Complexo Mangal das Garças que é fração espacial patrimonializada e constante do CHB. Por último, tecemos as considerações finais enfatizando a necessidade de promoção do direito à natureza como mais um dos direitos à cidade e do uso democrático do patrimônio.

Este trabalho tem um caráter espacial dialético por enfatizar as contradições decorrentes do processo de reprodução do espaço patrimonial do Centro Histórico de Belém – cujo recorte é expresso no Complexo Mangal das Garças – e a segregação socioespacial inscrita na dinâmica de gentrificação que ocorre no local. Na perspectiva de Paes-Luchiari (2017), a gentrificação representa um conflito espacial de consumo de novas paisagens urbanas e lutas de classes que se segregam por dinâmicas espaciais dissidentes.

A pesquisa foi referenciada por um viés qualitativo e bibliográfico, aliado à observação *in loco* com a realização de trabalho de campo. O objetivo geral do trabalho buscou analisar o processo contraditório de reprodução do espaço do patrimônio natural e suas relações com o turismo

e lazer em áreas de patrimônios culturais constantes do Centro Histórico de Belém e os objetivos específicos buscaram analisar a invenção da natureza como patrimônio natural no Complexo Turístico Mangal das Garças e como esse processo repercute na segregação socioespacial. Os resultados demonstraram que a natureza imaginada como patrimônio natural na área de estudo tem reforçado a segregação socioespacial ao projetar e tornar espaços da realização do patrimônio, lazer e turismo locais de alto consumo, afetando o uso por parte da população de menor poder aquisitivo, além de ignorar as dinâmicas socioespaciais cotidianas dos demais sujeitos que habitam e circulam em tais locais. Quanto às limitações da pesquisa, destacamos a carência de literatura sobre o assunto e a dificuldade de incorporação e efetivação de reflexões de cunho crítico em dinâmicas de implementação de políticas públicas na área de estudo e de toda a orla do Centro Histórico em decorrência da natureza burocratizante, tecnicista e não popular do planejamento oficial.

2. REPRODUÇÃO DO ESPAÇO DO PATRIMÔNIO NATURAL E SUAS RELAÇÕES COM O TURISMO E LAZER

A reprodução do espaço do patrimônio natural atrelado ao turismo e lazer deve ser compreendida dentro da dinâmica de reprodução do mundo moderno e do processo de urbano-industrialização operados pela ideologia do urbano, conforme aponta Lefebvre (1991). Para ele, a fetichização propalada pelas ideologias do urbano, tais como a moda, a música, o lazer, a natureza, o automóvel, o habitar, o cotidiano, o turismo, o trabalho, o tempo livre, o cozinhar, a felicidade, a moradia, o sexo e a sexualidade, o transporte e o próprio sujeito tornam-se peças importantes, *subsistemas* ou *álibis* de uma engrenagem que alimenta a maneira como a sociedade é construída e como o espaço da reprodução social se desenvolve e é transformado em espaço da alienação e do consumo capitalista.

O espaço do patrimônio natural é criado como “enclave”, “gueto”, local isolado e área verde, de reserva ambiental e de beleza natural cercada por prédios, casas, praças e demais objetos que compõem o urbano e que têm a

função de servir como local de melhoramento da estética de cidades, além de ponto de descanso, lazer e fuga da cidade, conforme destaca Lefebvre (2016). A natureza, na cidade e fora dela, no mundo moderno, passa a ser ideologizada, projetada e imaginada como extensão do urbano, local de realização de férias, de desprendimento da realidade degradada das cidades e como ambiente de volta ao mundo natural.

Para Diegues (1996), o rápido crescimento industrial e da urbanização de alguns países repercutiu no adensamento populacional das cidades, destruição ambiental e agravamento de problemas ecológicos e decadência da qualidade de vida, pressionando agentes públicos e privados a criarem áreas de proteção da “primeira natureza” que se constituiu num mito moderno de natureza intocada, especialmente em países pobres que foram orientados a criarem unidades de conservação. Contudo, a criação de reservas ambientais também atendeu a interesses específicos de certos segmentos do capital que almejavam auferir lucros, reproduzir modelos culturais e readequar mercados à onda propalada pela “economia verde”.

A reformulação do espaço de cidades é marcada pela edificação de novos cenários de aproveitamento do comércio, do consumo, do turismo, lazer e patrimônio. Assim, novas imagens, símbolos e objetos espaciais são incorporados e gerados na cadeia reprodutiva do espaço. É a partir de tal lógica que shoppings centers, mananciais aquíferos, áreas portuárias antigas, centros históricos, complexos industriais, matas, campos, fazendas e locais de dominância de elementos naturais são recriados, renovados e inventados como espaços de turismo, lazer, de patrimônios e de patrimônios naturais (HENRIQUE, 2009).

Para Silva (2018), a natureza tem sido comercializada como produto atrelado ao patrimônio cultural e serve como valoração de lugares de memórias e paisagens, mas aponta fragilidades deste processo quando esta fica restrita ao ambiente do negócio e do turismo de alto consumo. Neste sentido, muitos locais que apresentam belezas naturais são reaproveitados como áreas de existência de patrimônios e quando se situam em áreas de patrimônios urbanos históricos, de portos antigos ou de grande consumo de turistas, ganham importância ainda maior.

No mundo moderno atual, o turismo e o lazer estão imbricados à reprodução do capital em escala planetária e representam importantes setores da economia e da transformação de espaços de cidades, não havendo mais necessidade de imitar o espaço do campo, pelo contrário, o campo imita e serve de base para a reprodução do espaço de cidades e a “natureza natural” é recriada como símbolo de consumo e de lucro. Este processo, para Figueiredo et al. (2020), representa uma importante estratégia de produção do espaço do patrimônio natural aproveitado pelo turismo e lazer, a medida em que o romantismo naturalista cedeu lugar à espacialização do meio ambiente gestada pela produção material, simbólica e comercial da natureza.

Na perspectiva de Carlos (2017), o espaço turístico tem sido responsável pela criação de novas dinâmicas e funcionalidades em certas frações espaciais, transformando-as em locais onde é promovido o consumo no e do espaço, ao aglutinarem pessoas, ofertarem produtos a serem vendidos pela publicidade e apresentarem locais como pontos da satisfação pessoal, socialização e realização de negócios. Para a autora, o turismo e lazer visam à reprodução da sociedade urbana e são entendidos como

um novo e importante setor da economia, que se realiza por meio do espaço, produzindo e consumindo um determinado tipo de lugar, e através das atividades econômicas voltadas ao turismo, produzem-se espaços para serem consumidos (CARLOS, 2017, p. 28).

Do ponto de vista da padronização de comportamentos, o turismo e o lazer capturam desejos, vontades e projetos pessoais como o gozo do tempo lento, de prazer e consumo expressos em roteiros, viagens, festejos, passeios e aventuras como fuga da realidade e induzem a assimilação de ideias tidas como parâmetros que norteiam a existência da vida.

Quando analisamos a dinâmica da produção do espaço pela apropriação da natureza como patrimônio natural, percebemos que este não foge à dinâmica da espacialização mercadológica do turismo e do lazer nos espaços de cidades e fora delas, pois todos estão imbricados na mesma dinâmica de produção do urbano e do espaço como princípio, meio e fim da realização da reprodução do capital, conforme assinala Carlos (2018).

A incorporação da natureza ao espaço do patrimônio repercute na sua elitização, projeção como cenário midiático, mudança de significado a ser incorporado pelos viventes de cidades e passa a ser projetado como produto de consumo. A privatização e a comercialização da natureza retiram seu caráter coletivo, democrático, passando a representar uma natureza como reunião de objetos artificiais e técnicos destinados ao consumo de grupos seletos especializados em patrimônios.

3. O PATRIMÔNIO NATURAL NO CONTEXTO DO COMPLEXO MANGAL DAS GARÇAS

A natureza imaginada como ideologia urbanista revela o uso do espaço composto por elementos desarticulados e como espaço vazio, sem conflitos, tensões ou contradições socioespaciais e ambientais. Na perspectiva de Henrique (2009), no plano de negócios, a natureza expressa um trunfo de fomento ao mercado do lazer, do turismo e de consumo de espaço, pois

a relação cotidiana com a natureza, a prática social e as representações construídas, passam a ser povoadas por pensamentos, imagens, fantasias e desejos de uma natureza glamourizada e reificada, como um desenho infantil (HENRIQUE, 2009, p.105).

Por meio da captura da natureza como elemento exterior à vida humana e objeto de realização do turismo e do lazer, os elementos naturais (solo, clima, água, florestas, etc.) são divulgados como patrimônios naturais a serem vendidos e consumidos, pois “temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados e publicizados, como os *playgrounds*” (SANTOS, 2014, p. 64).

Ao analisar o processo de renovação urbana no Centro Histórico de Belém, que teve como recorte socioespacial o projeto “Estação das Docas”, Trindade Jr. (2013) observou que cotidianidades de trabalhadores, moradores, consumidores e transeuntes locais foram ignoradas, sendo reforçada a gentrificação, pois o local tornou-se espaço de consumo

alimentar de alto padrão e a natureza foi fetichizada como imagem cênica expressa pela paisagem da Baía do Guajará, seguindo a tendência global de *waterfront* (beira-mar).

Segundo Trindade Jr., nos anos 1990, o projeto “Estação das Docas” e os projetos “Feliz Luzitânia” e “Mangal das Garças” representaram exemplo maior de segregação socioespacial em áreas do Centro Histórico de Belém, ao serem direcionados ao consumo de bens elitizados, tendo como pano de fundo paisagens do imenso e caudaloso rio Guamá e da avantajada Baía do Guajará. Neste sentido, para o autor, apesar de as intervenções estarem à beira rio, de buscarem construir uma “nova cidade” voltada ao rio, ignoraram a dinâmica ribeirinha, dos trabalhadores locais, moradores e de toda a dinâmica urbana de Belém.

A abertura de “janelas para o rio” com visão para o rio Guamá, no contexto de áreas do Centro Histórico de Belém, tem sido fundamentada na reprodução de modelos mundiais de revitalização e requalificação de áreas portuárias, cujo projeto é conhecido como “waterfront”, ou janelas para o rio, que busca dar novos usos em espaços estratégicos e envelhecidos e ao mesmo tempo fomentar a geração de emprego e renda pela promoção de turismo. Para Souza (2001), o planejamento estratégico centrado nos interesses do Estado reforça o poder heterônimo e menospreza a luta pela autonomia e resistência urbana. Segundo Barbosa (2016), o “waterfront” no contexto da orla de Belém tem sido emolocal e menosprezar a faceta ribeirinha que dá identidade ao Centro Histórico da capital paraense.

Dessa forma, o Parque Ecológico Mangal das Garças insere-se num contexto de revitalização do Centro Histórico de Belém, onde a natureza tem sido utilizada como principal atrativo de visitação, visto que no projeto estava previsto o “Memorial Amazônico de Navegação”, o uso do Farol de Belém, o “Viveiro das Aningas”, o restaurante “Manjar das Garças”, o “Mirante do Rio” às margens do rio Guamá, a apreciação e lazer nos lagos Cavername e Lago da Ponta, a “Fonte de Caruanas”, o borboletário e o “Armazém do Tempo” (PARÁ, 2019). As figuras a seguir revelam o interior do Mangal das Garças, o apreço à valorização natural (biodiversidade e recursos naturais) comuns da região Amazônica.

Figura 1 - Trapiche com vista para a foz do Rio Guamá, Mangal das Garças, Belé



Fonte: Arquivo do pesquisador, maio de 2021.

Figura 2 - Foto panorâmica do Mangal das Garças



Fonte: Arquivo do pesquisador, maio de 2021.

O Parque Ecológico Mangal das Garças busca representar parte da história, memória e natureza de Belém. O local valoriza a exaltação de símbolos regionais que reportam a afirmação da identidade e cultura amazônicas. O projeto ecológico enfatizou a sustentabilidade, a promoção do turismo e a cidade de Belém como polo gastronômico nacional e internacional. Por outro lado, foi disponibilizado aos visitantes o consumo de produtos regionais através da aquisição de “souvenir”.

As figuras a seguir destacam locais de consumo da gastronomia regional e de consumo de lembranças ou “souvenir”.

Figura 3 – Local da gastronomia regional



Fonte: Arquivo do Pesquisador, maio de 2021.

Figura 4 – Consumo de produtos como “souvenir”



Fonte: Arquivo do Pesquisador, maio de 2021.

Assim, a natureza no Centro Histórico de Belém foi incorporada como reunião de belas paisagens formadas pelo rio (Rio Guamá e Baía do Guajará) e como local de contemplação e fuga da cidade dentro da própria cidade. As paisagens naturais (rios e florestas do outro lado das margens situadas nas ilhas de Combu, Onças, etc.) são representadas e imaginadas como locais ribeirinhos, mas de forma contraditória limita o acesso deles ao interior e entorno do Centro Histórico de Belém devido aos elevados custos com consumos de e nos espaços. Trata-se de um meio denominado por Santos (2013) como artificial, em que cada objeto cravado no urbano funcionaria como sistema de objetos e sistemas de ações, espelhando e artificializando a dinâmica das cidades, das sociedades e da natureza, especialmente de metrópoles e que acaba por evidenciar uma única perspectiva patrimonial, conforme destaca Smith (2006), por ser projetada como a única válida, chancelada e reconhecida no campo patrimonial.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à natureza no Centro Histórico de Belém deve ser constituído como projeto que leve ao exercício do direito à cidade como democratização de uso de espaços urbanos, luta pela cidadania, moradia digna, habitar coletivo e uso do solo que negue o seu valor de troca. Quando a natureza é projetada como “fuga” da cidade, como local de espetáculo da indústria cultural, do lazer e turismo elitizados, de práticas meramente consumistas e como invenção mercadológica imposta pela ideologia urbana, reforça a alienação espacial e os próprios sujeitos (LEFEBVRE, 2016).

Ainda para Lefebvre, o direito à natureza é deturpado como direito à cidade que deve atender às necessidades de cada um, deslocando a discussão da segregação socioespacial, do turismo e do lazer para o plano da abstração, o que acaba por invisibilizar o consumismo advindo da sociedade urbana capitalista. O direito à natureza enquanto projeto de direito à cidade caracteriza as utopias sociais voltadas à democratização de espaços urbanos, à luta pela cidadania, à moradia digna, ao habitar coletivo e ao uso do solo que nega o seu valor de troca.

O espaço do patrimônio natural no Mangal das Garças deve realizar demandas sociais utopicamente pensadas como possibilidade de organização social e reivindicações coletivas que prezem pela valorização do espaço como produto social, focado no bem-estar do homem, do lazer, do habitar e do “degustar” as formas e funções da cidade.

A apropriação da natureza no planejamento de espaços de cidades, a exemplo do ocorrido no Mangal das Garças, que usa os cenários do rio Guamá e Baía do Guajará como paisagens cênicas a serem consumidas por grupos privilegiados, acaba por segregar a maior parte da população que fica estrangida ou impedida de acessar tal espaço pelos elevados preços de produtos a serem consumidos, o que viola o direito do turismo e do lazer como bens públicos democráticos e de fácil acesso.

Assim, consideramos que o espaço do Mangal das Garças deve ter função social como espaço do patrimônio natural a ser usado, apropriado, consumido e praticado democraticamente, sem que esteja limitado ao

consumo de paisagens de forma bestificada, principalmente por entendermos que a apropriação da natureza é bem patrimonial público e importante fator de resistência à alienação urbana promovida pela reprodução capitalista patrimonial da cidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Camilla Souza. Análise da Estruturação Urbanística Recente da Orla de Belém/PA. *IV ENANPARQ*. Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Porto Alegre, 25 a 29 de julho de 2016. Disponível em: <https://enanparq2016.files.wordpress.com/2016/09/s09-03-barbosa-c.pdf>. Acesso em: dez. 2020.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade* [tradução Cristina C. Oliveira]. Itapevi, SP: Nebli, 2016.

CARLOS, Ana F. A. Turismo e Patrimônio: um aporte geográfico. *In*: PAES, Maria Tereza D. (org.); SOTRATTI, Marcelo Antônio (org.). Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Annablume, 2017. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. p. 27-43.

CARLOS, Ana Fani A. *A Condição Espacial*. São Paulo: Contexto, 2018.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 6. ed. São Paulo: Unesp, 2017.

FIGUEIREDO, Silvio et al. Lazer, Esporte e Turismo: importância e uso das áreas. Verdes urbanas em Belém/Brasil. *Licere*, Belo Horizonte, v.16, n.1, mar. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/683/484>. Acessado em: mai. 2020.

HENRIQUE, Wendel. *O Direito à Natureza na Cidade*. Salvador: EDUFBA, 2009. 186 p.

PAES-CUCHIARI, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017.

PARÁ. *Mangal das Garças*. Disponível em: <http://www.mangaldasgarças.com.br/nossos-espacos/>. Acessado em: nov. 2019.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 3ª. edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. *O Espaço Cidadão*. 7. ed., 2. Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SILVA, Cleber Gomes da. Turismo e Patrimonialização e o Tombamento Estadual dos Bens Naturais de Belém do Pará (Brasil). *Turismo & Sociedade*. Curitiba, v. 11, n. 2, p. 289-312, maio-ago. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/60917>. Acesso em: fev. 2019.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. Abingdon: Routledge, 2006. Disponível em: <https://rbb85.files.wordpress.com/2015/11/laurajane-smith-uses-of-heritage.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

TRINDADE JR., S-C. C. Patrimônios, vivências e representações do espaço em políticas de requalificação urbana na Amazônia. *Espaço e Geografia (UnB)*, v. 16, p. 483-513, 2013.



CHIQUITA, CÍRIO E COVID: LAZER, DEVOÇÃO E ECONOMIA POPULAR

Bartos Batista Bernardes¹

1. INTRODUÇÃO

Considerada uma das maiores manifestações católicas do Brasil e do mundo, o Círio de Nazaré é uma festa outubrina, que acontece anualmente desde 1793² em Belém do Pará. Ao longo de sua existência, diversas festividades não necessariamente religiosas foram se conectando ao evento maior, a exemplo do Auto do Círio e da Festa da Chiquita, consideradas o lado profano dessa manifestação católica. Figueiredo (2005, p. 32) explica que no Círio “o divertimento dos participantes é uma busca, em maior ou menor grau, aliada ao ritual religioso”, uma celebração fora do cotidiano, por vezes cercada de elementos de lazer.

A Festa da Chiquita teve início em 1978 e representa a diversidade com seu modo peculiar de demonstrar devoção à sua santa alvissareira: Nossa Senhora de Nazaré. Um movimento festivo e musical, mas também seriamente articulado com o combate ao preconceito e no engajamento pela manutenção e ampliação dos direitos até o presente conquistados pela comunidade homossexual.

¹ Doutorando em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, e Professor Efetivo do Instituto Federal do Piauí – IFPI. E-mail: bartos.bernardes@ifpi.edu.br.

² O Círio iniciou no mesmo período em que o mundo ecoava os capítulos da vultosa Revolução Francesa.

Em função da pandemia, desde 2020 que o Círio e a Chiquita não puderam ser realizados presencialmente em seus formatos tradicionais. Como esses eventos são de grande relevância para a economia local, vários setores foram abruptamente afetados, inclusive os vendedores ambulantes que compõem o que chamamos de Economia Popular. Este estudo tem por objetivo compreender os impactos da pandemia da Covid-19 sobre a Economia Popular atuante na Festa da Chiquita, no período nazareno.

Metodologicamente foram utilizadas fontes jornalísticas e artigos científicos relacionados às temáticas, além de fragmentos de entrevistas coletados durante a pesquisa de campo realizada no ano de 2021. Foram contatados organizadores da Festa da Chiquita e vendedores ambulantes³ que há anos participam desses eventos.

Embora a Festa da Chiquita, em aspectos como tempo de duração, público e visibilidade, seja menor, considerando o contexto geral do Círio, ela também representa um importante movimento socioeconômico, político e cultural na estrutura da cidade.

O público LGBTQIA+⁴ que frequenta a Chiquita envolve uma cadeia de consumo específica, fortificada pelo número expressivo de aproximadamente 40 mil pessoas participando da festa. Uma conexão que se processa na Praça da República ao se mesclar ao Círio, cooperando com potenciais oportunidades de geração de renda a partir das economias alternativas, representadas por vendedoras e vendedores que atuam no comércio informal.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

No ano de 2020, em razão da pandemia da COVID-19, as festas do Círio de Nazaré e da Chiquita foram interrompidas, não podendo ser realizadas visando controlar o avanço do vírus. Alternativamente elas foram realizadas de modo apenas virtual, fato que praticamente se repetiu no ano de 2021.

³ Neste artigo, as vendedoras e vendedores ambulantes serão tratadas(os) por meio de identificação numérica, garantindo-lhes o anonimato. Todas(os) concordaram em serem voluntárias(os) deste estudo, que é parte de minha pesquisa de doutorado, tendo assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

⁴ LGBTQIA+ - Sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais ou transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuados e o símbolo + para abrigar as demais orientações sexuais e identidades de gêneros ainda não contempladas.

Graças ao avanço no calendário de vacinação em 2021, algumas diferenças se destacaram se comparadas ao primeiro ano de pandemia. Desse modo, mesmo o Círio tendo uma programação essencialmente virtual, em 2020 contou com um cortejo de 100 mil pessoas nas ruas, número este que saltou para 400 mil⁵ em 2021, em cortejos totalmente improvisados pelos próprios fiéis e sem qualquer estímulo da igreja católica. A única procissão oficial que ocorreu foi a Romaria Rodoviária, com traslado da imagem peregrina até o município de Ananindeua (CARDOSO, 2021).

Em 2021, a Festa da Chiquita, grande símbolo de celebração da diversidade em Belém, teve sua 43ª edição realizada no Memorial dos Povos, de modo presencial⁶, mas com limitação de 200 participantes no local (CARNEIRO, 2021). Nessa edição ela inovou com a inserção de uma feira de produtores LGBT, comercializando itens como camisetas irisadas, livros com abordagens de resistência, além de comidas típicas e adereços. Vendedores ambulantes estiveram presentes em frente ao local negociando lanches e bebidas. Debortoli (2012, p. 4) declara que a vida social contemporânea se tensiona entre “relações ligadas a uma lógica do direito e uma perspectiva de entretenimento e de consumo de produtos e práticas de divertimento”.

Carlos, Tavares e Trindade Júnior (2021, p. 215) expressam que a Chiquita confere vida e animação à Praça da República, sendo relevante também pela “presença de camelôs e ambulantes que vendem bebidas e comidas variadas, além de objetos relacionados ou não ao Círio”. Em decorrência da pandemia, a não realização da Festa da Chiquita em seu local habitual, reforçou o impacto negativo na arrecadação dos vendedores ambulantes que compõem a chamada Economia Popular.

A Economia Popular envolve um conjunto heterogêneo de práticas voltadas prioritariamente às demandas locais, como produção de alimentos e artesanatos, geralmente realizada no ambiente domiciliar e comercializada nas ruas e praças, barracas e quiosques (DINIZ, 2019). As condições econômicas de uma país marcado pelas desigualdades sociais

⁵ Número de participantes apresentado na matéria “Mesmo sem procissão oficial, 400mil foram às ruas de Belém neste domingo” de Priscila Soares para o Jornal Diário do Pará, Belém, 11/10/2021, Caderno Círio 2021, p. 10.

⁶ Em 2020, o evento ocorreu sem a presença de público, com transmissão realizada através da internet.

compõem um ambiente que acaba contribuindo para a proliferação do comércio informal e autogestionário (MENEZES; DEDECCA, 2012), sendo ele uma opção para se buscar garantir o sustento de inúmeras famílias.

Apesar de inserida num contexto de precarização e de ausência de oportunidades, a Economia Popular se configurou como uma válvula de escape às necessidades urgentes que foram surgindo em função do agravamento do desemprego gerado pela pandemia, e que apenas aprofundou o abismo sob o qual milhares de trabalhadores e trabalhadoras já se encontravam.

Nesse sentido, ao tempo que a Economia Popular se constitui como uma forma rejuvenescida de exploração, com uma inserção forçada dos empobrecidos a uma posição de subordinação à formalidade, ela apresenta novas figuras e lutas, numa dinâmica fundamental de impulso e versatilidade, para avaliar como a riqueza social é apropriada (GAGO, 2018).

Esses aspectos de vulnerabilidades e de exploração, sobretudo nesse cenário pandêmico que impediu a realização das festas do Círio e da Chiquita, poderão ser mais bem compreendidos na próxima seção, onde pontos importantes a esse respeito serão discutidos.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A ausência das festas do Círio e da Chiquita, além de barrar um forte movimento cultural e de lazer, impactou seriamente a realidade belenense pelo potencial econômico que elas possuem, já que parte significativa da cidade depende objetivamente de uma demanda turística para obter recursos, a exemplo dos vendedores ambulantes que compõem a Economia Popular. Além de transbordar o clima de fé, o Círio “movimenta também a economia local, gerando emprego e renda” para comerciantes e autônomos, sendo, para alguns, “a única fonte de renda que garante o sustento das famílias ao longo do ano” (SOARES, 2021).

Uma das vendedoras que montou barraca em frente ao Memorial dos Povos na última edição da Chiquita assim se expressou: “Quando chega essa época agora, o pessoal todo se aglomera ao redor deles (público LGBTQIA+)

porque eles quando vem, eles vêm pra gastar, então eles bebem, eles comem, então todos que trabalham ali com certeza vão vender” (VENDEDORA 01, 2021). Sobre o movimento dessa cadeia de comércios informais, Elói Iglesias, que é o grande articulador e coordenador da Chiquita, compartilha que:

Sempre aparece alguém, eles me procuram, tem os caras que vendem gelo pra eles. Mas é muito grande, são mais de 50 (ambulantes) [...] porque as pessoas vivem em torno daquilo tudo. [...] E elas (participantes da festa) querem se colocar! Elas querem a bebida, realmente a bebida é o grande item, é o que movimenta (IGLESIAS, 2021).

Percebe-se que é uma festa importante e realmente esperada pelos ambulantes, que sentem sua ausência justamente por conta das visíveis perdas que tiveram. Seja no Círio, seja na Chiquita, há uma cristalina noção dos efeitos negativos promovidos pela pandemia. Uma das vendedoras que atuam na Chiquita assegura que para essa festa “Vem muita gente de fora, entendeu? Se agora não fosse a pandemia, você ia ver como ia ficar lotadão.” (VENDEDORA 02, 2021). Ele estava se referindo à Praça da República, cenário principal desse evento.

Outra vendedora enfatizou que: “Vem de tudo pra cá, o pessoal aqui da praça. Ajuda a todos. Vem o artesanato, o pessoal da batata frita, carrinho de pipoca. Ajuda a todos. É uma festa significativa com certeza” (VENDEDORA 03, 2021). Araújo e Brandão (2021) esclarecem que os trabalhadores informais foram um dos segmentos mais afetados na pandemia, que agudizou uma precarização já existente, lembrando que constituem um perfil que não conta com proteção social.

Para uma compreensão ainda mais nítida, vejamos o que nos relatou uma vendedora acerca dessa situação: “Foi um impacto pra muita gente. Teve gente que passou fome, para minhas amigas foi muito difícil. Para mim não foi tanto porque meu marido tem o serviço dele, pois ele é empregado. Se não fosse isso teria sido pior, né?” (VENDEDORA 03, 2021).

Pantoja (2006) explica que o Círio propicia uma oportunidade privilegiada para o mercado circular, fato que faz o comércio da cidade ter o segundo maior faturamento do ano. Daí a razão pela preocupação com a não realização desse importante evento em dois anos consecutivos, prejudicando uma variedade de segmentos como de refeição, hospedagem, transportes, artesanatos, *souvenirs*, bebidas e lanches. A crise provocada pelo novo coronavírus fez com que o turismo paraense perdesse 400 estabelecimentos (VILARINS, 2020).

O Círio 2020 também apresentou outros dados lamentáveis, gerando 50% menos empregos em função da crise sanitária (DANTAS, 2020). Para se ter uma dimensão, na edição de 2019, o DIEESE⁷ apontou um gasto presumido de turistas na ordem de 120 milhões de reais, com impacto sobre os outros setores próximo a um montante de 1 bilhão de reais. Nesse cenário, o Círio representa um diferencial inequívoco também para a Economia Popular, sobretudo no Pará, que em 2019 figurava como o estado que concentrava a maior porcentagem (62,4%) de trabalhadores informais no Brasil (NOGUEIRA; AMARAL; JONES, 2020).

Mattei e Heinen (2020, p. 648) apontam que o fechamento de praticamente todos os serviços de lazer afetou os que vivem dos famosos bicos, e que os efeitos da COVID-19 no Brasil, mais do que nunca, desvelam “a incapacidade do mercado em oferecer soluções adequadas à degradação das condições de vida dos trabalhadores”. Conforme Diniz, Silva e Guerçi (2020), o avanço da pandemia gerou efeitos imediatos sobre a Economia Popular urbana, especialmente por envolver formatos com difícil substituição de atividades presenciais por não presenciais. Acerca dos prejuízos e dificuldades enfrentadas nos últimos tempos, um dos vendedores ambulantes assim nos desvelou:

⁷ Informações da Agência Pará. Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/noticia/15374/>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

Devido a essa pandemia, eu principalmente, não só eu mais todos os meus companheiros que trabalham no comércio com certeza, a gente depende da renda do dia. Se a gente vender a gente come, a gente bebe, a gente produz. Se não vender nada, muita gente vai passar dificuldade, principalmente tipo passamos aí um período fechado e eu não consegui receber o auxílio, eu passei um momento difícil, porque lá em casa só era a minha mulher que recebia, então não tinha renda, então a gente passamos um aperreio muito grande. Não podia trabalhar porque não tinha muita gente na rua e foi isso, o prejuízo que a gente tivemos. Uma perda muito grande de mercadoria se vendeu, a gente não tivemos como botar pra vender, pois não tinha quem comprasse, a mercadoria se estragou tudo, e foi uma perda total (VENDEDOR 03).

Por conta de situações como essa, Caponi (2020, p. 216) retrata que é fundamental ofertar linhas de apoio financeiro às famílias que dependem da Economia Popular ou informal, já que tais trabalhadores vivenciam o desamparo social e a ausência de estratégias de proteção, tendo que lidar com uma hiperburocracia que multiplica os obstáculos, a solidão e o abandono num dos países mais ricos do mundo, que é o nosso.

Visando minimizar os efeitos sombrios ocasionados pela Pandemia, Belém, numa parceria entre o Município e o Governo do Estado, foi contemplada com três programas: O “Bora Belém”, o “Renda Pará” e o “Incentiva + Pará”. Os dois primeiros mais abrangentes e com ajudas que variam entre 100 e 500 reais, a depender dos critérios preenchidos.

Apenas o Incentiva + Pará teve como foco os empreendedores individuais que foram prejudicados por força da crise sanitária, inclusive os vendedores ambulantes, porém desde que estes comprovassem possuir inscrições ativas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e no sistema da Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA). Por conta dessas exigências, os empreendedores que atuam na informalidade não puderam ser contemplados com o valor de 2 mil reais, ficando restritos

à possibilidade de inserção nos dois primeiros programas, cujas ajudas financeiras apresentaram montantes bastante inferiores⁸.

Nesse panorama, um dos vendedores desabafa reforçando o quanto estão desprotegidos e como as reservas se esvaíram, fato que certamente reflete a realidade de muitos dos seus pares:

É que a gente não paga INSS e se a gente cair doente, a gente precisa do apoio de um amigo que possa ajudar. Ou então a pessoa tem que guardar um dinheirinho aí pra ser respaldar. Eu mesmo particularmente eu tive que gastar o que eu tinha guardado pra passar essa turbulência aí, mas só que eu passei um aperreio muito grande (VENDEDOR 04, 2021).

Infelizmente ainda não houve a adoção de um programa específico voltado para os vendedores ambulantes que atuam na informalidade, ou seja, aqueles que, pela ausência de oportunidade, condições financeiras ou até mesmo de uma orientação adequada, não realizaram seus registros como microempreendedores individuais, sendo excluídos de garantias sociais importantíssimas para este momento, ainda que não completamente satisficientes. Alguns vendedores conseguiram se valer do auxílio emergencial ofertado pelo Governo Federal nessa pandemia, que vigorou em 2020 e 2021, tendo minorado bastante seu valor no segundo ano.

Realmente a pandemia configurou um panorama no qual percebemos o quão importante representa a força redistributiva do Estado, fonte imprescindível de suporte para a parcela da população mais fragilizada. A solidariedade democrática representa um elo social voluntário entre os cidadãos, designando normas e prestações estabelecidas pelo Estado para reforçar a coesão social e corrigir desigualdades, representando um seguro importante que se constitui como um último recurso para os mais desprivilegiados (LAVILLE, 2008).

⁸ Informações disponíveis em: <https://sedeme.pa.gov.br/incentiva-para>; <https://www.sedeme.pa.gov.br/renda-para> <https://fdr.com.br/2021/04/23/belem-cria-auxilio-emergencial-com-parcelas-de-r-450-para-publico-feminino/>. Acessos em: 7 de fev. 2022.

Sem muitas escolhas, as poucas oportunidades que surgem são respaldadas pela Economia Popular ou informal, que, embora precária, envolve uma rede de solidariedade e reciprocidade de significado ímpar nesse cenário estarrecedor. Polanyi (2012, p. 83) ao falar sobre as estruturas de apoio e conexões fundamentais, ressalta que as “principais formas de integração da economia humana são a reciprocidade, a redistribuição e a troca”.

Evidentemente que a subtração de direitos é uma situação perene para quem sobrevive da informalidade, mas esta foi indiscutivelmente capilarizada em função da Covid-19. Sobre os reflexos dessa doença e das ações solidárias que se espalharam, assim se manifestou um dos vendedores:

Na primeira doença não, mas na segunda que veio, perdemos bastante conhecidos que trabalhavam principalmente ao nosso redor. A gente sentimos muito a falta deles porque morreu mais de 15 pessoas. Nossos companheiros de Presidente Vargas, a gente aqueles que tinham condição, fizemos até uma coleta, pra colaborar, pra comprar remédios, alguma coisa, pra ajudar os que estavam doentes (VENDEDOR 04, 2021).

Diante do exposto, notamos as diversas fragilidades acionadas pela pandemia, acirrando um cotidiano que já é bastante dificultoso. A ausência do Círio e conseqüentemente da Chiquita agudizou o cenário vivenciado em razão de sua indiscutível relevância econômica. Inobstante, mesmo com todas as suas precariedades, a Economia Popular se apresenta como uma opção, ainda que penosa, para garantir um mínimo de subsistência em tempos de tantas incertezas.

No cenário da crise emergida pela situação pandêmica, Diniz, Silva e Guerci (2020) chamam a atenção para a necessidade de estratégias de apoio à Economia Popular. Algumas das principais sugestões apresentadas por esses autores são estas: suspensão do pagamento de taxas de uso de vias públicas; apoio a iniciativas de comercialização por meio de entregas em domicílio; oferta de material educativo sobre vendas online, além da

necessidade da implementação de uma renda básica emergencial para as famílias que integram essa Economia.

É fundamental que programas específicos sejam pensados pelo poder público a fim de arrefecer a situação danosa em que se encontra grande massa desses trabalhadores. Segundo Monte-Mór (2008, p. 8) “no contexto ‘neoliberal’ prevaemente, o município tem se tornado o refúgio, talvez o último reduto do que restou do Estado de Bem-Estar”. Este autor alerta para a necessidade da apresentação de novos arranjos entre Estado e Sociedade Civil.

Na esfera municipal, um trabalho censual teria a chance de facilmente catalogar as informações necessárias acerca dos vendedores ambulantes que se encontram totalmente desprotegidos das assistências trabalhistas. A partir dessa atitude, haveria a possibilidade de promover ações mais específicas de soluções voltadas a esse público que vem sendo tão afetado pela pandemia.

Dada a importância desses eventos e de suas múltiplas contribuições, esperamos que na edição de 2022, tudo possa transcorrer dentro da normalidade, oferecendo aos incontáveis devotos, brincantes e vendedores informais, excepcionais oportunidades de dialogarem através de suas expressões culturais, sociais e econômicas de forma tão importante e significativa, como já vem acontecendo ao longo de toda a sua trajetória.

4. CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho, pudemos ter uma noção da grande importância do Círio de Nazaré como movimento devocional e das manifestações culturais, sociais e econômicas que o envolvem. A Chiquita é um exemplo que reflete a grandiosidade do repertório cultural abarcado pelo Círio, uma festa LGBT em meio à maior procissão católica do Brasil.

Esses eventos foram fortemente impactados pela pandemia do novo coronavírus, necessitando de adaptações variadas no intuito de proteger a população das infecções. A pandemia já nos fixou uma série de cicatrizes

em função dos inúmeros prejuízos, sobretudo das milhares vidas perdidas, inclusive de amigos e parentes próximos. Um dos setores que mais sentiram seus efeitos foi o da Economia Popular, representada pelos vendedores ambulantes que atuam nesses eventos.

Lidando com a ausência de proteção social e de respaldo previdenciário, esses trabalhadores tiveram que encarar essa crise passando por agudas necessidades. Nesse contexto, eles se valeram da solidariedade e da reciprocidade de seus pares, para minimizar os efeitos nefastos aos quais foram submetidos em razão das desigualdades que nosso país enfrenta.

Sem registros formais, os vendedores ambulantes foram alijados de programas sociais específicos como os voltados para os microempreendedores individuais. Tal conduta demonstra a urgente necessidade de o Estado, em todas as suas esferas, apresentar soluções voltadas precisamente para esse nicho, cujos direitos têm sido tão violados, invisibilizados.

A partir do Município, um cadastro atualizado desses vendedores, entendendo as minúcias de suas atuações, seria de grande valia na promoção de políticas públicas que pudessem amenizar os prejuízos vivenciados por quem diariamente batalha pela subsistência.

Ficamos na torcida para que muito em breve tanto o Círio quanto a Chiquita possam voltar a ser uma realidade de fato e presencial, especialmente por nos oportunizar uma rica conexão entre experiências tão diversas e essenciais como fundamento da vida. Essa teia entre o lazer, a devoção e a Economia Popular, faz de Belém uma cidade única e especial, com uma cultura original e estreitamente pautada numa fé avassaladora que muito explica sobre a garra, a determinação e a criatividade de um povo que é tão caro e espetacular⁹.

⁹ Dedico este trabalho ao Prof. Dr. José Alfredo Oliveira Debortoli, meu estimado orientador, capixaba radicado em Minas Gerais; e ao icônico Elói Iglesias, grande pessoa-patrimônio da cultura do Estado do Pará.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. S. de; BRANDÃO, V. B. G. Trabalho e renda no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. *Revista Prâksis*, Novo Hamburgo, v. 2, 96-111, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25112/rpr.v2i0.2545>. Acesso em: 7 fev. 2022.

CAPONI, S. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Pandemia pela Covid-19 - Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, maio-ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/tz4b6kWP4sHZD7ynw9LdYYJ/?lang=pt>. Acesso em: 4 fev. 2022.

CARDOSO, S. Ruas lotadas para ver Nossa Senhora de Nazaré na única romaria de 2021. *Diário do Pará*. Belém, ano XXXVII, n. 13.571, 9 e 10 de out. 2021.

CARLOS, A. F. A.; TAVARES, M. G. da Costa; TRINDADE JÚNIOR, S. C. da. Círio de Nazaré: Tempos e espaços da festa em uma metrópole da Amazônia. *Revista Geografar*. Curitiba, v. 16, n. 1, p. 200-228, jan./jun./2021.

CARNEIRO, T. Tradicional 'Festa da Chiquita' será no Memorial dos Povos, em Belém, anuncia Eloy Iglesias. *G1PA*. Belém, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/09/29/tradicional-festa-da-chiquita-sera-no-memorial-dos-povos-em-belem-anuncia-eloy-iglesias.ghtml>. Acesso em: 15 out. 2021.

DANTAS, A. Círio gera 50% menos empregos. *O Liberal*. Belém, ano 74, n. 36.601, 11 out. 2020. Panorama, p. 1.

DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. Lazer, envelhecimento e participação social. *LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 1-29/2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/739>. Acesso em: 7 fev. 2022.

DINIZ, S. C.; SILVA, G. L.; GUERCI, M. R. Economia Popular Urbana e o COVID-19: Desafios para a região metropolitana de Belo Horizonte. Nota Técnica. *Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Colmeia Solidária*, CEDEPLAR, UFMG, Belo Horizonte, 2020.

DINIZ, S. C. Possibilidades da Economia Popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 963-985, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-63512019000300963&script=sci_arttext. Acesso em: 18 jun. 2020.

FIGUEIREDO, S. L. *Círio de Nazaré, festa e paixão*. Belém: EDUFPA, 2005.

GAGO, V. What are popular economies? Some reflections from Argentina. *Radical Philosophy*, 2.02, p. 31-38, 2018. Disponível em: <https://www.radicalphilosophy.com/article/what-are-popular-economies>. Acesso em: 5 fev. 2021.

LAVILLE, J. L. Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia. Pesquisas Teóricas. *Rev. Katálysis*, v. 11, n. 1, jan.-jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/z5HnpGHwvLQdxCyBg34LXPh/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2021.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. *Brazilian Journal of Political Economy*. São Paulo, 40 (4), oct.-dec. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/8snSbBwVqmYgd5pZVQ5Vhkn/?lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2021.

MENEZES, Wilson Ferreira; DEDECCA, Cláudio Salvadori. A informalidade no mercado de trabalho brasileiro: rendimento e principais características. *Revista Nexos Econômicos*, v. 6, n. 2, p. 11-41, 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/9247>. Acesso em: 03 dez. 2020.

MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização Extensiva e Economia dos Setores Populares. In: OLIVEIRA, M.P. et al. (orgs.). *O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lamparina/ Faperj/Anpege, v. 2, p. 128-140, 2008. Disponível em: http://www.artecidade.org.br/mg_es/textos/urbanizacao.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

NOGUEIRA, M.; AMARAL, A. I.; JONES, G. A. Os impactos do COVID-19 no precarizado mercado laboral brasileiro demandam políticas abrangentes como a renda básica universal. *LSE Latin America and Caribbean Blog*. Londres, 2020. Disponível em: http://eprints.lse.ac.uk/104861/1/latamcaribbean_2020_05_26_os_impactos_do_covid_19_no_precarizado.pdf. Acesso em: 28 maio 2021.

PANTOJA, V. *Negócios Sagrados: reciprocidade e mercado no Círio de Nazaré*. 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

POLANYI, K. Aristóteles descobre a economia. *In*: LEVIIT, K. P. (org.). *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SOARES, P. Comerciantes e artesãos movimentam a economia local. *Diário do Pará*. Belém, ano XXXVII, n. 13.571, 9 e 10 de out. 2021. Círio 2021, p. 38.

VILARINS, T. Pandemia fecha 400 empresas de turismo no Pará. *O Liberal*. Belém, ano 74, n. 36.601, 11 out. 2020. Panorama, p. 6.

ARQUITETURA DOS ALOJAMENTOS FLORESTA E A RELAÇÃO COM IDENTIDADE AMAZÔNICA

Arnaldo Ribeiro Vieira Neto¹

Maria Adriana Sena Bezerra Teixeira²

Anny Gabrielly Peixoto de Oliveira³

1. INTRODUÇÃO

É comum ouvir dos gestores de alojamentos florestas no Amazonas que estes buscam apresentar uma arquitetura que represente a identidade local. Diante disso, acredita-se que seja necessário se fazer uma breve viagem na história da formação cultural amazônica, que norteiará e dará critérios significativos para a identificação das características construtivas dos alojamentos florestas e se estes estão de acordo com as normas para instalação.

De acordo com Da Matta (1986), a cultura é entendida como um conjunto finito de regras, mas que têm incalculáveis possibilidades de atualização, expressão e reação, em situações concretas, sendo possível atribuir-lhe uma identidade, que, segundo Hall (2005), é provida de um conceito demasiadamente complexo, pouco desenvolvido e compreendido na ciência social contemporânea.

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. E-mail: arnaldovneto@hotmail.com

² Docente da Universidade do Estado do Amazonas; Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Santa Catarina – UNDESC; Mestre em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul – UCS; Especialista em Metodologia da Pesquisa do Ensino Superior pelo Centro Universitário do Norte – UNINORTE. E-mail: msteixeira@uea.edu.br

³ Mestranda em Turismo e Hospitalidade pela Universidade de Caxias do Sul – UCS; Bacharel em Turismo pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. E-mail: agpo.tur17@uea.edu.br

Entende-se que os alojamentos florestas⁴ são equipamentos turísticos que podem ser instalados em áreas naturais, que devem representar a cultura local em sua arquitetura, dando suporte aos visitantes de uma determinada localidade distante dos centros urbanos, desenvolvendo atividades de interação com a natureza. Para isto, há diretrizes e normas a serem seguidas, para que seja feita a instalação correta destes, com o objetivo de proporcionar uma arquitetura sustentável nos âmbitos social, ambiental, cultural e econômico.

As características construtivas dos alojamentos florestas devem ser simples e seguir os requisitos de desempenho para as dimensões da sustentabilidade. O *design* geralmente deve se assemelhar a habitações tradicionais locais, no caso, indígenas ou ribeirinhas, e seguir os parâmetros construtivos da gestão da sustentabilidade, impostos pela ABNT NBR 15401/2006. Com isso, faz-se o seguinte questionamento: Até que ponto a arquitetura dos alojamentos florestas no Amazonas representam a identidade regional amazônica?

Acredita-se que este assunto seja interessante para a academia e para a área de turismo devido primeiramente a ser uma problemática desenvolvida por poucos pesquisadores no país. No que se refere à academia, a pesquisa vem auxiliar bibliograficamente não só a Universidade do Estado do Amazonas, mas também a todos os acadêmicos de turismo e áreas afins.

O objetivo geral deste trabalho é pesquisar sobre alojamentos florestas e a sua relação com a identidade regional no que tange à estrutura física; os objetivos específicos são: identificar os alojamentos florestas e a identidade a eles atribuída; investigar a estrutura destes confrontando-a com as diretrizes de ecoturismo; e avaliar as estruturas físicas com base no que preconiza as normas da ABNT NBR 15401/2006.

No que se refere à metodologia, é de forma qualitativa e os objetivos são de ordem exploratória e descritiva. A amostra utilizada nesta pesquisa é não probabilística intencional e a coleta de dados foi feita por meio de

⁴ Hotéis de selva é um termo dado aos estabelecimentos hoteleiros localizados em áreas naturais desde o final da década de 1980, pois antes eram conhecidos como *ecolodge* (termo provindo da palavra ecologia). No ano de 2010, a Associação Hoteleira de Selva – AHS adotou o termo Alojamento de Floresta, mas é um termo reconhecido e utilizado em nível estadual. Isto porque ainda não é reconhecido pelo Ministério do Turismo.

entrevistas estruturadas e não estruturadas com cinco arquitetos, que abordaram a identidade de três alojamentos florestas mais famosos por sua arquitetura, com os nomes em anonimato, portanto, denominados alojamentos 1, 2 e 3. O processo de análise dos dados se deu por meio de quadros e imagens, os quais facilitaram a compreensão do assunto. Os procedimentos técnicos adotados foram bibliográficos e estudos de caso e o método de ordem indutiva e observacional.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ARQUITETURA AMAZÔNICA

Na região amazônica, um dos tipos de arquitetura existente no âmbito natural é a *vernacular*, que, segundo Takamatsu (2013), é reflexo das próprias pessoas comuns. Na Amazônia, este tipo de arquitetura representa bem os diferentes povos viventes da floresta, que se caracteriza pelos traços da própria civilização que marcam outro tempo, ou seja, pela formação da possível identidade amazônica.

Acredita-se que entre as características relevantes da arquitetura da região amazônica estão a simplicidade, por ser resultado da utilização de materiais fornecidos pela floresta, e a adaptabilidade, que demonstra a capacidade de adequação da arquitetura às condições da região. A arquitetura amazônica está representada nas construções e no modo de vida das populações tradicionais, no modo como se habita, por exemplo, as palafitas e casas flutuantes, tendo em vista os fatores da região (clima, sazonalidade dos rios e outros), que influenciam diretamente na forma de construção dessas estruturas.

2.2 ARQUITETURA DOS HOTÉIS DE SELVA

No que diz respeito à arquitetura dos alojamentos florestas, levam-se em conta os tipos de materiais empregados em suas construções, que devem ser materiais naturais sustentáveis, naturais (coletados na região),

reciclados e artificiais, evitando-se o uso de materiais não renováveis, pois se faz necessária a integração do projeto com a natureza. Nelson (2004) afirma que no projeto de um *ecolodge* não se deve utilizar, por exemplo, espécies de madeira provenientes de extrações ilegais, é preciso garantir que a madeira utilizada provenha de florestas manejadas de forma sustentável, ou de árvores que caíram naturalmente. O projeto sustentável opta por uma arquitetura com contornos que preservam as árvores e exaltam a forma das plantas e, ao mesmo tempo, utilizam o relevo natural. As praias e margens de rios não devem sofrer desmatamento excessivo (ANDERSEM, 1995). Segundo a NBR 15401/2006, p. 10, é importante que o empreendimento consiga:

- a) conservar a área natural própria, empregando as boas práticas de proteção e manejo e conforme o previsto na legislação;
- b) quando não possuir uma área natural própria, apoiar a proteção e manejo de áreas naturais de terceiros na região.

As características regionais da paisagem amazônica condicionam um comportamento contemplativo, singular e único comparado a outros lugares do mundo, influenciando diretamente na arquitetura dos alojamentos de floresta. Isso tudo de acordo com a normalização, pois, segundo a NBR 15401/2006, a arquitetura do empreendimento deve ser integrada à paisagem, porque, desta forma, minimiza-se os impactos da implantação durante a construção, a operação e, quando houver obras de reparo, ampliações ou outros tipos de alterações, venham ser adequados à legislação. A NBR 15401/2006, p. 11, orienta para as medidas que devem ser tomadas:

- a) minimizar alterações significativas na paisagem local, provocadas pelo projeto arquitetônico e pelos movimentos de terra;
- b) minimizar a impermeabilidade do solo;
- c) minimizar a remoção de vegetação nativa;
- d) evitar a interrupção da movimentação e reprodução da vida silvestre;

- e) implementar um programa para proteger a vegetação nativa, conservar os ecossistemas, nascentes e cursos d'água, a paisagem natural e a conservação dos solos;
- f) não utilizar materiais derivados de espécies ameaçadas na construção, acabamento ou decoração;
- g) monitorar e mitigar a erosão;
- h) assegurar uma destinação final adequada para os resíduos não aproveitados na construção.

Sendo assim, faz-se necessária a busca de infraestruturas, equipamentos e serviços adequados que visem minimizar a intervenção na paisagem. E, de acordo com o Ministério do Turismo (2010), as edificações devem observar o meio físico em que estão inseridos, biológicos e culturais, a partir da utilização de elementos que expressem e fortaleçam a identidade local.

2.3 A ARQUITETURA DOS ALOJAMENTOS FLORESTAS SEGUNDO A ABNT NBR 15401/2006

A NBR 15401/2006 é uma norma que especifica os requisitos relativos à sustentabilidade de meios de hospedagem, na qual estabelece critérios mínimos de desempenho que permitem um empreendimento formular uma política e objetivos que levem em conta os requisitos legais e as informações referentes aos impactos ambientais, socioculturais e econômicos significativos, sejam eles na construção ou na operação desses empreendimentos.

A normalização, que foi aprovada pelo Programa de Certificação em Turismo Sustentável no ano de 2004, e em 2006 pela ABNT, se torna a primeira normalização voltada para a sustentabilidade dentro dos meios de hospedagem. A norma foi elaborada no Comitê Brasileiro de Turismo (ABNT/CB-54), pela Comissão de Estudo de Turismo Sustentável (CE-54:004.01).

De acordo com Ramos (2012), essa normalização é fundamental para que um hotel de selva seja implantado em uma determinada localidade, pois esta dá relevância à adoção dos princípios do turismo sustentável para esse tipo de empreendimento que ocasiona diversos impactos. Por se tratar

de hotéis de selva, em que o próprio nome já diz respeito a sua instalação, tais empreendimentos devem cumprir a legislação para a implantação física e de suas atividades turísticas nessas áreas naturais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os itens abaixo explicam os objetivos específicos, os quais foram transformados em tópicos e respondidos de acordo com o instrumento de coleta de dados. A pesquisa ocorreu por meio de entrevistas estruturadas e não estruturadas. Fizeram parte da pesquisa 5 arquitetos, os quais analisaram imagens de 3 hotéis de selva, aqui estão identificados como Alojamentos Florestas 1, 2 e 3.

3.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ALOJAMENTOS FLORESTAS E SE ESTES ADOTAM A IDENTIDADE AMAZÔNICA EM SUA ARQUITETURA

Mediante as respostas obtidas nas entrevistas realizadas com os arquitetos, pode-se dizer, por meio de uma visão arquitetônica, que os alojamentos florestas são meios de hospedagem que proporcionam conforto por seus aspectos construtivos e de design, e ao mesmo tempo pelo contato com a natureza, oferecendo ao turista uma experiência diferenciada, se comparada a um meio de hospedagem urbano. Sendo assim, é possível identificar os estilos arquitetônicos dos alojamentos florestas em análise, como mostra o quadro abaixo:

Tabela 1 - Identificação dos estilos arquitetônicos adotados nos alojamentos florestas em análise

| Alojamentos Florestas | Estilo arquitetônico |
|-----------------------|---|
| Alojamento Floresta 1 | Vernacular amazônico |
| Alojamento Floresta 2 | Moderno |
| Alojamento Floresta 3 | Moderno com o emprego de elementos do estilo vernacular amazônico |

Fonte: Vieira Neto, 2017

Por meio do quadro acima, identificou-se que os três alojamentos possuem estilos arquitetônicos diferentes, mas todos têm uma mesma finalidade, como afirma a arquiteta Bárbara Guedes: “os hotéis exploraram o conteúdo disponível na região local”. Menciona-se a predominância da madeira, os itens decorativos que se apresentam em obras artesanais, os acessos – que são em curvas ilusórias aos movimentos perceptíveis na natureza – e destaca-se que em todos os projetos a natureza é o ponto de destaque projetual.

3.2 INVESTIGAÇÃO DAS ESTRUTURAS DOS ALOJAMENTOS FLORESTAS, CONFRONTANDO-AS COM AS DIRETRIZES DE ECOTURISMO

Segundo Teixeira (2006), as diretrizes de ecoturismo são fundamentais para a biodiversidade; com isso faz-se necessária a aplicação destas nos hotéis de selva, já que esses empreendimentos são instalados em meios naturais, onde se deve ter um maior cuidado devido aos impactos que a construção venha a gerar.

Mediante isso, o arquiteto Elton Elves afirma que “toda edificação feita pelo homem há um impacto ambiental seja qual for o local – urbano ou rural, e mais ainda quando é construída em plena natureza”. Por meio das imagens dos alojamentos florestas em análise, o arquiteto enfatiza que é possível observar que todos eles foram projetados por algum arquiteto ou responsável técnico, em que foi possível fazer com que o projeto elaborado estivesse de acordo com a região e salienta que, para o pleno funcionamento, todos os alojamentos estão licenciados.

Com isso, pode-se entender que se faz importante que um empreendimento desse tipo venha estar em harmonia com a localidade, seja em suas atividades, seja principalmente em seus aspectos construtivos, pois a relação destes com as diretrizes de ecoturismo visam a um cuidado maior com o meio no qual estão inseridos.

3.3 PERCEPÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS COM BASE NO QUE PRECONIZA AS NORMAS DA ABNT NBR 15401/2006

A ABNT NBR 15401/2006 tem a abordagem da sustentabilidade do turismo e a decorrente possibilidade de implementar um sistema de certificação dos empreendimentos que aplicam a(s) norma(s) relacionada(s) com o objetivo de seguir os requisitos de desempenho para as dimensões da sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica, os quais são suportados por um sistema de gestão da sustentabilidade (ABNT NBR 15401, 2006).

A arquiteta Bárbara Guedes afirma que os alojamentos florestas têm por finalidade promover o contato do hóspede com a natureza, bem como a sustentação desta e que tal certificação assegura a preservação dos bens naturais para que a prática de alojamentos florestas permaneça reconhecida e convidativa a todos.

O arquiteto Elton Elves, também em concordância, afirma que a normatização contribui para a valorização do empreendimento, bem como para evitar impactos graves na natureza e salienta que toda obra deveria utilizar-se dos meios sustentáveis para que não potencialize negativamente o meio ambiente.

Com relação às características construtivas dos alojamentos florestas impostas por essa normatização, o arquiteto afirma que todos os três empreendimentos em análise se integram a um ou mais aspectos impostos por esta e salienta que tais características beneficiam o entorno do empreendimento, sejam as comunidades locais, sejam o próprio meio ambiente.

Entre essas características, cita-se a projeção com o ambiente natural e cultural da localidade – baseando-se nos princípios da arquitetura sustentável –, minimizar o uso de energias não renováveis e utilizar mais as renováveis (água, vento, sol, etc.), utilizar matéria-prima na construção dos empreendimentos.

A arquiteta Bárbara Guedes aponta que essa preocupação se dá também com o uso de fontes de energias não renováveis, que é um requisito para o selo de arquitetura sustentável, chamado selo *Leed*, responsável por fomentar a construção sustentável. Com base nessa percepção, as imagens abaixo mostram que os três alojamentos florestas em análise estão de acordo com as características impostas pela normatização.

Figura 1 - Alojamentos floresta 3: o uso de energias renováveis



Fonte: G1 Amazonas, 2016.

3.4 DISCUSSÃO

A arquitetura de um hotel de selva deve ambientar o turista na região amazônica para que ele esteja emocionalmente preparado para desfrutá-la em todos os seus múltiplos aspectos; onde a beleza, a suntuosidade, em outras palavras, a magnificência e o silêncio, só comparável às suas proporções, reduzem o homem ao seu real tamanho (ABRAHIM, 2014).

Identificou-se, por meio das entrevistas, que essa ambientação do turista na região amazônica através da arquitetura está em concordância com o que os arquitetos entrevistados afirmaram. Todos os empreendimentos hoteleiros analisados neste trabalho transmitem esse sentimento, sobretudo com um único objetivo, o de contemplação da exuberância natural no entorno

destes. O projeto sustentável opta por uma arquitetura com contornos que preservam as árvores e exaltam a forma das plantas e, ao mesmo tempo, utilizam o relevo natural. As praias e margens de rios não devem sofrer desmatamento excessivo (ANDERSEN, 1995).

O autor ratifica que a arquitetura utilizada deve ser baseada em uma arquitetura sustentável, na qual procure aperfeiçoar os recursos naturais e sistemas de edificação de modo que minimizem o impacto ambiental na região. Sendo assim, observaram-se relações positivas entre a citação acima e o que os arquitetos afirmam com relação aos fins sustentáveis que a arquitetura dos alojamentos florestas deve primar, levando em consideração um bom planejamento e uma boa administração, fazendo o uso correto de energias renováveis, descarte adequado do lixo e de dejetos, bem como a relação de supressão vegetal com preservação, a relação do empreendimento com a própria fauna e flora e recursos hídricos, bem como com as comunidade tradicionais locais.

4. CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma percepção sobre a arquitetura dos hotéis de selva no Amazonas e a sua relação com a possível identidade regional, por meio da análise de imagens dos alojamentos florestas 1, 2 e 3, os quais refletem aspectos construtivos que se assemelham às habitações das populações tradicionais da Amazônia.

A entrevista estruturada e semiestruturada aplicada aos arquitetos possibilitou mostrar a concepção dos profissionais em relação aos alojamentos florestas no Amazonas, bem como mostrar que os órgãos de meio ambiente e de turismo precisam cumprir com fiscalizações mais severas e impor diretrizes que não só venham ordenar a atividade no segmento, mas que venham impor métodos que beneficiem o meio ambiente, gerando sustentabilidade em todos os âmbitos, já que este é o mais atingido. Possibilitou-se constatar que os três hotéis buscaram representar de alguma forma a cultura local por meio de seus aspectos construtivos e com um objetivo em comum, o de contemplação da floresta no seu entorno. Sendo assim, os objetivos deste trabalho foram realmente alcançados.

Dada a importância do assunto, torna-se necessário o desenvolvimento de pesquisas mais aprofundadas acerca da arquitetura dos alojamentos floresta, a fim de proporcionar um maior conhecimento para os pesquisadores interessados, bem como para a academia e empreendedores. Mais que isso, salvaguardar os recursos naturais, os quais são vendidos sem muitas preocupações com grandes impactos negativos que um empreendimento desse porte venha a causar sobre estes.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 15401. *Meios de Hospedagem – Sistema de Gestão da Sustentabilidade – Requisitos*. Norma brasileira: Parceira ABNT e Ministério do Turismo – Normas para desenvolvimento do Turismo no Brasil, 2006.

BRAHIM, R. *Poesia na Floresta: a obra de Severiano Porto no Amazonas*. Manaus: Reggo Edições, 2014.

ANDERSEM, D. *Uma janela para o mundo natural: o projeto de instalações ecoturísticas*. São Paulo, 1995.

DA MATTA, R. *Você tem cultura? In: Explorações: ensaios de sociologia interpretativa*. Rocco: Rio de Janeiro, 1986.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Ecoturismo: orientações básicas*. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

NELSON, Sherre Prince. *Ecoturismo: Práticas para turismo sustentável*. SHERRE, P. N.; ESTER, M. P. Manaus: Editora Vale / UniNorte, 2004.

RAMOS, A. C. S. M. *Alojamento de Floresta no Amazonas: uma análise para classificação*. Manaus, 2012.

TAKAMATSU, P. H. T. *Arquitetura vernacular: estudo de caso Vila do Elesbão / Santana – AP*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

TEIXEIRA, M. A. S. B. *A prática do turismo de natureza em hotéis de selva do estado do Amazonas e sua relação com as ações estratégicas da política nacional de ecoturismo*. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Meio Ambiente) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, 2006.

